PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026
O Município de Alto Paraíso-PR torna público para ciência dos interessados que por intermédio de seu pregoeiro, Elias Sobreiro dos Santos, designado pela Portaria Municipal nº 002/2026 de 16 de Janeiro de 2026, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nas disposições contidas neste edital, para o seguinte.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIOS E DEMAIS MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS AO FORTALECIMENTO E À ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/PR, PARA INSTALAÇÃO E USO NOS ESTABELECIMENTOS MUNICIPAIS DE SAÚDE VINCULADOS AO SUS, CONFORME ITENS, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, COM RECURSOS DO INCENTIVO FINANCEIRO OBJETO DA RESOLUÇÃO SESA/PR Nº 1.703/2024, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DA RESOLUÇÃO SESA/PR Nº 389/2023 E SUAS ALTERAÇÕES, INCLUSIVE QUANTO À DESTINAÇÃO DOS BENS, À UNIDADE DE SAÚDE/CNES E À APROVAÇÃO DA RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS.
Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar 147/2014, de 07/08/2014, a presente licitação é destinado à participação exclusiva de ME E EPP.
De acordo com o Artigo 48, §3º, da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/14, fica estabelecido à prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido verificado no certame. Entende-se como região a Microrregião de Umuarama, assim definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compreendendo os seguintes Municípios: Alto Paraíso/PR; Alto Piquiri/PR; Altônia/PR; Brasilândia do Sul/PR; Cafezal do Sul/PR; Cruzeiro do Oeste/PR; Douradina/PR; Esperança Nova/PR; Francisco Alves/PR; Icaraíma/PR; Iporã/PR; Ivaté/PR; Maria Helena/PR; Mariluz/PR; Nova Olímpia/PR; Perobal/PR; Pérola/PR; São Jorge do Patrocínio/PR; Tapira/PR; Umuarama/PR; e, Xambrê/PR, (Fonte: http://www.ipardes.pr.gov.br), por ser a medida técnica e econômica mais vantajosa para Administração Publica, dada a possibilidade de aquisição do objeto por fornecedores desta qualificação tributaria e potencial econômico, que resultara em maior vantajosidade a este ente, do ramo de atividade relativa ao objeto da contratação, e que atendam às condições de credenciamento do presente Edital, ato previsto legalmente, conforme Lei Complementar Municipal n° 109/2021 de 08 de Junho de 2021.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min horas do dia 11/11/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h01min às 08h15min horas do dia 11/11/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h16min horas do dia 11/11/2026.
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 264.799,06 (Duzentos e sessenta e quatro mil, setecentos e noventa e nove reais e seis centavos).
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº. 147 de 07 de Agosto de 2014, Decreto Federal 11.462 de 31 de Março de 2023, Decreto Municipal nº. 3192 de 21 de Fevereiro de 2024, Lei Complementar Municipal n° 109/2021 de 08 de Junho de 2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciado e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 ás 17:00, maiores informações pelo telefone (44) 3664-1320 ou no site www.altoparaiso.pr.gov.br ou em www.bll.org.br, conforme art. 55 da Lei Federal 14133/2021.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de Outubro de 2026.
LUIZ ELISEU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 014/2026
O Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, torna pública a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório nº 058/2026, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TERRITORIAL E TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, COMPREENDENDO AEROLEVANTAMENTO E MAPEAMENTO MÓVEL TERRESTRE EM 360°, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO URBANO, IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS, O DESENVOLVIMENTO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES PARA FINS DE IPTU E A REVISÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, por motivo de conveniência e oportunidade da Administração Pública.
A revogação fundamenta-se no art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições legais aplicáveis.
Brasilândia do Sul – PR, 23 de outubro de 2026.
Alex Antônio Cavalcante
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
LISTA DE FORNECEDORES CREDENCIADOS N° 02
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 059/2026
INEXIGIBILIDADE N.º 015/2026
CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 007/2026
O MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 95.640.520/0001-75, através do Agente de Contratação e sua equipe, torna público para conhecimento dos interessados a lista dos profissionais credenciados até o momento, por ordem de protocolo, nos termos do item 5.3 do Anexo I (Termo de Referência) do edital e art. 10, §1º do Decreto Municipal nº 008/2024, do Credenciamento em epígrafe, conforme abaixo:
ITEM 01:

ORDEM DE PROTOCOLO	FORNECEDOR
01	SANDRO ALEXANDRE MENDONÇA – CPF: 023XXX.XXX-84
02	ODENIR CORREA - CPF: 064.XXX.XXX-17

ITEM 02:

ORDEM DE PROTOCOLO	FORNECEDOR
01	SANDRO ALEXANDRE MENDONÇA – CPF: 023XXX.XXX-84.
02	ODENIR CORREA - CPF: 064.XXX.XXX-17

ITEM 04:

ORDEM DE PROTOCOLO	FORNECEDOR
01	ODENIR CORREA - CPF: 064.XXX.XXX-17

Informo ainda, que os documentos do credenciante, listados acima foram apresentados de acordo com as exigências do edital, ficando, portanto, devidamente HABILITADO.
Desta forma, os autos ficarão disponíveis para eventual interposição de recursos, nos termos do item 14.1.2.1 do edital de credenciamento, do art. 12 do Decreto Municipal nº 008/2024 e do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.
Brasilândia do Sul-Pr., 23 de outubro de 2026.
LUCIANO GIMENES
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
DECRETO N° 265/2026, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
SÚMULA: EXONERA SILVANE FERREIRA DA SILVA LOPES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PEDRO MINORU INOUE – Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º - EXONERA a Servidora SILVANE FERREIRA DA SILVA LOPES, brasileira, inscrita na CI/RG sob nº 8.334.988-3/PR e CPF sob nº 080.249.849-38, do Cargo em Comissão de ASSESSORA ESPECIAL Com 1º Grau Completo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 08 de outubro de 2026.
Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de setembro de 2026.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
DECRETO N° 266/2026, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026
SÚMULA: NOMEIA SILVANE FERREIRA DA SILVA LOPES PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PEDRO MINORU INOUE - Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e, de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 01/2010, de 24 de fevereiro de 2010 e suas alterações posteriores,
DECRETA:
Art. 1º - Fica nomeada SILVANE FERREIRA DA SILVA LOPES, brasileira, inscrita na CI/RG sob nº 8.334.988-3/PR e CPF sob nº 080.249.849-38, para exercer o Cargo em Comissão de ASSESSORA ESPECIAL COM 2º GRAU COMPLETO, com lotação na Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Rodoviários, percebendo a remuneração referente a sigla CC-03, a partir de 09 de outubro de 2026.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - PUBLIQUE-SE, DIVULGUE-SE, CUMPRA-SE.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de setembro de 2026.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE DOURADINA

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO
RETIFICAÇÃO
O Município de Douradina, Estado do Paraná, torna pública a presente retificação do Extrato do Contrato nº 45/2026, ID nº 3398, firmado com a empresa MATERA & MATERA – SCM LTDA, referente à contratação de empresa especializada em links de internet (link principal e link de contingência) via fibra óptica, detentora de outorga da ANATEL, para a prestação de serviços continuados de comunicação de dados, com o objetivo de atender às necessidades das diversas Secretarias do Município de Douradina-PR.
A presente retificação tem por finalidade corrigir os valores unitários e totais dos itens abaixo relacionados, permanecendo inalteradas as demais informações constantes no extrato originalmente publicado.
Onde se lê:
Item 01: Link Internet Dedicada 500 mega full / 31 – Paço Municipal. Valor unitário: R$ 1.233,80 (mil duzentos e trinta e três reais e oitenta centavos). Valor total: R$ 14.805,60 (quatorze mil oitocentos e cinco reais e sessenta centavos).
Item 39: Link Internet 500 mega não dedicado com velocidade simétrica e com IP Fixo – Vários departamentos da Prefeitura. Valor unitário: R$ 6.999,53 (seis mil novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos). Valor total: R$ 83.994,36 (oitenta e três mil novecentos e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos).
Leia-se:
Item 01: Link Internet Dedicada 500 mega full / 31 – Paço Municipal. Valor unitário: R$ 433,33 (quatrocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos). Valor total: R$ 5.199,96 (cinco mil cento e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).
Item 39: Link Internet 500 mega não dedicado com velocidade simétrica e com IP Fixo – Vários departamentos da Prefeitura. Valor unitário: R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais). Valor total: R$ 93.600,00 (noventa e três mil e seiscentos reais).
Douradina, PR 22 de Outubro de 2.026.
Oberdam Jose de Oliveira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 3939/2026 – REPUBLICAR POR INCORREÇAO
SÚMULA: Abre créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação orçamentária, excesso de arrecadação e superávit financeiro, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 668, de 10 (dez) de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município (Jornal Umuarama Ilustrado) em 11 (onze) de dezembro de 2025, e no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação parcial de dotação orçamentária, no orçamento vigente, no valor de R$ 429.787,53 (quatrocentos e vinte e nove mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos), mediante a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
03.02.04.122.0003.2.011	3.3.90.93.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	R$ 109,50
04.02.04.121.0004.2.018	3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0	R$ 1.000,00
04.02.28.843.0000.0.002	3.2.90.21.00.00.00 JUROS SOBRE A DÍ-VIDA POR CONTRATO	0	R$ 41.659,77
06.02.13.392.0011.2.036	3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0	R$ 4.380,00
07.02.12.361.0007.2.022	3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRA-TUITA	103	R$ 10.000,00
07.02.12.361.0007.2.022	3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	103	R$ 20.000,00
07.02.12.361.0007.2.030	3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	R$ 65.000,00
07.02.12.365.0007.2.032	3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CON-SUMO	103	R$ 10.000,00
07.02.12.365.0007.2.032	3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRA-TUITA	103	R$ 20.000,00
08.02.10.302.0014.2.041	3.3.72.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	303	R$ 130.000,00
09.02.15.452.0016.2.049	3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	507	R$ 60.000,00
10.02.26.782.0017.2.100	3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0	R$ 30.000,00
11.02.20.606.0018.2.057	3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CON-SUMO	0	R$ 30.000,00
12.02.22.661.0019.2.059	3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0	R$ 3.438,26
14.06.08.245.0005.2.071	3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	885	R$ 4.200,00
TOTAL	R$ 429.787,53		

Art. 2º Para cobertura do crédito autorizado no art. 1º, fica parcialmente anulada a seguinte dotação do orçamento vigente:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
09.02.15.451.0016.2.049	3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0	R$ 135.000,00
10.02.26.782.0017.2.100	3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CON-SUMO	0	R$ 230.587,53
09.02.15.452.0016.2.049	3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CON-SUMO	507	R$ 60.000,00
14.06.08.245.0005.2.071	3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CON-SUMO	885	R$ 4.200,00
TOTAL	R$ 429.787,53		

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R$ 89.775,94 (oitenta e nove mil setecentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), mediante a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
04.03.04.129.0006.2.019	4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	501	R$ 4.950,00
08.02.10.301.0014.2.042	3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CON-SUMO	491	R$ 43.622,86
09.03.16.482.0016.1.047	4.4.90.61.00.00.00 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	501	R$ 41.203,08
TOTAL	R$ 89.775,94		

Art. 4º Para cobertura do crédito autorizado pelo art. 3º, será utilizado o excesso de arrecadação apurado na seguinte fonte de recursos:

Fonte de Recursos	Descrição	Valor em R$
501	Receita de Alienacao de Ativos	R$ 4.950,00
491	Bloco de Custeio da Saúde - Estadual - Atenção Básica	R$ 43.622,86
501	Receita de Alienação de Ativos	R$ 41.203,08
TOTAL	R$ 89.775,94	

Art. 5º Fica aberto crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, no valor de R$ 278.589,66 (duzentos e setenta e oito mil quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos), mediante a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
08.02.10.301.0014.1.061	4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3519	R$ 278.589,66
TOTAL	R$ 278.589,66		

Art. 6º Para cobertura do crédito autorizado no art. 5º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2025, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, e § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme a seguinte fonte de recursos:

Fonte de Recursos	Descrição	Valor em R$
3519	Bloco de Investimentos na Saúde - Estadual - SUPERAVIT	R$ 278.589,66
TOTAL	R$ 278.589,66	

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR, aos 21 de Outubro de 2026.
LUIZ ELISEU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
DECISÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 02/2026
Vistos.
I – RELATÓRIO
Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pelo Decreto nº 219/2026, de 28 de agosto de 2026, destinado à apuração de supostas condutas atribuídas à servidora GLEIDE MIGUEL DE OLIVEIRA, professora, matrícula nº 1082, lotada no CMEI Ignês Mendes Sanches.
A apuração teve origem no Ofício nº 316/2026, do Ministério Público do Estado do Paraná, relacionado ao protocolo ministerial nº 0066.26.000236-6/1, em razão de notícia de supostas ofensas verbais, constrangimentos, utilização de banheiro como local de castigo, puxões de orelha e cabelo, arrastamento pelo braço e outras formas de violência contra crianças.
A Comissão Especial Processante realizou a instrução, ouviu as testemunhas arroladas pela Administração e colheu o depoimento pessoal da servidora. Encerrada a instrução, a servidora foi intimada para apresentar defesa, mas deixou transcorrer o prazo sem manifestação.
Em Relatório Final, a Comissão concluiu que os fatos denunciados não foram comprovados, opinando pela improcedência da denúncia, pelo arquivamento do processo e pelo imediato retorno da servidora às suas funções originais, considerando que o afastamento foi determinado para preservar a regularidade da instrução.
É o relatório. Decido.
II – FUNDAMENTAÇÃO
A decisão administrativa deve considerar o conjunto probatório produzido no processo, com observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, aplicáveis aos processos administrativos.
No caso concreto, a instrução não produziu prova testemunhal direta ou suficientemente corroborada da prática das condutas imputadas.
Nenhuma testemunha afirmou ter presenciado a servidora proferir os palavrões ou expressões ofensivas indicadas na denúncia. Também não houve confirmação de ameaças, humilhações ou constrangimentos deliberados.
Não foi comprovado que a servidora tenha trancado criança no banheiro ou utilizado o local como forma de castigo. O único relato relacionado ao banheiro descreveu situação distinta, aparentemente vinculada à tentativa de impedir agressão entre crianças, sem confirmação de confinamento ou punição.
Do mesmo modo, não houve testemunha presencial de puxão de orelha, puxão de cabelo, arrastamento pelo braço ou qualquer outra agressão física. As referências a comentários e reclamações anteriores não foram acompanhadas de confirmação segura da materialidade ou da autoria.
A prova indica apenas que a servidora poderia falar em tom elevado, adotar postura firme e encaminhar crianças à secretaria para conversa ou orientação. Tais circunstâncias, sem outros elementos de corroboração, não permitem concluir pela prática das condutas graves objeto da denúncia.
A ausência de defesa escrita não supre a deficiência probatória nem autoriza a aplicação de sanção sem comprovação dos fatos. A aplicação da revelia não importa, em termos administrativos a presunção de verdade dos faltos contidos na denúncia inicial.
A Administração deve decidir com fundamento nos elementos constantes dos autos, não sendo admissível sancionar com base em presunções, comentários ou relatos indiretos não confirmados.
Também não subsiste razão para manutenção do afastamento cautelar. Encerrada a instrução e não comprovadas as condutas imputadas, desapareceu a finalidade cautelar que justificou o afastamento, consistente em evitar eventual interferência da servidora na colheita da prova. O TJPR reconhece a pertinência do retorno às funções após o encerramento do processo disciplinar, quando não subsiste fundamento para a permanência do afastamento.
III – DISPOSITIVO
Ante o exposto, acolho as conclusões do Relatório Final da Comissão Especial Processante e:
1. JULGO IMPROCEDENTE a denúncia formulada em face da servidora GLEIDE MIGUEL DE OLIVEIRA, matrícula nº 1082, por ausência de comprovação suficiente da materialidade e da autoria das condutas imputadas;
2. DETERMINO o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2026, sem aplicação de penalidade disciplinar à servidora;
3. DETERMINO o imediato encerramento do afastamento cautelar, caso ainda vigente, e o retorno da servidora às suas funções originais de professora, na unidade de lotação ou em outra designação funcional equivalente, conforme a organização administrativa do Município;
4. DETERMINO ao setor competente que adote, com urgência, as providências necessárias à efetivação do retorno funcional, inclusive quanto aos registros administrativos, frequência e demais efeitos funcionais pertinentes;
5. DETERMINO a intimação da servidora e da Comissão Especial Processante, bem como a ciência dos demais órgãos interessados, na forma da legislação municipal aplicável;
6. Após o cumprimento das providências e o decurso do prazo eventualmente previsto para recurso administrativo, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Cafezal do Sul/PR, 23 de outubro de 2026.
PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 139/2026
Abre crédito suplementar por remanejamento de dotação embasado no disposto no artigo 20, § 2º, da Lei 2.553/2025 e artigo 7º, § 2º, da Lei 2.575/2025.
O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais.
DECRETA:
Art. 1º Fica nos termos do disposto no artigo 7º, § 2º, da Lei Municipal 2.575/2025 e artigo 20, § 2º, da Lei Municipal 2.553/2025, aberto no corrente exercício financeiro, crédito suplementar por remanejamento de dotação no montante de R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), com a seguinte ordem classificatória:

		03	SEC. MUN. DE ADM. HAB. E ENGENHARIA		
		03.01	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Ft	Fc	0412212042003		Assessoramento administrativo	
000	171	3.3.90.14	Diárias – pessoal civil		25.000,00
		03.02	DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS		
Ft	Fc	0412212052007		Manutenção de recursos humanos	
000	337	3.3.90.14	Diárias – pessoal civil		5.000,00
		04	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
		04.01	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Ft	Fc	0412312102005		Coordenação administrativa	
000	368	3.3.90.14	Diárias – pessoal civil		13.000,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior, serão permutadas parcialmente as seguintes dotações:

		07	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT. E ASS. UNIVER.	
		07.01	DIV. DE ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL	
Ft	Fc	1236112452045		Manutenção do ensino fundamental
104	1815		3.1.90.11	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
43.000,00				

Art. 3º O presente crédito adicional suplementar por cancelamento, não contará no limite estabelecido para tais créditos adicionais suplementares, conforme estabelecido no artigo 20, § 4º, da Lei 2.553/2025 e artigo 7º, § 4º, da Lei 2.575/2025.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, 22 de outubro de 2026.
ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

Estado do Paraná
Cruzeiro do Oeste
Resolução Nº 26 de 23 de outubro de 2026.
SÚMULA: Dispõe sobre a alteração do Regime Interno Centro Dia do Idoso José Luiz Borges.
O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Ordinária Municipal nº 120/2026, e considerando a deliberação aprovada na 9ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em 16 de outubro de 2026, na Secretaria Municipal de Assistência Social,
RESOLVE:
Art. 1º. Inclusão de Parágrafo Único ao Artigo 11º do Capítulo III – DAS FORMAS DE ACESSO, DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO.
Parágrafo Único: será motivo de desligamento quando o idoso evoluir do grau de dependência I para o grau de dependência II, conforme a classificação oficial definida pela ANVISA-RDC Nº 502/2021 a qual conceitua o grau II como a necessidade de auxilio de terceiros para a realização das Atividades Práticas e de Vida Diária (AVDs), tais como higiene pessoal, alimentação e locomoção.
Art. 2º. Inclusão do Inciso IV ao Artigo 20º do Capítulo V – DO FUNCIONAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO
Inciso IV: no mês de janeiro, haverá um recesso de 30 dias para os idosos, compreendido no período de 02 de janeiro a 01 de fevereiro.
Art. 3º. Exclusão do Inciso IV do Artigo 38º do Capítulo X – DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS
IV. Cuidador de idosos;
Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Vanessa de Souza Madeiro
Presidente do CMAS

CÂMARA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

ESTADO DO PARANÁ
ATO DA MESA Nº 079/2026
Autoriza viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na Lei Municipal nº 2.561/2025, tendo em vista a solicitação formulada pelo nobre vereador Ovídio Alves Teixeira.
RESOLVE:
Fica o vereador Ovídio Alves Teixeira, portador do CPF sob nº 577.012.969-72, autorizado a, viajar à cidade de Dionísio Cerqueira - SC; nos dias 15 à 18 de setembro do corrente ano, para participar do curso “Legislativo do futuro: vereadores, assessores e servidores em uma nova era da inteligência artificial” e “Fiscalização estratégica, processo legislativo e segurança jurídica na pratica”. Promovido pela LG – Assessoria, Treinamento e Pesquisa LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.036,852/0001-02 cabendo-lhe o pagamento antecipado de 04 (quatro) diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.561/2025.
Conceder ao requerente, o pagamento antecipado de diárias, nos termos da Lei nº 2.561/2025.
Salientando que a participação do (a) Vereador (a) se reverterá em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se, registre-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR; em 11 de setembro de 2.026.
Ovídio Alves Teixeira
Presidente
Vinicius Ferreira de Miranda Biasuz
1º Secretário

ATO DA MESA Nº 080/2026
Autoriza viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na Lei Municipal nº 2.561/2025, tendo em vista a solicitação formulada pelo nobre vereador Ailton Ferreira Guimarães.
RESOLVE:
Fica o vereador Ailton Ferreira Guimarães, portador do CPF sob nº 782.293.759-68, autorizado a, viajar à cidade de Dionísio Cerqueira - SC; nos dias 15 à 18 de setembro do corrente ano, para participar do curso “Legislativo do futuro: vereadores, assessores e servidores em uma nova era da inteligência artificial” e “Fiscalização estratégica, processo legislativo e segurança jurídica na pratica”. Promovido pela LG – Assessoria, Treinamento e Pesquisa LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.036,852/0001-02 cabendo-lhe o pagamento antecipado de 04 (quatro) diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.561/2025.
Conceder ao requerente, o pagamento antecipado de diárias, nos termos da Lei nº 2.561/2025.
Salientando que a participação do (a) Vereador (a) se reverterá em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se, registre-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR; em 11 de setembro de 2.026.
Ovídio Alves Teixeira
Presidente
Vinicius Ferreira de Miranda Biasuz
1º Secretário

ATO DA MESA Nº 081/2026
Autoriza viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na Lei Municipal nº 2.561/2025, tendo em vista a solicitação formulada pelo nobre vereador Vinicius Ferreira de Miranda Biazus.
RESOLVE:
Fica o vereador Vinicius Ferreira de Miranda Biazus, portador do CPF sob nº 073.869.869-55, autorizado a, viajar à cidade de Dionísio Cerqueira - SC; nos dias 15 à 18 de setembro do corrente ano, para participar do curso “Legislativo do futuro: vereadores, assessores e servidores em uma nova era da inteligência artificial” e “Fiscalização estratégica, processo legislativo e segurança jurídica na pratica”. Promovido pela LG – Assessoria, Treinamento e Pesquisa LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.036,852/0001-02 cabendo-lhe o pagamento antecipado de 04 (quatro) diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.561/2025.
Conceder ao requerente, o pagamento antecipado de diárias, nos termos da Lei nº 2.561/2025.
Salientando que a participação do (a) Vereador (a) se reverterá em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se, registre-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR; em 11 de setembro de 2.026.
Ovídio Alves Teixeira
Presidente
Vinicius Ferreira de Miranda Biasuz
1º Secretário

ATO DA MESA Nº 082/2026
Autoriza viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na Lei Municipal nº 2.561/2025, tendo em vista a solicitação formulada pelo nobre vereador Daniel Tomio Furlan Kashivaqui.
RESOLVE:
Fica o vereador Daniel Tomio Furlan Kashivaqui, portador do CPF sob nº 095.847.889-90, autorizado a, viajar à cidade de Dionísio Cerqueira - SC; nos dias 15 à 18 de setembro do corrente ano, para participar do curso “Legislativo do futuro: vereadores, assessores e servidores em uma nova era da inteligência artificial” e “Fiscalização estratégica, processo legislativo e segurança jurídica na pratica”. Promovido pela LG – Assessoria, Treinamento e Pesquisa LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.036,852/0001-02 cabendo-lhe o pagamento antecipado de 04 (quatro) diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.561/2025.
Conceder ao requerente, o pagamento antecipado de diárias, nos termos da Lei nº 2.561/2025.
Salientando que a participação do (a) Vereador (a) se reverterá em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se, registre-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR; em 11 de setembro de 2.026.
Ovídio Alves Teixeira
Presidente
Vinicius Ferreira de Miranda Biasuz
1º Secretário

ATO DA MESA Nº 083/2026
Autoriza viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na Lei Municipal nº 2.561/2025, tendo em vista a solicitação formulada pelo nobre vereador Sérgio Tenório da Silva.
RESOLVE:
Fica o vereador Sérgio Tenório da Silva, portador do CPF sob nº 020.743.999-01, autorizado a viajar à cidade de Curitiba - PR; nos dias 07 à 09 de outubro do corrente ano, para participar do “2° Encontro interestadual dos legislativos municipais” “o pós-eleição e os desafios do segundo biênio do mandato parlamentar”. Promovida pela Uvepar - União de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná - inscrita no CNPJ n° 81.398.232/0001-41, com apoio da Datalegis Consultoria, ensino & pesquisa inscrita no CNPJ nº 01.031.983/0001-96, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 03 (três) diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.561/2025.
Conceder ao requerente, o pagamento antecipado de diárias, nos termos da Lei nº 2.561/2025.
Salientando que a participação do (a) Vereador (a) se reverterá em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se, registre-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR; em 02 de outubro de 2.026.
Ovídio Alves Teixeira
Presidente
Vinicius Ferreira de Miranda Biasuz
1º Secretário

ATO DA MESA Nº 084/2026
Autoriza viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na Lei Municipal nº 2.561/2025, tendo em vista a solicitação formulada pelo nobre vereador Vinicius Ferreira de Miranda Biazus.
RESOLVE:
Fica o vereador Vinicius Ferreira de Miranda Biasuz, portador do CPF sob nº 073.869.869-55, autorizado a viajar à cidade de Curitiba - PR; nos dias 07 à 09 de outubro do corrente ano, para participar do “2° Encontro interestadual dos legislativos municipais” “o pós-eleição e os desafios do segundo biênio do mandato parlamentar”. Promovida pela Uvepar - União de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná - inscrita no CNPJ n° 81.398.232/0001-41, com apoio da Datalegis Consultoria, ensino & pesquisa inscrita no CNPJ nº 01.031.983/0001-96, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 03 (três) diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.561/2025.
Conceder ao requerente, o pagamento antecipado de diárias, nos termos da Lei nº 2.561/2025.
Salientando que a participação do (a) Vereador (a) se reverterá em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se, registre-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR; em 02 de outubro de 2.026.
Ovídio Alves Teixeira
Presidente
Vinicius Ferreira de Miranda Biasuz
1º Secretário

Valide aqui este documento

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/XV3CQ-WADH8-R9689-9LQ6H

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

.onr

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Comarca de Alto Piquiri, Estado do Paraná
Elma Sueli Belga Ladeia
Agente Delegada - Decreto 4826/85

EDITAL DE INTIMAÇÃO 11/2026

NEGÓCIO FIDUCIÁRIO

Elma Sueli Belga Ladeia, na qualidade de Agente Delegada do Serviço de Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Alto Piquiri - Paraná, segundo as atribuições conferidas pelo Artigo 26 da Lei 9.514/97 e por solicitação da CREDORA COOPERATIVA - SICREDI NOSSA TERRA PR/SP., **INTIMA** o **Devedor Fiduciante CLAUDIO FELIPIN BRAGA**, inscrito no CPF/MF n.° 039.900.739-31, **a comparecer no Serviço de Registro de Imóveis, situado na Av. Brasil n.° 1.364 - Centro, na Cidade de Alto Piquiri - PR**., entre os horários das 08:30 às 11:00 e 13:00 às 17:00 horas, **no prazo improrrogável de 15 dias a contar da publicação deste Edital** (§4.° do Art. 26 da Lei 9.514/97) **para pagamento/purgação da mora**, com os acréscimos, sujeito a atualização monetária, juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, na forma prevista no contrato, além das despesas de cobrança e intimação, valores esses apurados na data do efetivo pagamento, que se venceram no prazo desta intimação, referente ao Contrato C405313450, no valor de R$298.316,52, até a data de 02/10/2026; Contrato C505321412, no valor de R$39.530,11, até a data de 02/10/2026; Contrato C405206280, no valor de R$206.784,12, até a data de 15/03/2027; Contrato C105211660, no valor de R$84.008,46, até a data de 02/10/2026; Contrato C505321412, no valor de R$39.530,11, até a data de 02/10/2026, registrados nas Matrículas n.°5.275, e 5.276, Livro 02-RG, deste Serviço, de acordo com o demonstrativo do débito atualizado fornecido pela CREDORA, o qual encontra-se arquivado nesta Serventia, com saldo devedor de responsabilidade de Vossa Senhoria, sob pena de vencimento antecipado de toda dívida, **consolidação da propriedade do imóvel em favor da Credora, nos termos do Art. 26 §7.° da Lei 9.514/97 e imediata execução da dívida através de leilão extrajudicial para venda do imóvel, sendo que as datas serão divulgadas através de jornais. Obs.: Poderá efetuar a purga da mora na agência COOPERATIVA SICREDI NOSSA TERRA PR/SP**.- Caso Vossa Senhoria já tenha efetuado o pagamento dos débitos antes da publicação da presente intimação, por gentileza desconsidere, para todos os fins de direito, prevalecendo à mesma com o objetivo de que enviado cópias dos comprovantes de pagamento para regularização do controle do Credor.- Prenotação n.°65.398 em 29 de Setembro de 2026, Livro 1-I.- Alto Piquiri - PR., 15 de Outubro de 2026.

Atenciosamente,

Para consultar a autenticidade, informe na ferramenta www.ridigital.org.br/confirmaAutenticidade o CNS: **08.422-8** e o código de verificação do documento: **UWVP94**
Consulta disponível por 30 dias

Valide aqui este documento

Elma Sueli Belga Ladeia
Agente Delegada
Av. Brasil n.° 1.364 - CEP 87.580-000 - Tel. (44) 3656-1014
e-mail: cripiquiri@hotmail.com

Valide aqui este documento

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/Q5LTT-XDUNW-BT3N6-EM95P

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

.onr

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Comarca de Alto Piquiri, Estado do Paraná
Elma Sueli Belga Ladeia
Agente Delegada - Decreto 4826/85

EDITAL DE INTIMAÇÃO 12/2026

NEGÓCIO FIDUCIÁRIO

Elma Sueli Belga Ladeia, na qualidade de Agente Delegada do Serviço de Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Alto Piquiri - Paraná, segundo as atribuições conferidas pelo Artigo 26 da Lei 9.514/97 e por solicitação da CREDORA COOPERATIVA – SICREDI NOSSA TERRA PR/SP, **INTIMA** o **Devedor Fiduciante RICARDO CASA SANTA**, inscrito no CPF/MF n.°080.982.799-95, **a comparecer no Serviço de Registro de Imóveis, situado na Av. Brasil n.°1.364 - Centro, na Cidade de Alto Piquiri - PR**., entre os horários das 08:30 às 11:00 e 13:00 às 17:00 horas, **no prazo improrrogável de 15 dias a contar da publicação deste Edital** (§4.° do Art. 26 da Lei 9.514/97) **para pagamento/purgação da mora**, com os acréscimos, sujeito a atualização monetária, juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, na forma prevista no contrato, além das despesas de cobrança e intimação, valores esses apurados na data do efetivo pagamento, que se venceram no prazo desta intimação, referente ao Contrato C205309964, no valor de R$140.572,91, até a data de 02/10/2026; Contrato C105209720, no valor de R$84.722,52, até a data de 02/10/2026; Contrato C105309369, no valor de R$122.207,98, até a data de 02/10/2026, registrados nas Matrículas n.°5.275, e 5.276, Livro 02-RG, deste Serviço, de acordo com o demonstrativo do débito atualizado fornecido pela CREDORA, o qual encontra-se arquivado nesta Serventia, com saldo devedor de responsabilidade de Vossa Senhoria, sob pena de vencimento antecipado de toda dívida, **consolidação da propriedade do imóvel em favor da Credora, nos termos do Art. 26 §7.° da Lei 9.514/97 e imediata execução da dívida através de leilão extrajudicial para venda do imóvel, sendo que as datas serão divulgadas através de jornais. Obs.: Poderá efetuar a purga da mora na agência COOPERATIVA SICREDI NOSSA TERRA PR/SP**.- Caso Vossa Senhoria já tenha efetuado o pagamento dos débitos antes da publicação da presente intimação, por gentileza desconsidere, para todos os fins de direito, prevalecendo à mesma com o objetivo de que enviado cópias dos comprovantes de pagamento para regularização do controle do Credor.- Prenotação n.°65.398 em 29 de Setembro de 2026, Livro 1-I.- Alto Piquiri - PR., 15 de Outubro de 2026.

Atenciosamente,

Elma Sueli Belga Ladeia
Agente Delegada

Para consultar a autenticidade, informe na ferramenta www.ridigital.org.br/confirmaAutenticidade o CNS: **08.422-8** e o código de verificação do documento: **X663XN**
Consulta disponível por 30 dias

Valide aqui este documento

Av. Brasil n.° 1.364 - CEP 87.580-000 - Tel. (44) 3656-1014
e-mail: cripiquiri@hotmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Estado do Paraná
Av. Adão Arcângelo Dal Bem, 882 – Telefone 0XX-44-3654-1235 – Fax 0XX-44-3654-1209

PORTARIA Nº 333/2026

Dispõe sobre a prorrogação de servidores (as) admitidos (as) por Processo Seletivo Simplificado (PSS) Edital 068/2025, dando outras providências.

ALEX ANTÔNIO CAVALCANTE, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, o edital 068/2025, de 30 de outubro de 2025, diante do item 15.2, "Tratando-se de uma seleção simplificada, não tem validade de concurso público e os contratos decorrentes desta seleção, terão validade de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por uma vez, em igual período".

CONSIDERANDO, a Portaria nº. 126/2026, de 22 de abril de 2026.

CONSIDERANDO, o término do ano letivo de 2026.

RESOLVE:

I – Prorrogar o contrato do (a) servidor (a), admitido (a) por Processo Seletivo Simplificado (PSS) de seu respectivo cargo, retroagindo a partir de:

Cargo: Professor PSS – 20 horas
19/10/2026
91286 – Erica dos Santos Nunes

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se.

PAÇO MUNICIPAL "Ulisses Guimarães", aos 23 de outubro de 2026.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL – PR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001
Ao Contrato Administrativo Nº 063/2026, firmado em 10 de junho de 2026.
PARTES: MUNICIPIO DE BRASILANDIA DO SUL e LONGUINI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAVIMENTAÇÕES LTDA – CNPJ 03.716.753/0001-96.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR RECAPE ASFÁLTICO EM CBUQ, 11.372,65M², INLCUINDO OS SERVIÇOS DE LIMPEZA, REVESTIMENTO, PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO, REPERFILAMENTO, ENSAIOS, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E PLACAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL.
Alteração: alteração do valor (supressão dos quantitativos).
Data da assinatura deste Termo: 23/10/2026.
ALEX ANTONIO CAVALCANTE
PREFEITO MUNICIPAL
ANDRÉ LUIZ LONGUINI
LONGUINI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAVIMENTAÇÕES LTDA – CNPJ: 03.716.753/0001-96.
23/10/2026
Departamento de Licitações e Contratos
Brasilândia do Sul-PR

CÂMARA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

ESTADO DO PARANÁ
ATO DA MESA Nº 085/2026
Autoriza viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na Lei Municipal nº 2.561/2025, tendo em vista a solicitação formulada pelo nobre vereador Daniel Tomio Furlan Kashivaqui.
RESOLVE:
Fica o vereador Daniel Tomio Furlan Kashivaqui, portador do CPF sob nº 095.847.889-90, autorizado a viajar à cidade de Curitiba - PR; nos dias 07 à 09 de outubro do corrente ano, para participar do "2° Encontro interestadual dos legislativos municipais" "o pós-eleição e os desafios do segundo biênio do mandato parlamentar". Promovida pela Uvepar - União de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná - inscrita no CNPJ n° 81.398.232/0001-41, com apoio da Datalegis Consultoria, ensino & pesquisa inscrita no CNPJ nº 01.031.983/0001-96, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 03 (três) diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.561/2025.
Conceder ao requerente, o pagamento antecipado de diárias, nos termos da Lei nº 2.561/2025.
Salientando que a participação do (a) Vereador (a) se reverterá em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se, registre-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR; em 02 de outubro de 2.026.
Ovídio Alves Teixeira
Presidente
Vinicius Ferreira de Miranda Biasuz
1º Secretário

ATO DA MESA Nº 086/2026
Autoriza viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na Lei Municipal nº 2.561/2025, tendo em vista a solicitação formulada pelo senhor José Carlos Leal.
RESOLVE:
Fica autoriza o senhor José Carlos Leal – Técnico Contábil, portador do CPF sob nº 600.773.369-68, autorizado a viajar à cidade de Curitiba - PR; nos dias 07 à 09 de outubro do corrente ano, para participar do "2° Encontro interestadual dos legislativos municipais" "o pós-eleição e os desafios do segundo biênio do mandato parlamentar". Promovida pela Uvepar - União de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná - inscrita no CNPJ n° 81.398.232/0001-41, com apoio da Datalegis Consultoria, ensino & pesquisa inscrita no CNPJ nº 01.031.983/0001-96, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 03 (três) diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.561/2025.
Conceder ao requerente, o pagamento antecipado de diárias, nos termos da Lei nº 2.561/2025.
Salientando que a participação do (a) Servidor (a) se reverterá em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se, registre-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR; em 02 de outubro de 2.026.
Ovídio Alves Teixeira
Presidente
Vinicius Ferreira de Miranda Biasuz
1º Secretário

ATO DA MESA Nº 087/2026
Autoriza viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na Lei Municipal nº 2.561/2025, tendo em vista a solicitação formulada pelo nobre vereador Ovídio Alves Teixeira.
RESOLVE:
Fica o vereador Ovídio Alves Teixeira, portador do CPF sob nº 577.012.969-72, autorizado a, viajar à cidade de Brasília - DF; nos dias 13 à 16 de outubro do corrente ano, para participar do "11° Seminário Nacional de qualificação da administração pública municipal. Reforma tributária e tribunal de contas, (eixo do prolegis: atuação legislativa e qualidade das leis e o funcionamento das comissões permanentes.
Promovido pela Uvepar - União de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná - inscrita no CNPJ n° 81.398.232/0001-41, com apoio da Datalegis Consultoria, ensino & pesquisa inscrita no CNPJ nº 01.031.983/0001-96, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 04 (quatro) diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.561/2025.
Conceder ao requerente, o pagamento antecipado de diárias, nos termos da Lei nº 2.561/2025.
Salientando que a participação do (a) Vereador (a) se reverterá em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se, registre-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR; em 09 de outubro de 2.026.
Ovídio Alves Teixeira
Presidente
Vinicius Ferreira de Miranda Biasuz
1º Secretário

ATO DA MESA Nº 088/2026
Autoriza viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na Lei Municipal nº 2.561/2025, tendo em vista a solicitação formulada pela nobre vereadora Edirlei Bonadio da Costa.
RESOLVE:
Fica a vereadora Edirlei Bonádio da Costa, portadora do CPF sob nº 030.974.919-02, autorizado a, viajar à cidade de Brasília - DF; nos dias 13 à 16 de outubro do corrente ano, para participar do "11° Seminário Nacional de qualificação da administração pública municipal. Reforma tributária e tribunal de contas, (eixo do prolegis: atuação legislativa e qualidade das leis e o funcionamento das comissões permanentes. Promovido pela Uvepar - União de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná - inscrita no CNPJ n° 81.398.232/0001-41, com apoio da Datalegis Consultoria, ensino & pesquisa inscrita no CNPJ nº 01.031.983/0001-96, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 04 (quatro) diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.561/2025.
Conceder ao requerente, o pagamento antecipado de diárias, nos termos da Lei nº 2.561/2025.
Salientando que a participação do (a) Vereador (a) se reverterá em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se, registre-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR; em 09 de outubro de 2.026.
Ovídio Alves Teixeira
Presidente
Vinicius Ferreira de Miranda Biasuz
1º Secretário

ATO DA MESA Nº 089/2026
Autoriza viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na Lei Municipal nº 2.561/2025, formulada pelo Dr. Edmauro Carnezi, Assessor Jurídico da Presidência.
RESOLVE:
Fica autoriza o Dr. Edmauro Carnezi, Assessor Jurídico da Presidência, portador do CPF sob nº 019.223.209-60, OAB-PR sob nº 67.818, autorizado a, viajar à cidade de Brasília - DF; nos dias 13 à 16 de outubro do corrente ano, para participar do "11° Seminário Nacional de qualificação da administração pública municipal. Reforma tributária e tribunal de contas, (eixo do prolegis: atuação legislativa e qualidade das leis e o funcionamento das comissões permanentes. Promovido pela Uvepar - União de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná - inscrita no CNPJ n° 81.398.232/0001-41, com apoio da Datalegis Consultoria, ensino & pesquisa inscrita no CNPJ nº 01.031.983/0001-96, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 04 (quatro) diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.561/2025.
Conceder ao requerente, o pagamento antecipado de diárias, nos termos da Lei nº 2.561/2025.
Salientando que a participação do (a) Servidor (a) se reverterá em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se, registre-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR; em 09 de outubro de 2.026.
Ovídio Alves Teixeira
Presidente
Vinicius Ferreira de Miranda Biasuz
1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Estado do Paraná
Av. Adão Arcângelo Dal Bem, 882 – Telefone 0XX-44-3654-1235 – Fax 0XX-44-3654-1209

PORTARIA Nº 332/2026

Dispõe sobre a prorrogação de servidor (a) admitido (a) por Processo Seletivo Simplificado (PSS) Edital 001/2025, dando outras providências.

ALEX ANTÔNIO CAVALCANTE, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, o Edital Complementar nº. 010/2025, de 05 de setembro de 2025, diante do Art. 5º "O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado é de 01 (um) ano contado da data de publicação do presente Edital, prorrogável por igual período a critério da Prefeitura Municipal de Brasilândia do Sul".

CONSIDERANDO, a Portaria nº. 239/2025 de 28 de outubro de 2025.

CONSIDERANDO, a Portaria nº. 232/2026, de 17 de setembro de 2026.

RESOLVE:

I – Prorrogar o contrato do (a) servidor (a), admitido (a) por Processo Seletivo Simplificado (PSS) de seu respectivo cargo, retroagindo a partir de:

Cargo: Enfermeiro PSS 001/2025 – 40 horas
10/10/2026
91227 – Marcela Deise Alves Sampaio.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se.

PAÇO MUNICIPAL "Ulisses Guimarães", aos 23 de outubro de 2026.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Estado do Paraná
Av. Adão Arcângelo Dal Bem, 882 – Telefone 0XX-44-3654-1235 – Fax 0XX-44-3654-1209

PORTARIA Nº 329/2026

Dispõe sobre a prorrogação de servidor (a) admitido (a) por Processo Seletivo Simplificado (PSS) Edital 001/2025, dando outras providências.

ALEX ANTÔNIO CAVALCANTE, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, o Edital Complementar nº. 010/2025, de 05 de setembro de 2025, diante do Art. 5º "O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado é de 01 (um) ano contado da data de publicação do presente Edital, prorrogável por igual período a critério da Prefeitura Municipal de Brasilândia do Sul".

CONSIDERANDO, a Portaria nº. 236/2025 de 28 de outubro de 2025.

CONSIDERANDO, a Portaria nº. 232/2026, de 17 de setembro de 2026.

RESOLVE:

I – Prorrogar o contrato do (a) servidor (a), admitido (a) por Processo Seletivo Simplificado (PSS) de seu respectivo cargo, retroagindo a partir de:

Cargo: Nutricionista PSS 001/2025 – 30 horas
01/10/2026
91224 – Thais de Sousa Proenço.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se.

PAÇO MUNICIPAL "Ulisses Guimarães", aos 23 de outubro de 2026.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Estado do Paraná
Av. Adão Arcângelo Dal Bem, 882 – Telefone 0XX-44-3654-1235 – Fax 0XX-44-3654-1209

PORTARIA Nº 330/2026

Dispõe sobre a prorrogação de servidor (a) admitido (a) por Processo Seletivo Simplificado (PSS) Edital 001/2025, dando outras providências.

ALEX ANTÔNIO CAVALCANTE, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, o Edital Complementar nº. 010/2025, de 05 de setembro de 2025, diante do Art. 5º "O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado é de 01 (um) ano contado da data de publicação do presente Edital, prorrogável por igual período a critério da Prefeitura Municipal de Brasilândia do Sul".

CONSIDERANDO, a Portaria nº. 237/2025 de 28 de outubro de 2025.

CONSIDERANDO, a Portaria nº. 232/2026, de 17 de setembro de 2026.

RESOLVE:

I – Prorrogar o contrato do (a) servidor (a), admitido (a) por Processo Seletivo Simplificado (PSS) de seu respectivo cargo, retroagindo a partir de:

Cargo: Psicóloga PSS 001/2025 – 30 horas
01/10/2026
91225 – Natalia Gisele Pereira.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se.

PAÇO MUNICIPAL "Ulisses Guimarães", aos 23 de outubro de 2026.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Estado do Paraná
Av. Adão Arcângelo Dal Bem, 882 – Telefone 0XX-44-3654-1235 – Fax 0XX-44-3654-1209

PORTARIA Nº 331/2026

Dispõe sobre a prorrogação de servidor (a) admitido (a) por Processo Seletivo Simplificado (PSS) Edital 001/2025, dando outras providências.

ALEX ANTÔNIO CAVALCANTE, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, o Edital Complementar nº. 010/2025, de 05 de setembro de 2025, diante do Art. 5º "O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado é de 01 (um) ano contado da data de publicação do presente Edital, prorrogável por igual período a critério da Prefeitura Municipal de Brasilândia do Sul".

CONSIDERANDO, a Portaria nº. 238/2025 de 28 de outubro de 2025.

CONSIDERANDO, a Portaria nº. 232/2026, de 17 de setembro de 2026.

RESOLVE:

I – Prorrogar o contrato do (a) servidor (a), admitido (a) por Processo Seletivo Simplificado (PSS) de seu respectivo cargo, retroagindo a partir de:

Cargo: Técnico em Enfermagem PSS 001/2026 – 40 horas
10/10/2026
91226 – Thais Beatriz de Paula Scuteri.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se.

PAÇO MUNICIPAL "Ulisses Guimarães", aos 23 de outubro de 2026.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2023
REF. PREGÃO PRESENCIAL 031/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2023

O **MUNICÍPIO DE ALTÔNIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 81.478.059/0001-91, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815, Centro, em Altônia - PR., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **DIEGO JARDIM PERGO,** portador do RG n.° 10.559.278-7 SSP/PR e CPF nº 069.595.959-08, residente na Rua da Bandeira, 310, na cidade de Altônia, Estado do Paraná e o **DETENTOR DA ATA, A EMPRESA: DIVEL – AUTO CENTER E COMERCIO DE PEÇAS LTDA**, inscrito no CNPJ sob nº. 20.930.651/0001-98, com sede à Rua Getúlio Vargas, 1055 – Centro - CEP: 87.550-000, na cidade de Altônia, estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. **Emerson Aparecido da Silva**, portador do rg. Nº. 7.374.159-9 SSP/PR e do CPF nº. 859.170.361-87, residente, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, resolve firmar o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 058/2023, objeto do Pregão Presencial 031/2024, à saber:

DA VIGÊNCIA
O presente Termo Aditivo tem por objeto acrescentar à Ata de Registro nº 058/2023 uma vigência de **6 (seis) meses** para continuidade no fornecimento do Objeto: **FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, MÁQUINAS, TRATORES, QUE COMPÕEM E IRÃO COMPOR A FROTA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, COM CRITÉRIO DE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO TENDO COMO REFERÊNCIA DE VALORES MÁXIMOS OS PREÇOS DO SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA TRAZ VALOR PARA PEÇAS E/OU MATERIAIS E MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBE OS PREÇOS DA HORA HOMEM DOS SERVIÇOS DA TRAZ VALOR E/OU EQUIVALENTE DA MONTADORA E/OU FABRICANTE** com base no art. 84 Parágrafo único da lei Federal 14.133 de 21/04/21, passando a mesma a vigorar de **24/10/2026** a **24/04/2027**.

DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata.

Altônia-PR., 23/10/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Estado do Paraná
Av. Adão Arcângelo Dal Bem, 882 – Telefone 0XX-44-3654-1235 – Fax 0XX-44-3654-1209

PORTARIA Nº 334/2026

Dispõe sobre a prorrogação de servidor (a) admitido (a) por Processo Seletivo Simplificado (PSS) Edital 001/2025, dando outras providências.

ALEX ANTÔNIO CAVALCANTE, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, o Edital Complementar nº. 010/2025, de 05 de setembro de 2025, diante do Art. 5º "O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado é de 01 (um) ano contado da data de publicação do presente Edital, prorrogável por igual período a critério da Prefeitura Municipal de Brasilândia do Sul".

CONSIDERANDO, a Portaria nº. 231/2025 de 17 de outubro de 2025.

CONSIDERANDO, a Portaria nº. 232/2026, de 17 de setembro de 2026.

RESOLVE:

I – Prorrogar o contrato do (a) servidor (a), admitido (a) por Processo Seletivo Simplificado (PSS) de seu respectivo cargo, retroagindo a partir de:

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais I (Masculino) PSS 001/2025 – 40 horas
13/10/2026
91235 – Rodrigo Fiorello Dal Bem.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se.

PAÇO MUNICIPAL "Ulisses Guimarães", aos 23 de outubro de 2026.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Estado do Paraná
Av. Adão Arcângelo Dal Bem, 882 – Telefone 0XX-44-3654-1235 – Fax 0XX-44-3654-1209

PORTARIA Nº 335/2026

Dispõe sobre a prorrogação de servidor (a) admitido (a) por Processo Seletivo Simplificado (PSS) Edital 001/2025, dando outras providências.

ALEX ANTÔNIO CAVALCANTE, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, o Edital Complementar nº. 010/2025, de 05 de setembro de 2025, diante do Art. 5º "O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado é de 01 (um) ano contado da data de publicação do presente Edital, prorrogável por igual período a critério da Prefeitura Municipal de Brasilândia do Sul".

CONSIDERANDO, a Portaria nº. 240/2025 de 28 de outubro de 2025.

CONSIDERANDO, a Portaria nº. 232/2026, de 17 de setembro de 2026.

RESOLVE:

I – Prorrogar o contrato do (a) servidor (a), admitido (a) por Processo Seletivo Simplificado (PSS) de seu respectivo cargo, a partir de:

Cargo: Enfermeiro PSS 001/2025 – 40 horas
24/10/2026
91228 – Ana Carolina da Silva Marochio

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se.

PAÇO MUNICIPAL "Ulisses Guimarães", aos 23 de outubro de 2026.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE ALTONIA
ALTÔNIA-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026
Processo Administrativo Nº 141/2026
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: MARIA HELENA ZANDONÁ MOLINARI LISBOA
Data de Publicação: 02/09/2026 10:56:40

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 23/10/2026 08:28:46
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: VB Marca: Serviço Modelo:

Descrição: Serviço técnico especializado para elaboração, protocolo, acompanhamento e aprovação do Projeto/Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios e Pânico – PPCI da Unidade de Valorização de Recicláveis – UVR, com área construída aproximada de 1.342,04 m², compreendendo:
– levantamento e análise da documentação arquitetônica existente e vistoria técnica;
– análise do enquadramento da ocupação e da classificação de risco;
– elaboração das plantas técnicas do PPCI, memoriais descritivos e memoriais de cálculo;
– dimensionamento e locação de extintores;
– dimensionamento do sistema de hidrantes e/ou mangotinhos;
– dimensionamento da sinalização e da iluminação de emergência;
– dimensionamento das saídas de emergência e rotas de fuga;
– indicação e dimensionamento da brigada de incêndio;
– definição dos acessos para viaturas do Corpo de Bombeiros;
– indicação e dimensionamento do sistema de detecção e/ou alarme de incêndio;
– emissão da ART/RRT e recolhimento da respectiva taxa;
– recolhimento das taxas de análise e protocolo junto ao CBMPR;
– protocolo, acompanhamento, atendimento de "comunique-se" e revisões técnicas até a aprovação definitiva do projeto junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Paraná;
– entrega do acervo técnico final em meio digital editável e não editável.

Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 4.950,00 **Valor Total:** 4.950,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 BTS CONSTRUÇÕES LTDA	258	59.331.000/0001-17	19.450,00	4.950,00		Sim
2 TRIX ENGENHARIA ELETRICA	346	35.458.932/0001-67	17.000,00	5.000,00	1,01	Sim
3 LC ENGENHARIA MECÂNICA LTDA	468	49.962.240/0001-66	19.459,58	5.700,00	14,00	Sim
4 FDG OBRAS & PROJETOS LTDA	691	60.009.326/0001-01	19.459,58	5.800,00	1,75	Sim
5 ACP ARQUITETURA E ENGENHARIA	049	68.185.765/0001-87	16.540,64	7.500,00	29,31	Sim
6 CARDENSUL EMPREENDIMENTOS LTDA	749	46.947.848/0001-23	19.400,00	8.900,00	18,67	Sim
7 BGL BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL	193	41.967.974/0001-26	15.000,00	9.000,00	1,12	Sim
8 CARLA C HEINZEN LTDA	833	57.171.473/0001-79	19.359,58	9.700,00	7,78	Sim
9 VRB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	207	12.767.076/0001-26	19.459,58	9.729,79	0,31	Sim
10 INTEGRA GEOLOGIA AMBIENTAL LTDA	532	28.075.541/0001-06	19.459,00	13.200,00	35,67	Sim
11 ELFIRE EQUIPAMENTOS DE	275	14.418.970/0001-16	19.459,58	14.500,00	9,85	Sim
12 EXTINTORES ROSSE LTDA	062	07.895.110/0001-08	19.450,00	15.000,00	3,45	Sim
13 FERRONATTO ENGENHARIA E	591	16.908.314/0001-27	19.000,00	19.000,00	26,67	Sim
14 LUCENA E BARIÃO ENGENHARIA LTDA	660	34.789.777/0001-07	19.450,00	19.450,00	2,37	Sim
15 CIVILPRO ENGENHARIA LTDA	650	57.715.452/0001-77	19.459,58	19.459,58	0,05	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
PROTECFIRE CONSULTORIA E	033	66.444.622/0001-17	19.000,00	4.400,00		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

AUTORIDADE: DIEGO JARDIM PERGO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2023
REF. PREGÃO PRESENCIAL 031/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2023

O **MUNICÍPIO DE ALTÔNIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 81.478.059/0001-91, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815, Centro, em Altônia - PR., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **DIEGO JARDIM PERGO,** portador do RG n.º 10.559.278-7 SSP/PR e CPF nº 069.595.959-08, residente na Rua da Bandeira, 310, na cidade de Altônia, Estado do Paraná e o **DETENTOR DA ATA, A EMPRESA: POSTO DE MOLAS SAO PAULO LTDA,** inscrito no CNPJ sob nº. 77.647.048/0001-10, neste ato representada pela Sra. Zélia Cícera Rufino Barbosa, portadora do RG nº 1.273.800/SESP/PR e do CPF nº. 884.725.829-49, residente na cidade de Umuarama, estado do Paraná, resolve firmar o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 059/2023, objeto do Pregão Presencial 031/2024, à saber:

DA VIGÊNCIA
O presente Termo Aditivo tem por objeto acrescentar à Ata de Registro nº 059/2023 uma vigência de **6 (seis) meses** para continuidade no fornecimento do Objeto: **FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, MÁQUINAS, TRATORES, QUE COMPÕEM E IRÃO COMPOR A FROTA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, COM CRITÉRIO DE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO TENDO COMO REFERÊNCIA DE VALORES MÁXIMOS OS PREÇOS DO SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA TRAZ VALOR PARA PEÇAS E/OU MATERIAIS E MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBE OS PREÇOS DA HORA HOMEM DOS SERVIÇOS DA TRAZ VALOR E/OU EQUIVALENTE DA MONTADORA E/OU FABRICANTE** com base no art. 84 Parágrafo único da lei Federal 14.133 de 21/04/21, passando a mesma a vigorar de **24/10/2026** a **24/04/2027**.

DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata.

Altônia-PR., 23/10/2026.

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 009/2026
Processo Administrativo n° 305/2026

OBJETO: Credenciamento / Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação complementar ao Sistema Único de Saúde - SUS municipal de consultas médicas especializadas e exames de ultrassonografia, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a Proposta de Custeio MAC nº 63000735568202600, nos termos deste edital e seus anexos.
DA PARTICIPAÇÃO: Os documentos exigidos para fins de credenciamento (habilitação e proposta), deverão ser encaminhados à Comissão Permanente de Credenciamento, Avaliação e Monitoramento, preferencialmente de forma eletrônica através do e-mail judicializacao.saude@guaira.pr.gov.br, ou poderão serem entregues de forma física por envelope devidamente identificado e protocolado junto ao Setor de Protocolo, no endereço: Avenida Coronel Otavio Tosta, 126, Paço Municipal, Centro, Guaíra – Paraná, CEP 85.980-000, dentro do prazo estipulado para credenciamento, contados a partir da data da publicação do Edital.
DAS INSCRIÇÕES: O acesso ao credenciamento é livre para todos cadastrados junto ao CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, no ramo atividade pertinente ao objeto deste credenciamento, durante todo o período de vigência do presente chamamento, a partir da data de sua publicação, ou seja, a partir do dia 26 de outubro de 2026.
O Chamamento poderá ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642 9928. E-mail compras@guaira.pr.gov.br.
Guaíra (PR), em 23 de outubro de 2026.
Graziela Barbosa de Azevedo / Agente de Contratação / Comissão de Licitações

---

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico n° 181/2026
Tipo: Menor Preço
Tipo de Julgamento: Por Grupo
Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de utensílios domésticos e materiais de consumo, tais como pratos, taças, conchas, panelas de alumínio, potes plásticos, entre outros, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. LICITAÇÃO COM GRUPOS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 10/11/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 10/11/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 10/11/2026.

Modalidade: Pregão Eletrônico n° 182/2026
Tipo: Menor Preço
Tipo de Julgamento: Por Item
Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de tubos de concreto, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente, por meio da Diretoria de Obras, do Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 10/11/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 10/11/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 10/11/2026.

Os editais e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br. Publique-se.
Guaíra/PR, 23 de outubro de 2026.
Gabriel Ribeiro do Monte / Barbara da Silva Costa / Pregoeiros

---

CAFEZAL DO SUL
CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

DECRETO nº 285/2026 de 20 de outubro de 2.026

SÙMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO CORRENTE ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1025/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito ADICIONAL SUPLEMENTAR para o exercício de 2026, no valor de **R$ 56.000,00 (cinqüenta e seis mil reais),** para atendimento das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
09 SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, DO MEIO AMBIENTE E TURISMO
09.001 Agricultura meio ambiente e turismo
09.001.20.606.1600.2.017 Manutenção das atividades de agricultura
292 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E RODOVIÁRIOS
10.001 Serviços públicos e rodoviários
10.001.26.782.1800.2.010 Manutenção e conservação da rede rodoviária municipal
329 3.3.90.30.00.00 510 MATERIAL DE CONSUMO 11.000,00
330 3.3.90.30.00.00 511 MATERIAL DE CONSUMO 25.000,00
Total Suplementação: 56.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais do artigo anterior serão utilizados recursos da redução parcial das classificações orçamentarias seguintes:.

Redução
09 SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, DO MEIO AMBIENTE E TURISMO
09.001 Agricultura meio ambiente e turismo
09.001.20.606.1600.2.01 Manutenção das atividades de agricultura
295 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 15.000,00
298 4.4.90.51.00.00 000 OBRAS E INSTALAÇÕES 5.000,00
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E RODOVIÁRIOS
10.001 Serviços públicos e rodoviários
10.001.26.782.1800.2.01 Manutenção e conservação da rede rodoviária municipal
335 3.3.90.39.00.00 510 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 11.000,00
336 3.3.90.39.00.00 511 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 25.000,00
Total Redução: 56.000,00

Art. 3º - A alteração orçamentária acima ocasionará em modificações no cronograma de desembolso mensal e anexos da LDO e PPA vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cafezal do Sul , Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de outubro de 2.026

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2023
REF. PREGÃO PRESENCIAL 031/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2023

O **MUNICÍPIO DE ALTÔNIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 81.478.059/0001-91, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815, Centro, em Altônia - PR., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o **Sr. DIEGO JARDIM PERGO, portador do RG n.º 10.559.278-7 SSP/PR e CPF nº 069.595.959-08, residente na Rua da Bandeira, 310, na cidade de Altônia, Estado do Paraná** e o **DETENTOR DA ATA, EMPRESA: SEGANTIN & LIMA LTDA - ME**, inscrito no CNPJ sob n.º 82.506.080/0001-16, com sede à Avenida 7 de Setembro, 1100 – Centro – CEP 87.550-000, na cidade de Altônia, estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. Afonso Inareia Segantin, portado do RG. Nº 860.681-1/SSP/PR e do CPF nº. 045.007.509-59, residente na cidade de Altônia, Estado do Paraná, resolve firmar o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 062/2023, objeto do Pregão Presencial 031/2023, à saber:

DA VIGÊNCIA
O presente Termo Aditivo tem por objeto acrescentar à Ata de Registro nº 062/2023 uma vigência de **6 (seis) meses** para continuidade no fornecimento do Objeto: **FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, MÁQUINAS, TRATORES, QUE COMPÕEM E IRÃO COMPOR A FROTA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, COM CRITÉRIO DE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO TENDO COMO REFERÊNCIA DE VALORES MÁXIMOS OS PREÇOS DO SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA TRAZ VALOR PARA PEÇAS E/OU MATERIAIS E MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBE OS PREÇOS DA HORA HOMEM DOS SERVIÇOS DA TRAZ VALOR E/OU EQUIVALENTE DA MONTADORA E/OU FABRICANTE** com base no art. 84 Parágrafo único da lei Federal 14.133 de 21/04/21, passando a mesma a vigorar de **24/10/2026** a **24/04/2027**.

DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata.

Altônia-PR., 23/10/2026.

CAFEZAL DO SUL
CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

DECRETO nº 286/2026 de 20 de outubro de 2.026

SÙMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO CORRENTE ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1025/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito ADICIONAL SUPLEMENTAR para o exercício de 2026, no valor de **R$ 57.864,49 (cinqüenta e sete mil oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos),** para atendimento das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
05.003 Atenção especializada em Saúde
05.003.10.302.1500.2.048 Suporte financeiro à operação do Consorcio intermunicipal de saúde - C
640 3.3.72.39.00.00 276 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 57.864,49
Total Suplementação: 57.864,49

Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais do artigo anterior serão utilizados recursos do superávit financeiro apurado no exercício anterior para as fontes:.

Fonte	Descrição	Valor
3276 (276)	ESTADUAL ATENDIMENTO DE MÉDIA COMPLEX. MCA PROC. RES 5	57.864,49
Total		**57.864,49**

Art. 3º - A alteração orçamentária acima ocasionará em modificações no cronograma de desembolso mensal e anexos da LDO e PPA vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cafezal do Sul , Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de outubro de 2.026

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

CAFEZAL DO SUL
CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

DECRETO nº 287/2026 de 20 de outubro de 2.026

SÙMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO CORRENTE ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1025/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito ADICIONAL SUPLEMENTAR para o exercício de 2026, no valor de **R$ 77.860,00 (setenta e sete mil oitocentos e sessenta reais),** para atendimento das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
05.003 Atenção especializada em Saúde
05.003.10.302.1500.2.048 Suporte financeiro à operação do Consorcio intermunicipal de saúde - C
641 3.3.72.39.00.00 264 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 77.860,00
Total Suplementação: 77.860,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais do artigo anterior serão utilizados recursos do excesso pela tendência de arrecadação para as fontes:.

Fonte	Descrição	Valor
264 (264)	ESTADUAL QUALIFICAÇÃO MÉDIA COMPLEX. MCA. RESO	77.860,00
Total		**77.860,00**

Art. 3º - A alteração orçamentária acima ocasionará em modificações no cronograma de desembolso mensal, programação financeira da receita e anexos da LDO e PPA vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cafezal do Sul , Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de outubro de 2.026

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 179/2022
MODALIDADE Pregão Nº 060/2022
PROCESSO DE COMPRA Nº 198/2022

O **MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL,** inscrita no CNPJ n.º 81.478.059/0001-91, doravante denominada **CONTRATANTE,** com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o **Sr. DIEGO JARDIM PERGO,** portador do RG n.º 10.559.278-7 SSP/PR e CPF nº 069.595.959-08, residente na Rua da Bandeira,310, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de **CONTRATADA** empresa: **CCE - COACH E CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA - ME,** inscrito no CNPJ sob nº**. 47.923.584/0001-30**, neste ato representada pelo **Sr. Cleverson Henrique Elias da Silva,** portador do RG nº 9.095.711-2 e do CPF nº. 062.294.169-05, residente na Rua Belém, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, resolve firmar o 4º termo aditivo ao Contrato de Prestação de serviços 179/2022 para entrega do objeto da Licitação na Modalidade Pregão nº. 060/2022, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DA VIGÊNCIA
O presente termo aditivo tem como objeto adicionar uma vigência de 12 (doze) meses para continuidade da entrega do objeto: a **Contratação Exclusiva de Microempresa ou empresa de pequeno porte, para prestação de Serviços de Treinamento de Atividades esportivas nas modalidades: Basquetebol, Futebol, Futsal e Voleibol**., passando o mesmo a vigorar de **24/10/2026** a **24/10/2027**.

DO VALOR
Pela continuidade da prestação dos serviços durante o período de prorrogação contratual de 12 (doze) meses, fica estabelecido o valor mensal de R$ 8.000 (oito mil reais), totalizando R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) para o período de vigência do presente Termo Aditivo, mantidas as demais condições contratuais.

DAS DEMAIS CLAUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato.

Altônia, 23 de outubro de 2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2023
REF. PREGÃO PRESENCIAL 031/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2023

O **MUNICÍPIO DE ALTÔNIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 81.478.059/0001-91, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815, Centro, em Altônia - PR., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **DIEGO JARDIM PERGO,** portador do RG n.º 10.559.278-7 SSP/PR e CPF nº 069.595.959-08, residente na Rua da Bandeira, 310, na cidade de Altônia, Estado do Paraná e o **DETENTOR DA ATA, A EMPRESA: POSTO DE ESCAPAMENTO E RADIADOR SÃO PAULO LTDA - ME,** Devidamente inscrito no CNPJ sob nº 80.395.171/0001-04, com sede à Praça Carlos Gomes 84, CEP: 87550-000, neste ato representada pelo Sr. **Marcos Cesar Picoli**, portador do CPF 582.003.809-63, residente na cidade de Altônia, Estado do Paraná, resolve firmar o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 057/2023, objeto do Pregão Presencial 031/2024, à saber:

DA VIGÊNCIA
O presente Termo Aditivo tem por objeto acrescentar à Ata de Registro nº 057/2023 uma vigência de **6 (seis) meses** para continuidade no fornecimento do Objeto: **FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, MÁQUINAS, TRATORES, QUE COMPÕEM E IRÃO COMPOR A FROTA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, COM CRITÉRIO DE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO TENDO COMO REFERÊNCIA DE VALORES MÁXIMOS OS PREÇOS DO SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA TRAZ VALOR PARA PEÇAS E/OU MATERIAIS E MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBE OS PREÇOS DA HORA HOMEM DOS SERVIÇOS DA TRAZ VALOR E/OU EQUIVALENTE DA MONTADORA E/OU FABRICANTE,** com base no art. 84 Parágrafo único da lei Federal 14.133 de 21/04/21, passando a mesma a vigorar de **24/10/2026** a **24/04/2027**.

DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata.

Altônia – PR., 23/10/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2023
REF. PREGÃO PRESENCIAL 031/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2023

O **MUNICÍPIO DE ALTÔNIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 81.478.059/0001-91, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815, Centro, em Altônia - PR., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o **Sr. DIEGO JARDIM PERGO, portador do RG n.º 10.559.278-7 SSP/PR e CPF nº 069.595.959-08,** residente na Rua da Bandeira, 310, na cidade de Altônia, Estado do Paraná e o **DETENTOR DA ATA, EMPRESA: AUTOPEÇAS SÃO PAULO LTDA,** inscrito no CNPJ sob nº**.** 03.819.459/0001-00, neste ato representado pelo Sra. **Ester Rodrigues da Cunha Oliveira,** portador do RG nº 9.205.798-4 e do CPF nº. 056.323.729-52, residente na cidade de Umuarama, estado do Paraná, resolve firmar o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 060/2023, objeto do Pregão Presencial 031/2023, à saber:

DA VIGÊNCIA
O presente Termo Aditivo tem por objeto acrescentar à Ata de Registro nº 060/2023 uma vigência de **6 (seis) meses** para continuidade no fornecimento do Objeto: **FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, MÁQUINAS, TRATORES, QUE COMPÕEM E IRÃO COMPOR A FROTA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, COM CRITÉRIO DE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO TENDO COMO REFERÊNCIA DE VALORES MÁXIMOS OS PREÇOS DO SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA TRAZ VALOR PARA PEÇAS E/OU MATERIAIS E MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBE OS PREÇOS DA HORA HOMEM DOS SERVIÇOS DA TRAZ VALOR E/OU EQUIVALENTE DA MONTADORA E/OU FABRICANTE** com base no art. 84 Parágrafo único da lei Federal 14.133 de 21/04/21, passando a mesma a vigorar de **24/10/2026** a **24/04/2027**.

DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata.

Altônia-PR., 23/10/2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2023
REF. PREGÃO PRESENCIAL 031/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2023

O **MUNICÍPIO DE ALTÔNIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 81.478.059/0001-91, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815, Centro, em Altônia - PR., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **DIEGO JARDIM PERGO,** portador do RG n.º 10.559.278-7 SSP/PR e CPF nº 069.595.959-08, residente na Rua da Bandeira, 310, na cidade de Altônia, Estado do Paraná e o **DETENTOR DA ATA, A EMPRESA: V J M COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA - EPP,** inscrito no CNPJ sob nº**.** 06.165.408/0001-08, neste ato representada pela Sra. **Marcia Regina da Costa Baleroni,** portador do RG nº 5.924.040-4 e do CPF nº**.** 930.292.179-49, residente na cidade de Umuarama, estado do Paraná, resolve firmar o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 061/2023, objeto do Pregão Presencial 031/2024, à saber:

DA VIGÊNCIA
O presente Termo Aditivo tem por objeto acrescentar à Ata de Registro nº 061/2023 uma vigência de **6 (seis) meses** para continuidade no fornecimento do Objeto: **FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, MÁQUINAS, TRATORES, QUE COMPÕEM E IRÃO COMPOR A FROTA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, COM CRITÉRIO DE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO TENDO COMO REFERÊNCIA DE VALORES MÁXIMOS OS PREÇOS DO SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA TRAZ VALOR PARA PEÇAS E/OU MATERIAIS E MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBE OS PREÇOS DA HORA HOMEM DOS SERVIÇOS DA TRAZ VALOR E/OU EQUIVALENTE DA MONTADORA E/OU FABRICANTE** com base no art. 84 Parágrafo único da lei Federal 14.133 de 21/04/21, passando a mesma a vigorar de **24/10/2026** a **24/04/2027**.

DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata.

Altônia-PR., 23/10/2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ: 76.247.352/0001-08
Rua Santos Dumont, 315, fone (44) 3656-8000 Cx. Postal 141
CEP: 87.580-000 Alto Piquiri - Paraná

PORTARIA Nº 458/2026, de 23 de Outubro de 2026.

SÚMULA: Concede avanço horizontal a servidora ALEXANDRA PEDRO MORO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I - Conceder a partir de 23 de outubro de 2026, o Avanço Horizontal de que trata a Lei Municipal Nº 783/2025 em seu Artigo 10: "Entende-se por avanço horizontal a passagem de um Nível de Habilitação ou titulação para outro imediatamente superior" tendo em vista que a servidora abaixo relacionada apresentou Certificado de Conclusão e Histórico Escolar de **Pós-Graduação *lato sensu* em VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**, com carga horária de 700 horas, no setor de Recursos Humanos na data de 23/10/2026 cumprindo o dispositivo no §2 do já referido Artigo 10- "A promoção horizontal será feita a qualquer tempo, mediante requerimento, sendo a habilitação comprovada com documento original do Diploma ou Histórico escolar e Certificado e/ou Certidão de Conclusão comprobatória da nova habilitação ou titulação contados a partir da apresentação do documento comprobatório junto ao Recursos Humanos do Município."

NOME	CARGO	MATRÍCULA	CLASSE E NÍVEL ATUAL	CLASSE E NÍVEL APÓS AVANÇO HORIZONTAL
ALEXANDRA PEDRO MORO	ORIENTADOR SOCIAL	577	GOA-B014	GOA-C014

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros a 23 de outubro de 2026.

Alto Piquiri, 23 de Outubro de 2026.

Giovane Mendes de Carvalho
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CRUZEIRO DO OESTE
Avenida Brasil, nº 2170 – CEP: 87400-000
Fone: (44) 3676-3422
E-mail: secretariaexecutiva@cruzeirodooeste.pr.gov.br

REPUBLICAR POR INCORREÇÃO

Onde se lê: SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação da Deliberação 55/ 2024 Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.

Leia-se: SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação 2027 da Deliberação 55/ 2024 Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.

Onde se lê: Art. 1º. Publicar o Plano de Ação da Deliberação 55/ 2024 Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.

Leia-se: Art. 1º. Publicar o Plano de Ação 2027 da Deliberação 55/ 2024 Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.

Estado do Paraná
Cruzeiro do Oeste
Resolução Nº 25 de 16 de outubro de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação da Deliberação 55/ 2024 Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Ordinária Municipal nº 120/2026, e considerando a deliberação aprovada na 10ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em 16 de outubro de 2026, na Secretaria Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º. Publicar o Plano de Ação da Deliberação 55/ 2024 Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanessa de Souza Madeiro
Presidente do CMAS

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO N.º 01
CONTRATO Nº 136/2026
INEXIGIBILIDADE Nº12/2026

MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Ítalo Orcelli, na cidade de cafezal do Sul, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 95.640.652/0001-05 neste ato representado por seu Prefeito Municipal o SR **PEDRO MINORU INOUE**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado á Rua Rio Bom, 174, Distrito de Guaiporã, Município de cafezal do Sul - PR, portador do RG nº 6.960.175-8 SESP/PR CPF: 038.937.568-33 doravante denominado **LOCATÁRIO**, e a empresa **NAIR DIAS AGUIAR,** residente à na cidade de Cafezal do Sul no Estado do Paraná, brasileira, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1.752.134-9 SSP/PR inscrito no CPF/MF sob n.º 732.183.329-15 tendo em vista o que consta no Processo nº 49/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Aditivo, decorrente *da* **INEXIGIBILIDADE 12/2026** que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a alteração da cláusula TERCEIRA da vigência, com fundamento no ART. 124 da lei 14133/21.passando a ter a seguinte redação:
- Fica prorrogado pelo mesmo período contratual de 4(quatro) meses o respectivo contrato, sendo de 19 de outubro de 2026 a 19 de fevereiro de 2027.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O contrato ora aditado passa a ter o seguinte **quantitativo** total abaixo descriminado

Item	Descrição Item	Qnt.	Valor Unt (R$)	Valor Total (R$)
01	Locação salão em alvenaria, localizado na Rua Espirito Santos, 662, Centro, metragem 281,25 m², na quadra nº 124 em nome de Nair Dias Aguiar.	4	R$ 1000,00	R$ 4.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA (Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato) - Dá-se ao termo aditivo o valor de **R$ 4.000,00** (quatro mil reais)

CLÁUSULA TERCEIRA –DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Fica ratificada as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Cafezal do Sul, 19 de outubro de 2026.

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

NAIR DIAS AGUIAR
LOCADORA

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE
CPF: 065.367.239-02

JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA
CPF: 081.117.989-38

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA
www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 134/2025 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: ***P H NOTARIZE LTDA***

I – CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada **CONTRATANTE**: Representa a **CONTRATANTE** o Senhor Prefeito Municipal, Sr. **PEDRO MINORU INOUE,** brasileiro, casado Agente Político, residente e domiciliado, distrito de Guaiporã, Município de Cafezal do Sul portador da Cédula de Identidade RG 6.960.175-8 SSP/PR e CPF sob nº 038.937.563-33 e a CONTRATADA e a empresa **P H NOTARIZE LTDA.** Pessoa jurídica de direito privado, situada à -Rua Padre Ferrucio, 1165, Fundos, Bairro Centro, na cidade de -Tibagi, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob 27.982.147/0001-80 e no IE sob o nº 100409, telefone: (42) 98805-5586 E-MAIL: phnotarize@gmail.com neste ato representada por sua sócia Administradora: **ADRIELLY RIBEIRO DOS SANTOS** brasileira, solteira, empresária, portador da Cédula de Identidade RG n.º 12.508.582-2 SESP/PR , inscrito no CPF/MF sob n.º 082.152.329-57 residente e domiciliado à Rua Padre Ferrucio, 1165, bairro - centro na cidade de -Tibagi - Paraná,

II – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido **Processo nº. 83/2025, Pregão eletrônico nº 35/2025.**

III – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 14133/21 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. – Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:** passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA"

_ fica prorrogado pelo período de 04 meses o respectivo contrato, sendo de 29 de outubro de 2026 a 28 de fevereiro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Cafezal do Sul, 19 de outubro de 2026.

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

P H NOTARIZE LTDA.
ADRIELLY RIBEIRO DOS SANTOS

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE
CPF: 065.367.239-02

JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA
CPF: 081.117.989-38

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026
O Município de Alto Paraíso-PR torna público para ciência dos interessados que por intermédio de seu pregoeiro, Elias Sobreiro dos Santos, designado pela Portaria Municipal nº 002/2026 de 16 de Janeiro de 2026, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob o Sistema de Registro de Preços, nas disposições contidas neste edital, para o seguinte.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ENFEITES E ELEMENTOS DECORATIVOS NATALINOS, DESTINADOS À ORNAMENTAÇÃO DE PRAÇAS, CANTEIROS, VIAS, ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMAIS LOCAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – PARANÁ, VISANDO ATENDER ÀS AÇÕES CULTURAIS, COMEMORATIVAS E DE DECORAÇÃO NATALINA PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.
LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min horas do dia 10/11/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h01min às 08h15min horas do dia 10/11/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h16min horas do dia 10/11/2026.
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 228.852,87 (Duzentos e vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos).
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº. 147 de 07 de Agosto de 2014, Decreto Federal 11.462 de 31 de Março de 2023, Decreto Municipal nº. 3641 de 13 de Agosto de 2025, Lei Complementar Municipal n° 109/2021 de 08 de Junho de 2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciado e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 ás 17:00, maiores informações pelo telefone (44) 3664-1320 ou no site www.altoparaiso.pr.gov.br ou em www.bll.org.br, conforme art. 55 da Lei Federal 14133/2021.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de Outubro de 2026.
LUIZ ELISEU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO N. 3941/2026
DATA: 23/10/2026
SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do Processo Administrativo nº 072/2026, Pregão Eletrônico, nº 044/2026.
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Pregoeiro, Sr. Elias Sobreiro dos Santos;
CONSIDERANDO parecer jurídico emitido pelo Procurador Jurídico Sr. Roberto Gonçalves Delfin;
DECRETA:
Art. 1º) Fica Adjudicado os lotes I e III em favor da empresa HIRAM PRODUÇÕES LTDA - ME, CNPJ: 05.345.793/0001-02, o resultado do processo licitatório nº 072/2026, Pregão Eletrônico, nº 044/2026.
Art. 2º) Fica Homologado o resultado do processo licitatório nº 071/2026, Pregão Eletrônico, nº 044/2026, os lotes I e III em favor da empresa HIRAM PRODUÇÕES LTDA - ME, CNPJ: 05.345.793/0001-02, que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, PALCOS E ESTRUTURAS CORRELATAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
Art. 3º). Este decreto entrará em vigor na data de publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 23 dias do mês de outubro de 2026.
LUIZ ELISEU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PORTARIA N. 431/2026
DATA: 23/10/2026
AUTORIA: Executivo Municipal
SÚMULA: Determina o cancelamento do Processo Administrativo nº 075/2026, referente ao Pregão Eletrônico nº 045/2026, após orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
CONSIDERANDO as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR acerca do procedimento licitatório referente ao Processo Administrativo nº 075/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 045/2026;
CONSIDERANDO a necessidade de observar as orientações do órgão de controle externo, visando assegurar a regularidade, a legalidade e a adequada condução do procedimento licitatório;
CONSIDERANDO a necessidade de adoção das providências administrativas cabíveis para o atendimento das orientações recebidas;
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Determinar o cancelamento do Processo Administrativo nº 075/2026, referente ao Pregão Eletrônico nº 045/2026, na fase em que se encontra, em atendimento às orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR, para adoção das providências administrativas necessárias à regularização do procedimento.
Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de outubro de 2026.
LUIZ ELISEU DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL – PR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001
Ao Contrato Administrativo Nº 059/2026, firmado em 02 de junho de 2026.
PARTES: MUNICIPIO DE BRASILANDIA DO SUL e LONGUINI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAVIMENTAÇÕES LTDA – CNPJ 03.716.753/0001-96.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR RECAPE ASFÁLTICO EM CBUQ, 35.447,42m², INCLUINDO OS SERVIÇOS DE MOVIMENTO DE TERRA, SUB-BASE, BASE, IMPRIMAÇÃO COM EMULSÃO, REVESTIMENTO, PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL.
Alteração: alteração do valor (supressão dos quantitativos).
Data da assinatura deste Termo: 23/10/2026.
ALEX ANTONIO CAVALCANTE
PREFEITO MUNICIPAL
ANDRÉ LUIZ LONGUINI
LONGUINI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAVIMENTAÇÕES LTDA – CNPJ: 03.716.753/0001-96.
23/10/2026
Departamento de Licitações e Contratos
Brasilândia do Sul-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
Estado do Paraná
PORTARIA N.º 430/2026, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.
Organiza a atuação administrativa e pedagógica dos servidores da Secretaria Municipal de Educação para implementação da Política Municipal de Alfabetização.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 686, de 03 de setembro de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a capacidade administrativa e pedagógica do Município para elaboração e implementação das ações de alfabetização;
CONSIDERANDO que as ações da Política Municipal de Alfabetização serão incorporadas às atividades e ao planejamento já desenvolvidos pelos servidores municipais, dentro das atribuições dos respectivos cargos e da lotação existente, sem caracterizar acúmulo de funções ou criação de novas atividades funcionais;
RESOLVE:
Art. 1º Fica organizada, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a atuação administrativa e pedagógica dos servidores municipais para a elaboração, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização, instituída pela Lei Municipal nº 686/2026.
Art. 2º As ações da Política Municipal de Alfabetização serão desenvolvidas no âmbito das atividades e atribuições que já integram o trabalho dos servidores municipais, especialmente daqueles vinculados à Secretaria Municipal de Educação e à Rede Municipal de Ensino, não implicando a criação de atividade funcional autônoma ou cumulativa.
Art. 3º A implementação da Política Municipal de Alfabetização será integrada ao trabalho já realizado pelos servidores, conforme suas respectivas atribuições, formação e lotação, abrangendo, conforme a área de atuação:
I – planejamento e acompanhamento pedagógico;
II – Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental;
III – formação continuada;
IV – acompanhamento e avaliação da aprendizagem;
V – identificação e recomposição das aprendizagens;
VI – acompanhamento de indicadores e resultados educacionais;
VII – elaboração e acompanhamento de ações e projetos pedagógicos; e
VIII – apoio técnico e pedagógico às unidades educacionais e ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização.
Art. 4º Caberá à Secretaria Municipal de Educação organizar internamente a integração das ações da Política Municipal de Alfabetização ao trabalho já desenvolvido pelos servidores, observadas as atribuições legais dos respectivos cargos, a lotação e as necessidades da Rede Municipal de Ensino.
Art. 5º A presente organização não implicará acúmulo ou sobreposição de funções, criação ou alteração de cargos ou funções, alteração de vencimentos, concessão de gratificações ou vantagens, devendo as ações ser desenvolvidas dentro da jornada e das atribuições funcionais já existentes, na forma da legislação aplicável.
Art. 6º A organização prevista nesta Portaria poderá ser ajustada conforme as necessidades da Rede Municipal de Ensino e a disponibilidade dos servidores, mediante os atos administrativos próprios.
Art. 7º A execução das ações observará o planejamento municipal, a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação aplicável.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, 23 de outubro de 2026.
LUIZ ELISEU DOS SANTOS
Prefeito Municipal
RELATÓRIO TÉCNICO DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA NAS AÇÕES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
1. OBJETIVO E FUNDAMENTAÇÃO
O presente Relatório Técnico descreve a estrutura funcional de coordenação, organização, articulação e acompanhamento das ações da Política Municipal de Alfabetização de Alto Paraíso, com indicação de composição, atribuições gerais, organograma, quantitativo de integrantes, regime de trabalho e tempo de dedicação às atividades de alfabetização.
Fundamenta-se na Lei Municipal nº 686, de 3 de setembro de 2026, que instituiu a Política Municipal de Alfabetização; no Decreto Municipal nº 3.921, de 22 de setembro de 2026, que regulamentou o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização; e na Portaria Municipal nº 430/2026, datada de 23 de outubro de 2026, que organizou a atuação administrativa e pedagógica dos servidores.
A descrição tem natureza informativa e comprobatória da organização efetivamente adotada. Não institui unidade administrativa autônoma, cargo, função, gratificação ou novo regime de jornada.
2. ESTRUTURA E ÂMBITO DE ATUAÇÃO
A coordenação administrativa e pedagógica das ações de alfabetização é realizada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, mediante integração das atividades ordinárias da gestão municipal, da Direção de Educação e da articulação técnica municipal da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (RENALFA), em conjunto com a coordenação educacional, conforme a efetiva distribuição das atribuições funcionais.
Essa organização atua de forma articulada com as equipes pedagógicas da Secretaria, os dirigentes e profissionais das unidades educacionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sem confundir a equipe de coordenação aqui quantificada com todos os profissionais responsáveis pela execução pedagógica na Rede Municipal.
O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, instituído pela Lei nº 686/2026 e regulamentado pelo Decreto nº 3.921/2026, constitui instância colegiada própria, de natureza consultiva, propositiva, articuladora e de acompanhamento, sem substituir a gestão administrativa da Secretaria e das unidades escolares.
3. COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES GERAIS
3.1. Secretária Municipal de Educação — coordenação institucional, integração da Política Municipal de Alfabetização ao planejamento educacional, articulação entre as equipes e acompanhamento dos resultados e indicadores, sem prejuízo das atribuições próprias do cargo.
3.2. Diretor de Educação — organização e acompanhamento pedagógico das ações da Rede Municipal, apoio ao planejamento, às formações, à avaliação das aprendizagens e às estratégias de recomposição, conforme suas atribuições legais e lotação.
3.3. Coordenador Educacional — articulação técnica e operacional, organização de registros e evidências, apoio ao monitoramento de indicadores, à formação continuada e à comunicação com unidades educacionais e instâncias de acompanhamento. A expressão conjunta representa, conforme a minuta apresentada, a atuação de um único servidor; essa acumulação de denominações deve corresponder à situação funcional e às designações efetivamente existentes, sem gerar função remunerada nova.
As ações descritas abrangem planejamento, Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, formação continuada, avaliação e monitoramento das aprendizagens, recomposição de defasagens, indicadores, projetos pedagógicos e apoio às unidades, conforme art. 3º da Portaria.
A estrutura administrativa e pedagógica é composta por servidores, distribuídos entre as funções de Gestão, Direção de Educação, e Coordenação Educacional.
4. ORGANOGRAMA FUNCIONAL DAS AÇÕES
Nível / instância Atuação e articulação
Secretaria Municipal de Educação Coordenação institucional da implementação da Política
Direção de Educação Organização e acompanhamento pedagógico; articulação com as unidades educacionais
Coordenação Educacional Apoio técnico, registros, acompanhamento de ações e indicadores
Unidades educacionais e respectivas equipes Execução das ações pedagógicas, nos limites de suas competências
Relação transversal: Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização — instância colegiada de articulação, proposição e acompanhamento, conforme composição e competências estabelecidas no Decreto nº 3.921/2026. A representação acima é exclusivamente funcional e não altera o organograma legal da Prefeitura.
5. QUANTITATIVO DE CARGOS E SERVIDORES
Cargo / identificação funcional Quantidade de servidores
Secretária Municipal de Educação 1
Diretor de Educação 1
Articulador Municipal RENALFA / Coordenador Educacional (mesmo servidor, conforme minuta) 1
TOTAL NA EQUIPE DE COORDENAÇÃO DESCRITA 3
O total de 3 (três) refere-se exclusivamente aos integrantes da coordenação e articulação administrativa e pedagógica aqui descrita, não ao quantitativo total de cargos existentes na Secretaria ou de professores e demais servidores da Rede Municipal que participam da implementação da política.
6. REGIME DE TRABALHO E TEMPO DEDICADO
A implementação das atividades de alfabetização integra as atribuições ordinárias dos servidores, dentro das jornadas legalmente previstas, sem instituição de jornada adicional nem acumulação remunerada de funções (arts. 2º, 4º e 5º da Portaria).
O relatório sugerido registra 5, 5 e 10 horas de dedicação, respectivamente. Como a minuta não comprova os regimes jurídicos, jornadas contratuais e a periodicidade desses números, os dados abaixo devem ser validados antes da assinatura:
Integrante Vínculo / regime jurídico Jornada semanal do cargo Tempo semanal dedicado à alfabetização
Secretária Municipal de Educação Agente público municipal 40 h 5 h
Diretor de Educação Agente público municipal 40 h 5 h
Coordenador Educacional Agente público municipal 40 h 10 h
7. RELAÇÃO COM O COMITÊ E ACOMPANHAMENTO
A Secretaria Municipal de Educação assegura o apoio administrativo e técnico necessário ao funcionamento do Comitê, respeitando as competências do colegiado, as disponibilidades de pessoal e recursos e o planejamento municipal, nos termos dos arts. 2º, 4º a 6º, 9º a 12 e 21 a 24 do Decreto nº 3.921/2026.
A coordenação administrativa e pedagógica acompanha ações de planejamento, formação continuada, avaliações, indicadores e intervenções de recomposição, reunindo informações que podem subsidiar o acompanhamento e os relatórios do Comitê, sem atribuir-lhe poder de comando sobre os servidores ou funções executivas que o Decreto não lhe conferiu.
8. DECLARAÇÃO E CONCLUSÃO
Declaro, para os fins de comprovação da organização municipal da Política de Alfabetização, que a estrutura descrita reflete a integração das ações às atividades ordinárias dos agentes indicados, observadas as atribuições legais, a lotação, a jornada de trabalho e os instrumentos administrativos vigentes. Os quantitativos e as cargas horárias serão confirmados pelos registros funcionais e pela organização efetivamente adotada pela Secretaria, antes da assinatura e encaminhamento deste relatório.
As informações deste Relatório Técnico não criam cargos, funções, obrigações funcionais autônomas, novas vantagens ou despesas, nem afastam as competências do Comitê Estratégico Municipal regulamentado pelo Decreto nº 3.921/2026.
Alto Paraíso – PR, 23 de outubro de 2026.
VERÔNICA MARTINS DE MELO SILVA
Secretária Municipal de Educação

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CRUZEIRO DO OESTE

REPUBLICAR POR INCORREÇÃO
Onde se lê: O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Ordinária Municipal nº 120/2026, e considerando a deliberação aprovada na 10ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em 16 de outubro de 2026, na Secretaria Municipal de Assistência Social,
Leia-se: O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Ordinária Municipal nº 120/2026, e considerando a deliberação aprovada na 9ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em 16 de outubro de 2026, na Secretaria Municipal de Assistência Social,
Estado do Paraná
Cruzeiro do Oeste
Resolução Nº 24 de 16 de outubro de 2026.
SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social - PAS 2027.
O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Ordinária Municipal nº 120/2026, e considerando a deliberação aprovada na 10ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em 16 de outubro de 2026, na Secretaria Municipal de Assistência Social,
RESOLVE:
Art. 1º. Publicar a Resolução do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social - PAS 2027.
Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Vanessa de Souza Madeiro
Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

PORTARIA N.º 742
De 23/10/2026
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FARMACÊUTICO
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e,
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado-PSS, aberto através do Edital nº. 89/2026;
CONSIDERANDO o Edital n.º 97, de 05/10/2026 – Convocação da candidata
RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR a Sra. ANA CAROLINE FERRARO VIVIAN, inscrita no CPF-N.º- 116.038.619-63, sob o Regime CLT, no cargo temporário de Farmacêutico Plantonista, com carga horária de 24 horas semanais.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (23/10/2026).
Oberdam José de Oliveira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 3942/2026
SÚMULA: Abre créditos adicionais suplementares no Orçamento Geral do Município, por anulação parcial de dotação orçamentária e por excesso de arrecadação, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 668, de 10 (dez) de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município (Jornal Umuarama Ilustrado) em 11 (onze) de dezembro de 2025,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação parcial de dotação orçamentária, no orçamento vigente, no valor de R$ 549.500,00 (quinhentos e quarenta e nove mil e quinhentos reais), mediante a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
03.04.04.122.0003.2.014	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 70.000,00
03.04.04.122.0003.2.014	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PA-TRONAIS	0	R$ 10.500,00
03.05.04.122.0003.2.015	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 56.000,00
03.05.04.122.0003.2.015	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PA-TRONAIS	0	R$ 10.000,00
05.02.04.128.0003.2.009	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 60.000,00
05.02.04.128.0003.2.009	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PA-TRONAIS	0	R$ 10.500,00
08.02.10.301.0014.2.042	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PA-TRONAIS	303	R$ 100.000,00
08.02.10.304.0014.2.045	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PA-TRONAIS	303	R$ 40.000,00
12.02.22.661.0019.2.059	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 60.000,00
12.02.22.661.0019.2.059	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PA-TRONAIS	0	R$ 10.500,00
14.04.08.244.0005.2.070	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PA-TRONAIS	0	R$ 2.000,00
14.05.08.244.0005.2.068	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 120.000,00
TOTAL	R$ 549.500,00		

Art. 2º Para cobertura do crédito autorizado pelo art. 1º, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica parcialmente anulada a seguinte dotação do orçamento vigente:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
09.02.15.451.0016.1.048	4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALA-ÇÕES	0	R$ 549.500,00
TOTAL	R$ 549.500,00		

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R$ 27.242,99 (vinte e sete mil duzentos e quarenta e dois reais e noventa e nove centavos), mediante a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
07.02.12.361.0007.2.022	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1040	R$ 27.242,99
TOTAL	R$ 27.242,99		

Art. 4º Para cobertura do crédito autorizado pelo art. 3º, será utilizado o excesso de arrecadação da fonte 1040, conforme o art. 43, § 1º, inciso II, e § 3º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, demonstrado na tabela a seguir:

Fonte de Recursos	Descrição	Valor em R$
1040	FUNDEB - Complementação da União – VAAR	R$ 27.242,99
TOTAL	R$ 27.242,99	

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR, aos 23 dias do mês de outubro de 2026.
LUIZ ELISEU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 207/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 32 /2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE - PR
CONTRATADA: ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, n.º 686, CEP: 87.400-000, inscrito no CNPJ sob n.º 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Armando Cerci Junior, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG sob n.° XX2.150-X e do CPF sob n.°XX0.071.879-XX, residente e domiciliado nesta cidade.
CONTRATADA: ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 02.607.956/0001-81, situada na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, n.° 1132, Bairro: Centro, Cidade de Francisco Beltrão, estado do Paraná, neste ato representada por seu representante legal Sr. Ângelo Francisco Follador, portador do RG n.º 10.XXX.318-0 e CPF n.º 100.XXX.299-XX. Telefone: (46)3524-6343, e-mail: angeomed@netconta.com.br .
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 95/2026, Pregão n° 32 /2026, que integram o presente Termo e nos fundamentos e disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º 172/2022, da Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações aplicáveis.
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde de Cruzeiro do Oeste-PR.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) dias, tendo início em 21 de setembro de 2026 e término em 21 de setembro de 2027, sendo prorrogável por igual período, por conveniência e oportunidade da Administração, na forma dos artigos105 e111,da Lei Federal n.º 14.133/2021.
VALOR TOTAL: O valor total da presente contratação é de R$ 24.550,00 (vinte e quatro mil, quinhentos e cinquenta reais).
De acordo com os requisitos exigidos no artigo 5.º, do Decreto Municipal 172/2022, indica-se como gestor de contrato o Sr. Flavio Silva Posseti, inscrito no CPF sob n.° 025.XXX.XXX-10 e como fiscal de contrato a Sra. Fabielly Regina Teoro Pretti, inscrita no CPF sob n.° 064.XXX.XXX-94 e a Sra. Bruna Aparecida Alves, inscrita no CPF sob n.° 094.XXX.XXX-23.
DISPOSIÇÕES GERAIS: O contrato segue os termos estabelecidos no instrumento convocatório e na proposta apresentada pela contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
TERMO ADITIVO Nº 188/2026
CONTRATO Nº 269/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 93 / 2025
INEXIGIBILIDADE Nº 28/2025
LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE - PR
LOCADOR: ADRIANA APARECIDA LELIS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, n.º 686, CEP: 87.400-000, inscrito no CNPJ sob n.º 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o ARMANDO CERCI JUNIOR brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG sob n.° XX2.150-X e do CPF sob n.° XX0.071.879-XX, residente e domiciliado nesta cidade.
LOCADOR: ADRIANA APARECIDA LELIS, portadora do CPF n.º sob n.º 253.XXX.XXX-00, com sede Rua Nossa Senhora de Fátima, n.° 235 , Bairro: Almirante Tamandaré, CEP: 87400-000, Município de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.
A parte acima qualificada tem entre si, justo e acertado na melhor forma de direito, o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a concessão de reajuste contratual ao Contrato nº 269/2025 em razão da recomposição do valor monetário da contratação, conforme índice previsto no instrumento contratual e na legislação aplicável, conforme a justificativa técnica constante no processo administrativo correspondente.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
2.1. O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no Artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, bem como nas disposições constantes no Contrato nº 269/2025, especialmente na cláusula que prevê o reajustamento dos preços mediante aplicação do índice IPCA.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE
3.1. Fica concedido o reajuste contratual no percentual de 4,57% (quatro e cinquenta e sete por cento), correspondente à variação acumulada do índice IPCA, apurada no período compreendido entre 10/2025 a 09/2026, conforme cálculo do setor contábil.
3.2. Em razão do reajuste concedido, o valor mensal do contrato passa de R$2.180,55 (dois mil cento e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos) para R$2.280,33 (dois mil duzentos e oitenta reais e trinta e três centavos). O valor total atualizado do contrato passa a ser de R$27.363,36 (vinte e sete mil trezentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos), sendo acrescido um total de R$: R$1.197,36 (um mil cento e noventa e sete reais e trinta e seis centavos).
CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.
Cláusula Quarta: As partes comprometem-se a manterem as mesmas condições estabelecidas pela licitação Inexigibilidade n.°28/2025 que não colidirem com as disposições deste aditivo, obedecendo ao Contrato n.° 269/ 2025
Cruzeiro do Oeste, 23 de outubro de 2026.
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
Sr. Armando Cerci Junior
Prefeito Municipal
CONTRATANTE
ADRIANA APARECIDA LELIS
LOCADOR
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
Sr. Armando Cerci Junior
Prefeito Municipal
LOCATÁRIO
Testemunhas:1---------- 2 ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

CNPJ 80.404.023/0001-09
Rua Jorge Ferreira, n. 550, centro, em Francisco Alves/PR
Fone (44) 3643-1301
camara_franciscoalves@hotmail.com

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO DA MESA DIRETORA Nº 064/2026

Em análise ao requerimento da senhora **CÉLIA PEREIRA DOS SANTOS GERALDELI** ocupante do cargo de Vereadora e inscrito no CPF sob nº.010.328.699-33, realizado em 19/10/2026, para a concessão de 3 diárias, com o objetivo de deslocar-se até a cidade de Curitiba/PR, com previsão de saída em 27/10/2026 e retorno em 30/10/2026, objetivando a participação no Curso/Treinamento – **CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS – OS RISCOS E AS RESPONSABILIDADES DE VEREADORES, GESTORES E SERVIDORES À LUZ DO CÓDIGO PENAL E DA LEI Nº 14.133/2021.** Após analisada a sua pertinência, bem como a sua compatibilidade dos motivos do deslocamento com o interesse público e correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo, esta Mesa Diretora resolve: **(X) DEFERIR ( ) INDEFERIR**, a concessão de 3 diárias, que totalizam o valor de R$ **1.883,91.**

(**X**) Passagens

( ) Sem aquisição de passagens.

Alerta-se o (a) beneficiário (a) de que deverá ater-se detidamente ao contido na Resolução nº 01/2023, sob as penas lá estatuídas, em especial sobre o desconto em folha de pagamento de diárias recebidas em excesso e/ou não utilizadas/comprovadas documentalmente, nos termos do art. 16, § 2º, da citada Resolução.

Francisco Alves/PR, 22/10/2026

Cioni Cassin do Nascimento
Presidente

Miguel Arcanjo dos Santos
Vice-Presidente

Marcio Renato Trindade da Silva
2º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
TERMO ADITIVO Nº 187/2026
CONTRATO Nº 325/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2025
PREGÃO Nº 16/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE - PR
CONTRATADA: G D DE ANDRADE - SERRALHERIA
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, n.º 686, CEP: 87.400-000, inscrito no CNPJ sob n.º 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Armando Cerci Junior brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG sob n.° XX2.150-X e do CPF sob n.° XX0.071.879-XX, residente e domiciliado nesta cidade.
CONTRATADA: G D DE ANDRADE - SERRALHERIA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 20.772.843/0001-13, com sede Avenida João Ribeiro Haenisch, 730, Bairro: Parque Industrial Augusto Tezelli Filho, CEP: 87306625, Município de Campo Mourão, neste ato representado pelo(a) Sr.(ª) Genilson Damas de Andrade, portador do CPF n.º 026.XXX.XXX-39 , e-mail: jr.represenracao.licitacoes@gmail.com, Telefone: (44) 99993-9789.
As partes têm entre si justo e acertado na melhor forma de direito, o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:
Cláusula Primeira: Este instrumento tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviço de Serralheria e Metalúrgica, fabricação, instalação e consertos, destinado a todas as secretarias.
Cláusula Segunda: O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Pregão n.° 16/2025, na forma da Lei n.° 14.133/2021, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Cláusula Terceira: Através do presente termo aditivo, decidem as partes, de comum acordo, prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.° 325/2025 a contar do dia 24 de outubro de 2026 com termino em 24 de outubro de 2027, para dar continuidade nos serviços prestados. Termo aditivo de prazo elaborado conforme solicitação e justificativa apresentadas no memorando n.° 2026005069.
Cláusula Quarta: As partes comprometem-se a manterem as mesmas condições estabelecidas, pelo procedimento Licitatório n.°45/2025, Modalidade Pregão n.° 16/2025, que não colidirem com as disposições deste aditivo, obedecendo ao Contrato n.° 325/2025.
Cruzeiro do Oeste, 23 de outubro de 2026.
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
Sr. Armando Cerci Junior
Prefeito Municipal
CONTRATANTE
G D DE ANDRADE - SERRALHERIA
Contratada
Sra. Lislie Pereira dos Santos
Secretária Municipal de Administração
GESTORA
Testemunhas:
1---------- 2 ----------

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA

AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

RESUMO DE ADITIVOS E ATAS
157/2026

Termo Aditivo nº 004/2026
Ref.: Contrato de prestação de serviços nº124/2025
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª R.S.
Contratado: T ROSSETO CLINICA FONOAUDIOLÓGICA-ME
Objeto: Fica aditado o Contrato de Prestação de Serviços nº 124/2025, prorrogando-se o prazo pactuado na cláusula terceira, passando o término para 30 de outubro de 2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: O valor do contrato será mantido em até R$ 261.600,00 (Duzentos e sessenta e um mil e seissentos reais) anuais.
CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Termo Aditivo nº002/2026
Ref.: Contrato de prestação de serviços nº051/2024
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª R.S.
Contratado: SASU- SERVIÇO DE APOIO A SAÚDE DE UMUARAMA LTDA- EPP
Objeto: Fica aditado o contrato de prestação de serviços nº 051/2024, alterando-se o item 1.1.4 da Cláusula Terceira conforme abaixo descrito:
1.1.4. Caberá à CONTRATADA Caberá à CONTRATADA encaminhar ao CISA, juntamente com a respectiva nota fiscal, a cópia da escala consolidada dos plantões médicos efetivamente realizados, obrigatoriamente preenchida conforme o modelo constante do **Anexo I** – Modelo de Escala Médica de Plantões, parte integrante deste contrato. A planilha deverá conter as informações necessárias à identificação dos plantões realizados, dos profissionais responsáveis e dos respectivos horários, bem como estar devidamente assinada pelo representante legal da **CONTRATADA** e pelo Secretário Municipal de Saúde, para fins de atesto, conferência e comprovação da efetiva prestação dos serviços."
CLÁUSULA SEGUNDA: CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente à **CONTRATANTE**, no primeiro dia útil do mês, a nota fiscal referente aos serviços realizados na competência do mês anterior, acompanhada da planilha de escala médica preenchida conforme o modelo constante do **Anexo I** deste contrato, devidamente assinada pelo representante legal da **CONTRATADA** e pelo Secretário Municipal de Saúde.
Parágrafo Primeiro. A planilha de escala médica constitui documento comprobatório da execução dos plantões e deverá permitir a conferência dos serviços faturados, mediante identificação das datas, horários e profissionais responsáveis pelos atendimentos realizados, conforme modelo abaixo:

ANEXO I

MODELO DE ESCALA MÉDICA DE PLANTÕES					
CISA / AMERIOS – 12° REGIONAL DE SAÚDE DO PARANÁ					
CONTRATO Nº:					
MUNICÍPIO:					
EMPRESA CONTRATADA:					
CNPJ					
REPRESENTANTE LEGAL:					
MÊS / ANO DE REFERÊNCIA:					
ITEM	DATA	DIA DA SEMANA	HORÁRIO (INICIO- FIM)	NOME COMPLETO DO MÉDICO	CRM-PR
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
OBSERVAÇÕES:					
Assinatura Representante legal da empresa			Assinatura Secretário de Saúde		

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Umuarama, 23 de outubro de 2026.

ELIANA DE LIMA BERALDO
Coordenadora

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 177/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.
VALOR MÁXIMO: R$ 2.693.035,20 (dois milhões, seiscentos e noventa e três mil e trinta e cinco reais e vinte centavos)
EMISSÃO DO EDITAL: 23/10/2026
ABERTURA: 10/11/2026 ÀS 09:00
LOCAL: Página eletrônica da Plataforma da BNC – Bolsa Nacional de Compras
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

DO EDITAL: Está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico do pregão eletrônico https://bnccompras.com "Acesso Identificado" e no Portal de Transparência do Município de ALTÔNIA no endereço eletrônico: https://altonia.pr.gov.br.

Altônia-PR, aos 23/10/2026.
PREGOEIRO

MUNICIPIO DE DOURADINA
Estado do Paraná **CNPJ 78.200.110/0001-94**
Exercício: 2026

** Elotech **
23/10/2026
Pág. 1/2

Decreto nº 233/2026 de 23/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2415/2025 de 04/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 7.680,00 (sete mil seiscentos e oitenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
08.008.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ESPORTES	
08.008.27.812.0013.2.072.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTES	
461 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.680,00

Total Suplementação: 7.680,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
08.006.00.000.0000.0.000.		TRANSPORTE ESCOLAR	
08.006.12.364.0029.2.070.		APOIO E INCENTIVO A FORMAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR	
430 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.680,00
08.008.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ESPORTES	
08.008.27.812.0013.2.072.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTES	
460 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00

Total Redução: 7.680,00

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2021 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo **4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de DOURADINA , Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

RUA JORGE FERREIRA Nº 550 – CENTRO
FRANCISCO ALVES – PARANÁ.
CNPJ: 80.404.023/0001-09
FONE (44) 3643-1301

EDITAL DE RATIFICAÇÃO 26/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 26/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 26/2026

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de FRANCISCO ALVES - Pr, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RATIFICA o Ato de Inexigibilidade de Licitação nº 26/2026** feito pelo(a) Agente de Contratação e Equipe de Apoio, quanto a resultado do **Processo Administrativo nº 26/2026**, definindo pela contratação da empresa **RAS – CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**; regularmente inscrita no CNPJ sob nº 22.094.483.0001-73, com sede na Rua 319 – 225 Apt. 801, Meia Praia – CEP.: 88.220-000, na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina, para aquisição de 01 (uma) inscrição para o Treinamento/Curso ***"CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA E NAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS - Os riscos e as responsabilidades de vereadores, e gestores e servidores à luz do Código Penal e da Lei nº 14.133/2021",*** *a ser realizado pela Empresa Ras Consultoria e Treinamento em Gestão Pública,* entre os dias 27 à 30 de outubro de 2.026, na cidade de Curitiba/Pr; com fundamento no inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, valor R$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais).

Acolhendo o resultado, determina a(o) Agente de Contratação e Equipe de Apoio que comunique ao licitante o resultado da mesma, convidando-o a fornecer o objeto da presente Licitação à Câmara Municipal de Francisco Alves - Pr, pelo valor acima especificado, tornando a presente decisão de conhecimento público conforme determina a Legislação vigente.

Francisco Alves – Pr, 22 de outubro de 2026.

CIONI CASSIN DO NASCIMENTO
PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 500/2026
Data: 23.10.2026
Ementa: não atendimento ao Edital de Convocação nº 001/2026, para atender o disposto no item 16.9 do Edital de Abertura n° 01/2022 do Concurso Público nº 002/2022, e dá outras providências.
O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, e,
Considerando que o candidato em referência, não compareceu no prazo estipulado do edital de convocação de nº 016/2026, em atendimento ao disposto no item 16.9 do Edital de Abertura de nº 01/2022 do Concurso Público nº 002/2022, e,
Considerando o memorando online sob o nº 559/2025,
DECRETA:
Art. 1º Fica considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado, nos termos do item 16.9 do Edital de Abertura n° 01/2022 do Concurso Público nº 002/2022, o candidato a seguir mencionado, em razão do não comparecimento no prazo fixado no Edital de Convocação n° 016/2026:
Para o Cargo de Nutricionista - Afrodescendente
Inscrição Candidato Classificação
011.501.566-09 Fernando Furlan 3º
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 639/2026
Data: 23.10.2026
Ementa: prorroga-se o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar Sumário, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições Legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.246/2003 e a Lei Municipal nº 2.279/2023 nos seus dispositivos atinentes à espécie, e, ainda, considerando o memorando online sob o nº 1.612/2024,
RESOLVE:
Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar Sumário, instaurado por meio da Portaria nº 201/2026 de 30/03/2026, por mais 60 (sessenta) dias.
Art. 2° O pagamento da gratificação pelo exercício do encargo especial é de somente de 30 (trinta) dias, mesmo que haja a prorrogação do Procedimento, conforme disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 2.279/2023.
Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 499/2026
Data: 23.10.2026
Ementa: homologa avaliação de servidores em Estágio Probatório para efeitos de efetivação de que trata os artigos 32, 33 e 34 da Lei nº 1.246 de 03.12.2003, realizada pela Comissão nomeada pela Portaria nº 120/2026, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os dispositivos das Leis nº 1.246 de 03.12.2003, e,
Considerando o processo de avaliação observadas às exigências da reorganização das carreiras funcionais dos servidores municipais de Guaíra;
Considerando o disposto nos artigos 32, 33 e 34 da Lei Municipal nº 1.246/2003, que estabelece a obrigatoriedade de ato específico do poder executivo para a estabilização do servidor em estágio probatório;
Considerando o Decreto nº 252/2005 que regulamenta as normas de avaliação dos Servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de habilitação em concurso público ou estabilizados na forma da Lei;
Considerando o memorando online sob o n° 135/2025,
DECRETA:
Art. 1o Ficam homologados os resultados das avaliações, e declarados estáveis no serviço público do Poder Executivo do Município de Guaíra, Estado do Paraná, os servidores públicos municipais a seguir mencionados:

Matrícula	Nome	Admissão	Cargo	Nota	Resultado	Data Efetivação
29918-02	GIOVANE ANDREI KULHKAMP	16/10/2023	Assistente Administrativo	370	APROVADO	16/10/2026
8680-02	DEUZENIR DE MEIRELES DONATH	16/10/2023	Assistente Administrativo	386	APROVADO	16/10/2026
30209-02	NATALIA GABRIELA MARQUES AZEVEDO	16/10/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	16/10/2026
30597-01	DIANE KELLY SILMANN DE CASTRO LIMA	16/10/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	16/10/2026
30598-01	ADRIANA OCAMPOS VITORINO	16/10/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	16/10/2026
30599-01	LUCAS MATEUS BRUM DE OLIVEIRA	16/10/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	16/10/2026
30603-01	VALERIA SUCH DE MELO	16/10/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	16/10/2026
30607-01	LILIAN INES HIPPLER DA SILVA	16/10/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	16/10/2026
30609-01	THIAGO DE SOUZA BRITO	16/10/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	16/10/2026
22128-02	SUSÉLE APARECIDA CESCO	16/10/2023	Assistente Social	400	APROVADO	16/10/2026
30596-01	MONICA CALISTRO MICULIS SOARES	16/10/2023	Cirurgião Dentista 40 horas	400	APROVADO	16/10/2026
29976-02	EMILY DRUMOND	16/10/2023	Enfermeiro Padrão	393	APROVADO	16/10/2026
30613-01	JOSE DE SOUZA LEITE	16/10/2023	Merendeira	400	APROVADO	16/10/2026
30614-01	CLAUDIA CHUENG BACHES DOS SANTOS	16/10/2023	Merendeira	393	APROVADO	16/10/2026
30615-01	TATIANE DE NOVAIS DE MOURA SILVA	16/10/2023	Merendeira	400	APROVADO	16/10/2026
30616-01	PATRICIA CONCEIÇÃO MARTINS	16/10/2023	Merendeira	400	APROVADO	16/10/2026
30604-01	GIOVANA GABRIEL DA SILVA	16/10/2023	Psicólogo	400	APROVADO	16/10/2026
30605-01	CLEBER BASTOS DE OLIVEIRA	16/10/2023	Psicólogo	333	APROVADO	16/10/2026
26514-04	BRUNA ALEXANDRA DE NOVAIS BARRETO	16/10/2023	Recepcionista	400	APROVADO	16/10/2026
29450-03	ANDRE RAFAEL DE MARCHI	16/10/2023	Recepcionista	400	APROVADO	16/10/2026
30142-04	EMANUELLE MARIA BAGATIN	16/10/2023	Recepcionista	393	APROVADO	16/10/2026
30529-02	MARIANA APARECIDA ZAVODINI DIAS	16/10/2023	Recepcionista	400	APROVADO	16/10/2026
30600-01	CARLA MORAES DA SILVA	16/10/2023	Recepcionista	400	APROVADO	16/10/2026
30601-01	CLICIA SCATOLIN DA SILVA	16/10/2023	Recepcionista	386	APROVADO	16/10/2026
30606-01	RENAN FERREIRA SILVESTRE	16/10/2026	Recepcionista	400	APROVADO	16/10/2026

Art. 2o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 16 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
EDITAL Nº 017/2026
CONVOCAÇÃO
Ref. Concurso Público Municipal nº 002/2022 – Edital de Abertura nº 001/2022
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, e tendo em vista a homologação do resultado do Concurso Público Municipal nº 002/2022 conforme Edital de abertura nº 001/2022, e, considerando o memorando online sob o n° 559/2025,
RESOLVE:
1. CONVOCAR a candidata descrita a seguir, aprovada e classificada no Concurso Público Municipal nº 002/2022, aberto pelo Edital nº 001/2022 e alterações subsequentes, a qual deverá comparecer na Diretoria de Pessoal desta Municipalidade, sito à Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Centro, no Município de Guaíra, Estado do Paraná, impreterivelmente, no período de 26/10/2026 a 09/11/2026, no horário de expediente, das 07h30 às 12h e das 13h30 às 17h, munida de documentos constantes no item 2 deste Edital, para provimento do cargo conforme a seguir:
Para o Cargo de Nutricionista

Inscrição	Candidato	Classificação
011.501.609-02	Keila Palma Ferreira	11º

2. A candidata convocada deverá comparecer na Diretoria de Pessoal munida dos seguintes documentos originais e cópias:
I. Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade;
II. Carteira Nacional de Habilitação - CNH vigente, categoria mínima exigida para o cargo (quando for o caso) categoria no mínimo D para Motorista de Veículos;
III. Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
IV. Registro no órgão da classe (quando for o caso);
V. Registro Civil de nascimento ou casamento;
VI. Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente, se do sexo masculino;
VII. Título de Eleitor, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência ou declaração de quitação eleitoral;
VIII. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
IX. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, acompanhado do cartão de vacina da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
X. Certidão de registro de nascimento e CPF dos filhos dependentes, quando houver;
XI. Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
XII. Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
XIII. Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
XIV. Declaração de bens e valores que constituam patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda do último ano;
XV. Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
XVI. Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e/ou pensão;
XVII. Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
XVIII. Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
XIX. Apresentar qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos.
2.1. A Certidão deverá ser apresentada, necessariamente, no original.
3. Após a entrega dos documentos previstos no item 2, os candidatos serão submetidos, antes da nomeação, à Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
3.1. A falta da apresentação dos exames mencionados no item anterior caracterizará desistência dos candidatos.
3.2. A omissão e/ou negação pelos candidatos de informações relevantes na entrevista médica, intencionalmente ou não, implicará em sua perda do direito à nomeação, e caso já tenha sido nomeado e empossado, poderá ser exonerado do seu respectivo cargo, observado o contraditório e a ampla defesa.
3.3. O resultado dos Exames Médicos Admissionais será expresso com a indicação de apto ou inapto para o exercício das atribuições do cargo.
3.4. Os candidatos considerados inaptos nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitar à realização dos mesmos será eliminado do Concurso.
4. A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminará o candidato, anulando todos os atos decorrentes da respectiva nomeação e a tomada de posse.
5. Os candidatos que deixarem de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação, serão considerados como desistentes e substituídos, na sequência, pelo imediatamente classificado.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 058/2024
CONCORRÊNCIA Nº 007/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2024
Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 77.356.665/0001-67 doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Jorge Ferreira nº. 627, na cidade de Francisco Alves, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Sr. ALÍRIO JOSÉ MISTURA, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.285.518-7 SESP/PR e do CPF/MF nº 710.227.089-53, residente e domiciliado no município de Francisco Alves, Estado do Paraná e na qualidade de CONTRATADA a empresa A. GOMES DA SILVA ALVES, inscrita no CNPJ sob nº 28.124.530/0001-60, situada na Rua João Takakua, nº 567, Centro, na cidade de Mariluz, Estado do Paraná, neste ato representada pela Sr.ª ADAIANE GOMES DA SILVA, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade R.G. nº 107297189 SSP/PR, CPF nº 072.972.459-09, residente e domiciliada na cidade de Mariluz, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acertado o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2024, oriundo da CONCORRÊNCIA Nº 007/2024, com as seguintes condições:
1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 058/2024, a partir de 15/07/2026 até 10/02/2027
2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESPESA
Em decorrência do acréscimo de prazo, os pagamentos necessários correrão à conta da Dotação Orçamentária constante no orçamento vigente do exercício de 2026 e 2027.
3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. se faz com base nos arts. 124 e 125, da Lei nº 14.133/2021, e Cláusula 21 do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2024.
4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e continua em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato nº 058/2024.
5.0 – CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Para dirimir as questões decorrentes deste Termo Aditivo, as partes elegem o Foro da Comarca de Iporã, Estado do Paraná.
E por assim acharem justos e contratados, determinaram a lavratura do presente Termo Aditivo para que produza seus efeitos jurídicos e legais que passará a integrar ao Contrato Primitivo e vai assinado pelas partes contratantes na presença de duas testemunhas.
Francisco Alves/PR, 23 de outubro de 2026.
MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES/Contratante
ALÍRIO JOSÉ MISTURA/Prefeito Municipal
A. GOMES DA SILVA ALVES/Contratada
ADAIANE GOMES DA SILVA/Representante
Testemunhas:
DANIEL DOS SANTOS T. CHAMORRO — HELENA C. S. ISRAEL
CPF: 077.076.779-57 — CPF: 094.499.089-40

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
DESPACHO DE DEFERIMENTO DE CREDENCIAMENTO
Processo Administrativo nº: 072/2026
Edital de Credenciamento nº: 003/2026
Chamamento Público nº: 004/2026
Inexigibilidade nº: 024/2026
Interessado: ANNA LUIZA LEME CALGARO DA FONSECA
CPF nº 036.301.389-00
Considerando a análise da documentação apresentada pela sra. ANNA LUIZA LEME CALGARO DA FONSECA, bem como o atendimento às exigências previstas no Edital de Credenciamento nº 003/2026;
DEFIRO o pedido de credenciamento da profissional ANNA LUIZA LEME CALGARO DA FONSECA, para prestação de serviços técnicos profissionais de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais por contratação ativa, destinados ao atendimento das necessidades temporárias da Secretaria Municipal de Assistência Social de Icaraíma/PR, especialmente no âmbito da rede socioassistencial e do Serviço de Acolhimento Institucional – Casa-Lar, conforme condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais anexos.
O presente deferimento não gera direito subjetivo à contratação imediata, ficando a eventual contratação condicionada à necessidade efetivamente demonstrada pela Administração, à disponibilidade orçamentária e à observância da ordem de convocação e demais condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 003/2026 e seus anexos.
Determino:
a) a publicação do resultado do presente deferimento no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial, bem como a realização dos registros e publicações cabíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, observadas as disposições legais e editalícias aplicáveis;
b) após o transcurso do prazo recursal, sem a interposição de recurso, ou após o julgamento dos recursos eventualmente apresentados, a inclusão da interessada na lista de credenciados da categoria profissional de Assistente Social, observada a ordem estabelecida no Edital.
Icaraíma/PR, 23 de outubro de 2026.
DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

PORTARIA N.º741
De 23/10/2026
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA ANA CAROLINE FERRARO VIVIAN
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e,
CONSIDERANDO a Pedido da Servidora.
RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR, a servidora Ana Caroline Ferraro Vivian, portadora do CPF-n.º-116.038.619-63, do cargo temporário de Farmacêutico Plantonista.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (23/10/2026).
Oberdam José de Oliveira
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo determinado n.º 96/2026
Contratante: Município de Douradina/PR
Contratado: Ana Caroline Ferraro Vivian
Objeto: Prestação de serviços na função de
Farmacêutico Plantonista, lotada no PAM – Pronto Atendimento Municipal de Douradina-PR, conforme o Processo Seletivo Simplificado, aberto através do Edital n.º 89/2026.
Carga horária:40 horas semanais
Valor contratado: R$-3.026,42-mensais
Vigência: 23/10/2026 até 30/05/2027

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DOURADINA – PR

RESOLUÇÃO Nº. 03/2026
Súmula: Dispõe sobre a convocação da 7ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA do município de Douradina/PR, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 2.326/2023, em conformidade com a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e
CONSIDERANDO a necessidade de promover ampla mobilização social para avaliação e proposição de diretrizes para a Política Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente;
CONSIDERANDO a importância do fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA;
CONSIDERANDO a Resolução Nº 276, de 12 de novembro de 2025, que dispõe sobre a convocação da 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (13ª CNDCA).
RESOLVE:
Art. 1º Convocar a 7ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia 19 de novembro de 2026, das 8:00h às 12:00h, manhã e a tarde das 13:30h às 17:30h, no antigo prédio da Universidade Anhanguera, situado na Rua Maria Pauloni, Jardim Reinaldo Vicentini, com o tema central:“Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa”.
Art. 2º A Conferência Municipal terá como objetivo geral promover a avaliação da política de atendimento à criança e ao adolescente no âmbito municipal e propor diretrizes para seu aprimoramento, garantindo a participação da sociedade civil e do poder público.
Art. 3º As discussões da Conferência estarão organizadas a partir dos seguintes eixos temáticos:
I – Aprimoramento do Controle Social;
II – Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;
III – Promoção da Convivência Familiar e Comunitária;
IV – Prevenção e Enfrentamento às Violências;
V – Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador;
VI – Aprimoramento da Execução das Medidas Socioeducativas.
Art. 4º A Conferência Municipal será coordenada por Comissão Organizadora do CMDCA, composta paritariamente por representantes governamentais e da sociedade civil, sendo:
Representantes governamentais
Rosana da Silva Perin Stela
Rafaela Caroline Corsini
Representantes da Sociedade Civil
Daniela Aparecida de Castro
José Gonçalves da Silva
Representantes Criança e adolescente
Talita Moraes (adolescente)
Ana Gabriela Wagener Candido (adolescente)
Art. 5º Compete à Comissão Organizadora:
I – Elaborar o Regimento Interno da Conferência;
II – Organizar a metodologia de trabalho e os grupos por eixo temático;
III – Coordenar o processo de inscrição e credenciamento dos participantes;
IV – Sistematizar as propostas aprovadas;
V – Organizar a eleição de delegados(as) para a etapa regional/estadual, quando for o caso.
Art. 6º Poderão participar da Conferência representantes do poder público, sociedade civil organizada, sistema de justiça, rede de atendimento, profissionais da área, crianças e adolescentes, garantindo-se a participação democrática e representativa.
Art. 7º As despesas decorrentes da realização da Conferência correrão por conta de dotação orçamentária própria, podendo ser custeadas com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, observada a legislação vigente.
Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Douradina /PR, 23 de outubro de 2026.
ROSANA DA SILVA PERIN STELA
Presidente do CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ICARAÍMA–PR

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 06/2026
Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) destinado ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade no âmbito do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora do Município de Icaraíma–PR.
O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ICARAÍMA–PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 1.292/2016, de 15 de julho de 2016, publicada no Jornal Umuarama Ilustrado em 16 de julho de 2016, página C-6, e em consonância com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, instituído pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990; CONSIDERANDO o princípio da proteção integral e da prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente, previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente; CONSIDERANDO a importância de assegurar às crianças de 0 a 6 anos de idade acolhidas em famílias acolhedoras um atendimento individualizado, humanizado e adequado às suas necessidades de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social; CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer diretrizes para a organização e a execução do atendimento, visando à garantia dos direitos fundamentais, à preservação dos vínculos familiares e comunitários e à promoção do desenvolvimento integral das crianças acolhidas; CONSIDERANDO a relevância do Projeto Político-Pedagógico (PPP) como instrumento orientador das ações, dos procedimentos e das práticas desenvolvidas no âmbito do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora do Município de Icaraíma–PR; CONSIDERANDO a deliberação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em reunião realizada no dia 23 de outubro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) destinado ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade no âmbito do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora do Município de Icaraíma–PR.
Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico aprovado por esta Resolução deverá orientar a organização e a execução do atendimento às crianças acolhidas, respeitando as especificidades da primeira infância, suas necessidades individuais e o direito à convivência familiar e comunitária.
Art. 3º A execução do Projeto Político-Pedagógico deverá observar a legislação vigente e as diretrizes aplicáveis ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, assegurando a proteção integral, a dignidade, o desenvolvimento saudável e o melhor interesse das crianças atendidas.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Icaraíma–PR, 23 de outubro de 2026.
ENI BORGES FERREIRA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Icaraíma–PR

CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

Estado do Paraná
ATO DA MESA Nº 050/2026
Ratifica e adjudica Processo de Inexigibilidade de Licitação
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2026
PROCESSO Nº 028/2025
OBJETO: Contratação de serviço referente a 4 (quatro) inscrições, de 3 (três) vereadores e 1 (um) servidor da Câmara Municipal de Icaraíma – Pr, para participação no curso: Crimes contra a administração pública e nas contratações municipais. Os riscos e as responsabilidades de vereadores, gestores e servidores à luz do código penal e da Lei nº14.133/2021, na cidade de Curitiba - PR, durante os dias 27,27,29 e 30 de outubro de 2026, valor de cada inscrição R$ 2.790,00 (dois mil setecentos e noventa reais), valor total R$ 11.160,00 (onze mil cento e sessenta reais).
Considerando as informações, pareceres e documentos contidos neste processo administrativo, RATIFICO E ADJUDICO o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 014/2026 quanto à contratação da Empresa, RAS – CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTÃO PUBLICA, CNPJ nº 22.094.483/0001-73, valor total R$ 11.160,00 (onze mil cento e sessenta reais),referente ao objeto acima referido, com fundamento no artigo 74, III da Lei nº 14.133/2021.
Edifício da Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 23 de outubro de 2026.
MANOEL TIMÓTEO DE ALMEIDA
Presidente
ELZINO RODRIGUES PEREIRA JUNIOR
1° Secretário

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 479/2026
Pregão Eletrônico nº 168/2026
Processo Administrativo nº 287/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90
Detentora da Ata: ATS ASSOCIACAO DE TIRO SANTANA, inscrita no CNPJ nº 27.716.188/0001-25.
Objeto da Ata: Para futura e eventual locação de estande de tiro na modalidade outdoor (ao ar livre), com infraestrutura tática adaptada para tiro embarcado em veículo, destinado à realização de treinamentos operacionais, instruções e testes de qualificação técnica periódica dos servidores da Guarda Municipal de Guaíra - PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 168/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.
Valor Total: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, tendo início na data do presente instrumento e término em 23 de outubro de 2027, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.
Data de Assinatura: 23 de outubro de 2026.
Foro: Guaíra – Paraná.
Guaíra, Paraná, 23 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 673/2026
decorrente da Ata de Registro de Preços nº 479/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 168/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90
Contratada: ATS ASSOCIACAO DE TIRO SANTANA, inscrita no CNPJ nº 27.716.188/0001-25.
Objeto do Contrato: Para futura e eventual locação de estande de tiro na modalidade outdoor (ao ar livre), com infraestrutura tática adaptada para tiro embarcado em veículo, destinado à realização de treinamentos operacionais, instruções e testes de qualificação técnica periódica dos servidores da Guarda Municipal de Guaíra - PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 168/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.
Valor Total: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, tendo início na data do presente instrumento e término em 23 de outubro de 2027, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.
Data de Assinatura: 23 de outubro de 2026.
Foro: Guaíra – Paraná.
Guaíra, Paraná, 23 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 674/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 064/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 321/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2026 – CIEDEPAR – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90
CONTRATADA: JD ACO, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 02.419.903/0001-37
Objeto do Contrato: Contrato tem por objeto a aquisição de 10 (dez) Armários de Aço Tipo Roupeiro, conforme especificações técnicas, quantitativos e preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 002/2026 – CIEDEPAR, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2026, mediante adesão autorizada no procedimento administrativo correspondente, observadas as condições da Ata, do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da proposta da empresa contratada e do respectivo aceite.
Fundamentação: Art. 86 da Lei nº 14.133/2021.
Valor Total: R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais).
Recursos Orçamentários:
2024.08.01.2044. 3449052000000000000.4102
Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, término em 21 de abril de 2027.
Data de Assinatura: 23 de outubro de 2026.
Foro: Guaíra – Paraná
Guaíra, Paraná, 23 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 638/2026
Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 168/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR
O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 168/2026, cujo objeto é a futura e eventual locação de estande de tiro na modalidade outdoor (ao ar livre), com infraestrutura tática adaptada para tiro embarcado em veículo, destinado à realização de treinamentos operacionais, instruções e testes de qualificação técnica periódica dos servidores da Guarda Municipal de Guaíra - PR, sendo a empresa vencedora: ATS ASSOCIACAO DE TIRO SANTANA, inscrita no CNPJ nº 27.716.188/0001-25, vencedora do item 1 da licitação, com valor total máximo de Total R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Guaíra, Paraná, 23 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA MUNICÍPIO DE ICARAÍMA – PARANÁ

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 07/2026 Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária do Município de Icaraíma – Paraná, para o período de 2026 a 2029.
O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ICARAÍMA – PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 1.292/2016, de 15 de julho de 2016, publicada no Jornal Umuarama Ilustrado em 16 de julho de 2016, página C-6, e em consonância com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, instituído pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990; CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em reunião realizada no dia 23 de outubro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária do Município de Icaraíma – Paraná, referente ao período de 2026 a 2029.
Art. 2º O Plano Municipal tem como finalidade orientar e fortalecer as ações, os programas e as políticas públicas voltadas à promoção, à proteção e à defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, por meio da articulação intersetorial e do fortalecimento da rede de proteção.
Art. 3º A execução e o acompanhamento das ações previstas no Plano deverão observar as competências dos órgãos e serviços envolvidos, bem como a legislação vigente e o princípio da proteção integral de crianças e adolescentes.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Icaraíma – Paraná, 23 de outubro de 2026.
ENI BORGES FERREIRA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Icaraíma–PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná
EXTRATOS DE CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 221/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 165/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 001/2026 – CISA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 003/2026 – CISA
ÓRGÃO GERENCIADOR: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA.
CONTRATANTE: Município de Iporã/PR, inscrito no CNPJ nº 75.738.484/0001-70.
CONTRATADA: CKS VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 30.001.690/0001-69.
OBJETO: Aquisição de 02 (duas) vans de 16 lugares, novas, zero quilômetro, marca/modelo Renault Master L3H2 – 16 Passageiros, decorrente de compra compartilhada realizada por meio da Ata de Registro de Preços nº 003/2026 – CISA, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2026 – CISA.
VALOR UNITÁRIO: R$ 324.800,00 (trezentos e vinte e quatro mil e oitocentos reais).
VALOR TOTAL: R$ 649.600,00 (seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos reais).
PRAZO DE ENTREGA: Até 90 (noventa) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra.
VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até o recebimento definitivo do objeto, observadas as condições contratuais.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.4.90.52.52.00.00.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e condições da Ata de Registro de Preços nº 003/2026 – CISA.
ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATOS DE CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 222/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 165/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 001/2026 – CISA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 003/2026 – CISA
ÓRGÃO GERENCIADOR: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA.
CONTRATANTE: Município de Iporã/PR, inscrito no CNPJ nº 75.738.484/0001-70.
CONTRATADA: ROMA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 21.348.144/0001-80.
OBJETO: Aquisição de 01 (uma) Ambulância Tipo B – Suporte Básico, nova, zero quilômetro, marca/modelo Renault Master L2H2 Pro, devidamente equipada e adaptada, conforme especificações constantes da Ata de Registro de Preços nº 003/2026 – CISA, decorrente de compra compartilhada oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2026 – CISA.
VALOR TOTAL: R$ 354.000,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil reais).
PRAZO DE ENTREGA: Até 90 (noventa) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra.
VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até o recebimento definitivo do objeto, observadas as condições contratuais.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.4.90.52.52.00.00.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e condições da Ata de Registro de Preços nº 003/2026 – CISA.
ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Em atendimento ao contido no art. 49 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ivaté e art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Ivaté, convoco os senhores vereadores da Câmara Municipal de Ivaté para sessão extraordinária a ser realizada no dia 27 de outubro de 2026 (terça-feira), às 18h30 minutos, para deliberarem sobre a seguinte matéria:
PROJETO DE LEI 024/2026 – Dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.
Câmara Municipal de Ivaté-Pr, 23 dias do mês de outubro de 2026
LIONATO GENERALI
Presidente da Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO – N° 023/2026
O Município de Ivaté, Estado do Paraná, em conformidade com os ditames da Constituição Federal, Lei Federal nº. 14.133 de 1° de abril de 2.021, torna público que realizará certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS objetivando a contratação do objeto abaixo identificado:
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de escritório e escolares destinados ao Município de Ivaté-PR.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.
VALOR MÁXIMO: R$ 1.257.475,74 (um milhão, duzentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e sete centavos).
PARTICIPAÇÃO: Ampla concorrência com cota de participação.
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 06/11/2026 às 09h00.
PLATAFORMA DE DISPUTA: https://bllcompras.com.
Ivaté, 23 de outubro de 2026.
Patrícia Tomain Mesquita
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 03/12/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABJ6C37	275710NIC0001805	22/09/2026	50020
ADH6A03	275710S000013146	10/10/2026	56732
AHX3A39	275710S000013145	10/10/2026	56732
AKG5G66	275710S000013175	12/10/2026	56732
AOB3B79	275710S000013071	09/10/2026	60503
APA5D30	275710S000013035	07/10/2026	60503
APT0B16	275710S000013119	12/10/2026	60503
AQS1377	275710S000013172	12/10/2026	56732
ARC2B06	275710S000013157	11/10/2026	56732
ARL8B76	275710S000013147	11/10/2026	56732
ARU3832	275710S000013112	11/10/2026	56732
ARW0I14	275710S000013139	10/10/2026	56732
ARW3A32	275710S000013020	07/10/2026	60503
ASH0B70	275710S000013105	11/10/2026	60503
AUN1B84	275710S000013155	11/10/2026	56732
AVO1D48	275710S000013122	12/10/2026	60503
AVQ3356	275710S000013073	10/10/2026	60503
AWB5I06	275710S000013072	09/10/2026	56732
AWF6B48	275710S000013144	10/10/2026	60503
AWP8F89	275710S000013148	11/10/2026	60503
AXF8C56	275710S000013025	08/10/2026	60503
AXI6G99	275710NIC0001803	22/09/2026	50020
AYG0H92	275710S000013032	08/10/2026	60503
BAH2683	275710S000013120	12/10/2026	56732
BAU0D59	275710S000013067	09/10/2026	60503
BAU4248	275710S000013082	10/10/2026	60503
BBA7964	275710S000013018	07/10/2026	60503
BBS8A85	275710S000013056	09/10/2026	60503
BCK3128	275710S000013111	11/10/2026	60503
BCY1G07	275710S000013129	10/10/2026	56732
BDB9C68	275710S000013106	11/10/2026	60503
BDG3G09	275710S000013060	09/10/2026	60503
CTH3339	275710S000013088	10/10/2026	60503
EWZ4I28	275710S000013104	11/10/2026	60503
FFJ8A68	275710S000013028	08/10/2026	60503
FIN4A92	275710S000013152	11/10/2026	56732
FLK2I59	275710S000013150	11/10/2026	56732
FOC5A87	275710S000013164	11/10/2026	56732
GEG7A02	275710S000013132	10/10/2026	56732
GGX5B78	275710S000013128	10/10/2026	56732
GHG7D91	275710S000013045	08/10/2026	60503
HBL1J55	275710S000013034	08/10/2026	60503
HNE1259	275710S000013069	09/10/2026	60503
HRZ3334	275710S000013059	09/10/2026	60503
HZN5383	275710S000013042	08/10/2026	60503
IYH8H05	275710S000013118	12/10/2026	60503
IYV2D23	275710S000013049	09/10/2026	60503
IZD7J20	275710S000013090	10/10/2026	60503
JAE5E25	275710S000013160	11/10/2026	56732
JEU2677	275710S000013061	09/10/2026	60503
JYY4421	275710S000013116	12/10/2026	60503
KYN6H87	275710S000013174	12/10/2026	60503
LTC3I90	275710S000013038	07/10/2026	56732
MAN9H23	275710S000013076	10/10/2026	60503
MBM0598	275710S000013162	11/10/2026	56732
MCG5504	275710S000013023	08/10/2026	60503
MIM9158	275710S000013161	11/10/2026	56732
MMK1I34	275710S000013041	08/10/2026	56732
NBY4H82	275710NIC0001802	22/09/2026	50020
NES9J54	275710S000013021	07/10/2026	60503
NIQ6H75	275710S000013153	11/10/2026	56732
NSA9369	275710S000013123	12/10/2026	60503
OBI2I24	275710S000013163	11/10/2026	56732
OGX9I60	275710NIC0001806	22/09/2026	50020
OON1J22	275710S000013110	11/10/2026	60503
OTP8C22	275710S000013115	12/10/2026	56732
OXY8G67	275710S000013080	10/10/2026	60503
QAF4894	275710S000013033	08/10/2026	60503
QAN9A54	275710S000013087	10/10/2026	60503
QAX9F84	275710S000013050	09/10/2026	60503
QAZ8C65	275710S000013075	10/10/2026	60503
QCD7G08	275710S000013079	10/10/2026	60503
QIQ3590	275710S000013047	08/10/2026	56732
QNN9J57	275710S000013077	10/10/2026	60503
QPB2I17	275710S000013149	11/10/2026	56732
QVV1I68	275710S000013176	12/10/2026	60503
RAE1A92	275710S000013044	08/10/2026	60503
RHO2B05	275710S000013086	10/10/2026	60503
RHO2B35	275710S000013030	08/10/2026	56732
RLC2G20	275710S000013019	07/10/2026	60503
RME0E31	275710S000013159	11/10/2026	56732
ROJ1D12	275710S000013098	10/10/2026	60503
RTT9A64	275710S000013136	10/10/2026	56732
RWF1J59	275710NIC0001808	22/09/2026	50020
RWH8I96	275710S000013093	10/10/2026	60503
RYK2I84	275710S000013138	10/10/2026	56732
SED1I65	275710S000013029	08/10/2026	60503
SES2D72	275710S000013165	11/10/2026	56732
SFM6B26	275710NIC0001804	22/09/2026	50020
SID0C68	275710S000013068	09/10/2026	56732
SMF0G10	275710NIC0001807	22/09/2026	50020
SXT1C57	275710S000013158	11/10/2026	56732
SXY4F34	275710NIC0001810	22/09/2026	50020
SYT2G90	275710S000013109	11/10/2026	60503
TBB4E67	275710S000013169	12/10/2026	56732
TBN7D70	275710S000013171	12/10/2026	56732
TBP1F46	275710S000013142	10/10/2026	56732
TBT5H41	275710S000013124	10/10/2026	56732
TPP2B48	275710NIC0001809	22/09/2026	50020
TQO9H82	275710S000013094	10/10/2026	60503
TRK2F26	275710NIC0001811	22/09/2026	50020
TRN4H90	275710S000013096	10/10/2026	60503
UCO8J51	275710S000013173	12/10/2026	56732

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 04/12/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AHS8J96	275710T000008764	13/10/2026	57380
AII7629	275710T000009659	13/10/2026	51691
ANC4F99	275710T000009765	14/10/2026	58191
ARK6F18	275710T000009609	13/10/2026	65992
DVU3637	275710T000008817	15/10/2026	50100
DVU3637	275710T000008818	15/10/2026	66371
FGX3H15	275710T000002554	15/10/2026	55417
HSO8H83	275710T000009824	13/10/2026	50100
RBI3G85	275710NIC0001814	26/09/2026	50020

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 16/10/2026 08:04 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 07/12/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ADO0A88	275710T000009947	15/10/2026	55417
MLO0C58	275710T000009767	15/10/2026	60501
NBL2C24	275710T000009949	15/10/2026	55417

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 19/10/2026 08:04 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 07/12/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAW3433	275710T000010016	17/10/2026	70722
ABJ9B53	275710S000013192	13/10/2026	60503
ADX9967	275710S000013257	17/10/2026	60503
AFW0E12	275710T000009662	18/10/2026	66371
AFW0E12	275710T000009660	18/10/2026	66371
AGE5E33	275710S000013265	18/10/2026	60503
ALD6E82	275710S000013232	16/10/2026	60503
ALI4G47	275710T000010018	19/10/2026	55417
AMP8F52	275710S000013189	13/10/2026	60503
APH4907	275710S000013200	13/10/2026	60503
AQK0381	275710S000013196	13/10/2026	60503
ATB6D48	275710S000013207	14/10/2026	56732
AVC2G78	275710S000013180	13/10/2026	60503
AVX7F42	275710S000013229	16/10/2026	60503
AWN4101	275710S000013234	16/10/2026	60503
AXF8C56	275710S000013209	14/10/2026	60503
AYH9E21	275710T000009220	18/10/2026	73400
AYL5499	275710S000013270	18/10/2026	60503
AYV8B40	275710S000013183	13/10/2026	60503
AZG5677	275710S000013268	18/10/2026	60503
BAW8B97	275710S000013251	18/10/2026	56732
BCT0H27	275710S000013236	16/10/2026	60503
BDZ7H25	275710S000013184	13/10/2026	60503
BEG1405	275710S000013212	15/10/2026	60503
BES8C56	275710S000013194	13/10/2026	60503
BNE7800	275710S000013241	16/10/2026	60503
CID1A23	275710S000013259	18/10/2026	60503
CSP6G74	275710S000013250	17/10/2026	56732
DAF9E26	275710S000013269	18/10/2026	60503
DBL2B10	275710S000013230	16/10/2026	60503
DKE1J01	275710S000013224	15/10/2026	60503
EFB5H28	275710S000013197	13/10/2026	60503
ERE0G50	275710S000013260	18/10/2026	60503
ERX7E03	275710S000013214	15/10/2026	60503
FHD8528	275710S000013193	13/10/2026	60503
FHD8528	275710S000013185	13/10/2026	56732
FSW6693	275710S000013201	14/10/2026	60503
HEL3G73	275710S000013181	13/10/2026	60503

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 20/10/2026 12:55 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 2

HRN2I42	275710S000013210	15/10/2026	60503
HSY6A88	275710S000013235	16/10/2026	60503
INT6A39	275710T000010403	19/10/2026	55417
JBY7G96	275710S000013205	14/10/2026	60503
JOD5D86	275710T000008766	17/10/2026	57380
JVV3E96	275710S000013237	16/10/2026	60503
JYU6I99	275710S000013191	13/10/2026	60503
KVL6A16	275710S000013264	18/10/2026	60503
LTV8F20	275710S000013218	15/10/2026	60503
NKL9799	275710S000013258	17/10/2026	60503
NML5B76	275710S000013204	14/10/2026	60503
NRT2I10	275710T000010015	17/10/2026	51930
NUE7241	275710S000013239	16/10/2026	60503
OOA8D45	275710S000013182	13/10/2026	60503
OOK0A57	275710S000013216	15/10/2026	60503
QCG9I73	275710S000013226	15/10/2026	60503
QYU2D24	275710S000013206	14/10/2026	56732
REW7A59	275710T000010603	17/10/2026	59670
RLE6A71	275710S000013253	17/10/2026	60503
RMO7F82	275710S000013217	15/10/2026	60503
RWC5C04	275710S000013248	17/10/2026	60503
SFJ1G89	275710S000013188	13/10/2026	60503
SLW3A54	275710S000013213	15/10/2026	60503
SLX7F76	275710S000013203	14/10/2026	60503
SMF7F22	275710T000008768	17/10/2026	57380
STN1G38	275710S000013267	18/10/2026	60503
SXD6C69	275710S000013238	16/10/2026	60503
TAS6H77	275710S000013240	16/10/2026	56732
TBK1F33	275710S000013242	16/10/2026	60503
TBX2B07	275710S000013231	16/10/2026	56732
TDH9A21	275710S000013225	15/10/2026	60503
TPR4J19	275710S000013220	15/10/2026	60503
TRK8A19	275710S000013247	17/10/2026	60503

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 20/10/2026 12:55 Desenvolvido pela Celepar Página: 2 de 2

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 07/12/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
APJ7I77	275710T000009825	20/10/2026	55411
BDF5G87	275710NIC0001817	29/09/2026	50020
BDF5G87	275710NIC0001818	29/09/2026	50020
FDU8A96	275710NIC0001830	29/09/2026	50020
ITT3896	275710NIC0001819	29/09/2026	50020
IUV2G34	275710NIC0001833	29/09/2026	50020
JAW5C50	275710NIC0001835	29/09/2026	50020
JBK9E34	275710NIC0001834	29/09/2026	50020
MLB6B66	275710NIC0001823	29/09/2026	50020
NBY4H82	275710NIC0001828	29/09/2026	50020
OOJ5696	275710T000010401	19/10/2026	55417
PKS4G29	275710T000009726	19/10/2026	57380
QIW9B51	275710NIC0001824	29/09/2026	50020
RHA3B12	275710NIC0001827	29/09/2026	50020
RWG7H20	275710NIC0001815	29/09/2026	50020
SDV1A74	275710NIC0001826	29/09/2026	50020
SFM6A60	275710NIC0001816	29/09/2026	50020
SMH5B72	275710NIC0001831	29/09/2026	50020
SMJ7J21	275710NIC0001832	29/09/2026	50020
SXN6E37	275710NIC0001821	29/09/2026	50020
TQC7B33	275710NIC0001825	29/09/2026	50020
TRK0J99	275710NIC0001820	29/09/2026	50020
UBV6G75	275710NIC0001829	29/09/2026	50020
UFH6J89	275710NIC0001822	29/09/2026	50020

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 21/10/2026 10:38 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 10/12/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
RQO4E65	275710T000001930	20/10/2026	60412

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 22/10/2026 08:09 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 10/12/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ADC6A88	275710S000012072	16/08/2026	56732	
ASG5D11	275710S000012038	12/08/2026	56732	
AUP6H12	275710S000011902	08/08/2026	56732	
BAB2C73	275710S000012037	12/08/2026	56732	
BBK7H01	275710S000012066	15/08/2026	56732	
BER5H76	275710T000008806	14/08/2026	64080	09394208153
BER5H76	275710T000008805	14/08/2026	73400	09394208153
CQK1D73	275710S000011945	12/08/2026	56732	
DET6744	275710S000011885	08/08/2026	56732	
DIF9326	275710S000011924	10/08/2026	56732	
DOU0451	275710T000008947	09/08/2026	67690	13878647
FKV5741	275710S000012063	15/08/2026	56732	
KAA1405	275710S000011940	11/08/2026	56732	07610409728
MER3D82	275710S000011874	07/08/2026	56732	

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 21/10/2026 10:38 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 07/12/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
SXD4D99	275710S000011850	06/08/2026	60503	R$ 293,47

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 16/10/2026 08:04 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 07/12/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
UBQ6E95	275710NIC0001627	24/07/2026	50020	R$ 586,94

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 19/10/2026 08:04 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 10/12/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAL6J02	275710S000011979	15/08/2026	60503	R$ 293,47
ABT1336	275710NIC0001636	28/07/2026	50020	R$ 260,32
ACI2967	275710T000008950	09/08/2026	66531	R$ 195,23
AES6143	275710S000011877	07/08/2026	60503	R$ 293,47
AFH0J77	275710T000001911	08/08/2026	60843	R$ 195,23
AFH0J77	275710T000001910	08/08/2026	57200	R$ 195,23
AGR8D88	275710S000012079	16/08/2026	60503	R$ 293,47
AJJ4D23	275710S000011983	16/08/2026	60503	R$ 293,47
AJZ4038	275710T000006423	14/08/2026	51930	R$ 293,47
AKT2951	275710T000009051	09/08/2026	65992	R$ 293,47
ALK0038	275710S000011929	10/08/2026	60503	R$ 293,47
ALP1134	275710S000011990	07/08/2026	60503	R$ 293,47
ALU7I93	275710T000006418	10/08/2026	51180	R$ 880,41
ALU7I93	275710T000006419	10/08/2026	59670	R$ 1.467,35
AMR5964	275710S000011935	11/08/2026	60503	R$ 293,47
AMU2E31	275710T000008801	09/08/2026	66531	R$ 195,23
AMV8I62	275710T000007571	16/08/2026	52311	R$ 130,16
ANC6C25	275710S000011906	08/08/2026	60503	R$ 293,47
ANL6C76	275710S000011908	08/08/2026	60503	R$ 293,47
AOH7943	275710CND0000026	01/07/2026	50450	R$ 293,47
AOP3721	275710T000006177	13/08/2026	57200	R$ 195,23
AOP3721	275710T000006174	13/08/2026	57200	R$ 195,23
AOP3721	275710T000006179	15/08/2026	58194	R$ 880,41
AOP3721	275710T000006178	13/08/2026	66371	R$ 195,23
AOP3721	275710T000006175	13/08/2026	57200	R$ 195,23
AOV9F02	275710T000007570	15/08/2026	58350	R$ 195,23
AOW9H66	275710T000009052	17/08/2026	66531	R$ 195,23
AQD9749	275710T000009056	17/08/2026	70561	R$ 293,47
AQD9749	275710T000009055	17/08/2026	65992	R$ 293,47
AQM9D00	275710S000012058	14/08/2026	60503	R$ 293,47
AQV3926	275710T000009008	07/08/2026	55411	R$ 195,23
AQZ3984	275710T000008943	09/08/2026	50100	R$ 880,41
ARF0153	275710S000011930	10/08/2026	60503	R$ 293,47
ARI2B93	275710NIC0001647	28/07/2026	50020	R$ 586,94
ARW9G48	275710S000011894	08/08/2026	60503	R$ 293,47
ARY6E08	275710T000007568	14/08/2026	50100	R$ 880,41
ASG6A38	275710S000011975	15/08/2026	60503	R$ 293,47
ASH9H54	275710S000012053	14/08/2026	60503	R$ 293,47
ASL5862	275710T000007562	08/08/2026	50100	R$ 880,41
ATM0G56	275710S000011918	09/08/2026	60503	R$ 293,47
ATQ4861	275710T000003610	11/08/2026	59670	R$ 1.467,35
ATR9J26	275710NIC0001635	28/07/2026	50020	R$ 586,94
ATU5G08	275710S000012004	08/08/2026	60503	R$ 293,47
AUB9536	275710T000008807	16/08/2026	58197	R$ 880,41
AUR9E14	275710S000012045	13/08/2026	60503	R$ 293,47
AUW2H73	275710T000008803	14/08/2026	66371	R$ 195,23
AUW2H73	275710T000008802	14/08/2026	73400	R$ 130,16
AVK9A91	275710S000011964	14/08/2026	60503	R$ 293,47
AVO6356	275710T000001915	08/08/2026	59594	R$ 1.467,35
AVO6356	275710T000001914	08/08/2026	57200	R$ 195,23
AVQ5A58	275710S000011977	15/08/2026	60503	R$ 293,47
AWJ2A56	275710S000012021	10/08/2026	60503	R$ 293,47
AWL4G56	275710S000011925	10/08/2026	60503	R$ 293,47
AZJ4F73	275710T000001909	08/08/2026	59594	R$ 1.467,35
AZJ4F73	275710T000001908	08/08/2026	57200	R$ 195,23
BAF0G16	275710S000011937	11/08/2026	60503	R$ 293,47
BBD8F23	275710S000012034	11/08/2026	56732	R$ 130,16
BBE0F69	275710S000011875	07/08/2026	60503	R$ 293,47
BBG3C07	275710S000012067	15/08/2026	60503	R$ 293,47
BBT1I81	275710S000012040	12/08/2026	60503	R$ 293,47
BBV2E20	275710S000012023	10/08/2026	60503	R$ 293,47
BBX3C31	275710T000007564	10/08/2026	55417	R$ 195,23
BCJ6840	275710T000007563	10/08/2026	55417	R$ 195,23
BDJ2B45	275710S000012080	16/08/2026	60503	R$ 293,47
BEC9H93	275710S000011881	08/08/2026	60503	R$ 293,47
BEK3H17	275710S000012027	10/08/2026	60503	R$ 293,47
BEM4G95	275710S000011955	13/08/2026	60503	R$ 293,47
BEO6F75	275710CND0000025	18/07/2026	50371	R$ 586,94
BTA5F28	275710S000012041	13/08/2026	60503	R$ 293,47
BWX1129	275710T000001905	08/08/2026	65992	R$ 293,47
BZE1H23	275710T000001658	16/08/2026	51180	R$ 880,41
BZE1H23	275710T000001659	16/08/2026	66531	R$ 195,23
CIO8G81	275710S000011898	08/08/2026	60503	R$ 293,47
CSB9D09	275710T000007561	07/08/2026	65992	R$ 293,47
DEC6376	275710S000011916	09/08/2026	60503	R$ 293,47
DJG2874	275710T000006176	14/08/2026	65992	R$ 293,47
DOU0451	275710T000008946	09/08/2026	65561	R$ 293,47
DOU0451	275710T000008945	09/08/2026	50371	R$ 586,94
DWA4148	275710S000011873	07/08/2026	60503	R$ 293,47
EET6B98	275710S000011978	15/08/2026	60503	R$ 293,47
EFC9G93	275710S000011958	13/08/2026	60503	R$ 293,47
EID1B67	275710S000011944	12/08/2026	60503	R$ 293,47
EKH6G47	275710S000011880	08/08/2026	60503	R$ 293,47
EMT5599	275710S000012024	10/08/2026	60503	R$ 293,47
ENA9C83	275710S000011920	09/08/2026	60503	R$ 293,47
END3G15	275710S000012031	11/08/2026	60503	R$ 293,47
ENO5554	275710T000008804	14/08/2026	55411	R$ 195,23
FRT0H83	275710S000011909	08/08/2026	60503	R$ 293,47
FRY1H72	275710S000011957	13/08/2026	60503	R$ 293,47
GFH1J26	275710T000001921	13/08/2026	59592	R$ 1.467,35
GHV5A16	275710S000011912	09/08/2026	60503	R$ 293,47
GIT0F62	275710S000011988	16/08/2026	60503	R$ 293,47
GVN2914	275710S000011900	08/08/2026	60503	R$ 293,47
GZV6E50	275710S000012059	14/08/2026	60503	R$ 293,47
HNW7H74	275710S000011984	16/08/2026	60503	R$ 293,47
HRC9589	275710T000007157	09/08/2026	51930	R$ 293,47
HSL1926	275710T000009057	17/08/2026	65992	R$ 293,47
HSL1926	275710S000011946	12/08/2026	60503	R$ 293,47
HSO8H83	275710T000007566	10/08/2026	66020	R$ 293,47
HSO8H83	275710T000007565	10/08/2026	50100	R$ 880,41
HSO8H83	275710T000007567	10/08/2026	66102	R$ 195,23
HSR6220	275710S000011867	07/08/2026	60503	R$ 293,47
HSW1351	275710S000011941	11/08/2026	60503	R$ 293,47
HTB5I18	275710T000008809	16/08/2026	73400	R$ 130,16
HTB5I18	275710T000008810	16/08/2026	75790	R$ 2.934,70
HTB5I18	275710T000008811	16/08/2026	50100	R$ 880,41
HTG1E71	275710S000011936	11/08/2026	60503	R$ 293,47
HTR0I19	275710T000001919	09/08/2026	50100	R$ 880,41
HTR0I19	275710T000001916	09/08/2026	70561	R$ 293,47
HTR0I19	275710T000001918	09/08/2026	58350	R$ 195,23
HTR0I19	275710T000001917	09/08/2026	58191	R$ 880,41
HTR0I19	275710T000001920	09/08/2026	57380	R$ 293,47
HTW6I59	275710T000008944	09/08/2026	70721	R$ 293,47
ILQ4B83	275710S000011943	11/08/2026	60503	R$ 293,47
INI9044	275710S000011915	09/08/2026	56732	R$ 130,16
IUJ9J70	275710S000011997	07/08/2026	60503	R$ 293,47
IWP3338	275710S000011938	11/08/2026	60503	R$ 293,47
IYL3J31	275710S000011901	08/08/2026	60503	R$ 293,47
JAP3A82	275710S000011947	12/08/2026	60503	R$ 293,47
JAT4E84	275710S000011888	08/08/2026	60503	R$ 293,47
JBA2E57	275710S000011879	08/08/2026	60503	R$ 293,47
JGO8583	275710S000011907	08/08/2026	60503	R$ 293,47
JXX9896	275710S000012007	08/08/2026	60503	R$ 293,47
KEG9190	275710S000011951	12/08/2026	60503	R$ 293,47
KFU5750	275710T000006421	14/08/2026	55411	R$ 195,23
KRY8A80	275710S000011883	08/08/2026	60503	R$ 293,47
KRY9H28	275710S000012044	13/08/2026	56732	R$ 130,16
LWN9F25	275710T000009053	17/08/2026	76332	R$ 293,47
MAJ6722	275710S000011969	14/08/2026	60503	R$ 293,47
MCE5G93	275710S000011889	08/08/2026	60503	R$ 293,47
MCG5504	275710S000012051	14/08/2026	60503	R$ 293,47
MEA9C84	275710NIC0001633	28/07/2026	50020	R$ 260,32
MFA6D80	275710S000011939	11/08/2026	60503	R$ 293,47
MHV0235	275710S000012030	11/08/2026	56732	R$ 130,16
MMA1676	275710NIC0001645	28/07/2026	50020	R$ 586,94
NHI2J91	275710S000012020	09/08/2026	60503	R$ 293,47
NOM0802	275710S000012055	14/08/2026	60503	R$ 293,47
NPC7A08	275710S000011876	07/08/2026	60503	R$ 293,47
NRF3157	275710S000011891	08/08/2026	60503	R$ 293,47
NRS1C69	275710S000012060	14/08/2026	60503	R$ 293,47

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná

NSD6C82	275710S000011962	13/08/2026	60503	R$ 293,47
NUA4F04	275710S000011866	07/08/2026	60503	R$ 293,47
NWA7A40	275710T000008964	14/08/2026	51691	R$ 2.934,70
NWA7A40	275710T000008965	14/08/2026	65992	R$ 293,47
OOP5259	275710S000011934	11/08/2026	60503	R$ 293,47
OOS9F68	275710S000011959	13/08/2026	60503	R$ 293,47
OZJ0F15	275710T000007161	09/08/2026	54283	R$ 293,47
PIP8H48	275710S000012016	09/08/2026	60503	R$ 293,47
PZF7H48	275710S000011952	13/08/2026	60503	R$ 293,47
PZI4H24	275710S000011971	14/08/2026	60503	R$ 293,47
QAF1J02	275710T000007159	09/08/2026	54283	R$ 293,47
QAV4A23	275710NIC0001644	28/07/2026	50020	R$ 586,94
QBP4E07	275710S000012071	16/08/2026	60503	R$ 293,47
QCQ7507	275710NIC0001641	28/07/2026	50020	R$ 390,46
QCR8390	275710S000011931	10/08/2026	60503	R$ 293,47
QCU6684	275710S000011994	07/08/2026	60503	R$ 293,47
QDQ3H92	275710S000012033	11/08/2026	56732	R$ 130,16
QEV4E30	275710S000012008	08/08/2026	60503	R$ 293,47
QHQ9E67	275710S000012005	08/08/2026	60503	R$ 293,47
QJH4425	275710S000011989	07/08/2026	60503	R$ 293,47
QSC2C23	275710S000011987	16/08/2026	60503	R$ 293,47
QUH4F63	275710S000012070	15/08/2026	60503	R$ 293,47
QUI3I09	275710S000011890	08/08/2026	60503	R$ 293,47
QWY6897	275710S000011869	07/08/2026	60503	R$ 293,47
QXF4F10	275710NIC0001648	28/07/2026	50020	R$ 260,32
QXO4I94	275710S000011973	15/08/2026	60503	R$ 293,47
QXR0A84	275710T000009009	07/08/2026	73662	R$ 130,16
QYO6E76	275710S000011963	14/08/2026	60503	R$ 293,47
RAU4J99	275710S000012026	10/08/2026	60503	R$ 293,47
REZ5I85	275710S000011996	07/08/2026	60503	R$ 293,47
RHF7H35	275710S000011942	11/08/2026	60503	R$ 293,47
RHM7F11	275710S000012042	13/08/2026	60503	R$ 293,47
RHX4H17	275710S000011960	13/08/2026	60503	R$ 293,47
RLN4F96	275710NIC0001646	28/07/2026	50020	R$ 586,94
RMZ1I00	275710T000001912	08/08/2026	57200	R$ 195,23
RMZ1I00	275710T000001913	08/08/2026	60843	R$ 195,23
RNG5D91	275710S000012028	10/08/2026	56732	R$ 130,16
RNV2G08	275710S000012009	08/08/2026	60503	R$ 293,47
RUH3J44	275710S000012061	15/08/2026	60503	R$ 293,47
RYV9E04	275710S000012076	16/08/2026	60503	R$ 293,47
SEU6F67	275710S000011913	09/08/2026	60503	R$ 293,47
SFA1B43	275710T000003609	11/08/2026	50100	R$ 880,41
SHC0E62	275710S000011932	10/08/2026	60503	R$ 293,47
SII2A35	275710S000012012	08/08/2026	60503	R$ 293,47
SMF5D68	275710NIC0001643	28/07/2026	50020	R$ 586,94
SMH2F55	275710S000012019	09/08/2026	56732	R$ 130,16
SMK7J59	275710NIC0001642	28/07/2026	50020	R$ 586,94
SPT9J25	275710T000007160	09/08/2026	54283	R$ 293,47
SPT9J25	275710S000012018	09/08/2026	60503	R$ 293,47
SSS5B49	275710S000012046	13/08/2026	56732	R$ 130,16
SSS7H04	275710NIC0001637	28/07/2026	50020	R$ 586,94
SWV8H93	275710NIC0001638	28/07/2026	50020	R$ 586,94
TAK6I49	275710S000012050	13/08/2026	60503	R$ 293,47
TAQ1B51	275710S000012073	16/08/2026	60503	R$ 293,47
TBG1I18	275710S000012010	08/08/2026	60503	R$ 293,47
TBO1B22	275710NIC0001634	28/07/2026	50020	R$ 586,94
TBY6B07	275710T000008963	12/08/2026	76251	R$ 293,47
TCS0D74	275710NIC0001639	28/07/2026	50020	R$ 586,94
TDO4E49	275710NIC0001640	28/07/2026	50020	R$ 260,32
TPO1B61	275710S000011878	07/08/2026	60503	R$ 293,47
TPW0C02	275710S000011998	07/08/2026	60503	R$ 293,47
TQC2D81	275710S000011917	09/08/2026	60503	R$ 293,47
TQF1B35	275710S000012078	16/08/2026	60503	R$ 293,47
UAV7G01	275710NIC0001632	28/07/2026	50020	R$ 260,32
UAZ1D44	275710T000008962	08/08/2026	60412	R$ 195,23
UBA9E89	275710S000011919	09/08/2026	60503	R$ 293,47
UBF9F98	275710S000011903	08/08/2026	60503	R$ 293,47
UCB1H19	275710S000012064	15/08/2026	56732	R$ 130,16

SAMU 192 NOROESTE PR

CIUENP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ – CIUENP

EDITAL Nº 57/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná - CIUENP, no uso de suas atribuições conferidas pelo Estatuto Social do CIUENP, TORNA PÚBLICO:

1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025 do CIUENP, homologado pelo Edital nº 05/2025, nos termos deste edital.

2. Os candidatos adiante relacionados deverão comparecer no CIUENP, no período de **26/10/2026 a 29/10/2026** (de segunda à sexta-feira, exceto feriados), das **08h às 11h** e das **13h30min às 16h30min** na Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, nº 4322 – CEP 87.501-250, em Umuarama-Pr, para entrega dos documentos que comprovem os requisitos previstos no Edital e agendamento de exame admissional:

11ª REGIONAL DE CAMPO MOURÃO

Class.	Insc.	Nome	Cargo	Regional/Base
3º	079	Edna Alves do Nascimento Pinto	Técnico de Enfermagem Socorrista	Ubiratã*

De acordo com o item 1.7 do regulamento especial, o prazo da contratação será de 1 **(um) ano**.
* Conforme previsto em Edital, de acordo com a necessidade do SAMU Noroeste, o convocado poderá ser convocado poderá ser designado para prestar serviços em qualquer uma das Bases da 11ª Regional de Campo Mourão, quais sejam: Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Iretama, Terra Boa, Goioerê, Ubiratã.

14ª REGIONAL DE PARANAVAÍ

Class.	Insc.	Nome	Cargo	Regional/Base
9º	100	Alessandra Maria R. de Melo	Técnico de Enfermagem Socorrista	Paranavaí*

De acordo com o item 1.7 do regulamento especial, o prazo da contratação será de 1 **(um) ano** para atuar como folguista em turno diurno e/ou noturno, conforme necessidade.
* Conforme previsto em Edital, de acordo com a necessidade do SAMU Noroeste, o convocado poderá ser designado para prestar serviços em qualquer uma das Bases da 14ª Regional de Paranavaí, quais sejam: Loanda, Nova Londrina, Terra Rica, Cruzeiro do Sul, Querência do Norte, Paranavaí.

3. Em atendimento ao disposto na Resolução nº 05/2026 do CIUENP, fica expressamente estabelecido que o candidato convocado deverá observar a diretriz de vínculo único interno no âmbito do CIUENP, sendo vedada a formalização de novo contrato de trabalho caso já possua vínculo ativo com este Consórcio. A eventual admissão estará condicionada à inexistência de vínculo anterior ou, alternativamente, à comprovação de prévio desligamento deste, antes da assinatura do novo contrato, sob pena de impedimento da contratação.

4. O exame médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Processo Seletivo Simplificado de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego público, sendo eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.

5. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem

1

comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e /ou tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado por médico do trabalho designado pelo CIUENP.

6. É condição para admissão no CIUENP a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.

7. Ao candidato convocado e que se enquadrar na situação prevista no item 1.9 do Edital do Regulamento do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, será facultado, por uma única vez, o pedido de deslocamento mediante requerimento para o final da ordem de classificação.

8. O candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, fotocópia autenticada ou simples, se acompanhado do original, dos seguintes documentos:

a) Cartão com número do PIS ativo na Caixa Econômica Federal;
b) Carteira/Cédula de Identidade – RG e Cartão de Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
c) Título de eleitor e comprovante de votação referente à última eleição e/ou certidão de quitação eleitoral;
d) CNH (Carteira Nacional de Habilitação categoria "D"), certificado de treinamento em condução de veículos de emergência, bem como extrato disponível no site do Detran/PR comprovando os demais pré-requisitos do cargo de Condutor de Ambulância Socorrista, conforme Anexo I do Edital do Regulamento do presente PSS;
e) Prova de quitação com o serviço militar, para candidatos do sexo masculino;
f) Certidão de Nascimento ou Casamento;
g) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 (vinte) anos (quando couber);
h) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (dispensado no caso de possuir CTPS digital);
i) Cópia do comprovante de escolaridade (conforme requisito mínimo para o cargo), fornecido por instituição de ensino oficial ou regularmente reconhecida ou autorizada pelo órgão governamental competente;
j) Comprovante de registro no respectivo conselho de classe e comprovante de regularidade do registro (quitação da anuidade – quando couber);
k) Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no Art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
l) Na hipótese de acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, nos termos previstos no Art. 37 da CF e na Lei Federal nº 15.250/2025, o candidato declara ciência de que o acúmulo externo é condicionado à existência de compatibilidade de horários e ao cumprimento dos períodos de descanso necessários ao restabelecimento da saúde psicofísica do trabalhador. A viabilidade do acúmulo ficará sujeita à análise prévia do CIUENP, podendo sua irregularidade implicar a nulidade da acumulação em relação a este Consórcio.
m) Declaração de bens, direito e valores com dados que integram o respectivo patrimônio e/ou da Declaração de Imposto de Renda do exercício imediatamente anterior (na forma da Lei n.º 8.429/1992);
n) Comprovante de Residência atualizado;
o) Carteira ou Declaração de Vacinação atualizada;
p) 01 Foto 3x4 recente;
q) Comprovante de Conta Corrente ou Salário no Banco do Brasil;
r) Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, de que o candidato encontra-se no pleno exercício de seus direitos políticos e não responde ou respondeu por crime administrativo

(Contra o Patrimônio e Administração Pública), da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
s) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Comarca onde residir, emitidas há 90 (noventa) dia da data da posse;
t) Certidão de que o candidato se encontra no pleno exercício de seus direitos políticos e não responde ou respondeu por crime eleitoral, através de Certidão expedida pela Justiça Eleitoral onde o candidato esteve domiciliado e trabalhando nos últimos 05 (cinco) anos, emitida há 90 (noventa) dias da data da posse.

Obs.1: O formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens poderão ser solicitados no Setor de Recursos Humanos do CIUENP.
Obs. 2: Caso os dependentes (filhos e cônjuge) sejam considerados para fins de dedução para imposto de renda na fonte, deverá ser apresentado o número do CPF do dependente, independentemente da idade.

9. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica em perda dos direitos advindos do Processo Seletivo Simplificado, nos termos da lei. Publique-se.

Umuarama/PR, 23 de outubro de 2026.

MARCO ANTONIO FRANZATO
Presidente do CIUENP

Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

TERMO ADITIVO N.º 01
CONTRATO Nº 225/2025.
PREGÃO N° 060/2025

O **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Brasil, 2001, na cidade de Maria Helena, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.247.386/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **MARLON RANCER MARQUES**, brasileiro, solteiro, Agente Político, residente e domiciliado na cidade de Maria Helena Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º 10.183.053-5-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 063.474.769-08, denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **GORE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o Nº20.879.569/0001-86, sediado na cidade de MARIA HELENA-PR doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) **ANDRÉ CESAR PRADELLA**, conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no Processo Nº 125/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Aditivo, decorrente do(a) **PREGÃO ELETRÔNICO Nº.060/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência ao Contrato Administrativo nº 225/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 225/2025, por até 12 (doze) meses, e prazo máximo **até 23/10/2027**, conforme justificativa apresentada por meio do Ofício nº 080/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Obras, **observada a cláusula resolutiva prevista no instrumento contratual.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CLÁUSULA RESOLUTIVA: Permanecem mantidas as condições e os efeitos da cláusula resolutiva prevista no Contrato Administrativo nº 225/2025, a qual poderá ensejar a extinção antecipada do ajuste, caso implementada a condição nela estabelecida, independentemente do prazo final previsto na Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

CLAUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONDICIONADA:

4.1. A vigência prorrogada por este Termo Aditivo fica condicionada à conclusão do novo processo de Aquisição de Materiais de Construção e afins para todas as secretarias, para manutenções e reparos nos prédios municipais, conforme justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Obras, visando assegurar a continuidade das coberturas securitárias dos veículos municipais.

4.2. O presente contrato poderá ser extinto antecipadamente, mediante comunicação formal à Contratada, caso seja concluído o novo processo de contratação e celebrado o respectivo contrato, hipótese em que a vigência deste ajuste ficará limitada até a data definida pelo Município, observada a necessidade de assegurar a continuidade das coberturas contratadas e evitar a sobreposição de contratos.

4.3. A Secretaria Municipal responsável comunicará formalmente à Contratada a data prevista para a extinção antecipada do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sempre que possível, em razão da conclusão do novo processo de contratação.

4.4. Na hipótese de extinção antecipada, serão observadas as condições contratuais aplicáveis, sendo devidos os valores correspondentes ao período em que as coberturas securitárias permanecerem vigentes.

CLAUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais Clausulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente instrumento.

CLAUSULA SEXTA – DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Umuarama para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Maria Helena - PR, 23 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

TERMO ADITIVO N.º 01
CONTRATO Nº 228/2025.
PREGÃO N° 060/2025

O **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Brasil, 2001, na cidade de Maria Helena, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.247.386/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **MARLON RANCER MARQUES**, brasileiro, solteiro, Agente Político, residente e domiciliado na cidade de Maria Helena Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º 10.183.053-5-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 063.474.769-08, denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **C Z ZOLIM LTDA,** inscrito(a) no **CNPJ/MF sob o Nº55.807.407/0001-17**, sediado na cidade de ICARAÍMA-PR., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. **MATEUS AUGUSTO ZOLIM ,** conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no Processo Nº 125/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Aditivo, decorrente do(a) **PREGÃO ELETRÔNICO Nº.060/2025,** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência ao Contrato Administrativo nº 228/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 228/2025, por até 12 (doze) meses, e prazo máximo **até 23/10/2027**, conforme justificativa apresentada por meio do Ofício nº 080/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Obras, **observada a cláusula resolutiva prevista no instrumento contratual.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CLÁUSULA RESOLUTIVA: Permanecem mantidas as condições e os efeitos da cláusula resolutiva prevista no Contrato Administrativo nº 228/2025, a qual poderá ensejar a extinção antecipada do ajuste, caso implementada a condição nela estabelecida, independentemente do prazo final previsto na Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

CLAUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONDICIONADA:

4.1. A vigência prorrogada por este Termo Aditivo fica condicionada à conclusão do novo processo de Aquisição de Materiais de Construção e afins para todas as secretarias, para manutenções e reparos nos prédios municipais, conforme justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Obras, visando assegurar a continuidade das coberturas securitárias dos veículos municipais.

4.2. O presente contrato poderá ser extinto antecipadamente, mediante comunicação formal à Contratada, caso seja concluído o novo processo de contratação e celebrado o respectivo contrato, hipótese em que a vigência deste ajuste ficará limitada até a data definida pelo Município, observada a necessidade de assegurar a continuidade das coberturas contratadas e evitar a sobreposição de contratos.

4.3. A Secretaria Municipal responsável comunicará formalmente à Contratada a data prevista para a extinção antecipada do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sempre que possível, em razão da conclusão do novo processo de contratação.

4.4. Na hipótese de extinção antecipada, serão observadas as condições contratuais aplicáveis, sendo devidos os valores correspondentes ao período em que as coberturas securitárias permanecerem vigentes.

CLAUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais Clausulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente instrumento.

CLAUSULA SEXTA – DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Umuarama para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Maria Helena - PR, 23 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

TERMO ADITIVO N.º 01
CONTRATO Nº 231/2025.
PREGÃO N° 060/2025

O **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Brasil, 2001, na cidade de Maria Helena, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.247.386/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **MARLON RANCER MARQUES**, brasileiro, solteiro, Agente Político, residente e domiciliado na cidade de Maria Helena Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º 10.183.053-5-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 063.474.769-08, denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **GONÇALVES & ARMAGNI LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o Nº82.688.854/0001-77,** sediado na cidade de MARIA HELENA-PR doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) **ORLANDO ARMAGNI ,** conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no Processo Nº 125/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Aditivo, decorrente do(a) **PREGÃO ELETRÔNICO Nº.060/2025,** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência ao Contrato Administrativo nº 231/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 231/2025, por até 12 (doze) meses, e prazo máximo **até 23/10/2027**, conforme justificativa apresentada por meio do Ofício nº 080/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Obras, **observada a cláusula resolutiva prevista no instrumento contratual.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CLÁUSULA RESOLUTIVA: Permanecem mantidas as condições e os efeitos da cláusula resolutiva prevista no Contrato Administrativo nº 231/2025, a qual poderá ensejar a extinção antecipada do ajuste, caso implementada a condição nela estabelecida, independentemente do prazo final previsto na Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

CLAUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONDICIONADA:

4.1. A vigência prorrogada por este Termo Aditivo fica condicionada à conclusão do novo processo de Aquisição de Materiais de Construção e afins para todas as secretarias, para manutenções e reparos nos prédios municipais, conforme justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Obras, visando assegurar a continuidade das coberturas securitárias dos veículos municipais.

4.2. O presente contrato poderá ser extinto antecipadamente, mediante comunicação formal à Contratada, caso seja concluído o novo processo de contratação e celebrado o respectivo contrato, hipótese em que a vigência deste ajuste ficará limitada até a data definida pelo Município, observada a necessidade de assegurar a continuidade das coberturas contratadas e evitar a sobreposição de contratos.

4.3. A Secretaria Municipal responsável comunicará formalmente à Contratada a data prevista para a extinção antecipada do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sempre que possível, em razão da conclusão do novo processo de contratação.

4.4. Na hipótese de extinção antecipada, serão observadas as condições contratuais aplicáveis, sendo devidos os valores correspondentes ao período em que as coberturas securitárias permanecerem vigentes.

CLAUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais Clausulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente instrumento.

CLAUSULA SEXTA – DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Umuarama para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Maria Helena - PR, 23 de outubro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 365/2026
Súmula: Dispõe sobre a concessão de diárias de viagem e dá outras providências.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei nº 900/2025
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder 2 (duas) diárias, para custear despesas de viagem para o servidor LUIZ CARLOS TOMAIN, portador do CPF nº xxx.998.349-xx, matrícula funcional 10581, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para deslocamento até a cidade de Curitiba-Pr, com a finalidade de transportar paciente para tratamento no Hospital Pequeno Príncipe, com saída no dia 25/10/2026. As diárias destinam-se a cobrir despesas relacionadas ao deslocamento.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de outubro do ano de 2026.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

APOSTILA Nº 03 AO CONTRATO N° 298/2025

MUNICÍPIO DE MARIA HELENA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Brasil, 2001, na cidade de Maria Helena, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.247.386/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. MARLON RANCER MARQUES, em pleno exercício de seu mandato e funções, no uso de suas atribuições, resolve:

Expedir, com base Lei Federal nº 14.133/2021, art. 136, caput, a presente Apostila ao contrato n° **298/2025**, celebrado entre o Município de Maria Helena e **F. H. MATSUDA MONITORAMENTO E INTERNET LTDA,** *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o* **Nº 34.878.361/0001-57,** *sediado na* **PARAÍSO DO NORTE-PR,** doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a)* **PRISCILA BENATI GONÇALVES MATSUDA,** conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no Processo Nº 176/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do(a)* **DISPENSA Nº.055/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Ficam acrescentadas ao contrato as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO	UNIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	PROJETO ATIVIDADE
10	001	3.3.90.40.00	31867	2.255
10	001	3.3.90.40.00	33940	2.279

Esta apostila é parte integrante do contrato supramencionado.

Maria Helena- PR, 23 de outubro de 2026.

Assinado por: MARLON RANCER MARQUES ***.***.769-08 23/10/2026 - 15:09 WBIUVUWMRICLVJOCIA0LRW

MARLON RANCER MARQUES
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 | Fone (44) 3662.1030 | CEP 87480-000 | Maria Helena - Paraná | CNPJ 76.247.386/0001-00 | www.mariahelena.pr.gov.br

MUNICIPIO DE MARIA HELENA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR MAXIMO R$	PRAZO (DIAS)
Caminhão Caçamba 6x4	**01**	**800.000,00**	**Mesmo do Edital**

SAM: 63

ERRATA Nº 01

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO – MODELO 07

1- No Modelo 7, o qual é parte integrante do Edital por constar as características técnicas mínimas do equipamento, em seu item 2.2.1 - Tipo de Transmissão, ONDE SE LÊ **mecânica,** LEIA-SE **automática/automatizada;**

2- Também no item 2.2.2. - Nº de marchas/velocidades à frente, ONDE SE LÊ **9 (nove) marchas à frente**, LEIA-SE **12 (doze) marchas de velocidades à frente.**

Maria Helena, 23/10/2026.

MARLON RANCER MARQUES:06347476908 Assinado de forma digital por MARLON RANCER MARQUES:06347476908 Dados: 2026.10.23 13:14:43 -03'00'

MARLON RANCER MARQUES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n°.108/2026
Contratante: Município de Perobal
Contratado: SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS LTDA
Objeto: contratação da empresa SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS LTDA, para aquisição Contratação da empresa SOCIETE COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, objetivando aquisição de 01 (uma) Ambulância de Transporte – Simples Remoção Tipo A, modelo Renault Master L1H1 AMB, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Perobal/PR, mediante utilização da Ata de Registro de Preços nº 003/2026, da qual o Município de Perobal/PR figura como órgão participante, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2026, gerenciado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde Amérios – CISA, inscrito no CNPJ nº 86.689.023/0001-70., nas condições estabelecidas no Termo de Referência, que integram o presente instrumento para todos os fins.
Valor Total: R$ 318.900,00 (trezentos e dezoitos mil e novecentos reais)
Vigência: 20 de outubro de 2026 a 20 de outubro de 2027.
Fundamentação: Inexigibilidade n.º 029/2026

SAMU 192 NOROESTE PR

CIUENP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ SAMU 192

PORTARIA Nº 322/2026

SÚMULA: Nomeia a Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ – CIUENP – SAMU 192 NOROESTE DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a **Comissão Organizadora e Examinadora** do Processo Seletivo Simplificado, composta pelos profissionais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, atuarem na avaliação e análise dos Currículos, Títulos e Prova Prática do **Processo Seletivo Simplificado nº 03/2026.**

Presidente: ADRIANO HORN, Coordenador de Recursos Humanos, RG nº 8.101.274-1 SESP/PR - Graduação em Administração e Especialização em Gestão de Recursos Humanos;

Membro: KESIA ALESSANDRA JORDAO RIBEIRO, Coordenadora de Enfermagem do CIUENP, COREN-PR nº 246951, RG nº 9.674.845-0 SESP/PR – Graduação em Enfermagem e Especializações em Urgência e Emergência e Enfermagem em UTI Neonatal e Pediátrica;

Membro: FELIPY FERREIRA SALVADOR, Coordenador de Almoxarifado e Frota, RG nº 12.339.392-9 SESP/PR – Graduação em Administração.

Membro: RICARDO DE OLIVEIRA, Coordenador Médico, CRM-PR nº 43661, RG nº 10.123.237-9 SESP/PR - Graduação em Medicina e Especializações em Auditoria Hospitalar e Auditoria em Saúde.

Art. 2º. Fica nomeado o **Sr. Adriano Horn** na função de Presidente da Comissão Organizadora e Examinadora, cabendo a ele a coordenação geral dos trabalhos.

Art. 3º. DELEGAR à Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado, poderes gerais para deliberar sobre todos os assuntos atinentes ao Processo Seletivo Simplificado, inclusive os de decisão de quaisquer dúvidas durante a sua realização.

Art. 4º. As decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos dos integrantes desta Comissão, considerando-se unânimes tão somente as que contarem com a totalidade destes.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Painel de Editais do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná, no site www.samunoroestepr.com.br e no Jornal Umuarama Ilustrado, na Cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

Umuarama/PR, 23 de outubro de 2026.

MARCO ANTÔNIO FRANZATO
Presidente do CIUENP

SAMU 192 NOROESTE PR

CIUENP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ SAMU 192

PORTARIA Nº 320/2026

Concede licença Maternidade a servidora
LUIZA MAYUMI CAZELOTO SILVA MOLONHA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgências e Emergências do Noroeste do Paraná CIUENP, usando de suas atribuições legais, especialmente as contidas na Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Protocolo de Intenções e Estatuto, e de acordo RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora **LUIZA MAYUMI CAZELOTO SILVA MOLONHA** portadora Cédula de Identidade RG nº. 10.***.***- 9 SESP/PR, admitida em 04 de março de 2024, ocupante do emprego público de MEDICA REGULADORA, lotada na Central de Regulação deste serviço de urgências, sediada em Umuarama - PR, com carga horária de 24 horas semanais, **LICENÇA MATERNIDADE,** a partir de 21 de outubro de 2026 até 120 (cento e vinte) dias após o parto, tendo em vista o contido no Art. 392, da CLT, sem prejuízo do emprego e do salário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da data de afastamento.

Umuarama/PR, 23 de outubro de 2026.

MARCO ANTÔNIO FRANZATO
PRESIDENTE DO CIUENP

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 632/2026
Atribui Jornada Suplementar a servidora GEOVANA APARECIDA SILVA AMORIM e dá outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o contido no artigo nº 59 da Lei nº 3.467, de 04 de abril de 2024(Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Pérola).
RESOLVE:
Art. 1º Atribuir Jornada Suplementar a servidora GEOVANA APARECIDA SILVA AMORIM, matricula nº 3329-4, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com 20(vinte) horas semanais, a partir de 15 de outubro de 2026 a 18 de dezembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola-Paraná, 21 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

CMDCA CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE MARILUZ - PARANÁ

AVENIDA MARÍLIA, 2534 - CENTRO - CP: 87.470-000 – FONE: (44) 3534-1599

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03/2026

Sumula**: Dispõe sobre a convocação da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências**.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA do município de Mariluz/PR, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1.934, em conformidade com a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e

CONSIDERANDO a necessidade de promover ampla mobilização social para avaliação e proposição de diretrizes para a Política Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente;

CONSIDERANDO a importância do fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA;

CONSIDERANDO a Resolução Nº 276, de 12 de novembro de 2025, que dispõe sobre a convocação da 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (13ª CNDCA).

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada na Av Coronel Galdino de Almeida nº 1214, Centro, no dia 23 de novembro de 2026, com início às 8 horas, no Clube do idoso no município de Mariluz/PR, com o tema central: **"Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa".**

Art. 2º A Conferência Municipal terá como objetivo geral promover a avaliação da política de atendimento à criança e ao adolescente no âmbito municipal e propor diretrizes para seu aprimoramento, garantindo a participação da sociedade civil e do poder público.

Art. 3º As discussões da Conferência estarão organizadas a partir dos seguintes eixos temáticos:
I – Aprimoramento do Controle Social;
II – Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;
III – Promoção da Convivência Familiar e Comunitária;
IV – Prevenção e Enfrentamento às Violências;
V – Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador;
VI – Aprimoramento da Execução das Medidas Socioeducativas.

Art. 4º A Conferência Municipal será coordenada por Comissão Organizadora do CMDCA, composta paritariamente por representantes governamentais e da sociedade civil, sendo:
Representantes governamentais
Ana Paula Gastaldon Fagundes
Bruna Eduarda Estercio Santos
Representantes da Sociedade Civil
Maria do Carmo Ramos Chaves
Cleide Aparecida Soares de Jesus Rolin
Representantes Criança e adolescente
Rafaela Vitoria de Almeida Calastro
Raissa Santos de Lima
Eliseu Gastaldon Santos
Benjamim Pinel da Silva

Art. 5º

Compete à Comissão Organizadora:
I – Elaborar o Regimento Interno da Conferência;
II – Organizar a metodologia de trabalho e os grupos por eixo temático;
III – Coordenar o processo de inscrição e credenciamento dos participantes;
IV – Sistematizar as propostas aprovadas;
V – Organizar a eleição de delegados(as) para a etapa regional/estadual, quando for o caso.

Art. 6º Poderão participar da Conferência representantes do poder público, sociedade civil organizada, sistema de justiça, rede de atendimento, profissionais da área, crianças e adolescentes, garantindo-se a participação democrática e representativa.

Art. 7º As despesas decorrentes da realização da Conferência correrão por conta de dotação orçamentária própria, podendo ser custeadas com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, observada a legislação vigente.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mariluz/PR, 23 de outubro de 2026.

Bruna Eduarda Estercio Santos
Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 369/2026
Concede licença Maternidade.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER licença Maternidade a servidora pública municipal ROSELAINE ELAINE MARCHI, Matrícula 1071501, ocupante do Emprego Público de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 13/10/2026 a 10/04/2027.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 22 de outubro de 2026.
CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 633/2026
Concede Férias ao servidor ANTONIO FABRICIO GASPARETO, e da outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 02/2010, de 12 de abril de 2010(Estatuto dos Servidores Públicos).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao servidor ANTONIO FABRICIO GASPARETO, matrícula nº2408-2, ocupando o cargo de Técnica de Enfermagem, lotado na Secretária Municipal de Saúde, 30(trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo (2024/2025) a partir do dia 30 de outubro de 2026 a 28 de novembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola - Paraná, 23 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 634/2026
Concede Licença Prêmio a servidora TEREZINHA DE JESUS ESPARAPAM, e da outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 02/2010, de 12 de abril de 2010(Estatuto dos Servidores Públicos).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a TEREZINHA DE JESUS ESPARAPAM, matrícula nº 1558-0, ocupando o cargo efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo (2005/2010) a partir de 29 de outubro de 2026 a 26 de janeiro de 2027.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola - Paraná, 23 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná
TERMO ADITIVO Nº 001
CONTRATO NÚMERO 287/2025 - LIC CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PEÇAS PARA MAQUINAS PESADAS E MAQUINAS AGURICOLAS, PARA ATENDIMENTO DA FROTA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ELEMENTOS INSTRUTORES CONSTANTES DO EDITAL, DE ACORDO COM O PREGÃO Nº 063/2025
O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES aqui denominado Contratante, de outro lado A SR. VALDIR MARTINI, brasileiro (a), inscrito no CPF/MF sob o nº 589.446.219-34, residente e domiciliado na cidade de UMUARAMA/PR. representante da empresa. UMUCAMPO COM. DE PEÇAS P/ TRATORES E VEICULOS ROD. LTDA. aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes
CLÁUSULA PRIMEIRA DA PRORROGAÇÃO:
Fica prorrogado o prazo da vigência do contrato nº 287/2025, por mais 12 (doze) meses, a contar de 04/11/2026, encerrando-se em 04/11/2027.em conformidade com o artigo 58 – I c/c art.107 d lei nº 14.133/21.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA E DA VANTAJOSIDADE.
A presente prorrogação contratual fundamenta-se no art. 107 da lei nº 14.133/2021, tendo sido precedida de análise técnica constante no processo administrativo nº 166/2025, a qual demostrou a vantajosidade econômica da manutenção do vinculo em detrimento da realização de novo certame licitatório.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e permanecem inalteradas todas as demais cláusula e condições do contrato original e de seus aditivos anteriores que não conflitem com o disposto no presente instrumento.
E, por estarem justas e contratadas, assim as partes o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.
MARILUZ, 23 DE OUTUBRO DE 2026
PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Contratada
UMUCAMPO COM. DE PEÇAS P/ TRATORES E VEICULOS ROD. LTDA
VALDIR MARTINI
Contratada
Testemunhas
NOME..... CPF.....
NOME..... CPF.....

TERMO ADITIVO Nº 001
CONTRATO NÚMERO 286/2025 - LIC CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PEÇAS PARA MAQUINAS PESADAS E MAQUINAS AGURICOLAS, PARA ATENDIMENTO DA FROTA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ELEMENTOS INSTRUTORES CONSTANTES DO EDITAL, DE ACORDO COM O PREGÃO Nº 063/2025
O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES aqui denominado Contratante, de outro lado A SRA. FABIANA FREIBERGER GOMES BARBOSA, brasileiro (a), inscrito no CPF/MF sob o nº 930.292.179-49, residente e domiciliado na cidade de UMUARAMA/PR. representante da empresa. AF GOMES BARBOSA COMERCIO DE PEÇAS LTDA. aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes
CLÁUSULA PRIMEIRA DA PRORROGAÇÃO:
Fica prorrogado o prazo da vigência do contrato nº 286/2025, por mais 12 (doze) meses, a contar de 04/11/2026, encerrando-se em 04/11/2027.em conformidade com o artigo 58 – I c/c art.107 d lei nº 14.133/21.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA E DA VANTAJOSIDADE.
A presente prorrogação contratual fundamenta-se no art. 107 da lei nº 14.133/2021, tendo sido precedida de análise técnica constante no processo administrativo nº 166/2025, a qual demostrou a vantajosidade econômica da manutenção do vinculo em detrimento da realização de novo certame licitatório.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e permanecem inalteradas todas as demais cláusula e condições do contrato original e de seus aditivos anteriores que não conflitem com o disposto no presente instrumento.
E, por estarem justas e contratadas, assim as partes o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.
MARILUZ, 23 DE OUTUBRO DE 2026
PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Contratada
AF GOMES BARBOSA COMERCIO DE PEÇAS LTDA
FABIANA FREIBERGER GOMES BARBOSA
Contratada
Testemunhas
NOME..... CPF.....
NOME..... CPF.....

TERMO ADITIVO Nº 002
CONTRATO NÚMERO 288/2025 - LIC CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PEÇAS PARA MAQUINAS PESADAS E MAQUINAS AGURICOLAS, PARA ATENDIMENTO DA FROTA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ELEMENTOS INSTRUTORES CONSTANTES DO EDITAL, DE ACORDO COM O PREGÃO Nº 063/2025
O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES aqui denominado Contratante, de outro lado A SRA. MARCIA REGINA DA COSTA BALERONI, brasileiro (a), inscrito no CPF/MF sob o nº 930.292.179-49, residente e domiciliado na cidade de UMUARAMA/PR. representante da empresa. V.J.M. COMÉRCIO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS LTDA-EPP. aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes
CLÁUSULA PRIMEIRA DA PRORROGAÇÃO:
Fica prorrogado o prazo da vigência do contrato nº 288/2025, por mais 12 (doze) meses, a contar de 04/11/2026, encerrando-se em 04/11/2027.em conformidade com o artigo 58 – I c/c art.107 d lei nº 14.133/21.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA E DA VANTAJOSIDADE.
A presente prorrogação contratual fundamenta-se no art. 107 da lei nº 14.133/2021, tendo sido precedida de análise técnica constante no processo administrativo nº 166/2025, a qual demostrou a vantajosidade econômica da manutenção do vinculo em detrimento da realização de novo certame licitatório.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e permanecem inalteradas todas as demais cláusula e condições do contrato original e de seus aditivos anteriores que não conflitem com o disposto no presente instrumento.
E, por estarem justas e contratadas, assim as partes o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.
MARILUZ, 23 DE OUTUBRO DE 2026
PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Contratada
V.J.M. COMÉRCIO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS LTDA - EPP
MARCIA REGINA DA COSTA BALERONI
Contratada
Testemunhas
NOME..... CPF.....
NOME..... CPF.....

MUNICÍPIO DE MARIA HELENA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026.

O MUNICÍPIO DE MARIA HELENA, torna público que às 08:30 horas do dia 12/11/2026, na plataforma BLL www.bll.org.br, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
Caminhão Caçamba Basculante 6x4	1	R$ 800.000,00	180 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Maria Helena e na plataforma BLL www.bll.org.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Maria Helena, 23 de outubro de 2026.
MARLON RANCER MARQUES

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 176/2026
Pregão Eletronico Nº 021/2026
Edital n°051/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)
Contratada: K.C.R INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELLI - EPP – Nº09.251.627/0001-90.
OBJETO: Contratação de AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA CRECHE PRÉ-ESCOLA TIPO 1 O PADRÃO FNDE (SUPER CRECHE) DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA - PR., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor total: R$ 1.990,00 (Um mil, novecentos e noventa reais).
Vigência: 20/10/2026 a 20/10/2027
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
EDITAL Nº 312/2026 DE 23 DE OUTUBRO
SÚMULA: Exclui o candidato aprovado em CONCURSO PÚBLICO EFETIVO – Edital de Abertura n° 001/2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
EXCLUI o candidato abaixo relacionado da lista dos aprovados, referente ao CONCURSO PÚBLICO EFETIVO – Edital n° 001/2024 e Edital de Convocação nº. 311/2026, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado do dia 20/10/2026, abdica, por motivo estritamente de ordem particular do candidato, desistindo da nomeação.
CARGO: MOTORISTA – 40H
Inscrição CANDIDATO CPF Classificação
192 LEANDRO HUDSON DE FREITAS xxx.700.439-xx 21º
Edital entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 23 (VINTE E TRÊS) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 370/2026
SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias para o Secretário de Saúde do Município de Perobal – PR , e dá outras providências
O Prefeito Municipal de Perobal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
R E S O L V E:
Art. 1º AUTORIZAR o Senhor HERISON CLEIK DA SILVA LIMA, Secretário de Saúde do Município de Perobal – PR, viajar até Curitiba – PR, para participar da Assembléia Geral Ordinária do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Paraná (COSEMS/PR) e da reunião CIB, no período de 26 a 28 de Outubro de 2026, cabendo-lhe o pagamento de 03 (três) diárias.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, 23 de Outubro de 2026.
CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Município de Icaraíma
- Estado do Paraná -
Gabinete do Prefeito

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2026 PREGÃO 002/2026

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ICARAÍMA, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 76.247.337/0001-60, com sede à Avenida Hermes Vissoto, 810, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. DEVAIR FABRIS**, brasileiro, Agente Político Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.234.477-0 SSP/PR e CPF/MF nº 632.443.819-87, residente e domiciliado nesta cidade de Icaraíma, estado do Paraná, doravante denominado de **CONTRATANTE;** E, a empresa; **SATURNO COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 48.936.631/0001-43, com sede naRua Leonardo da Vinci n°89, Jardim Bela Vista, CEP 13.076-410, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, telefone (11) 91732-0343, e-mail: saturnomateriaiseletricos@gmail.com, neste ato representada pelo Sr(a). Juan da Silva Honorato, portador(a) do RG n° 60.701.090-3 SSP/SP e devidamente inscrito(a) no CPF sob n° 448.107.378-02, doravante denominado **CONTRATADA**, como segue:

CONSIDERANDO o comum acordo e aprovação entre as partes, bem como justificativa da Secretaria responsável;

CLAUSULA PRIMEIRA: Ficam acrescidos **25%** (vinte e cinco por cento) na quantidade do **lote nº 02** referente à **Ata de Registro de Preço 002/2026** que passa a ter a seguinte composição:

LOTE	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT. ORIGINAL	QUANT. 25%	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL 25%	MARCA/ MODELO
02	Luminária Pública LED - 150W- Certificação Do Inmetro;- Corpo Em Alumínio Injetado Ou Extrudado Em Corpo Único;- Pintura Eletrostática A Pó Com Proteção UV;- Leds Com Montagem SMD, Intercambiáveis;- Distorção Harmônica = 10%, Conforme Recomendações Das Normas Técnicas: IEC 61000-3-2, IEEE519, NTC 903100 E NTC901100;- Bocal para fixação em braços de Ø48mm até Ø65mm- Temperatura De Cor: entre 5.000k e 6.000k;- Fluxo Luminoso =22.500 Lumens e Rendimento Luminoso Mínimo De 150 Lumens/Watt;- Tomada Para Relé 7 Pinos Fotoelétrico;- Indice De Proteção No Mínimo IP66 (IngressProtection);- Proteção Mecânica Mínima Ik08 (Grau De Proteção Antivandalismo);- IndiceDe Reprodução De Cor =70%;- Fator De Potência >95%;- Vida Útil Mínima: 100.000 Horas;- Dimerizável;- Tensão De Trabalho: 100 A 280 V;- Termo De Garantia Endereçado Ao Município Do Fabricante Do Produto, Com Garantia Total Contra Defeitos Ou Mau Funcionamento Do Produto No Período De 5 Anos;- A Luminária Deve Possuir Protetor De Surto DPS Externo Ao Driver, Classe II Ou Superior, =10kv E =10ka.	UND	40	10	R$300,00	R$3.000,00	SKY LED
Valor Total R$ 3.000,00 (três mil reais)							

CLAUSULA SEGUNDA: Permanecem inalterados os preços dos demais itens, clausulas e condições previstas no referido contrato.

CLAUSULA TERCEIRA: O aditivo não tem validade retroativa, sendo vedada a sua aplicabilidade a produtos já fornecidos.

E por estarem de comum acordo com as condições ora estabelecidas, firmam o presente contrato, na presença de duas testemunhas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA, ESTADO DO PARANÁ, aos 23 de Outubro de 2026.

- **DEVAIR FABRIS-**
- Prefeito Municipal –

SATURNO COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO LTDA
Contratada
TESTEMUNHAS

Nome: Patricia Zanoli
RG. 9.632.174-0

Nome: Susana Ferreira Graciano
RG: 6.130.527-0

EDITAL Nº. 049/2026

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS (a) APROVADOS (a) NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026, EDITAL Nº. 043/2026, QUE HOMOLOGOU O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2026 de 02 de junho de 2026, Edital n°.043/2026 de 28 de julho de 2026, que homologou o resultado final do Concurso Público.

CONVOCA os (a) candidatos (a) abaixo relacionados (a), aprovados (a) e classificados (a) no Concurso Público nº 001/2026, para realização de Exames para Aptidão Física (Consulta Ocupacional) e Sanidade Mental e posterior nomeação ao cargo público.

CARGO: TECNICO DE ENFERMAGEM	CPF	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
SILVANA MONTEIRO SCARLASSARE RIBEIRO	064.xxx.xxx-20	76	1
DENISE DA SILVA MUNDEK	078.xxx.xxx-14	74	2
ROSANI LIMA DOS SANTOS	024.xxx.xxx-90	74	3
ANDREIA DOS SANTOS SOARES (Pretos ou Pardos)	036.xxx.xxx-46	72	4
MONICA DA SILVA BRITO	107.xxx.xxx-74	70	5
LARISSA AZEVEDO DA FONSECA	107.xxx.xxx-63	70	6
ROSELI FONSECA DA SILVA	040.xxx.xxx-70	70	7
ANA RAQUEL PORTELA NERY DA CRUZ (PcD - Pessoa com Deficiência)	068.xxx.xxx-07	67	8
BRUNA CAROLINE DA SILVA	085.xxx.xxx-00	67	9

Os candidatos (a) convocados (a) por este Edital, deverá se apresentarem para Consulta de Aptidão Física (Consulta Ocupacional) na **Unidade Básica de Saúde - João Antônio de Campos Filho**, **Avenida João XXIII, n° 715,** e na **Secretaria Municipal de Educação, Rua Pedro Alvares Cabral, nº 1880**, para exame de Sanidade Mental, conforme prevê o Art. 14, caput e Art. 22, Parágrafo Único, da Lei nº 233/93 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Iporã, portando os resultados dos exames abaixo relacionados, previamente realizados e obedecendo a seguinte ordem:

EXAMES PARA APTIDÃO FÍSICA:

CARGO	EXAMES A SEREM APRESENTADOS	DATA	HORÁRIO
TECNICO DE ENFERMAGEM	-Hemograma Completo c/ Plaquetas - Audiometria - Acetilcolinesterase Plasmática - Anti HBS - Raio X de Coluna Lombo Sacra (com laudo do Médico) - Acuidade Visual (no ato da consulta)	18/11/2026	14h00min

EXAME DE SANIDADE MENTAL:

CARGO	DATA	HORÁRIO
TECNICO DE ENFERMAGEM	17/11/2026	09h00min

As despesas decorrentes com a realização dos Exames acima mencionados são de responsabilidade do Candidato aprovado, que após aprovação nos Exames Médicos, deverá comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Iporã – Paraná, no prazo máximo de 10 (dez) dias improrrogável portando os seguintes documentos:

- Carteira de Identidade (CIN) de acordo com a Lei 14.534/2023 e fotocópia;
- C.P.F. e fotocópia;
- Certidão de Nascimento ou casamento e fotocópia;
- Certificado de Reservista e fotocópia, quando couber;
- Título de Eleitor e fotocópia;
- Ultimo comprovante de votação;
- Comprovante de escolaridade exigida no edital;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e fotocópia, quando couber; (quando for menor de 14 anos trazer carteirinha de vacina e se estudante, declaração da escola);
- CPF dos filhos;
- Duas fotos 3X4 recentes, tirada de frente;
- C.N.H. e fotocópia grupo "C", "D" ou "E", quando couber;
- Atestado de Sanidade Física e Mental;
- Certidão Negativa de antecedentes civis e criminais;
- Apresentação de declaração de bens e valores, de acordo com a Lei Federal nº 8429/92;
- Cópia do PIS/PASEP;
- Carteira de trabalho original e cópia da carteira de trabalho, página de identificação do servidor e dos contratos de trabalhos anteriores;
- Endereço completo (conta de água, luz ou telefone);
- Telefone para contato;
- E-mail.

Iporã-(PR), 23 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

SAMU 192 NOROESTE PR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ – CIUENP

PORTARIA Nº 321/2026

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo em face do Município de Engenheiro Beltrão/PR.

O **Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná - CIUENP**, no exercício regular de suas atribuições legais e estatutárias, conferidas pela Lei nº 11.107/2005 e pelas Cláusulas 18ª, 23ª, inciso XI, 24ª, incisos IV e VI, e 73ª do Estatuto do CIUENP, e por determinação/delegação expressa do Conselho Deliberativo,

CONSIDERANDO a deliberação tomada por unanimidade na 53ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 10 de setembro de 2026, no Paço Municipal de Cianorte/PR, acolhendo recomendação prévia do Conselho Fiscal em sua 5ª Reunião e comunicada à 43ª Assembleia Geral, que determinou a imediata instauração de processo administrativo em face dos Municípios devedores contumazes do Consórcio;

CONSIDERANDO os dados contábeis consolidados no Extrato de Débitos do Consórcio, que apontam a existência de débito histórico do Município de Engenheiro Beltrão/PR, destacando-se passivo administrativo e judicializado em cobrança corrente no montante principal de R$ 1.132.676,76 relativo aos exercícios de 2022 a 2026, além de débitos pretéritos dos exercícios de 2013 a 2016 já submetidos à liquidação via precatório judicial, verificando-se, ainda, a persistência do inadimplemento das obrigações financeiras consorciais atuais, evidenciando a continuidade da ausência de regularização dos débitos históricos e o não cumprimento das obrigações correntes decorrentes dos contratos de rateio;

CONSIDERANDO que a cobrança judicial da dívida não impede a instauração deste processo administrativo sancionatório, diante da autonomia entre as esferas administrativa e judicial e da finalidade estritamente institucional e política da penalidade consorcial de suspensão;

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei nº 11.107/2005, e nas Cláusulas 61ª, inciso II, e 73ª, caput e § 1º, do Estatuto do CIUENP, que preveem a aplicação da penalidade de suspensão de ente consorciado mediante regular processo administrativo em que se assegurem o contraditório e a ampla defesa;

CONSIDERANDO que a penalidade de suspensão possui caráter pedagógico, preventivo, institucional e político no âmbito do Consórcio Público, não implicando qualquer prejuízo ou interrupção nos atendimentos e serviços prestados pelo SAMU-192 à população do Município de Engenheiro Beltrão, ressalvando-se, todavia, que a suspensão dos serviços poderá ocorrer posteriormente, com a eventual exclusão do Município;

CONSIDERANDO, por fim, o rito procedimental proposto pela Procuradoria Geral do Consórcio e chancelado pelo Conselho Deliberativo na 53ª Reunião Extraordinária;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica formalmente INSTAURADO Processo Administrativo Sancionatório em face do **MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO/PR**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº 76.950.039/0001-31, com sede administrativa na Rua Manoel Ribas, nº 160, Centro, Engenheiro Beltrão/PR, visando à apuração do inadimplemento reiterado de suas obrigações financeiras decorrentes dos contratos de rateio e do Estatuto do CIUENP, com vistas à eventual aplicação da penalidade de suspensão perante o Consórcio Público, nos termos da Lei nº 11.107/2005, e das Cláusulas 23ª, inciso XI, e 73ª do Estatuto do CIUENP.

Parágrafo único. O inadimplemento objeto de apuração sancionatória no presente processo totaliza o montante principal exigível administrativamente de R$ 1.132.676,76 (um milhão, cento e trinta e dois mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos), referente às quotas mensais de rateio vencidas e não pagas nos exercícios de 2022 a 2026, além das vincendas, sem prejuízo do registro histórico de débitos consolidados em precatórios dos exercícios de 2013 a 2016.

Art. 2º. Determina-se à Secretaria Executiva do CIUENP a imediata autuação do presente procedimento em autos próprios, promovendo a juntada dos seguintes documentos:
a) extrato da deliberação exclusivamente do item "c" da Ata da 53ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do CIUENP, realizada em 10 de setembro de 2026, bem como de seu respectivo Extrato oficial de publicação;
b) demonstrativo atualizado da dívida consolidada emitido pela Contadoria do Consórcio;
c) cópia dos Contratos de Rateio firmados com o ente municipal nos Exercícios apurados;
d) histórico das cobranças e demandas judiciais em curso contra o Município.

Art. 3º. Determina-se a expedição de notificação formal ao Chefe do Poder Executivo do Município de Engenheiro Beltrão/PR, via postal com Aviso de Recebimento (AR), com o fornecimento de cópia da presente Portaria e de todos os documentos que instruem os autos.

Parágrafo único. A notificação assinalará expressamente ao Município o prazo preclusivo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de recebimento pelo Município, oportunidade em que a Municipalidade poderá:
a) apresentar defesa escrita, articulando seus argumentos de fato e de direito e acostando as provas documentais que reputar pertinentes, com a obrigação de apresentar a documentação que comprove que consignou na lei orçamentária as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas perante o CIUENP, nos termos do art. 8º, § 5º, da Lei nº 11.107/2005;
b) efetuar a quitação integral do débito perante o CIUENP; ou

c) apresentar proposta formal e idônea de repactuação financeira e parcelamento do passivo apurado, observadas as normas financeiras do Consórcio.

Art. 4º. O processamento do feito observará rigorosamente o seguinte rito instrutório e decisório, conforme delineado pela Procuradoria Geral e chancelado pelo Conselho Deliberativo:

§ 1º. Na hipótese de ocorrer a quitação integral da dívida no prazo regulamentar, o procedimento administrativo será arquivado pela Presidência, mediante ateste da Contadoria e parecer da Procuradoria Geral, dando-se ciência ao Conselho Deliberativo na reunião subsequente.

§ 2º. Caso o Município apresente proposta de parcelamento e venha a celebrar Termo de Repactuação Financeira devidamente homologado pela Presidência do CIUENP, com esteio na Cláusula 24ª, inciso VI, do Estatuto, o procedimento administrativo permanecerá sobrestado sob condição resolutiva, mantendo-se o acompanhamento contábil mensal:
a) adimplido pontual e integralmente o parcelamento até a sua última parcela, o processo administrativo será extinto e definitivamente arquivado;
b) ocorrendo o inadimplemento de qualquer parcela pactuada, o acordo restará rescindido de pleno direito, operando-se o vencimento antecipado do saldo devedor remanescente e o imediato destrancamento do feito para prosseguimento regular.

§ 3º. Apresentada a defesa escrita ou transcorrido o prazo sem manifestação do notificado, os autos serão conclusos à Procuradoria Geral do CIUENP para a elaboração de Parecer Jurídico conclusivo sobre a regularidade formal do rito e o mérito da pretensão sancionatória.

§ 4º. Juntado o parecer jurídico, os autos serão remetidos ao Conselho Deliberativo do CIUENP, que se reunirá para examinar a manifestação defensiva, deliberar motivadamente sobre sua procedência ou improcedência e lavrar Relatório Conclusivo, opinando de forma fundamentada sobre a aplicação da penalidade e submetendo o feito ao julgamento final da Assembleia Geral.

§ 5º. A competência decisória final para aplicar a penalidade de suspensão de ente consorciado é privativa da Assembleia Geral do CIUENP, instância máxima e soberana, na forma da Cláusula 9ª, inciso V, do Estatuto.

§ 6º. Na sessão assemblear de julgamento, será assegurado ao Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão ou a procurador devidamente constituído com poderes específicos a prerrogativa de sustentação oral das razões defensivas por quinze minutos.

§ 7º. A deliberação colegiada sobre a suspensão dar-se-á por maioria simples de votos dos membros presentes, na forma da Cláusula 14ª do Estatuto, ficando o Município processado impedido de votar na matéria que lhe diz respeito.

Art. 5º. A eventual aplicação da penalidade de suspensão pela Assembleia Geral ensejará restrições de ordem política e institucional no âmbito interno do consórcio público, ficando expressamente ressalvada a manutenção integral e ininterrupta de todos os atendimentos e serviços operacionais do SAMU-192 à população do Município de Engenheiro Beltrão.

Art. 6º. Sobrevindo a decisão assemblear de suspensão, a Diretoria Executiva do Consórcio adotará imediatamente as seguintes providências de formalização e publicidade:
a) publicação oficial da ata da sessão assemblear na imprensa oficial regional;
b) notificação formal ao Chefe do Poder Executivo de Engenheiro Beltrão quanto ao teor da sanção, ressalvando-lhe expressamente a faculdade de reabilitação a qualquer momento mediante quitação integral ou celebração de termo de transação e garantia de pagamento com a Presidência, na forma da Cláusula 73ª, § 2º, do Estatuto;
c) expedição de ofícios informativos ao Comitê Gestor Regional da Rede de Atenção às Urgências, à Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA/PR), à respectiva Regional de Saúde, ao Ministério Público do Estado do Paraná (por meio da Promotoria de Justiça com atribuição na Proteção ao Patrimônio Público e à Saúde Pública da Comarca de Engenheiro Beltrão) e à Presidência da Câmara Municipal de Engenheiro Beltrão, cientificando quanto à suspensão das prerrogativas políticas e institucionais do ente perante o Consórcio, e destacando que na hipótese de persistir a inadimplência, poderá ser instaurado novo procedimento voltado à sua exclusão definitiva do consórcio público, momento a partir do qual cessará o suporte operacional do CIUENP, cabendo ao Município de Engenheiro Beltrão assumir, diretamente e com meios próprios, a gestão e a execução integral dos serviços de atendimento móvel de urgência e emergência (SAMU) em seu território.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação na imprensa oficial.

Umuarama/PR, 23 de outubro de 2026.

MARCO ANTONIO FRANZATO
PRESIDENTE DO CIUENP

Município de Icaraíma
- Estado do Paraná -
Gabinete do Prefeito

2º TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
n.º 149/2024 - PREGÃO 020/2024

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ICARAÍMA, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC/MF sob o n.º 76.247.337/0001-60, com sede à Av. Hermes Vissoto, 810, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **DEVAIR FABRIS**, brasileiro, Agente Político Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.234.477-0 SSP/PR e CPF/MF nº 632.443.819-87, residente e domiciliado nesta cidade de Icaraíma, estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE**. E, de outro lado a empresa **PASCOTTO E CIA LTDA**., inscrita no CNPJ sob n.º **10.634.770/0001-40**, com sede na **AVENIDA RIO DE JANEIRO**, nº 2685, térreo, Bairro: CENTRO, CEP 87.525-000, Cidade de Ivaté, Estado do Paraná, telefone (44) 3673-2065/ (44) 3663-1234, e-mail: lojasautopecassaojose@gmail.com / zoiro_autopecas@hotmail.com, neste ato representada pelo Sr. **ZOIRO AUGUSTO ANTONIETTI PASCOTTO**, portador do RG n° **5.733.599-8** SSP/PR e devidamente inscrito no CPF sob n° **247.239.108-08**, como segue:

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação do prazo e quantitativo da Ata de Registro de Preços n° 149/2024 para AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS GENUÍNAS E ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA VEÍCULOS LEVES, CAMINHÕES E ÔNIBUS DA FROTA MUNICIPAL, considerando a demanda continua do município;

CONSIDERANDO o interesse da contratante na continuidade da execução do objeto contratual, solicitando a renovação da ata de registro de preços;

CONSIDERANDO a vantajosidade à Administração Pública, em observância aos princípios da economicidade e da viabilidade técnica, com foco na otimização dos recursos públicos;

CONSIDERANDO o Artigo 84 da Lei n° 14.133/2021, que autoriza a prorrogação contratual, com a devida justificativa documental;

As partes resolvem, pelo presente instrumento ADITAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 149/2024, celebrando o presente conforme as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços 149/2024, por mais 12 (doze) meses, a partir da data de **20 de Novembro de 2026 a 20 de Novembro de 2027,** observada a vigência máxima permitida, nos termos do art. 84 da Lei 14.133, conforme previsto no item da referida ata de registro de preços n° 149/2024, bem como a renovação dos quantitativos registrados conforme tabela abaixo descriminada:

ITEM	QUANT. DE VEÍCULOS	VEÍCULOS	SECRETARIAS	VALOR TOTAL POR LOTE R$	MARCA	MODELO	PERCENTUAL DE DESCONTO
01	15	Aquisição de peças e acessórios pelo critério de maior desconto percentual sobre a tabela de preços da montadora e/ou sobre a tabela de preços da montadora do software Traz Valor e/ou sobre outro software similar para os veículos, Gol ano 2012 placa AVF-8104, Gol ano 2015 placa PUC-1131, Gol ano 2017 placa BBQ-2958, Gol ano 2017 placa BBQ-2959, Gol ano 2018 placa BCP- 0163, Voyage ano 2019 placa BDD-7D23, Saveiro ano 2020 placa BED-5H97, Saveiro ano 2020 placa BED-5H98. Gol ano 2021 placa BEX-3F39, Gol ano 2021 placa BEX-0I37, Gol ano 2021 placa BEX-8F67.	Agricultura Administração Assistência social Meio ambiente Saúde	80.000,00	EQUIVALENTE	VW	30,01%
2	07	Aquisição de peças e acessórios pelo critério de maior desconto percentual sobre a tabela de preços da montadora e/ou sobre a tabela de preços da montadora do software Traz Valor e/ou sobre outro software similar para os veículos, Montana ano 2013 placa AXU-1286. Spin ano 2018 placa BDA-2J82, S10 ano 2018 placa BDG-5D48 (diesel). Spin ano 2022 placa SDQ-6C10.Meriva ano 2010 placa ASQ-3B41, Ford Fiesta ano 2010 placa ASI-4177, Ford Ecosport ano 2009 placa ARO-4F60.	Administração Industria e comercio Meio Ambiente Saúde	80.000,00	EQUIVALENTE	GM/FORD	30,01%
3	06	Aquisição de peças e acessórios pelo critério de maior desconto percentual sobre a tabela de preços da montadora e/ou sobre a tabela de preços da montadora do software Traz Valor e/ou sobre outro software similar para os veículos, Fiat Strada ano 2016 placa BAP-7467, Fiat Strada ano 2016 placa AZT- 8G96, Fiat Strada ano 2004 placa ALT-6F15, Fiorino ano 2006 placa MEX-9899, Fiorino ano 2018 placa BCW-9I25, Fiat Strada ano 2022 placa RHU-0G18.	Agricultura Obras Meio Ambiente Saúde	80.000,00	ORIGINAL	FIAT	30,01%
4	07	Aquisição de peças e acessórios pelo critério de maior desconto percentual sobre a tabela de preços da montadora e/ou sobre a tabela de preços da montadora do software Traz Valor e/ou sobre outro software similar para os veículos, Mobi ano 2018 placa BCN-9465, Mobi ano 2020 placa BEE-6G82, Mobi ano 2020 placa BEI-4B39, Mobi ano 2020 placa BEI-4B42, Mobi ano 2020 placa BEI-4B43, Citroen c3 ano 2024 placa SEY-8B89, Citroen c3 live ano 2024 placa SFO-4J45.	Saúde	80.000,00	EQUIVALENTE	FIAT/CITROEN	9,55%
5	04	Aquisição de peças e acessórios pelo critério de maior desconto percentual sobre a tabela de preços da montadora e/ou sobre a tabela de preços da montadora do software Traz Valor e/ou sobre outro software similar para os veículos, Fiat Ducato ano 2016 placa BBS-1279, Fiat Ducato ano 2015 placa BAD- 9538, Fiat Ducato ano 2015 placa BAB-6993, Van Citroen Jumper ano 2022 placa SDW-3C85.	Saúde	80.000,00	EQUIVALENTE	FIAT/CITROEN	30,01%
6	07	Aquisição de peças e acessórios pelo critério de maior desconto percentual sobre a tabela de preços da montadora e/ou sobre a tabela de preços da montadora do software Traz Valor e/ou sobre outro software similar para os veículos, Renault Master ano 2016 placa BAO-5E79, Renault Master ano 2018 placa BCZ-2I01, Renault Master ano 2020 placa BEE- 4J64. Peugeot Expert ano 2022 placa RHZ-1F06, Peugeot Expert ano 2022 placa SDX-8J67, HB20 ano 2022 placa SEE-5I15, Peugeot Expert ano 2024 placa TAL-3J47.	Educação e Saúde	80.000,00	EQUIVALENTE	RENAULT/PEUGEOT/HYUNDAI	30,01%
7	07	Aquisição de peças e acessórios pelo critério de maior desconto percentual sobre a tabela de preços da montadora e/ou sobre a tabela de preços da montadora do software Traz Valor e/ou sobre outro software similar para os veículos,. Onibus M. Benz of1519 ore3 ano 2015 placa AZN 6497, Onibus M. Benz ano 2009 placa ARS 6867, Onibus M. Benz ano 2009 placa ARP3369. Onibus Volkswagen 15.190 odr ore 2 ano 2012 placa AWO-6120, Onibus Volkswagen ano 2004 placa AMM-2056, Onibus Volkswagen 15.190 odr ore 3 ano 2019 placa BDG-5I13, Onibus VW Neobus ano 2024 placa SFO-2B81.	Educação	80.000,00	EQUIVALENTE	MB/VW	6%
8	06	Aquisição de peças e acessórios pelo critério de maior desconto percentual sobre a tabela de preços da montadora e/ou sobre a tabela de preços da montadora do software Traz Valor e/ou sobre outro software similar para os veículos, Caminhão Volkswagen 8.150 ano 2001 placa MBQ-1851, Caminhão Volkswagen 13.180 worker ano 2011 placa AUO-2C38, Caminhão Volks/Man ano 2021 placa RHF-5B88. Caminhão Iveco Prancha ano 2020 placa BED-5H96. Caminhão Mercedes Benz Atron 2729 6x4 ano 2014 placa AYM-5195, CAMINHÃO MAN Robust ano 2023 placa SEF-9I15.	Obras e Meio Ambiente	80.000,00	EQUIVALENTE	VW/IVECO/MB	6%
9	08	Aquisição de peças e acessórios pelo critério de maior desconto percentual sobre a tabela de preços da montadora e/ou sobre a tabela de preços da montadora do software Traz Valor e/ou sobre outro software similar para os veículos, Onibus Marcopolo Volare w8 ano 2016 placa BBC 6756, Onibus Marcopolo Volare v8L ano 2015 placa BAF-4190, Onibus Marcopolo Volare V8 ano 2012 placa AWP-6578, Onibus Marcopolo Volare W9/DW9 ano 2017 placa BBX-5953, Iveco Daily ano 2015 placa AZZ-6861, Onibus Iveco cityclass 70c17 ano 2012 placa AVN-6276. Onibus Marcopolo Volare V8Lcurto ano 2018 placa BCM-5649, Caminhão Iveco Daily ano 2022 placa RHW-4F01.	Saúde, Educação, Assistência social	80.000,00	EQUIVALENTE	VOLARE/IVECO	6%
10	04	Aquisição de peças e acessórios pelo critério de maior desconto percentual sobre a tabela de preços da montadora e/ou sobre a tabela de preços da montadora do software Traz Valor e/ou sobre outro software similar para os veículos., Caminhão Ford Cargo 1317 ano 2011 placa AUL-8031, Caminhão Ford Cargo 1723E ano 2017 placa BCC-4807, Caminhão Ford Cargo 1119 ano 2018 placa BCH-4126, Varredeira Mecanizada B500H ano 2022.	Obras e Meio Ambiente	80.000,00	EQUIVALENTE	FORD/VARREDEIRA	6%
VALOR TOTAL: R$ 800.000,00 (OITOCENTOS MIL REAIS)							

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL
Para o novo período de vigência da Ata de Registro de Preços, estima-se o valor máximo de **R$800.000,00 (oitocentos mil reais),** Dessa forma, o valor global acumulado da Ata de Registro de Preços passará a totalizar R$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).
A justificativa técnica do setor requisitante consta no processo administrativo que instrui este Termo Aditivo.

CLAUSULA TERCEIRA: Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n° 7.065/2024.

CLAUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais clausulas e condições da referida Ata de Registro de Preços.

E por estarem de comum acordo com as condições ora estabelecidas, firmam o presente Termo Aditivo, na presença de duas testemunhas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA, ESTADO DO PARANÁ, aos 23 de Outubro de 2026.

_____
- **DEVAIR FABRIS** -
- Prefeito Municipal –

_____
PASCOTTO E CIA LTDA
Contratada

Testemunhas

_____
Nome: Patricia Zanoli
RG: 9.632.174-0

_____
Nome: Susana Ferreira Graciano
RG: 6.130.527-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATE
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026

Decreto nº 89/2026 de 11/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATE, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 921/2025 de 10/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$703.418,88 (setecentos e três mil e quatrocentos e dezoito reais e oitenta e oito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

04		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001		COORDENAÇÃO GERAL SEC. ESPORTE, CULTURA E LAZER	
04.001.12.361.0006.2.104		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
64 - 3.1.90.11.00.00	1080	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	105.226,46
64 - 3.1.90.11.00.00	1082	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.403,68
69 - 3.3.90.30.00.00	1082	MATERIAL DE CONSUMO	18.840,21
72 - 3.3.90.39.00.00	1082	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.912,94
73 - 4.4.90.52.00.00	1080	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.962,32
04.001.12.361.0006.2.108		COTA SALARIO - EDUCAÇAO FNDE/MEC GOVERNO FEDERAL	
77 - 3.3.90.39.00.00	1107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.800,00
04.001.12.361.0006.2.109		MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA DIVISAO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
79 - 3.3.90.30.00.00	1107	MATERIAL DE CONSUMO	16.110,00
04.001.12.361.0006.2.139		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
92 - 3.3.90.39.00.00	1107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.204,00
04.001.12.365.0006.2.185		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
98 - 3.1.90.11.00.00	31749	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	36.967,75
101 - 3.3.90.30.00.00	31749	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
104 - 3.3.90.39.00.00	31749	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
105 - 4.4.90.52.00.00	31749	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.727,79
04.001.12.365.0006.2.186		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	
109 - 3.3.90.30.00.00	1104	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
110 - 3.3.90.32.00.00	1107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	4.764,00
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S	
05.002.10.301.0008.2.043		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BASICA	
165 - 3.3.90.34.00.00	31916	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	4.806,50
167 - 3.3.90.39.00.00	31891	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
05.002.10.302.0008.2.044		PROGRAMA A CARGO DO CONSORCIO INT. DE SAUDE - CISA	
171 - 3.3.71.70.00.00	1342	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	2.506,36
173 - 3.3.72.39.00.00	31346	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	203.079,66
173 - 3.3.72.39.00.00	31917	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.071,33
05.002.10.304.0008.2.052		MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EM SAÚDE	
183 - 3.3.90.39.00.00	31891	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.002		FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL - FMAS	
06.002.08.122.0009.2.197		EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL	
216 - 3.3.50.43.00.00	31920	SUBVENÇÕES SOCIAIS	53.000,00
06.002.08.245.0009.2.194		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	

Suplementação

223 - 3.3.90.30.00.00	31913	MATERIAL DE CONSUMO	3.035,88
10		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
10.001		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
10.001.28.846.0000.2.187		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
352 - 3.1.90.94.00.00	1104	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	50.000,00
		Total Suplementação:	703.418,88

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita

Receita: 1.1.1.3.03.1.1.01 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO -	65.000,00
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 1342	2.506,36
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 31913	3.035,88
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 31920	3.000,00
Receita: 1.7.1.4.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL - Fonte:	10.310,00
Receita: 1.7.1.4.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL - Fonte:	37.568,00
Receita: 1.7.1.5.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA	20.000,00
Receita: 1.7.1.5.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA	24.611,17
Receita: 1.7.1.5.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA	20.084,37
Receita: 1.7.1.5.53.0.1 Transferências de Recursos do Fundeb Destinados à Criação de	140.941,93
Receita: 1.7.1.5.53.0.1 Transferências de Recursos do Fundeb Destinados à Criação de	60.403,68
Receita: 1.7.1.9.57.0.1 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL - Fonte: 31346	203.079,66
Receita: 1.7.1.9.57.0.1 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL - Fonte: 31916	4.806,50
Receita: 1.7.1.9.57.0.1 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL - Fonte: 31917	2.071,33
Receita: 1.7.1.9.57.0.1 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL - Fonte: 31920	50.000,00
Receita: 1.7.2.4.50.0.1.01 Transferências de Convênios dos Estados e DF para o Sistema Único	56.000,00
Total da Receita:	703.418,88

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATE, Estado do PR, em 11 de Agosto de 2026.

_____
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
PREFEITO

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo departamento jurídico, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Edital N°	089/2026
Licitação N°	039/2026
Modalidade	Pregão
Data Homologação	23/10/2026
Objeto Homologado	Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus destinados à manutenção da frota do Município de Maria Helena – PR, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

DECLARANDO VENCEDOR O SEGUINTE FORNECEDOR:

LV TRANSPORTES E COM. DE PNEUMATICOS LTDA (47943763000130) com os lotes: 36, 37 no valor total de R$ 66.250,00 (sessenta e seis mil e duzentos e cinquenta reais).

A M MENDES - ACESSORIOS (06009600000105) com os lotes: 23, 25, 32 no valor total de R$ 46.129,00 (quarenta e seis mil e cento e vinte e nove reais).

COUTINHO PNEUS LTDA (49230882000170) com os lotes: 5, 8, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 35, 40 no valor total de R$ 112.808,00 (cento e doze mil e oitocentos e oito reais).

VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA (39859999000164) com os lotes: 1, 2, 3, 10, 11, 13, 34, 14, 15, 18, 19, 20, 31 no valor total de R$ 113.075,00 (cento e treze mil e setenta e cinco reais).

ASA SUL DISTRIBUICAO LTDA (61554307000129) com os lotes: 26 no valor total de R$ 2.950,00 (dois mil e novecentos e cinquenta reais).

TEREZA PNEUS LTDA (01179914000124) com os lotes: 12, 16 no valor total de R$ 13.380,00 (treze mil e trezentos e oitenta reais).

J.E PNEUS LTDA (48910213000187) com os lotes: 30 no valor total de R$ 13.320,00 (treze mil e trezentos e vinte reais).

PR PNEUS PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA-EPP (10948417000134) com os lotes: 7, 17, 33, 38, 39 no valor total de R$ 15.916,00 (quinze mil e novecentos e dezesseis reais).

MARIA HELENA, 23 de outubro de 2026.

MARLON RANCER MARQUES
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Mariluz
Avenida Marília, 1920 – Centro
CEP: 87.470-000 – Fone: (44) 3534-8000
Mariluz - Paraná

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
Pregão nº 39 / 2026

O Prefeito do Município de Mariluz, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

TORNA PÚBLICO

I - A adjudicação do objeto da licitação para as **empresas vencedoras:**

FORNECEDOR	LOTE	ORDEM	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
60.509.786 PEDRO HENRIQUE DA SILVA HONORIO CNPJ: 60.509.786/0001-07	**1**	**1**	**160**	**R$ 189,99**	**R$ 30.398,40**
W A G COMERCIO CNPJ: 62.247.340/0001-79	**1**	**2**	**120**	**R$ 131,25**	**R$ 15.750,00**

FORNECEDOR	TOTAL
60.509.786 PEDRO HENRIQUE DA SILVA HONORIO CNPJ: 60.509.786/0001-07	R$ 30.398,40 (trinta mil, trezentos e noventa e oito reais e quarenta centavos)
W A G COMERCIO LTDA CNPJ: 62.247.340/0001-79	R$ 15.750,00 (quinze mil, setecentos e cinquenta reais)

II – A homologação do procedimento administrativo referente à Licitação ***nº 39/2026,*** modalidade ***Pregão Eletrônica, Processo Licitatório nº 134/2026,*** cujo objeto é: **Registro de preços, destinado a contratação de empresa para fornecimento de produtos de limpeza específicos para higienização da frota municipal, conforme termo de referência, e elementos instrutores constantes do edital.**

Mariluz, em 23 de outubro de 2026.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 805.330.519-91

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

TERMO ADITIVO 001
CONTRATO N°234-2025
PREGÃO Nº 065-2025

O MUNICÍPIO DE MARIA HELENA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Brasil, 2001, na cidade de Maria Helena, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.247.386/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **MARLON RANCER MARQUES**, brasileiro, solteiro, Agente Político, residente e domiciliado na cidade de Maria Helena Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º 10.183.053-5-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 063.474.769-08, denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **CONSTRUTORA CAPITAL JP LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o Nº30.768.256/0001-04, sediado na cidade de UMUARAMA-PR doravante designado CONTRATADO,** neste ato representado(a) **NILSON JUNIOR PINHO ,** conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no Processo Nº 130/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Aditivo, decorrente do(a) **PREGÃOELETRÔNICO Nº.065/2025,** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do **Contrato nº 234/2025** por mais 12 (doze) meses, passando seu término a ocorrer em **23 de outubro de 2027,** mantidas as demais cláusulas e condições contratuais que não conflitarem com o presente aditamento.

CLAUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente termo aditivo contratual se fundamenta na Lei n° 14.133/21, art. 107 e 124, bem como na solicitação e justificativa enviada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Obras, Of. 082/2026.

CLAUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais Clausulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente instrumento

CLAUSULA QUARTA – DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Umuarama para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Maria Helena - PR, 23 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 173/2026
Pregão Eletronico Nº 021/2026
Edital n°051/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)
Contratada T RONQUI ATACADISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA – Nº31.651.344/0001-94.
OBJETO: Contratação de AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA CRECHE PRÉ-ESCOLA TIPO 1 O PADRÃO FNDE (SUPER CRECHE) DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA - PR., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor total: R$ 20.285,43 (Vinte mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e três centavos).
Vigência: 23/10/2026 a 23/10/2027
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

CRUZEIRO DO OESTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

PORTARIA Nº 1346/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;

Considerando a metodologia estabelecida pela Lei Complementar nº 6/2022 e do Decreto nº 293/2023, que disciplina a metodologia e os procedimentos da Avaliação Especial de Desempenho dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste.
Considerando, que a progressão por merecimento é a passagem do servidor de um nível de vencimento ao nível subsequente dentro da faixa de vencimentos de seu cargo após o interstício de 36 (trinta e seis) meses, com aprovação da avaliação especial de desempenho Programa de Avaliação Probatória durante o período.

RESOLVE:

Art. 1° Promover os servidores que obtiveram a média igual ou superior a 60 (sessenta) pontos ao **término do período do estágio probatório**, para elevação de nível vertical subsequente.

MATRÍCULA	NOME	CPF	CARGO	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL
31588435	Dalvana da Silva	xxx.397.499-xx	Técnico em Enfermagem	A1	A2
31588436	Rose de Cândido Lowen Barbosa	xxx.930.419-xx	Técnico em Enfermagem	A1	A2

Art. 2° Os efeitos pecuniários da promoção, terão vigência no mês subsequente ao da última avaliação especial de desempenho Programa de Avaliação Probatória.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 23 (VINTE E TRÊS) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.

ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

MUNICIPIO DE PÉROLA
Estado do Paraná
PORTARIA Nº 635/2026
Concede Férias a servidora ELIANE APARECIDA RAMPIM RAMOS, e da outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 02/2010, de 12 de abril de 2010(Estatuto dos Servidores Públicos).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora ELIANE APARECIDA RAMPIM RAMOS, matrícula nº 2966-1, ocupando o cargo efetivo de Agente de Serviços Especiais Feminino, lotada na Secretária Municipal de Saúde, 15 (quinze) dias de férias, referente ao período aquisitivo (2025/2026) a partir de 03/11/2026 a 17/11/2026(inclusive).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola - Paraná, 23 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PORTARIA Nº 636/2026
Concede Férias ao servidor AGNALDO NOGUEIRA DA SILVA, e da outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 02/2010, de 12 de abril de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos).
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao servidor AGNALDO NOGUEIRA DA SILVA, matrícula nº 2936-0, ocupando o cargo de Vigilante, lotado na Chefia de Gabinete, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo (2025/2026), a partir de 23 de novembro de 2026 a 22 de dezembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola – Paraná, 23 de outubro de 2026.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná

CNPJ: 76.404.136/0001-29

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA __/__/2026

RELATÓRIO DE VIAGEM

NOME SERVIDOR: MÁRCIO APARECIDO DA SILVA
MATRICULA: 202307
RG: 58980340
DESTINO/UF: Cambé - PR
DATA: 24/10/2026
HORA SAÍDA: 07:30
DATA: 24/10/2026
HORA RETORNO: 13:00
MEIO DE TRANSPORTE PLACA: Van TBM 4J42
Custo aproximado de gastos com a viagem R$ 379,00

Pagamento de 1/8 de diária, conforme Lei Municipal nº. 1.496/09 de 09 de setembro de 2009, na importância de R$ 51,41 como reembolso de despesas de viagem realizada até o município de Cambé - PR. (Que irá buscar os atletas do Handebol que participaram do segundo treinamento da seleção cadete)

Aparecido Pereira Da Silva
Divisão Municipal De Esportes

Aparecido Pereira da Silva
CPF 058.834.448-65
CREF 0633
Diretor da Div. de Esportes e Lazer

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO

Recebi em ___/___/2026

DEFERIDO [ ]
INDEFERIDO [ ]

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 7.807/2026
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Excesso de Arrecadação e da outras providências.
O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são pelo Art. 4º, inciso IV conferidas pela Lei Orçamentária nº 2.010 de 30 de Dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Excesso de Arrecadação no corrente exercício financeiro de 2026, inclusão/alteração dos anexos da Lei de diretrizes orçamentária para o exercício de 2026 e do Plano Plurianual de 2026 a 2029, no limite de R$ 109.944,00 (Cento e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais), de acordo com a seguinte ordem classificatória:
07 SECRETARIA DE SAUDE
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SECRETARIA DE SAUDE
10.301.0009.2.141 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA
3.1.90.11.00.00 208 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 109.944,00
FONTE 1051 TRANSF. AGENTES COMUN. DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS 109.944,00
Art. 2º. Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação da seguinte receita e fonte relacionada:
COD. RED.
RECEITA DESCRIÇÃO VALOR FONTE
223 1.7.1.3.50.1.1.21- BLOCO CUSTEIO - ATENÇÃO BASICA - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 109.944,00 1051
TOTAL 109.944,00
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 23 dias do mês de outubro de 2026.
DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 7.806/2026
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 4º, inciso I da Lei Orçamentária nº 2.010 de 30 de Dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Anulação de Dotação no corrente exercício financeiro de 2026, inclusão/alteração dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2026 e do Plano Plurianual de 2026 a 2029, no limite de R$ 224.500,00 (Duzentos e vinte e quatro mil e quinhentos reais), mediante a seguinte ordem classificatória:
08 SECRETARIA EDUCAÇÃO E ESPORTE
08.001 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
12.122.0040.2.173 GESTÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
3.1.90.11.00.00 320 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2.500,00
3.1.90.13.00.00 322 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 2.000,00
FONTE 104 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO - EXERCÍCIO CORRENTE 4.500,00
08 SECRETARIA EDUCAÇÃO E ESPORTE
08.001 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
12.365.0015.2.048 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.90.11.00.00 443 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 220.000,00
FONTE 104 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO - EXERCÍCIO CORRENTE 220.000,00
Art. 2º. Como recurso para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo utilizar-se-á da anulação integral ou parcial de dotações do orçamento do exercício corrente, como segue:
08 SECRETARIA EDUCAÇÃO E ESPORTE
08.001 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
12.122.0040.2.173 GESTÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
3.3.90.33.00.00 337 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 4.500,00
FONTE 103 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS - EXERCÍCIO CORRENTE 4.500,00
08 SECRETARIA EDUCAÇÃO E ESPORTE
08.001 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
12.365.0015.2.048 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.90.11.00.00 442 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 220.000,00
FONTE 103 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS - EXERCÍCIO CORRENTE 220.000,00
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 23 dias do mês de outubro de 2026.
DEVAIR FABRIS
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 223/2026
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4-SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique, lote 443c e 444a, RURAL, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Brasil e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA empresa: L. G. LOPES CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.273.100/0001-24, com sede à Rua Rua Jose Herminio Visconcini,285, nº , Centro - 87555-000 na cidade de São Jorge Do Patrocínio, Estado do PR, Brasil, neste ato representado pelo LUCIANO GOMES LOPES, portador(a) do RG. nº , e do CPF/MF Nº 006.997.439-07, resolvem firmar o presente Contrato, da Licitação Modalidade de Concorrência nº 6/ 2026, Processo n° 85, data da homologação da licitação 22/10/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Do Objeto
Constitui como objeto do presente Contrato: Seleção de empresa especializada em construção civil para execução das obras de construção de 10 (dez) unidades habitacionais de interesse social, com área aproximada de 47,33 m² cada, no Município de São Jorge do Patrocínio-PR, em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), conforme projetos técnicos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos integrantes do processo. sendo vencedor dos itens abaixo descritos:
DO PREÇO
Pela prestação de serviços do objeto do presente contrato, o Município de São Jorge do Patrocínio – Pr., pagará a importância de 1.081.669,60, á empresa acima citada, neste definida como CONTRATADA.
DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
O presente Contrato terá vigência de 12 meses, tendo início em 22/10/2026 e término previsto para 22/10/2027, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais.
DO FORO
As partes em comum acordo elegem como foro privilegiado para dirimir quaisquer dúvidas e questões de interpretação relativas ao presente contrato, o Foro da Comarca de ALTONIA, estado do Paraná.
E por estarem justos certos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.
São Jorge do Patrocínio-PR, 22/10/2026.

PÉROLA
GOVERNO MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel nº 103/2025
Inexigibilidade nº 21/2025
Locatário: MUNICÍPIO DE PÉROLA
Locadora: ADRIELY VECHIATO BORDIN
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo da vigência do presente contrato, conforme estabelecido na Cláusula Quinta, de 02/12/2026 à 01/12/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica aditado ao presente contrato o valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), correspondente a prorrogação do prazo da locação, conforme Solicitação e Parecer Jurídico em anexo.
CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data da Assinatura: 22/10/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL
Estado do Paraná

N O T I F I C A Ç Ã O

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal Nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes recursos Federais e Estaduais.

DATA DO RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR EM R$
05.10.2026	FAF ESTADUAL INVESTIMENTO	200.000,00
05.10.2026	FAF ESTADUAL INVESTIMENTO	220.000,00
TOTAL		**420.000,00**

Perobal, 05 de Outubro de 2026.

CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

BIANCA CAROLINE DE ALBUQUERQUE
Secretária Municipal de Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL
Estado do Paraná

N O T I F I C A Ç Ã O

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal Nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes recursos Federais e Estaduais.

DATA DO RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR EM R$
19.10.2026	PAS - PISO ÚNICO	18.750,00
TOTAL		**18.750,00**

Perobal, 19 de Outubro de 2026.

CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

BIANCA CAROLINE DE ALBUQUERQUE
Secretária Municipal de Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL
Estado do Paraná

N O T I F I C A Ç Ã O

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal Nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes recursos Federais e Estaduais.

DATA DO RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR EM R$
20.10.2026	FNDE - SALARIO EDUCAÇÃO	44.818,74
TOTAL		**44.818,74**

Perobal, 20 de Outubro de 2026.

CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

BIANCA CAROLINE DE ALBUQUERQUE
Secretária Municipal de Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2026 - SME
ASSUNTO: Normatiza os procedimentos para efetivação das matrículas nas instituições da rede municipal de ensino do município de São Jorge do Patrocínio para o ano letivo de 2027.
A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere e:
CONSIDERANDO
- a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;
- a Constituição do Estado do Paraná, de 5 de outubro de 1989;
- a Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- a Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- a Resolução n.º 02/2001 – CNE/CEB, que institui as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica;
- a Resolução n.º 04/2009 – CNE/CEB, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial;
- a Lei Estadual n.º 18.419, 7 de janeiro de 2015, que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná;
- a Lei Estadual n.º 18.492, de 24 de junho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação do Paraná e adota outras providências;
- a Lei N. 1.890/2015 que aprova o Plano Municipal de Educação de São Jorge do Patrocínio;
- a Lei Federal n.º 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069/90;
- a Lei Estadual n.º 19.534, de 4 de junho de 2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula escolar;
- a Resolução n.º 01/2018 – CNE/CEB, que institui Diretrizes Operacionais para os procedimentos administrativos de registro de dados cadastrais de pessoa natural referentes aos estudantes e profissionais de educação que atuam em instituições públicas e privadas de ensino em todo o território nacional;
- a Resolução n.º 02/2018 – CNE/CEB, que define Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos de idade;
- o Parecer n.º 02/2018 – CEE/CP, que orienta as instituições de ensino do Sistema Estadual de Ensino do Paraná para o cumprimento do Parecer CNE/CEB n.º 02/2018;
- a Lei Federal n.º 13.709/2018 que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- a Lei Federal n.º 13.726/18 de 08 de outubro de 2018, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e Institui o Selo de Desburocratização e Simplificação;
- a Orientação Conjunta n.º 01/2019 – DTI/DGDE/CRE e DPGE/DLE/CDE, que orienta as instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE: Escola Web, quanto ao procedimento e utilização da função de transferência on-line;
- a Resolução n.º 1 – CNE/CEB, de 13 de novembro de 2020, que dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro;
- a Lei Federal n.º 14.129/21 de 29 de março de 2021 que dispõe sobre os princípios, regras instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera as Lei Federal n.º 7.116/83, n.º 12.527/11, n.º 12.682/12 e n.º 13.460/17;
- a Resolução n.º 4.531/2021 de 28 de setembro de 2021– GS/SEED que regulamenta o uso da assinatura eletrônica simples nos documentos escolares emitidos pelo Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE;
- a Instrução Normativa n.º 01/2021 – DGDE/DPGE/SEED que instrui os procedimentos necessários à LGPD para uso e acesso ao Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE;
- as Deliberações do Conselho Estadual de Educação do Paraná n.º 02/2016, n.º 02/2018, n.º 04/2021, n.º 09/2021, n.º 10/2021, n.º 02/2022, n.º 03/2006, nº 06/2025;
- a Instrução Normativa Nº 02/2022 - SME, que estabelece critérios de priorização de vagas no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Ernesto Pereira;
- a Lei Estadual n.º 21.323/2022 de 20 de dezembro de 2022, dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências;
- a Resolução n.º 3.852/2022 de 18 de julho de 2022 – GS/SEED que institui os processos presencial e on-line para matrícula de ingresso e de continuidade, transferência e atualização cadastral de estudantes nas instituições de ensino da rede pública estadual;
- a Lei Federal n.º 14.534/2023 de 11 de janeiro de 2023, que altera as Leis Federais n.º 7.116/83, n.º 9.545/97, n.º 13.444/17;
- a Lei Federal n.º 14.886/2024 de 11 de junho de 2024, que institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas;
- a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 2172 de 09 de janeiro de 2024 que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, que revoga as Instruções Normativas RFB n.º 1548/15, 1588/15, 1718/17, 1746/17, 1760/17,1890/19, 1938/20, 1961/20 e 2034/21;
- a Instrução Normativa n.º 04/2026 – DPGE/DPR/SEED que normatiza os procedimentos para a matrícula na rede pública estadual, e demais redes que utilizam o Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE, para o ano letivo de 2027;
- a necessidade de instruir a Comunidade Escolar sobre os procedimentos obrigatórios para a efetivação do processo de matrículas e rematrícula para o ano letivo de 2027,

RESOLVE:
1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
1.1. A Secretaria Municipal de Educação de São Jorge do Patrocínio, estabelece neste documento, as orientações e procedimentos referentes à efetivação das matrículas para o ano letivo de 2027, com o objetivo de garantir a organização e a transparência do processo.
2. DA CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO
2.1. A campanha de divulgação das matrículas escolares, para o ano letivo de 2027 será coordenada em âmbito municipal junto da Secretaria Municipal de Educação, instituições de ensino da rede municipal e comunidade em geral.
3. CRONOGRAMA DE REMATRÍCULA E MATRÍCULA INICIAL
3.1. A REMATRÍCULA é destinada aos estudantes já matriculados em 2026 na Educação Infantil e no Ensino Fundamental para fins de prosseguimento de estudos no ano letivo de 2027, nas mesmas instituições de ensino da rede pública do município de São Jorge do Patrocínio.
3.1.1. Excepcionalmente, os estudantes do Infantil 3 do CMEI Padre Ernesto Pereira que ingressarão no CMEI Zaira Tiliacki Ornelas e estudantes do Infantil 5 do CMEI Zaira Tiliacki Ornelas que ingressarão no 1º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal João Batista de Melo, poderão ser atendidos no período destinado à REMATRÍCULA.
3.2. Já a MATRÍCULA INICIAL é destinada a crianças que ainda não frequentam a escola.
3.3. O período de REMATRÍCULA será realizado de 3 a19 de novembro de 2026.
3.4. O período de MATRÍCULA INICIAL, será realizado de 23 a 27 de novembro de 2026.
4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS
4.1. Documentação obrigatória para REMATRÍCULA:
a) Comprovante da situação vacinal do estudante conforme determina a Lei Estadual n.º 19.534/18 e Lei Federal n.º 14.886/23, emitido pela Unidade Básica de Saúde.
b) fatura (talão) de energia elétrica ou água/saneamento básico emitida no nome do responsável legal pelo estudante, preferencialmente, com data de emissão inferior a 60 (sessenta) dias. Na ausência da fatura em nome do responsável, deverá ser apresentada a fatura com a titularidade atual e documentação complementar em nome do responsável legal, ambos, preferencialmente, com data de emissão inferior a 60 dias (correspondências, boleto, carnê, etc).
c) número de telefone para contato, ativo;
4.2. Documentação Obrigatória para MATRÍCULA INICIAL:
a) Comprovante da situação vacinal do estudante conforme determina a Lei Estadual n.º 19.534/18 e Lei Federal n.º 14.886/23, emitido pela Unidade Básica de Saúde.
b) fatura (talão) de energia elétrica ou água/saneamento básico emitida no nome do responsável legal pelo estudante, preferencialmente, com data de emissão inferior a 60 (sessenta) dias. Na ausência da fatura em nome do responsável, deverá ser apresentada a fatura com a titularidade atual e documentação complementar em nome do responsável legal, ambos, preferencialmente, com data de emissão inferior a 60 dias (correspondências, boleto, carnê, etc).
c) número de telefone para contato, ativo;
d) certidão de Nascimento da criança (cópia legível, conferir com a original).
e) documento oficial de identificação do responsável legal e o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF; (cópia legível, conferir com original).
f) Termo de guarda (se for o caso).
5. DA REMATRÍCULA E MATRÍCULA INICIAL
5.1. Os procedimentos de REMATRÍCULA e MATRÍCULA INICIAL serão realizados pelo formato presencial, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, sito à Av. Spanhol, 200, na cidade de São Jorge do Patrocínio, no horário das 8:00h às 12:00h e das 13:00h as 17:00h. Deverão ser entregues os documentos indicados como obrigatórios, no formato físico (original e cópia), para conferência pela secretaria escolar, sendo que o original será devolvido e a cópia retida, para ser arquivada na pasta individual do aluno.
5.2. É obrigatório a REMATRÍCULA OU MATRÍCULA INICIAL de crianças na Educação Infantil aos quatro anos de idade ou que completarão quatro anos até o dia 31 de março do ano de 2027.
5.3. É obrigatório a REMATRÍCULA OU MATRÍCULA INICIAL de crianças na Educação no Ensino Fundamental aos seis anos de idade ou que completarão seis anos até o dia 31 de março do ano de 2027.
5.4. A MATRÍCULA INICIAL para Creche 0 a 3 anos, deverá ser realizada durante o período de matrícula ou em qualquer tempo do ano letivo de 2027, desde que respeitado o limite de números de crianças por turma e os critérios de priorização de vagas, conforme Instrução Normativa Nº 02/2022 - SME, disponível em: https://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/41/120922170849_instrucao_normativa_nordm_0022022_sme_pdf.pdf
5.5. As crianças a serem rematriculadas ou matriculadas e que não residir com seus pais (ex: morar com avós ou outros parentescos), deverá ser apresentado documento judicial (Termo de Guarda ou Tutela) ou documento extrajudicial (Procuração) com firma reconhecida;
5.6. No ato da REMATRÍCULA OU MATRÍCULA INICIAL, deverá ser informada/atualizada a necessidade do uso do transporte escolar pelo estudante, observando o atendimento à Resolução n.º 777/2013 – GS/SEED, que orienta o uso do transporte escolar para a rede estadual/municipal de ensino.
6. DA REMATRÍCULA E MATRÍCULA INICIAL DE ALUNOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
6.1. Terão direito à REMATRÍCULA E MATRÍCULA INICIAL na Sala de Recurso Multifuncional ou turma de AEE ou Classe Especial, os estudantes com deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos, podendo ser realizado em qualquer período do ano letivo.
6.2. A MATRÍCULA INICIAL na Sala de Recurso Multifuncional, deverá ser confirmada no ato da matrícula de escolarização, mediante apresentação de documentos clínicos, como laudo médico, psicológico ou aqueles emitidos por outros profissionais de saúde e Educação.
6.3. Para MATRÍCULA INICIAL de estudantes na Classe Especial, além dos documentos já citados nesta Instrução Normativa, deverão ser apresentados: Relatório de Avaliação Pedagógica emitido pela instituição de ensino; Laudos clínicos com o diagnóstico da Deficiência Intelectual (DI) ou múltiplas deficiências associadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA).
6.4. A MATRÍCULA INICIAL nas turmas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), deverá ser confirmada no ato da matrícula de escolarização, bem como no ato da matrícula de Ampliação de Jornada Escolar. Deverá apresentar no ato da matrícula, documentos clínicos, como laudo médico, psicológico ou aqueles emitidos por outros profissionais de saúde e Educação.
7. DA MATRÍCULA NAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO DE JORNADA ESCOLAR
7.1. A matrícula nas atividades de Ampliação da Jornada Escolar deverá ser confirmada no ato da matrícula de escolarização, lembrando que a frequência às atividades de Ampliação da Jornada Escolar é obrigatória, embora a matrícula nessas atividades seja facultativa.
7.2. Para frequentar as Atividades do Programa de Ampliação da Jornada Escolar, o aluno deverá possuir duas matrículas no Sistema de Registro Escolar, uma referente ao Turno Regular (escolarização), e outra referente à Ampliação da Jornada Escolar com Atividades Curriculares Complementares (contraturno).
8. DOS CRITÉRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS POR TURNO
8.1. A rematrícula será realizada sempre no mesmo turno em que o estudante frequentou no ano de 2026. A mudança de turno deverá ser solicitada formalmente, no ato da rematrícula, podendo ser ou não deferida, a critério da equipe diretiva de cada instituição de ensino.
8.2. Quando a instituição de ensino ofertar os mesmos anos/séries, em mais de um turno, e a procura de matrículas por um desses turnos for superior ao número de vagas disponíveis, a direção escolar deverá:
a) confirmar, inicialmente, o número de matrículas no ano/série para o ano letivo de 2027, sem a definição de turno;
b) considerar os seguintes perfis para a posterior distribuição de vagas por turnos: - estudante usuário de Transporte Escolar Público, conforme Resolução n.º 777/2013 – GS/SEED;
c) estudante em tratamento médico e/ou hospitalar contínuo, mediante comprovação médica, (preferencialmente turno vespertino) ou que faça uso de medicação controlada de uso contínuo que dificulte a capacidade de atenção e concentração em determinado turno (mediante comprovação médica);
d) estudante com matrícula nos atendimentos educacionais especializados, complementar ou suplementar, em Sala de Recursos Multifuncional;
e) estudante que frequente atividade de ampliação de jornada ofertado pelo município no período da tarde;
f) estudante em situação de risco, com relatório ou encaminhamento de órgão especializado;
g) excepcionalmente, visando à acomodação da demanda e aos princípios pedagógicos, o Conselho Escolar poderá propor outras formas de organização de turmas.
9. DA MATRÍCULA DOS ESTUDANTES NO SERE
9.1. Para a efetivação das matrículas no SERE, as instituições de ensino deverão considerar os critérios para ocupação de turnos, e que o município garanta uma vaga no ensino obrigatório, porém sem garantia de turno de preferência.
9.2. A instituição de ensino também deverá considerar a distribuição dos estudantes nas turmas autorizadas de cada ano/série, de modo que a quantidade de estudantes não seja superior ao máximo de alunos na Educação Infantil conforme previsto na Deliberação CEE/PR N.º 06/2025 tendo como parâmetro a seguinte relação professor/criança:
I. do nascimento a um ano de idade - até cinco bebês por professor;
II. de um a dois anos de idade - até oito bebês por professor;
III. de dois a três anos de idade - até doze bebês por professor;
IV. de três a quatro anos de idade - até dezoito crianças por professor;
V. de quatro e cinco anos de idade - até vinte crianças por professor.
9.3. Para o Ensino Fundamental, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, a relação mais adequada assegurada nesta Instrução Normativa será de:
I. Alunos para turmas de 1º e 2º Anos - até 25 crianças
II. Alunos para turmas de 3º, 4º e 5º Anos - até 30 crianças
9.4. a distribuição dos estudantes deve se manter equânime entre as turmas autorizadas, quando houver oferta do mesmo ano/série em dois turnos, considerando que não serão autorizadas novas turmas em um determinado turno, quando houver vagas disponíveis em outro.
9.5. A direção da instituição de ensino não deverá matricular estudantes em número acima do máximo, nos casos de preferência por turno.
10. DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS GESTORES
10.1. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
a) Realizar ampla divulgação do processo de cadastramento e matrícula no âmbito escolar e local, preparando suas equipes para acolhimento, orientação e informação às famílias sobre as questões que envolvem o direito de matrícula dos estudantes na rede municipal de ensino;
b) Orientar, cadastrar e atualizar nos sistemas SERE – na matrícula e rematrícula – as informações referentes à necessidade de utilização do transporte escolar para acesso e permanência na instituição de ensino, respeitados os critérios contidos na Resolução n.º 777/2013 – GS/SEED.
c) Divulgar esta Instrução Normativa junto à equipe de professores e funcionários da instituição de ensino e à comunidade em geral, incluindo informações a respeito do cronograma de matrículas, das vagas e oferta de séries/anos, turmas e turnos, além dos horários de atendimento;
d) Verificar a documentação obrigatória do estudante, zelando pela fidedignidade na coleta de informações e registro dos documentos, na correção dos dados necessários ao cadastramento e matrícula, de modo a evitar duplicidades ou registros incompletos;
e) Deferir a matrícula no prazo de até 30 dias, após o início do ano letivo e, para as matrículas novas no decorrer do ano letivo, deferir em até 30 dias após a data da matrícula;
f) Dispor dos meios de comunicação locais e outros recursos midiáticos para realização de ampla divulgação do processo de matrícula, mantendo a comunidade em geral informada quanto ao cronograma e procedimentos necessários;
g) Cumprir rigorosamente o cronograma e o planejamento das ações no sentido de otimizar o processo de matrícula.
11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
11.1. Fica vetada a omissão de vagas e/ou a recusa de matrículas para estudantes, em qualquer circunstância e especialmente a:
a) estudantes com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, quando não houver necessidade de encaminhamento para instituição de ensino especializada;
b) encaminhadas por determinação judicial, NRE e SEED.
11.2. As instituições de ensino também poderão emitir o Comprovante de Matrícula, quando solicitado pelo responsável legal, para comprovação de estudo, para situações judiciais, Bolsa Família, apresentação no trabalho ou outros fins.
11.3. O atendimento à comunidade quanto à procura por vaga escolar é prerrogativa da secretaria escolar, que deverá verificar a existência de vaga conforme legislação vigente.
11.4. Esta Instrução Normativa terá vigência da data de sua publicação até a conclusão do ano letivo de 2027, ficando revogado a instrução Normativa nº 03/2026 - SME e disposições em contrário.
11.5. As denúncias de irregularidades deverão ser formalizadas por escrito e através de protocolo por meio da ouvidoria municipal: www.sjpatrocínio.pr.gov.br/ouvidoria a serem verificadas e apuradas.
São Jorge do Patrocínio, 22 de outubro de 2026.
Rosângela Galiotti de Freitas Silva
Secretária Mun. de Educação, Cultura e Esporte

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
CONCURSO PÚBLICO 001/2026
EDITAL DE RESULTADO PRELIMINAR DO PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
PUBLICAÇÃO Nº 0021/2026
A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal Ronaldo Tinti, e Autorização Lei Ordinária nº 2851/2026 torna público aos interessados o Edital de Resultado Preliminar do Pedido de Isenção da Taxa de Inscrição do Concurso 001/2026.
Art. 1º Consta no Anexo Único deste Edital o Resultado Preliminar do Pedido de Isenção da Taxa de Inscrição do Concurso 001/2026.
Art. 2º Para os candidatos que tiveram seu pedido DEFERIDO as inscrições serão homologadas automaticamente, e deverão aguardar as demais publicações, conforme previsão do cronograma constante no Edital de Abertura. Todos os pedidos deferidos tiveram isenção total da taxa.
Art. 3º Os candidatos com pedidos indeferidos, devem verificar o motivo, e consultar o item no Edital de Abertura.
Art. 4º Haverá prazo recursal contra o Resultado Preliminar do Pedido de Isenção da Taxa de Inscrição no período de 26 a 28 de outubro de 2026, para os candidatos que tiveram os pedidos INDEFERIDOS e/ou os nomes não constam nos anexos.
Art. 5º Para protocolar o recurso, os candidatos deverão acessar o site www.institutounifil.com.br, aba CONCURSO, em seguida clicar página específica do Concurso Público Prefeitura Municipal de São Jorge do Patrocínicio, link Área Restrita do Candidato, Recurso contra Indeferimento Pedido Isenção, e digitar seu argumento e/ou justificativa. Após o envio, deverá anexar o comprovante necessário para análise. O arquivo deve ser único e em formato PDF.
Art. 6º As respostas aos recursos serão publicadas na mesma data da Lista de Homologação das Isenções, no dia 05 de novembro de 2026.
Art. 7º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
São Jorge do Patrocínio, 23 de outubro de 2026.
RONALDO TINTI
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO

CARGO	CANDIDATO(A)	INSCRIÇÃO	RESULTADO	MOTIVO
Professor	ALANA COSTA	02040518436	DEFERIDO	
Professor	AMARILLIS ÉLLEN DE AZEVEDO MARTINS	02040518403	INDEFERIDO	Item 4.10.1
Professor	ANA PAULA DOS SANTOS	02040519326	DEFERIDO	
Professor	ARIELE DOS SANTOS SOARES	02040518705	DEFERIDO	
Professor	BRUNA DA CONCEIÇÃO SILVA	02040518327	INDEFERIDO	Item 4.10.1
Professor	BRUNO ROMERO	02040518287	INDEFERIDO	Itens 4.7.2 e 4.7.4
Professor	CAROLINE SILVA DOS SANTOS	02040518633	DEFERIDO	
Professor	CRISLAINE TAVARES DE LIMA	02040519105	DEFERIDO	
Professor	DAIANE VANESSA DE MORAIS ALEXANDRE	02040518512	DEFERIDO	
Professor	DANIELI GONÇALVES FELIPPUS	02040519259	INDEFERIDO	Item 4.1.1
Professor	DANIELI MARQUES CHIARION	02040518357	INDEFERIDO	Item 4.10.4
Professor	DULCIANA APARECIDA DA SILVA FRANCA	02040518741	DEFERIDO	
Professor	ELIANE DOS SANTOS SOUZA TEREZAO	02040519324	INDEFERIDO	Item 4.10.4
Professor	GABRIELA VIANA DA SILVA	02040518489	DEFERIDO	
Professor	GEISIANE BORGES DE OLIVEIRA	02040519050	INDEFERIDO	Item 4.10.1
Professor	IANA CAROLINE DALSICO MARROCO	02040519400	INDEFERIDO	Item 4.10.4
Professor	JÉSSICA BALEEIRO ELIAS	02040518829	DEFERIDO	
Professor	JULIA DE FREITAS DE OLIVEIRA DUENHA	02040518473	INDEFERIDO	Item 4.10.1
Professor	JULIANA ALVES DOS SANTOS	02040519228	DEFERIDO	
Professor	KAMILLA VIANA SANTOS	02040518715	DEFERIDO	
Professor	LEILA GUEDES RODRIGUES	02040519374	INDEFERIDO	Item 4.10.1
Professor	LETÍCIA DE SOUZZA COSTA	02040519359	DEFERIDO	
Professor	LORENA KELLEN VICENTE DA SILVA	02040518590	INDEFERIDO	Item 4.10.1
Professor	LUCIANA CÉZAR RODRIGUES	02040518338	INDEFERIDO	Item 4.10.4
Professor	MELISSA DOS SANTOS MORANDIM	02040518472	DEFERIDO	
Professor	MILENE PAULA CAETANO GIMENEZ	02040518944	DEFERIDO	
Professor	NATHIELE APARECIDA DO VALE JANA	02040519218	DEFERIDO	
Professor	PÂMELA ALVES CABRAL	02040518729	DEFERIDO	
Professor	RAFAELA JULIÃO DE ALMEIDA CARRILHO	02040518794	INDEFERIDO	Item 4.10.1
Professor	RAFAELA SEZAKE STANICHESCK	02040519211	DEFERIDO	
Professor	RAISSA VITORIA DE ALMEIDA	02040518588	DEFERIDO	
Professor	SARA CRISTINA DE OLIVEIRA ROCHA	02040519385	INDEFERIDO	Item 4.10.4
Professor	SARA DOS SANTOS DA SILVA	02040519417	INDEFERIDO	Item 4.10.1
Professor	SILVIA LUCIA DE MATOS DE SOUZA	02040519384	INDEFERIDO	Item 4.10.4
Professor	SUELEN SILVEIRA ZAMPARONI	02040518632	DEFERIDO	
Professor	SULEMITA DOS SANTOS SILVA	02040518463	INDEFERIDO	Item 4.10.1
Professor	TAIS CRISTINA DA SILVA MACHADO	02040518427	DEFERIDO	
Professor	TALITA DE LUMA BOCHIO	02040518330	INDEFERIDO	Item 4.10.1

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

Processo de Inexigibilidade

Documentos para Habilitação: LEIS LTDA.

Objeto: O objeto deste contrato é a contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços de gerenciamento, organização, formatação, publicação, atualização e disponibilização eletrônica dos atos oficiais do Município de Pérola, compreendendo serviços de indexação, consolidação, compilação e versionamento das normas, bem como a disponibilização de sistema de pesquisa jurídica on-line.

Valor Total: R$ 59.760,00 (cinquenta e nove mil setecentos e sessenta reais).

1. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO – OS FORNECEDORES DEVERÃO FORNECER OS SEGUINTES DOCUMENTOS:

1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de sociedade empresária, inclusive Sociedade Limitada Unipessoal (SLU): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

c) Em se tratando de Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico oficial www.portaldoempreendedor.gov.br;

d) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação;

e) Documentos pessoais dos sócios: RG e CPF ou CNH.

1.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em data não anterior a 60 (sessenta) dias da apresentação da documentação, salvo se outro prazo de validade constar expressamente no documento.

1.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), mediante apresentação do cartão CNPJ atualizado;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelos órgãos competentes;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa aos tributos relacionados com o objeto contratado;

d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

e) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

g) O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentação de atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre que a empresa executou ou executa satisfatoriamente serviços de características semelhantes e compatíveis com o objeto da contratação. Para fins de comprovação da capacidade técnica, serão considerados compatíveis os serviços relacionados ao gerenciamento, organização, atualização, publicação e disponibilização eletrônica de legislação ou atos normativos, mediante utilização de solução tecnológica destinada à consulta e pesquisa legislativa;

b) Apresentação de documentação idônea que comprove a condição de exclusividade relacionada à solução objeto da contratação, emitida por entidade competente ou por outro meio apto à comprovação da exclusividade, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. A documentação comprobatória da exclusividade deverá estar válida e atualizada quando da formalização da contratação.

1.5. MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

a) Para fins de comprovação do enquadramento como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, a empresa deverá apresentar declaração firmada por seu representante legal ou contador, ou certidão simplificada expedida pela Junta Comercial competente, com prazo de validade de até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão. O enquadramento e eventual tratamento jurídico diferenciado deverão observar as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas.

Pérola/PR, 23 de outubro de 2026.

Atenciosamente,

RONY EDUARDO SOUZA TERRA
Diretor do Departamento de Compras e Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná

CNPJ: 76.404.136/0001-29

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA DE OUTUBRO/2026
RELATÓRIO DE VIAGEM

NOME SERVIDOR: WAGNER EDVIRGES
MATRICULA: 202431
DESTINO/UF: CASCAVEL
SAÍDA: 04:51 H 22/10/2026
RETORNO:19:51 H 22/10/2026
MEIO DE TRANSPORTE: CRONOS PLACA: SDP9180
CUSTO APROXIMADO: RS 160,00

Pagamento de 1/4 (UM QUARTO) diária, conforme Lei Municipal nº. 1.496/09 de 09 de setembro de 2009, na importância de R102,85 (CENTO E UM REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS) como reembolso de despesas de viagem realizada até o município de CASCAVEL, TRANSPORTAR PACIENTE PARA FINS DE TRATAMENTO MEDICO.

ANGELA MARIA DE ALMEIDA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO

Recebi em ___/___/____

DEFERIDO [ ]
INDEFERIDO [ ]

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94
FONE/FAX: (44) 3663-1579 - E-mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br
Av. Barão do Rio Branco 767 - CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

Publicado no Jornal
"UMUARAMA ILUSTRADO"
Edição nº.:
Pag.:
De:

PORTARIA Nº 743

DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: **"Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem."**

O SECRETÁRIO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n°. 2.169 de 21 de junho de 2018, bem como alteração promovida através do Decreto nº 53, de 31 de março de 2023, como também do Decreto nº 98 de 09 de junho de 2025, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho.

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER 01 (uma) diária de viagem de R$ 266,25 (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos), ao Servidor Municipal **ROBSON FLORENÇO SILVA**, matrícula n° 1931, ocupante do cargo de Motorista/40h, lotado na Manutenção da Divisão da UBS Hélio Corsini, no seguinte dia, local e finalidade:

Data	Horário Saída/Chegada	Destino	Motivo
26/10/2026	05:00h/17:00h	MARINGÁ/PR LONDRINA/PR	Conduzir paciente para tratamento de saúde no Instituto da Audição, Clinica Gastro Hepato, Instituto Maringá, Hemodinâmica Londrina.

I – Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Douradina/PR, 23 de outubro de 2026

Rodrigo Wesley Sobreira Revesso
Secretario Municipal de Saúde

CORIPA

Ato nº. 010 /2026

Sumula: Autoriza crédito adicional no orçamento do Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência - CORIPA e da outra providências.

Art. 1º - Fica o Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência autorizado a abrir no PLACIC e orçamento do CORIPA um crédito adicional suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de R$ 209.000,00 (duzentos e nove mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

01		C O R I P A	
01.001		CORIPA	
01.001.04.123.0001.2.001		SECRETARIA EXECUTIVA	
6 - 3.3.90.39.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
01.001.04.123.0001.2.002		Mantu. do Dpto de Adm. Financas, Orc. e Contabilidade	
15 - 3.3.90.39.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	184.000,00
01.001.04.123.0007.2.003		Manut. do Departamento de Gestão Ambiental	
23 - 3.3.90.39.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
01.001.04.123.0007.2.004		Manutenção das Ações de Monitoramento e Pesquisa	
26 - 3.3.90.39.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
		Total Suplementação:	209.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Ato, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

Redução

01		C O R I P A	
01.001		CORIPA	
01.001.04.123.0001.2.001		SECRETARIA EXECUTIVA	
4 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
7 - 3.3.90.47.00.00	1001	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.000,00
8 - 4.4.90.52.00.00	1001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
01.001.04.123.0001.2.002		Mantu. do Dpto de Adm. Financas, Orc. e Contabilidade	
9 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
17 - 4.4.90.52.00.00	1001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.000,00
01.001.04.123.0007.2.003		Manut. do Departamento de Gestão Ambiental	
19 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
22 - 3.3.90.36.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
01.001.04.123.0007.2.004		Manutenção das Ações de Monitoramento e Pesquisa	
25 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
01.001.04.123.0007.2.005		Manutenção da Ações de Prevenções e Combate a Incêndios Florestais	
28 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
31 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
01.001.04.123.0007.2.006		PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL	
39 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
40 - 3.3.90.33.00.00	1001	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	8.000,00
01.001.04.123.0007.2.008		Projeto Mata Ciliar	
49 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
52 - 3.3.90.47.00.00	1001	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.000,00
53 - 4.4.90.52.00.00	1001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
		Total Redução:	209.000,00

Art. 3º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Jorge do Patrocínio – PR, 23 de outubro de 2026.

EVERTON BARBIERI
PRESIDENTE

AVISO DE LICITAÇÃO
Número da Compra no Compras Net Nº 014/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026

O **MUNICÍPIO DE MARILUZ**, torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO,** em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 14.133 de 1º/04/2021, Decreto de Regulamentação Municipal nº 2.374 de 07/03/2023 e Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014, do tipo **MENOR PREÇO – POR LOTE.**

TIPO: Menor Preço-Por lote

DATA DA ABERTURA: 12 de novembro de 2026.

HORÁRIO: 09:00 horas - LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das câmaras frias da Secretaria Municipal de Saúde de Mariluz – PR, incluindo o fornecimento de peças, acessórios e mão de obra necessários ao adequado funcionamento dos equipamentos, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos integrantes do edital.

O presente edital poderá ser retirado no Portal Transparência do Município, no Portal de Compras Governamentais (Compras Gov ou na Divisão de Compras, situada à Avenida Marília, nº 1920, Centro. Informações pelo fone (44) 3534-8000 com Juliana.

Mariluz, 23 de outubro de 2026.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE DOURADINA
Estado do Paraná **CNPJ 78.200.110/0001-94**
Exercício: 2026

** Elotech **
23/10/2026
Pág. 1/2

Decreto nº 234/2026 de 23/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2415/2025 de 04/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 39.728,71 (trinta e nove mil setecentos e vinte e oito reais e setenta e um centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
07.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	
07.003.15.452.0010.2.044.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	
749 - 3.3.90.30.00.00	2	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
08.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
08.002.12.361.0011.2.052.		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25%	
356 - 3.3.90.39.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.409,11
08.006.00.000.0000.0.000.		TRANSPORTE ESCOLAR	
08.006.12.361.0011.2.067.		MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 5% e 25%	
421 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	30.319,60
		Total Suplementação:	**39.728,71**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
07.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	
07.003.15.452.0010.2.045.		MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA	
751 - 3.3.90.39.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
08.004.00.000.0000.0.000.		ENSINO FUNDAMENTAL 40%	
08.004.12.365.0011.1.149.		AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
393 - 4.4.90.52.00.00	01104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
08.006.00.000.0000.0.000.		TRANSPORTE ESCOLAR	
08.006.12.361.0011.2.067.		MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 5% e 25%	
424 - 3.3.90.39.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.409,11
08.006.12.365.0011.2.127.		MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 5%	
433 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	30.319,60
		Total Redução:	**39.728,71**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2021 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de DOURADINA , Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICIPIO DE DOURADINA
Estado do Paraná **CNPJ 78.200.110/0001-94**
Exercício: 2026

** Elotech **
23/10/2026
Pág. 1/2

Decreto nº 235/2026 de 23/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2415/2025 de 04/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
07.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	
07.003.15.452.0010.2.045.		MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA	
301 - 3.3.90.30.00.00	01511	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
07.003.15.452.0010.2.198.		MANUTENÇÃO DA COLETA SELETIVA DE RESIDUOS SÓLIDOS	
314 - 3.3.90.30.00.00	01511	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
09.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
09.002.20.608.0014.2.075.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
838 - 3.3.90.30.00.00	01511	MATERIAL DE CONSUMO	17.000,00
		Total Suplementação:	**35.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:	1.1.2.2.01.01.00.00000000	Fonte: 1000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - PRINCIPAL	35.000,00
			Total da Receita:	**35.000,00**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2021 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de DOURADINA , Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PÉROLA GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO N° 278, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: *Autoriza abertura Crédito Suplementar por Anulação de dotação para 2026, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2026 e no Plano Plurianual de 2026-2029.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 3.784 de 19 de dezembro de 2025,

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município e incluído nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 3.000,00 (três mil reais) por anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão.....: 12 SEC. MUNICIPAL DE AGR. PEC. MEIO AMB. SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários
15.452.0006.2.057 Manutenção dos Departamentos de Obras e Serviços Públicos, Peças e Equipamentos
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERC (FR 000)-773 R$ 1.000,00
3.3.90.47.00.00.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS (FR 000)-781 R$ 2.000,00

TOTAL **R$ 3.000,00**

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão.....: 12 SEC. MUNICIPAL DE AGR. PEC. MEIO AMB. SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.02 Obras, Serviços Públicos e Rodoviários
15.452.0006.2.057 Manutenção dos Departamentos de Obras e Serviços Públicos, Peças e Equipamentos
3.3.90.14.00.00.00 DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL (FR 000)-768 R$ 3.000,00

TOTAL **R$ 3.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pérola, 23 de outubro de 2026.

VALDETE CUNHA
Prefeita

MUNICÍPIO DE PEROBAL
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 01.612.444/0001-40
Rua Guassatonga, 895 · Tel.: (44) 3625-8300 · CEP 87.538-000 PEROBAL - PARANÁ

EDITAL 010/2026
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEROBAL – PARANÁ
EDITAL DE CONCURSO PÚBLIOCO
EDITAL Nº 001/2026

O Sr. **CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEROBAL – ESTADO DO PARANÁ**, em pleno exercício do seu mandato e funções, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no **EDITAL 001/2026, RESOLVE, RESOLVE,** tornar público o presente **Edital Complementar** ao Edital nº **004/2026**, que dispõe sobre o **Deferimento e/ou Indeferimento Definitivo** das Inscrições **dos PcDs,** Pedido de **Isenções de Taxa aos Afrodescendentes, doadores de Medula e outras condições especiais,** conforme segue

Relação Geral:

1º. Ficam **DEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** a **Inscrição** do candidato abaixo relacionado, que se declarou **AFROBRASILEIROS,** como segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
42152	Franciele de Aguiar da Silva	12 - Professor "B"	Afrodescendente

PEROBAL/ PR, 22 de setembro de 2026

CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal
PEROBAL – PARANÁ

MUNICÍPIO DE PEROBAL
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 01.612.444/0001-40
Rua Guassatonga, 895 · Tel.: (44) 3625-8300 · CEP 87.538-000 PEROBAL - PARANÁ

Edital 011/2026
MUNICIPIO DE PEROBAL – PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP
EDITAL DE CONCURSO PUBLICO Nº 001/2026

O Sr. CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE, Prefeito Municipal de Perobal – Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Edital 001/2026, **RESOLVE, republicar especificamente** o **Gabarito Específico do Cargo de Engenheiro Civil** por conta da necessidade de **anulação de questões** e consequentemente **correção do Gabarito** anteriormente publicado, a saber:

***06* – Engenheiro Civil - 20h**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	B	B	C	A	B	B	C	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	B	C	B	D	C	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	D	C	A	D	B	A	B	B	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	ANULADA	C	c	ANULADA	C	C	B

Perobal / PR, 22 de outubro de 2026.

CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal
Perobal - PR

MUNICÍPIO DE PEROBAL
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 01.612.444/0001-40
Rua Guassatonga, 895 - Tel.: (44) 3625-8300 - CEP 87.538-000 PEROBAL - PARANÁ

EDITAL 011/2026
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEROBAL – PARANÁ
Processo Seletivo Público
EDITAL Nº 002/2026

O Sr. **CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEROBAL – ESTADO DO PARANÁ**, em pleno exercício do seu mandato e funções, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no **EDITAL 002/2026, RESOLVE** publicar o Edital das **Notas Definitivas das Provas Objetivas**

Nº Inscrição	Nome	Cargo	Nota Prova objetiva
42780	Alaiany de Souza Claudiano	01- Agente Comunitário de Saúde	77,50
43365	Ana Clara Souza Zeferino	01- Agente Comunitário de Saúde	72,50
43512	Ana Flavia Paulo da Rocha	01- Agente Comunitário de Saúde	77,50
43747	Andreia da Silva Santos	01- Agente Comunitário de Saúde	52,50
44044	Andressa da Silva Costa Cedaro	01- Agente Comunitário de Saúde	67,50
42656	Antonielly dos Santos Ramires	01- Agente Comunitário de Saúde	75,00
42170	Aparecida da Silva	01- Agente Comunitário de Saúde	45,00
42038	Arielle Ribeiro Eduardo	01- Agente Comunitário de Saúde	67,50
44545	Brenda de Oliveira	01- Agente Comunitário de Saúde	75,00
44331	Camila Santos Goncalves	01- Agente Comunitário de Saúde	67,50
44162	Carla Batista Mattano	01- Agente Comunitário de Saúde	72,50
43510	Caroline Souza da Silva	01- Agente Comunitário de Saúde	55,00
44105	Celia Bezerra	01- Agente Comunitário de Saúde	80,00
44495	Claudineia Correia Binatti	01- Agente Comunitário de Saúde	57,50
44070	Cleyssem Kelly Miguel da Silva	01- Agente Comunitário de Saúde	80,00
44150	Crisleide Ramos Domingues	01- Agente Comunitário de Saúde	60,00
43535	Danielly da Luz de Oliveira	01- Agente Comunitário de Saúde	92,50
44033	Edilaine Ouverney da Silva	01- Agente Comunitário de Saúde	65,00
42824	Edinéia Maciel de Gois Xavier	01- Agente Comunitário de Saúde	47,50
43873	Elaine Rissatti Percinoto Neves	01- Agente Comunitário de Saúde	52,50
42366	Eliel Guelsi Neto	01- Agente Comunitário de Saúde	67,50
43568	Elizangela Aparecida Tonete Lorenceto	01- Agente Comunitário de Saúde	57,50
42186	Fabiana Christina Januario	01- Agente Comunitário de Saúde	60,00
43737	Fernanda Bernadino Claudiano	01- Agente Comunitário de Saúde	60,00
44017	Gabriel Antonio Bortoloto	01- Agente Comunitário de Saúde	85,00
43919	Hellen Cristina da Silva Carneiro	01- Agente Comunitário de Saúde	67,50
44402	Helloysa Oliveira da Silva	01- Agente Comunitário de Saúde	57,50
44190	Igor Martins Ferreira	01- Agente Comunitário de Saúde	75,00
44332	Jaqueline Sales dos Santos	01- Agente Comunitário de Saúde	50,00
44618	Joao Paulo Daniel Alves	01- Agente Comunitário de Saúde	55,00
44459	Josiane Honorio Garcia	01- Agente Comunitário de Saúde	60,00
44682	Karoline Neves de Lima	01- Agente Comunitário de Saúde	72,50
42214	Kassia Torres Favorito Alves	01- Agente Comunitário de Saúde	80,00
42448	Keila Patricia Carneiro	01- Agente Comunitário de Saúde	57,50
44647	Kerlon Leandro Tochi Serafim	01- Agente Comunitário de Saúde	77,50
43843	Larissa Cedaro Gomes	01- Agente Comunitário de Saúde	57,50
42574	Leni Francieli de Oliveira Schelck	01- Agente Comunitário de Saúde	55,00
42179	Leticia Pereira Piagentini	01- Agente Comunitário de Saúde	47,50
44506	Lucimara Barbosa da Luz	01- Agente Comunitário de Saúde	52,50
42119	Maisa de Proenca Pereira	01- Agente Comunitário de Saúde	65,00
42581	Marcia Itair Passos	01- Agente Comunitário de Saúde	67,50
43142	Marcia de Lima Pigentini	01- Agente Comunitário de Saúde	55,00
43850	Marcos Rosa da Silva	01- Agente Comunitário de Saúde	67,50
44092	Margarete Rogeria de Souza Alves	01- Agente Comunitário de Saúde	77,50
43487	Maria Eduarda Moreira Ferro	01- Agente Comunitário de Saúde	50,00
42116	Maria Eduarda Ornellas Lopes	01- Agente Comunitário de Saúde	72,50
44623	Maria Eduarda Silva Lopes	01- Agente Comunitário de Saúde	35,00
42332	Maria Izabel dos Santos	01- Agente Comunitário de Saúde	40,00
43055	Mariane da Silva Formaggi de Alcântara	01- Agente Comunitário de Saúde	75,00
42790	Marisangela Isabel Wietzikoski Halabura	01- Agente Comunitário de Saúde	62,50
42531	Marlene Ines Wietzikoski Halabura	01- Agente Comunitário de Saúde	72,50
44010	Matheus Favarin Campiolo	01- Agente Comunitário de Saúde	82,50
44122	Miriam Pereira Leal Lima	01- Agente Comunitário de Saúde	70,00
43988	Nathan Ribeiro Correia	01- Agente Comunitário de Saúde	92,50
44447	Ozana Zancleia Silva da Cruz	01- Agente Comunitário de Saúde	42,50
44480	Pedro Henrique Cerqueira Domingos	01- Agente Comunitário de Saúde	75,00
44287	Rosana Oliveira Pena Silva	01- Agente Comunitário de Saúde	60,00
42109	Roseli dos Santos	01- Agente Comunitário de Saúde	67,50
43998	Rosilene Dias de Carvalho	01- Agente Comunitário de Saúde	80,00
44081	Rutte Fabiane Tenorio Ferreira	01- Agente Comunitário de Saúde	75,00
44333	Silvana Santos Ornellas Lopes	01- Agente Comunitário de Saúde	67,50
44294	Simone Roulim de Souza	01- Agente Comunitário de Saúde	67,50
42322	Sonia Maria Carrasco Gasques	01- Agente Comunitário de Saúde	75,00
44305	Sonia Maria dos Santos Bortoloto	01- Agente Comunitário de Saúde	52,50
42802	Thamires Moreno Novais	01- Agente Comunitário de Saúde	47,50
42983	Valdirene Varago Barboza Guilherme	01- Agente Comunitário de Saúde	60,00
42400	Vitoria Carolina dos Santos	01- Agente Comunitário de Saúde	65,00
42427	Werick Bruno da Silva Lima	01- Agente Comunitário de Saúde	57,50
43973	Adair Marcieli dos Santos	02 - Agente de Endemias	60,00
43046	Ademir Cassiano Alexandre	02 - Agente de Endemias	42,50
42039	Adineia de Souza Machado	02 - Agente de Endemias	57,50
44397	Adriana Aparecida dos Santos Candido	02 - Agente de Endemias	50,00
42130	Adriano Willian Pisaia	02 - Agente de Endemias	75,00
42199	Alan Aparecido Andre de Azevedo	02 - Agente de Endemias	87,50
42594	Alex Prado Ribeiro	02 - Agente de Endemias	72,50
43562	Alexander Rodrigues	02 - Agente de Endemias	42,50
42345	Aline Fernanda Passos	02 - Agente de Endemias	70,00
42019	Allan Moura de Oliveira	02 - Agente de Endemias	72,50
44184	Ana Claudia Leite da Silva	02 - Agente de Endemias	100,00
44308	Ana Paula Mendes Passos	02 - Agente de Endemias	45,00
44458	Aparecido da Cruz Rosa	02 - Agente de Endemias	40,00
44482	Arthur Cerqueira Domingos	02 - Agente de Endemias	52,50
43543	Beatriz Aparecida Zanon	02 - Agente de Endemias	35,00
43816	Beatriz David Piffer	02 - Agente de Endemias	55,00
43918	Bruno Souza de Paula	02 - Agente de Endemias	52,50
44678	Caio Jose de Souza Alves	02 - Agente de Endemias	52,50
43576	Carina Ricardo do Nascimento	02 - Agente de Endemias	70,00
42074	Carlos Eduardo da Costa Silva	02 - Agente de Endemias	70,00
44551	Cesar Augusto Picco	02 - Agente de Endemias	77,50
42000	Dhionata Carvalho Faria	02 - Agente de Endemias	75,00
44394	Diego Henrique Gallerani	02 - Agente de Endemias	70,00
44525	Edgar Henrique Souza Mariano	02 - Agente de Endemias	47,50
42719	Edinalva Pereira da Silva	02 - Agente de Endemias	40,00
43489	Edivaldo Facin de Almeida	02 - Agente de Endemias	52,50
43846	Elaine de Lima	02 - Agente de Endemias	72,50
44215	Elza Rodrigs	02 - Agente de Endemias	60,00
44688	Emilly Michaele Bruno Corrêa Silva	02 - Agente de Endemias	55,00
44316	Evelyn da Silva Campos	02 - Agente de Endemias	52,50
43298	Franciele Santana dos Santos	02 - Agente de Endemias	37,50
44345	Gilmar Godinho Pinto	02 - Agente de Endemias	87,50
42363	Hebert Christian Yamanaka	02 - Agente de Endemias	75,00
43399	Hugo Henrique Serigioli Dias	02 - Agente de Endemias	40,00
42756	Inglity Aparecida Castro da Cruz	02 - Agente de Endemias	35,00
44624	Isabelly Pietra da Silva Lopes	02 - Agente de Endemias	67,50
42121	Izabela Sabrina de Souza E Silva dos Santos	02 - Agente de Endemias	55,00
42362	Jaime Barbosa da Silva Costa	02 - Agente de Endemias	47,50
44289	Jessica Freitas Mirandolla	02 - Agente de Endemias	45,00
44007	Jheferson da Silva dos Santos	02 - Agente de Endemias	67,50
42150	Joao Mateus Santos Ferreira	02 - Agente de Endemias	42,50
44167	Joao Paulo Paschoal	02 - Agente de Endemias	57,50
43622	Jonathan Mikael de Sousa Ferreira	02 - Agente de Endemias	72,50
43742	Jorge Ferreira Castilho	02 - Agente de Endemias	42,50
44172	João Victor Saraiva Paschoal	02 - Agente de Endemias	75,00
44539	João Vitor Fernandes de Melo	02 - Agente de Endemias	37,50
42493	Julio Cesar do Couto	02 - Agente de Endemias	72,50
44102	Kaick Barreto Matheus	02 - Agente de Endemias	42,50
44570	Katia Silva Tabarini Ines	02 - Agente de Endemias	75,00
42437	Lorena Aparecida Costa da Silva	02 - Agente de Endemias	32,50
43965	Lucas Borgmann do Prado	02 - Agente de Endemias	77,50
42890	Luciene Maria de Jesus	02 - Agente de Endemias	37,50
42442	Luis Sérgio Vienscoski Junior	02 - Agente de Endemias	72,50
43653	Luiz Antonio Oliveira da Costa Teodoro	02 - Agente de Endemias	75,00
42596	Luiz Miguel Wietzikoski Halabura	02 - Agente de Endemias	57,50
44095	Maria Clara Brito Pereira	02 - Agente de Endemias	62,50
43612	Maria Lúcia Pereira dos Santos da Silva	02 - Agente de Endemias	40,00
42051	Marianne Batista Mattano.	02 - Agente de Endemias	77,50
44687	Maysa de Camargo Santos	02 - Agente de Endemias	40,00
43868	Milton Aparecido dos Santos	02 - Agente de Endemias	42,50
42588	Monica Verissimo Pedroso Delanhese	02 - Agente de Endemias	52,50
44390	Myllena Ferreira dos Santos	02 - Agente de Endemias	67,50
44573	Nicole Aparecida dos Santos de Lacerda	02 - Agente de Endemias	55,00
42826	Patricia de Souza Sampaio	02 - Agente de Endemias	40,00
42115	Patrícia Alcides da Silva	02 - Agente de Endemias	72,50
44569	Paulo Roberto de Sousa	02 - Agente de Endemias	42,50
43775	Pedro Henrique Lindemann Alexandre	02 - Agente de Endemias	47,50
42032	Pedro de Paiva Carvalho	02 - Agente de Endemias	60,00
43609	Rafael Henrique Mário dos Santos	02 - Agente de Endemias	52,50
44375	Rafael Luiz da Silva	02 - Agente de Endemias	52,50
44474	Rainny Klervia Silva Morais	02 - Agente de Endemias	67,50
43658	Regiane Aparecida Andre de Azevedo	02 - Agente de Endemias	55,00
42107	Rikelme Henrique Souza da Silva	02 - Agente de Endemias	80,00
44542	Rita de Cassia Mendes Sete de Souza	02 - Agente de Endemias	47,50
43734	Rosilda Bruno Leite	02 - Agente de Endemias	60,00
43473	Rosineide Ferreira Leite	02 - Agente de Endemias	42,50
42076	Ryan Felipe Moris Goncalves	02 - Agente de Endemias	37,50
42291	Silvana Monteiro Scarlassare Ribeiro	02 - Agente de Endemias	55,00
42804	Silvio Aguilar dos Santos	02 - Agente de Endemias	37,50
44627	Suzana Aparecida Rozendo Neves de Lima	02 - Agente de Endemias	47,50
44500	Suzana Francielle Volpi dos Santos	02 - Agente de Endemias	40,00
44340	Tais dos Santos Gonçalves	02 - Agente de Endemias	40,00
44299	Taiz Dourado da Costa	02 - Agente de Endemias	47,50
44444	Tania Aparecida Alves do Nascimento	02 - Agente de Endemias	52,50
44363	Tatiane Borges de Oliveira	02 - Agente de Endemias	42,50
44344	Thais Verbes dos Santos	02 - Agente de Endemias	70,00
43851	Thaiza Abreu dos Santos	02 - Agente de Endemias	52,50
42591	Vanessa Gabriely Pereira Guedes	02 - Agente de Endemias	55,00
43961	Vanessa Paiva Alves	02 - Agente de Endemias	62,50
44535	Vanessa de Oliveira Araujo da Silva	02 - Agente de Endemias	57,50
43986	Vera Lúcia Ribeiro Correia	02 - Agente de Endemias	62,50
42017	Victor Hugo da Costa Freitas	02 - Agente de Endemias	80,00
42105	Vilson Amaro Pessoa	02 - Agente de Endemias	42,50
42528	Vinicius da Silva Destro	02 - Agente de Endemias	72,50
44576	Vitoria Carolina da Silva	02 - Agente de Endemias	42,50
44264	Viviane Silva dos Santos	02 - Agente de Endemias	37,50
43967	Viviane da Silva Santos Savioli	02 - Agente de Endemias	55,00
42788	Wesklei Camilo da Silva	02 - Agente de Endemias	55,00
44488	Wesley Henrique dos Santos	02 - Agente de Endemias	70,00
44604	Winicius Martins de Oliveira	02 - Agente de Endemias	65,00
44472	Wisleunei Soares Cardozo Junior	02 - Agente de Endemias	75,00

PEROBAL/ PR, XX de outubro de 2026

CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal
PEROBAL – PARANÁ

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

TERMO ADITIVO 001
ATA (ARP) Nº 021-2025
PREGÃO Nº 063-2025

O MUNICÍPIO DE MARIA HELENA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Brasil, 2001, na cidade de Maria Helena, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.247.386/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **MARLON RANCER MARQUES**, brasileiro, solteiro, Agente Político, residente e domiciliado na cidade de Maria Helena Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º 10.183.053-5-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 063.474.769-08, denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **A.J. EXECUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - ME, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o Nº 28.461.828/0001-66, sediado na cidade de UMUARAMA-PR,** neste ato representado(a) **ANDERSON FERNANDO CAVALARI** indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no Processo Nº 128/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo **aditivo à Ata de Registro de Preços**, decorrente do(a) **PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº.063/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP) nº 021/2025 por mais 12 (doze) meses, com término **previsto para 24/10/2027**.

CLAUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo Aditivo fundamenta-se no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na solicitação e justificativa apresentadas pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Obras, por meio do Ofício nº 077/2026, e demais disposições regulamentares aplicáveis.

CLAUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais Clausulas e condições da ARP original, não alterada pelo presente instrumento.

CLAUSULA QUARTA – DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Umuarama para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Maria Helena - PR, 23 de outubro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
Estado do Paraná
Errata data de formalização
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº. 010/2026
DAS PARTES:
Que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA MUNICIPAL e o LAR BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, inscrito no CNPJ n.º 03.460.803/0001-17, nos termos e condições abaixo estabelecidas.
OBJETO:
O presente Termo de Fomento tem por objeto a ampliação do atendimento às pessoas idosas do Município de São Jorge do Patrocínio, por meio do acolhimento institucional de até 5 (cinco) pessoas idosas pelo Lar São Francisco, conforme as condições estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado pelas partes.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
O presente Termo de Fomento é firmado com o amparo do Decreto Municipal nº. 007/2017, de 25 de janeiro de 2017, que regulamenta a Lei Federal nº. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, autorização Legislativa Municipal nº. 2.861/2026 23 de setembro de 2026, Resolução nº. 028/2011 de 06 de outubro de 2011, Instrução Normativa 61/2011 de 1º de Dezembro de 2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e suas alterações.
VIGÊNCIA:
O presente Termo de Fomento terá vigência de outubro a dezembro de 2026 com término previsto para o dia 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo unilateral fundamentado em razões concretas que a justifiquem, desde que aceitas pela outra parte.
VALOR:
Os recursos orçamentários e financeiros deste Termo constituem-se na importância global de R$ 12.000,00 (doze mil reais) a serem pagos em uma única parcela, no mês de outubro subsequente a apresentação do requerimento, conforme Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho apresentado pela entidade e que integra o Processo de Inexigibilidade n°34/2026.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
A previsão orçamentária completa vinculada a presente transferência é a seguinte:
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal/Órgão: 06 – Secretaria de Assistência Social/Unidade Orçamentária: 06.03 – Fundo Municipal dos Direitos do Idoso/Funcional Programática: 0824100392.096000 – Manutenção e Atividades da Assistência ao Idoso /Natureza da Despesa: 3.3.50.43 – Subvenção Social/Fonte de Recurso: 0 – Recursos Ordinário (Livres)
DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:
A função de Gestor desta transferência será exercida pela Servidora Pública ocupante do Cargo Psicologa, Sra FERNANDA DAMACENO IEMBO DE LUCENA, brasileira portadora do CPF n° 076.956.369-40, nomeada pela Portaria n° 43/2026 de 22 de janeiro de 2026.
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:
O Tomador dos Recursos deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos bimestralmente no prazo de até 30 (trinta) dias contados do encerramento de cada bimestre a que se referem, através da Plataforma do Sistema Integrado de Transferências – SIT, instituído pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob pena de reprovação e devolução dos recursos financeiros recebidos.
DATA DE ASSINATURA:
São Jorge do Patrocínio, 21 de outubro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 224-2026
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4-SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique, lote 443c e 444a, RURAL, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Brasil e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA empresa: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 24.586.988/0001-80, com sede à Rua Pavão, nº 540, Jardim Bandeirante, Arapongas, Estado do Paraná, neste ato representado pelo LARA CARDOSO MACHADO, portador(a) do RG. nº , e do CPF/MF Nº 131.466.189-23, resolvem firmar o presente Contrato, da Licitação Modalidade de Dispensa nº 83/ 2026, Processo n° 171, data da homologação da licitação 23/10/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Do Objeto
Constitui como objeto do presente Contrato: Aquisição de filmes para RX destinado ao atendimento do Hospital Municipal Agnaldo Gouveia, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge do Patrocínio - PR, em caráter emergencial, tendo em vista a desistência do fornecimento por parte da empresa detentora do Contrato nº 253/2025 (Pregão nº 27/2025), destinando-se a suprir a demanda do Hospital até a conclusão de novo processo licitatório específico para aquisição de materiais hospitalares, atualmente em andamento. Sendo vencedor dos itens abaixo descritos:
DO PREÇO
Pela prestação de serviços do objeto do presente contrato, o Município de São Jorge do Patrocínio – Pr., pagará a importância de 17.964,00 (dezessete mil, novecentos e sessenta e quatro reais), à empresa acima citada, neste definida como CONTRATADA.
DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
O presente Contrato terá início em 23/10/2026 e término previsto para 31/01/2027, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais.
DO FORO
As partes em comum acordo elegem como foro privilegiado para dirimir quaisquer dúvidas e questões de interpretação relativas ao presente contrato, o Foro da Comarca de ALTONIA, estado do Paraná.
E por estarem justos certos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.
São Jorge do Patrocínio-PR, 23/10/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
Estado do Paraná
PORTARIA Nº 418/2026, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.
SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal, bem como as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Jorge do Patrocínio, instituído pela Lei Municipal nº 410/1993;
R E S O L V E:
Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal CRISTIANE DO IMPÉRIO, inscrita no CPF sob o nº ***.340.369-**, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do quadro de servidores públicos do Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná.
Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo correspondem a 15 (quinze) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo de 26/09/2023 a 25/09/2024, a serem usufruídas no período de 26/10/2026 a 09/11/2026.
Art. 2º. Fica assegurado à servidora o pagamento do adicional constitucional de 1/3 (um terço) de férias, o qual será pago integralmente na competência de outubro de 2026, em conformidade com a legislação vigente.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
RONALDO TINTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
Estado do Paraná
AUDIÊNCIA PÚBLICA
CONVITE
O Município de Tapejara através do Prefeito Municipal, Sr. Ronaldo Adriano Vilas Boas, em conjunto com a Divisão de Contabilidade CONVIDA a todos para participarem da apresentação da Audiência Pública Municipal relativa a Lei Orçamentária Anual – LOA/2027 em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF 101/2000), que se realizará na seguinte data e local:
Data: 29 de Outubro de 2.026
Local: Recinto da Câmara Municipal – Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 611
Horário: 14:30 Horas
Tapejara, 23 de Outubro de 2026.
Ronaldo Adriano Vilas Boas
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA
Estado do Paraná
ATO DA MESA Nº 131/2026
SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias.
A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DE SUA PRERROGATIVA LEGAL BAIXA O SEGUINTE ATO:
Art. 1º - Fica autorizado o vereador Junior Vinicius Pereira Neves, viajar à cidade de Curitiba-Pr, nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 2026, onde cumprirá agenda junto a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, (conforme requerimento anexo), cabendo-lhe o pagamento antecipado de 03 (tres) diárias, no valor de R$ 690,00 cada, totalizando o valor de R$ 2.070,00, para cobrir as despesas com alimentação e pernoite, em conformidade com a Lei Municipal Nº 2.624 de 10 de julho de 2026.
Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Câmara Municipal de Tapejara, em 22 de outubro de 2026.

MARIA APARECIDA CALDEIRA NUNES – Presidente
JOÃO VICTOR PAIZANA IRIS – Vice-Presidente
MARCELO RODRIGUES – 1º Secretário
JÚNIOR VINICIUS PEREIRA NEVES – 2° Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
Estado do Paraná
TERMO ADITIVO N.º 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041-2026
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4-SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique Lote 443C e 444A, Rural, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: A SANTOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ nº 39.852.122/0001-41, com sede à 7 DE SETEMBRO , Centro - CEP 87550000 na cidade de Altônia - PR, neste ato Representado pelo Sr(a). ALCEONE DOS SANTOS, portador(a) do RG. nº , e do CPF/MF Nº 78714575949, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, firmado com amparo da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Pregão nº 9/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Clausula Primeira – Do Objeto
Constitui como objeto do presente a contratação: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E HIGIENE PESADA E HOSPITALAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PR.
Clausula segunda – do Acréscimo
Em razão da necessidade do objeto, fica estabelecido o acréscimo do quantitativo dos itens do presente Termo Aditivo, dentro do limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do Contrato nº. 41/2026, em conformidade com a Lei 14.133/2021.
LOTE
ITEM ESPECIFICAÇÃO UNIDADE QUANT VALOR UNIT.
VALOR TOTAL
1 26181 LIXEIRA MATERIAL: PLÁSTICO POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, CAPACIDADE: 20 L, TIPO: FECHADA COM TAMPA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REDONDA/COM TAMPA E SEM PEDAL UND 1 R $ 47,99 R$ 47,99
1 26182 LIXEIRA MATERIAL: PLÁSTICO POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, CAPACIDADE: 65 L, TIPO: FECHADA COM TAMPA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REDONDA/COM TAMPA E SEM PEDAL. UND 1 R $ 129,99 R$ 129,99
1 26197 PÁ COLETORA LIXO - PÁ COLETORA LIXO, MATERIAL COLETOR: METAL GALVANIZADO, MATERIAL CABO: MADEIRA PLÁSTIFICADA, COMPRIMENTO CABO: 80 CM UND 1 R$ 9,93 R$ 9,93
Clausula Terceira – Do Valor Contratual
O valor do presente termo aditivo, constitui na importância global de R$ 187,91 (cento e oitenta e sete reais e noventa um centavos).
Clausula Quarta – Das Ratificações
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.
Clausula Quinta – Do Foro Competente
Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a ser dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato.
E estando as partes de pleno acordo com o presente instrumento, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.
São Jorge do Patrocínio-PR, 23/10/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
Estado do Paraná
TERMO ADITIVO N.º 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 042/2026
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDO TINTI, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4-SSP/PR, e do CPF/MF nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique Lote 443C e 444A, Rural, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: C.H. DA CRUZ GUIMARÃES DISTRIBUIDORA - ME, inscrita no CNPJ nº 35.247.597/0001-58, com sede à RIO GRANDE DO SUL , Centro - CEP 87505000 na cidade de Umuarama - PR, neste ato Representado pelo Sr(a). JANETE IZIDORO CASTANHARO FRANCHINI, portador(a) do CPF/MF Nº 04578610969, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, firmado com amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Pregão nº 9/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Constitui como objeto do presente a contratação: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E HIGIENE PESADA E HOSPITALAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PR..
Clausula segunda – do Acréscimo
Em razão da necessidade do objeto, fica estabelecido o acréscimo do quantitativo dos itens do presente Termo Aditivo, dentro do limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do Contrato nº. 42/2026, em conformidade com a Lei 14.133/2021.
LOTE ITEM ESPECIFICAÇÃO UNIDADE QUANT VALOR UNIT.
VALOR TOTAL
1 26170 LIMPADOR DE USO GERAL – EMBALAGEM 5 LITROS, POSSUI UM GRANDE PODER DE LIMPEZA, REMOVE AS MAIS VARIADAS SUJIDADES, FULIGEM, ÓLEOS, GRAXA E GORDURA, SEM AGREDIR,NÃO DANIFICA NENHUM TIPO DE SUPERFÍCIE LAVÁVEL, TAIS COMO: PISOS CERÂMICOS, PAREDES, PLÁSTICOS, VIDROS, ALUMÍNIO, SUPERFÍCIES PINTADAS, VEÍCULOS, TECIDOS EM GERAL ETC. COMPOSIÇÃO:APARÊNCIA: LÍQUIDO VISCOSO OPACO COR: AMARELO ODOR: PINHO PH: 6,0 - 8,0 PESO ESPECÍFICO: 1,065 - 1,095 G/CM³ VISCOSIDADE: 6.000 - 20.000 CPS TEOR DE ATIVOS: 27,0 - 32,0%. PRODUTO DE LIMPEZA USO GERAL. UND 7 R$ 47,99 R$ 335,93
Clausula Terceira – Do Valor Contratual
O valor do presente termo aditivo, constitui na importância global de R$ 335,93 (trezentos e trinta e cinco reais e noventa e três centavos).
Clausula Quarta – Das Ratificações
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.
Clausula Quinta – Do Foro Competente
Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a ser dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato.
E estando as partes de pleno acordo com o presente instrumento, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.
São Jorge do Patrocínio-PR, 23/10/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
Estado do Paraná
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 171/ 2026
Dispensa Nº 083/ 2026
OBJETO: Aquisição de filmes para RX destinado ao atendimento do Hospital Municipal Agnaldo Gouveia, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge do Patrocínio - PR, em caráter emergencial, tendo em vista a desistência do fornecimento por parte da empresa detentora do Contrato nº 253/2025 (Pregão nº 27/2025), destinando-se a suprir a demanda do Hospital até a conclusão de novo processo licitatório específico para aquisição de materiais hospitalares, atualmente em andamento.
O Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial as contidas no art. 13, VII e VIII, do Decreto nº 38, de 28 de março de 2023 e no art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021 e tendo em vista as informações constantes no presente processo licitatório, lastreadas em parecer emitido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 51/2025 do dia 17 de janeiro de 2025, através do presente termo, ADJUDICA o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) abaixo e HOMOLOGO o presente processo.
FORNECEDOR
CNPJ VALOR TOTAL
CIRÚRGICA NOSSA SENHORA EIRELI 24.586.988/0001-80 R$ 17.964,00
Uma vez cumpridas as formalidades de estilo, dê-se publicidade ao ato na forma da lei.
São Jorge do Patrocínio-PR, 23/10/2026.
RONALDO TINTI
PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA
Estado do Paraná
PORTARIA Nº011/2026
DISPÕE SOBRE A DECRETAÇÃO DE PONTO FACULTATIVO NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2026, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO que o dia 28 de outubro é consagrado à comemoração do Dia do Servidor Público;
DECRETA:
Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no dia 26 de outubro de 2026 (segunda-feira), em antecipação à comemoração do Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), no âmbito da Câmara Municipal de Tapira, Estado do Paraná.
Art. 2º A sessão ordinária da Câmara Municipal de Tapira será realizada normalmente na terça-feira, dia 27 de outubro de 2026, às 19h.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tapira, Estado do Paraná, ao vinte e um dias do mês de outubro de 2026.
VANDERLEI VIEIRA MENDES
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA
Estado do Paraná
ATO DA MESA Nº 132/2026
SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias.
A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DE SUA PRERROGATIVA LEGAL BAIXA O SEGUINTE ATO:
Art. 1º - Fica autorizado o vereador João Victor Paizana Iris, viajar à cidade de Curitiba-Pr, nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 2026, onde cumprirá agenda junto a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, (conforme requerimento anexo), cabendo-lhe o pagamento antecipado de 03 (tres) diárias, no valor de R$ 690,00 cada, totalizando o valor de R$ 2.070,00, para cobrir as despesas com alimentação e pernoite, em conformidade com a Lei Municipal Nº 2.624 de 10 de julho de 2026.
Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Câmara Municipal de Tapejara, em 22 de outubro de 2026.

MARIA APARECIDA CALDEIRA NUNES – Presidente
JOÃO VICTOR PAIZANA IRIS – Vice-Presidente
MARCELO RODRIGUES – 1º Secretário
JÚNIOR VINICIUS PEREIRA NEVES – 2° Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE
Estado do Paraná
PORTARIA Nº 273/2026
GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS Prefeito do Município de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Anexo I da Lei nº 069, de 10 de janeiro de 2011, resolve;
NOMEAR
Art. 1º - O cidadão ANSELMO NEIVERTH NETO, inscrito no CPF nº 103.***.***-12, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE ESPORTE E LAZER, conforme a Lei Complementar nº 069, de 10 de janeiro de 2011, alterada pela Lei Complementar nº 008, de 10 de setembro de 2014, com subsídios fixados símbolo CC-05, do anexo III desta Lei, a partir de 01 de outubro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com seus efeitos retroativos a partir da data supracitada.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.
Tuneiras do Oeste, 23 outubro de 2026.
GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PEROBAL
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 01.612.444/0001-40
Rua Guassatonga, 895 - Tel.: (44) 3625-8300 - CEP 87.538-000 PEROBAL - PARANÁ

EDITAL 012/2026
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEROBAL – PARANÁ
EDITAL DE CONCURSO PÚBLIOCO
EDITAL Nº 001/2026

O Sr. **CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEROBAL – ESTADO DO PARANÁ**, em pleno exercício do seu mandato e funções, no uso de suas atribuições legais e considerando contido no **EDITAL 001/2026, RESOLVE** publicar o Edital das **Notas Definitivas das Provas Objetivas**, conforme segue:

Nº Inscrição	Nome	Cargo	Nota Prova objetiva
43676	Acacio Nogueira da Silva Neto	01 - Advogado	70,00
42912	Adilson Silva Tabarini	01 - Advogado	60,00
42848	Adriano dos Santos de Resende	01 - Advogado	82,50
42832	Alexandre Moraes de Oliveira	01 - Advogado	50,00
42863	Amanda Guidetti Malagutti	01 - Advogado	57,50
42611	Amanda dos Santos Freitas	01 - Advogado	62,50
42196	Ana Beatriz Mendes Kister	01 - Advogado	70,00
44561	Ana Carla de Fatima Lima da Rocha	01 - Advogado	55,00
44456	Ana Lusia Sposito	01 - Advogado	35,00
42207	Ana Renata Franchini de Macedo	01 - Advogado	62,50
42123	Andrea Carla Freiria Alves de Sena	01 - Advogado	52,50
44453	Ariel Ricardo Fernandes	01 - Advogado	50,00
43499	Arlindo Vieira dos Santos	01 - Advogado	40,00
42231	Bruna de Oliveira Lima	01 - Advogado	47,50
44115	Bruno Cezar Oliveira de Castro	01 - Advogado	72,50
43950	Camila Espina Ruffo	01 - Advogado	60,00
42005	Caroline Bianca Nardim	01 - Advogado	45,00
44635	Cicero Allysson Barbosa Silva	01 - Advogado	62,50
42463	Cicero da Silva Alves	01 - Advogado	57,50
42052	Claudineia da Silva Castro	01 - Advogado	55,00
42895	Cleverson Chioca Oliveira	01 - Advogado	65,00
44457	Cristian Borges da Silva	01 - Advogado	67,50
42347	Cristian Pereira do Nascimento	01 - Advogado	55,00
42630	Daiane Brito de Jesus Olivieira	01 - Advogado	55,00
43823	Daniel de Oliveira Capistano	01 - Advogado	65,00
43018	Diego Cardoso Torres	01 - Advogado	67,50
44055	Diogo Souza do Patrocinio	01 - Advogado	77,50
44596	Elvio Kertelt Legnani	01 - Advogado	82,50
43649	Emily Takeda Kondratoski	01 - Advogado	70,00
44468	Eugrícia Bezerra Silva	01 - Advogado	72,50
42113	Fabio Marcelino Tozarini	01 - Advogado	55,00
43474	Fabricio Henrique Silva Hollatz	01 - Advogado	67,50
42823	Felipe Carvalho Romero	01 - Advogado	82,50
42798	Fernando Augusto Brito	01 - Advogado	62,50
44137	Fernando Henrique dos Santos Silva	01 - Advogado	80,00
43324	Fernando de Lima Fogaca	01 - Advogado	72,50
44521	Flavia Juliana Spinelli de Medeiros	01 - Advogado	40,00
43831	Francesly Tiber	01 - Advogado	65,00
44581	Gabriel Schenato Altimari	01 - Advogado	65,00
42014	Gabriela Fernandes Favorito	01 - Advogado	42,50
42431	Geovana Barbosa da Silva	01 - Advogado	50,00
42751	Giancarlo Gracioli	01 - Advogado	77,50
43381	Gianluca Oushita dos Santos	01 - Advogado	62,50
42321	Giselle Thais de Mello	01 - Advogado	55,00
43923	Givanildo de Paz	01 - Advogado	55,00
44267	Glenn William Rodrigues Barbosa	01 - Advogado	95,00
42021	Guilherme Neris Martins	01 - Advogado	75,00
44187	Guilherme Yan Pereira Castro	01 - Advogado	50,00
42353	Gustavo Brambilla Olivo	01 - Advogado	77,50
42088	Halan Kiosh Miahira de Lima	01 - Advogado	60,00
44478	Harryson Jonas da Silva de Almeida	01 - Advogado	70,00
43674	Helloa Nishina Faria	01 - Advogado	47,50
44643	Heloisa Dutra de Oliveira	01 - Advogado	50,00
42441	Henrique Aguiar de Sousa	01 - Advogado	80,00
44254	Henrique Fernandes de Oliveira	01 - Advogado	72,50
43594	Isadora Silva Santos	01 - Advogado	55,00
42587	Jhonathan Vieira dos Santos	01 - Advogado	60,00
44567	João Vitor	01 - Advogado	75,00
43198	Julio Cesar Idalgo	01 - Advogado	70,00
42439	Katia Mayara Franchini Valerio	01 - Advogado	50,00
42891	Kaylaine Correia de Lima	01 - Advogado	45,00
44497	Lais Bruna Ikert	01 - Advogado	37,50
42905	Leonardo Ferreira Mancini	01 - Advogado	45,00
43783	Leonardo de Lara Araujo	01 - Advogado	70,00
43789	Lucas do Nascimento Fahur	01 - Advogado	75,00
42154	Luis Fernando Bassi de Franchi Siqueira	01 - Advogado	65,00
43078	Luiz Felipe Miranda Rodrigues	01 - Advogado	62,50
43541	Marcio Roberto Ferreira	01 - Advogado	60,00
42360	Maria Vitória Costa Vicente	01 - Advogado	60,00
44206	Matheus Henrique de Souza Fonseca	01 - Advogado	57,50
44319	Matheus Vinicios Antério	01 - Advogado	85,00
42938	Otavio Roberto Junior	01 - Advogado	62,50
43514	Paloma Fernanda Nogueira	01 - Advogado	37,50
42064	Patricia de Matos Ribeiro	01 - Advogado	57,50
44690	Paula Luiza Lucena dos Santos	01 - Advogado	57,50
43699	Paulo Andre Ferrarezi Pereira	01 - Advogado	75,00
43595	Paulo Henrique Peres Gualda	01 - Advogado	65,00
44432	Pedro Augusto Cidade Oliveira	01 - Advogado	47,50
42164	Pedro Henrique Dias Souza	01 - Advogado	65,00
43476	Perola Christine das Merce Benites Baldo	01 - Advogado	70,00
43762	Rafael Rabelo Cruz	01 - Advogado	45,00
42369	Raianny Kelly da Silva Santos	01 - Advogado	57,50
42280	Raissa Thomaz Bandiera	01 - Advogado	70,00
42073	Renan William de Deus Lima	01 - Advogado	90,00
43942	Ricardo Viotto	01 - Advogado	70,00
43689	Robson Magalhães Jorge	01 - Advogado	50,00
43544	Roni Oliveira Zangrande	01 - Advogado	50,00
44557	Rosa Akemi Massuke Dias	01 - Advogado	62,50
42543	Simone Pereira dos Santos Presendo	01 - Advogado	65,00
42041	Stella Druciak Vienscoski	01 - Advogado	60,00
42008	Stephanie Turbay Costa	01 - Advogado	67,50
43879	Talita Aparecida Romão da Silva	01 - Advogado	70,00
43836	Tamara Ferro Guilherme	01 - Advogado	82,50
43086	Tarcis Henrique Sant Anna	01 - Advogado	72,50
42558	Taís Rodrigues Bortoluzzi	01 - Advogado	52,50
44056	Thaina de Paiva Barrionuevo	01 - Advogado	82,50
42482	Thiago Evangelista	01 - Advogado	85,00
42387	Tiago Batista	01 - Advogado	57,50
44668	Vanderlei Rangel de Lima	01 - Advogado	82,50
42808	Vanderleia Lopes da Silva	01 - Advogado	47,50
44158	Vinicius Girotto Grejanim	01 - Advogado	65,00
44136	Vitor Antunes Pereira	01 - Advogado	77,50
43496	Átila da Silveira Strapasson	01 - Advogado	77,50
42313	Alessandra Barros Manzoli	02 - Assistente Social	52,50
44245	Alexandra Pedro Moro	02 - Assistente Social	67,50
43738	Ana Paula Carvalho Priore	02 - Assistente Social	75,00
42089	Angela Maria Lavezzo Silva	02 - Assistente Social	45,00
43214	Cassia Borges Rosa	02 - Assistente Social	55,00
42016	Daniela da Silva de Azevedo	02 - Assistente Social	67,50
44451	Dieni Fantin Pedroso	02 - Assistente Social	72,50
42853	Edson Samuel Silva de Campos	02 - Assistente Social	57,50
42326	Elisa dos Santos Rodrigues	02 - Assistente Social	65,00
42747	Fabiana Araujo da Silva Esteves	02 - Assistente Social	67,50
43209	Fernanda Pereira Lira	02 - Assistente Social	82,50
42604	Jeniffer Amanda Silva	02 - Assistente Social	60,00
43992	Joao Pedro Sales Favarin	02 - Assistente Social	45,00
44491	Karine Fernanda Rodrigues Miranda	02 - Assistente Social	32,50
42888	Kelia Carvalho de Azevedo Rodrigues	02 - Assistente Social	35,00
44680	Keyla Crystina Silva Rego	02 - Assistente Social	45,00
42340	Larisse Maura Bezerra	02 - Assistente Social	65,00
44246	Maria Eduarda Silva Gomes	02 - Assistente Social	52,50
42106	Nayara Aparecida Balaroti	02 - Assistente Social	72,50
43822	Neuza Pereira Lopes de Moraes	02 - Assistente Social	50,00
43782	Rafaela Luiza Onofre Gibim	02 - Assistente Social	62,50
43006	Raira Estela Ricardo Caetano	02 - Assistente Social	50,00
42648	Rosangela Aparecida Vieira	02 - Assistente Social	50,00
42024	Roseni de Moraes Carvalho	02 - Assistente Social	52,50
42061	Rosiléia Aparecida Fantin Santos	02 - Assistente Social	67,50
43901	Sandra Silva Santos	02 - Assistente Social	55,00
44564	Sidney Francisco Silverio dos Santos	02 - Assistente Social	52,50
43681	Suedy Rejane dos Santos Silva	02 - Assistente Social	25,00
42764	Sunamita da Silva Oliveira	02 - Assistente Social	72,50
42216	Vitoria Silva Lopes	02 - Assistente Social	55,00
44321	Adejair José dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	67,50
42681	Adriana Moreno do Nascimento	03 - Auxiliar Administrativo	52,50
44575	Adriana Valquiria da Silva Bacarin	03 - Auxiliar Administrativo	75,00
42012	Aline Gabriela Cassiano Alexandre	03 - Auxiliar Administrativo	87,50
42344	Amabilly Maria Lima Giacometti	03 - Auxiliar Administrativo	90,00
43997	Amanda Pereira Jobi	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
42069	Amanda Santos de Oliveira	03 - Auxiliar Administrativo	67,50
44018	Ana Carolina Leão Humanski	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
43786	Ana Carolina Torres da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
44633	Ana Claudia Freires Rocha	03 - Auxiliar Administrativo	70,00
44516	Ana Eduarda Fernandes Barbado Ferreira	03 - Auxiliar Administrativo	92,50
43614	Ana Paula da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	77,50
44065	Ana Paula dos Santos Silva	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
43932	Andreina da Silva Santos	03 - Auxiliar Administrativo	92,50
44556	Andressa Cunico dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	95,00
44665	Antônio Kenay Paulo Rocha	03 - Auxiliar Administrativo	65,00
42386	Arthur Miranda Rodrigues	03 - Auxiliar Administrativo	80,00
43626	Ashley Santos de Jesus	03 - Auxiliar Administrativo	67,50
43794	Aura de Oliveira Torres	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
44445	Beatriz Alcarria dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	57,50
42117	Beatriz Alves da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	95,00
43924	Beatriz Evelyn dos Santos Eduardo	03 - Auxiliar Administrativo	90,00
44602	Bianca Caroline de Albuquerque	03 - Auxiliar Administrativo	92,50
44406	Braian Gabriel Clemente dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	87,50
43927	Brayan Felipe Rombaldo Sanches	03 - Auxiliar Administrativo	90,00
44527	Bruno Semensato Fantin	03 - Auxiliar Administrativo	75,00
44139	Caique Cruz de Almeida	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
42182	Carina de Oliveira	03 - Auxiliar Administrativo	70,00
42741	Cibele Catherine de Souza Alves	03 - Auxiliar Administrativo	92,50
43098	Claudia da Luz	03 - Auxiliar Administrativo	65,00
42414	Cleber de Oliveira Paulique	03 - Auxiliar Administrativo	77,50
44670	Cristiane Meira Santos	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
44069	Cristielly de Lima E Silva	03 - Auxiliar Administrativo	55,00
43468	Daiane Cristina Lopes Pinheiro	03 - Auxiliar Administrativo	60,00
44465	Daniele Vieira Novais	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
43498	Danieli Bortoloto Quiaradia	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
44103	Dayane da Silva Pereira Bussola	03 - Auxiliar Administrativo	87,50
43502	Deivid Kevin de Melo Silva	03 - Auxiliar Administrativo	77,50
43467	Denis Nunes da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	80,00
43504	Diogo Gustavo dos Santos Oliveira	03 - Auxiliar Administrativo	90,00
44371	Dionatan Junior Gonçalves Mendes	03 - Auxiliar Administrativo	52,50
43694	Eduarda Lima de Oliveira	03 - Auxiliar Administrativo	80,00
44467	Eloa Aparecida Pezzolato Soares	03 - Auxiliar Administrativo	67,50
42758	Esther Sant Ana Rossi Borguezani	03 - Auxiliar Administrativo	87,50
44130	Fabian Hellen Antunes de Jesus	03 - Auxiliar Administrativo	57,50
44104	Fernanda Gomes dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
43672	Fernanda da Silva Carolino	03 - Auxiliar Administrativo	92,50
43922	Fernando Pereira da Cruz	03 - Auxiliar Administrativo	67,50
43686	Fernando da Silva Ladeira	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
44270	Flavia Ferraz Domingues	03 - Auxiliar Administrativo	95,00
44202	Gabriel Pieto	03 - Auxiliar Administrativo	75,00
43958	Gabriele Duarte Minantti	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
42127	Gerlane Ediva da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	75,00
43540	Gerleide Davi Mendes	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
42030	Gessica Araujo Lopes Mello	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
43248	Giovana dos Santos Medeiros	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
42166	Gisele Goularte	03 - Auxiliar Administrativo	70,00
44066	Gislaine Mendes Sete	03 - Auxiliar Administrativo	65,00
44185	Gislaine Ouverney da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
43990	Glaucia Cibele de Souza	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
44349	Guilherme Oliveira Cristianini	03 - Auxiliar Administrativo	77,50
44591	Gustavo Brito Matusaiki	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
44600	Gustavo Fernandes de Melo	03 - Auxiliar Administrativo	50,00
44022	Gustavo Vieira Ribeiro	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
42762	Helena Pascual Miguel	03 - Auxiliar Administrativo	80,00
44589	Hemillen da Silva Pereira	03 - Auxiliar Administrativo	57,50
43047	Isabela Eduarda Greghi	03 - Auxiliar Administrativo	87,50
44620	Isabela da Silva dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	55,00
43757	Isabella Caroline Oliveira de Carvalho	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
43687	Izabela Cristina dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	75,00
42083	Izabella Ribeiro Terra	03 - Auxiliar Administrativo	65,00
43415	Jaine Silva Vasconcelos Rebello	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
43698	Jessica da Silva Cunha	03 - Auxiliar Administrativo	47,50
44658	Jessyca Silva Vilela	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
42532	Jesuino Higor da Silva Castro	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
42516	Jhonatan Cunico dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
44398	Jhully Stephany Diniz Ferreira	03 - Auxiliar Administrativo	77,50
44511	Joanne Tacielly de Sousa Ferreira	03 - Auxiliar Administrativo	65,00
43856	Joao Vitor Abreu dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
42520	Josiele Dinato de Oliveira	03 - Auxiliar Administrativo	80,00
42108	João Gabriel dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	65,00
42454	Juliana dos Santos Machado	03 - Auxiliar Administrativo	60,00
43795	Júlia Resende dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	90,00
42572	Kaiki José Silva de Lima	03 - Auxiliar Administrativo	70,00
44563	Kaio Vinicius Lopes Lemes	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
44607	Kamily Abreu Manduca	03 - Auxiliar Administrativo	77,50
44269	Karen Vais	03 - Auxiliar Administrativo	80,00
43663	Karine Silva da Costa	03 - Auxiliar Administrativo	87,50
42162	Karoline Goncalves do Nascimento	03 - Auxiliar Administrativo	75,00
43914	Kassia Vanessa Vicente dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	50,00
44599	Kauan Ferrari Marques	03 - Auxiliar Administrativo	92,50
44436	Kelly Caroline de Alcântara Evangelista	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
42534	Kyellem Cristiane Freire Tozarini	03 - Auxiliar Administrativo	75,00
44669	Larissa Verbes dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	87,50
44382	Larissa de Melo Trujilo	03 - Auxiliar Administrativo	87,50
44536	Leonice Mariano da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	42,50
42955	Liacy da Silva Meira de Souza	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
44559	Lincon Gabriel Fernandes Silva	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
44513	Lorena Casavechia Figueiredo	03 - Auxiliar Administrativo	92,50
42827	Lorena Izabelle de Souza	03 - Auxiliar Administrativo	87,50
42239	Lorena dos Santos de Oliveira	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
42413	Luis Miguel Goncalves da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	77,50
44505	Maite Fernandes Leal	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
43887	Marcia Maria de Moura	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
44258	Maria Adriana Pires Decio	03 - Auxiliar Administrativo	52,50
43254	Maria Eduarda Volpato Moro	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
43805	Maria Laura Navachi Costa	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
44681	Maria Leticia Ferneda Ramos	03 - Auxiliar Administrativo	65,00
42296	Maria Luíza Correa da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	90,00
43750	Maria Madalena Goncalves	03 - Auxiliar Administrativo	57,50
43539	Maria Solange de Lima Silva	03 - Auxiliar Administrativo	70,00
44336	Matheus Henrique Raphael de Paula	03 - Auxiliar Administrativo	87,50
43506	Matheus Marcelino Figueiredo	03 - Auxiliar Administrativo	95,00
42739	Márcio de Abreu dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
44463	Natânia dos Santos Silva Teixeira	03 - Auxiliar Administrativo	92,50
44613	Nilceia Aparecida dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	62,50
44676	Paloma Leite da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	90,00
42122	Patricia Cristina da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	80,00
43834	Patricia Prandini da Silva Ferreira	03 - Auxiliar Administrativo	70,00
42023	Paula Andrea Manduca	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
44601	Pedro Allan de Almeida Araújo	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
42450	Pedro Henrique Rodrigues Spanserki	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
43581	Pedro Henrique da Silva Luz	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
44443	Pedro Oliveira Iria	03 - Auxiliar Administrativo	87,50
43557	Raissa Amelia Gimenez Barbosa Ribeiro	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
42492	Rayssa Santos de Oliveira	03 - Auxiliar Administrativo	62,50
44496	Regiane da Costa Araujo	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
42850	Renan Ortiz da Rosa	03 - Auxiliar Administrativo	95,00
42346	Renan Pacheco Cavalcanti	03 - Auxiliar Administrativo	70,00
44438	Renan da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	87,50
44612	Renata Aparecida da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	75,00
42090	Renato Egidio Struchel	03 - Auxiliar Administrativo	92,50
42590	Roberta Franciscatti de Souza	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
42092	Rodrigo Aparecido da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
42104	Ronaldo André Alves	03 - Auxiliar Administrativo	60,00
44266	Rosangela Aparecida Maltempi	03 - Auxiliar Administrativo	77,50
41994	Roseanne Cristina Herbert Faria	03 - Auxiliar Administrativo	92,50
42744	Sara Lima dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	62,50
44499	Sara do Rosario Abreu	03 - Auxiliar Administrativo	77,50
43673	Siumara Aparecida Testa	03 - Auxiliar Administrativo	75,00
43892	Stefani Ariovaldo Pierangeli	03 - Auxiliar Administrativo	77,50
44023	Tailine Alves Saraiva	03 - Auxiliar Administrativo	80,00
42075	Tainara Furlan dos Santos Maltempi	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
42126	Tais Vitória Cordeiro de Paiva	03 - Auxiliar Administrativo	72,50
42367	Tatiana Duarte Ribeiro	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
44186	Thailyne Bueno Carrenho	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
44537	Thauany Souza Santos	03 - Auxiliar Administrativo	57,50
43888	Thiago Rian Angelo da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
42521	Tiago Rodrigues de Souza	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
42738	Vanessa Barbosa da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
43566	Vanessa Gonçalves Barbosa	03 - Auxiliar Administrativo	80,00
43559	Vanessa Mascarenhas Boscarioli	03 - Auxiliar Administrativo	90,00
43840	Vanessa Raquel de Oliveira dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	77,50
42675	Vilma Aparecida de Oliveira Marques	03 - Auxiliar Administrativo	90,00
43551	Vilmar Vergilio Duraes	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
44641	Vinicius Alves da Silva Souza	03 - Auxiliar Administrativo	85,00
44157	Vinicius Aparecido Pereira	03 - Auxiliar Administrativo	65,00
42103	Vinicius de Souza Queiros	03 - Auxiliar Administrativo	82,50
44075	Vitor Costa Coutinho	03 - Auxiliar Administrativo	97,50
44225	Vitoria de Lima Kloss	03 - Auxiliar Administrativo	75,00
42310	Willian Eduardo Rodrigues da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	57,50
43549	Adriana Clarindo da Silva Pereira	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	85,00
43849	Alessandro da Silva Santana	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	47,50
43899	Caroline da Rocha dos Santos	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	77,50
43934	Fabiano Pereira dos Santos	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	75,00
44218	Fatima Aparecida Braz de Souza	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	92,50
43682	Flavia Silvino dos Santos	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	52,50
42011	Givanildo Alves da Silva	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	62,50
43034	Jamile da Silva Oliveira	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	85,00
42536	Julceia Correia de Lima	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	70,00
43017	Larissa de Fatima Silva da Costa	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	60,00
44649	Lucas da Silva Pereira	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	80,00
43077	Marilda Borges Cerqueira	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	32,50
42876	Nelma Alves da Silva	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	77,50
42042	Rita de Cassia Pereira dos Santos	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	92,50
43531	Rosangela Maria dos Santos	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	47,50
42190	Sonia Aparecida Lemes	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	85,00
43936	Thais Rosa	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	87,50
44292	Vanderléia Francisco Claudino	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	82,50
44084	Hamilton Antonio de Paula	05 - Coveiro	82,50
43855	Oseias Izidorio Borges da Silva	05 - Coveiro	87,50
44529	Adao Murillo Ferreira dos Santos	06 - Engenheiro Civil	80,00
42037	Aline Coutinho da Luz	06 - Engenheiro Civil	67,50
44503	Allan Henrique Candido	06 - Engenheiro Civil	60,00
44605	Anderson Bombarde	06 - Engenheiro Civil	40,00
44201	Andersson Moreira da Silva Rebelo	06 - Engenheiro Civil	82,50
44283	Barbara Samantha dos Santos	06 - Engenheiro Civil	70,00
42232	Beatriz Caiado Rodrigues	06 - Engenheiro Civil	75,00
43954	Bruno Brito Matusaiki	06 - Engenheiro Civil	75,00
44677	Caio Cesar Barboza de Araujo	06 - Engenheiro Civil	62,50
44032	Camila Alves Leite	06 - Engenheiro Civil	47,50
44534	Carlos Henrique da Silva Bertoco	06 - Engenheiro Civil	60,00
42972	Cayo Vidal dos Santos Freitas	06 - Engenheiro Civil	77,50
42900	Daliton Fernando Cordaco	06 - Engenheiro Civil	65,00
44588	Daniela da Mata dos Santos Ceolin	06 - Engenheiro Civil	57,50
43907	Davi Leite da Silva Coqueiro	06 - Engenheiro Civil	65,00
42299	Eder Destassi de Camargo	06 - Engenheiro Civil	57,50
44663	Eduardo Rossafa Palozi	06 - Engenheiro Civil	72,50
42260	Eduardo de Oliveira Rodrigues	06 - Engenheiro Civil	82,50
44090	Elvis Alexandre Peteno	06 - Engenheiro Civil	67,50
42644	Filipe Gabriel Urbanski Rodrigues	06 - Engenheiro Civil	57,50
43832	Guilherme Cervejeira Bolanho	06 - Engenheiro Civil	70,00
42315	Guilherme Felipe da Silva Mierzwinski	06 - Engenheiro Civil	72,50
44067	Guilherme Henrique Rocha de Araujo	06 - Engenheiro Civil	57,50
43532	Guilherme Mendes de Souza	06 - Engenheiro Civil	65,00
44011	Guilherme Mendonca da Silva	06 - Engenheiro Civil	57,50
43908	Gustavo Salmasio Xavier de Carvalho	06 - Engenheiro Civil	47,50
42396	Henrique Straioto	06 - Engenheiro Civil	70,00
42837	Herlan Aparecido Ramos	06 - Engenheiro Civil	65,00
43774	Isabelle Cristina Nogueira Bocca	06 - Engenheiro Civil	77,50
42553	Isabelly Oliveira Uzueli	06 - Engenheiro Civil	52,50
43671	Iury Nogueira Palozi Faria	06 - Engenheiro Civil	67,50
43530	Jackson Jordan Sampaio Teixeira de Lima	06 - Engenheiro Civil	87,50
44626	Jeison Adrian Queiroz de Oliveira Jardim	06 - Engenheiro Civil	70,00
42040	Jhonattan Wesley Trainotti	06 - Engenheiro Civil	92,50
43102	Johanes Paulo Wedekind	06 - Engenheiro Civil	57,50
42370	Jose Augusto da Rocha Freitas Canali	06 - Engenheiro Civil	70,00
44532	Julia Bolson dos Santos Candido	06 - Engenheiro Civil	47,50
44357	Keven de Castro Rocha Souza	06 - Engenheiro Civil	50,00
42205	Leandro Henrique Mazutti	06 - Engenheiro Civil	77,50
42946	Leandro Welington Rodrigues de Souza	06 - Engenheiro Civil	65,00
43878	Leonardo Dancini Rebelo	06 - Engenheiro Civil	67,50
43710	Luan Mateus Marega	06 - Engenheiro Civil	67,50
44427	Luan Roge Silva Lima	06 - Engenheiro Civil	72,50
44064	Luana Diniz de Lima Almeida	06 - Engenheiro Civil	60,00
44099	Luana Tecilla	06 - Engenheiro Civil	45,00
44088	Lucas Alexandre Santos Marques	06 - Engenheiro Civil	65,00
44584	Marcelo Maziero	06 - Engenheiro Civil	75,00
42496	Maria de Lourdes Pereira Leite	06 - Engenheiro Civil	72,50
43863	Matheus Ribeiro Fernandes	06 - Engenheiro Civil	62,50
44304	Mayara da Costa Virgens	06 - Engenheiro Civil	60,00
42664	Mayza Correia de Oliveira	06 - Engenheiro Civil	80,00
44377	Miguel de Oliveira Marin	06 - Engenheiro Civil	47,50
44366	Mikaelly Trujilio de Oliveira	06 - Engenheiro Civil	65,00
42304	Murilo de Mello Silva	06 - Engenheiro Civil	57,50
42457	Nemias Junior Bispo de Souza	06 - Engenheiro Civil	67,50
44648	Nicolas Sartini Leite	06 - Engenheiro Civil	65,00
44083	Rafael Nespolo Freitas	06 - Engenheiro Civil	50,00
42084	Rafael de Lacerda Faria	06 - Engenheiro Civil	67,50
42029	Rafaella Lorena Sander	06 - Engenheiro Civil	62,50
42569	Raira de Lima Mendes	06 - Engenheiro Civil	62,50
44029	Reinaldo Martins	06 - Engenheiro Civil	47,50
44385	Rodrigo Lopes de Oliveira	06 - Engenheiro Civil	80,00
42840	Samuel Bomfin Araldi	06 - Engenheiro Civil	82,50
43592	Sidnei Mauro Tureta	06 - Engenheiro Civil	60,00
42050	Thaina Coutinho da Luz	06 - Engenheiro Civil	62,50
44273	Tiago Cherone da Luz	06 - Engenheiro Civil	67,50
43605	Victor Matheus Vieira Marques	06 - Engenheiro Civil	55,00
44106	Vinicius Augusto Bussola	06 - Engenheiro Civil	97,50
44433	Weliton Michel Gervasoni Augusto	06 - Engenheiro Civil	50,00
43741	Cilmaria Candida da Silva	07 - Gari	77,50
44460	David Aparecido da Silva	07 - Gari	75,00
44054	Jose Alves dos Santos	07 - Gari	77,50
42867	Adelaide Geanzante da Luz	08 - Merendeira	82,50
43593	Adriana Teresinha Finger Tureta	08 - Merendeira	80,00
42013	Camila Ribeiro Moreira	08 - Merendeira	82,50
44028	Carolaine Cristina Souza Bento de Farias	08 - Merendeira	80,00
43931	Carolina Luiza Santos	08 - Merendeira	60,00
44367	Cleudiane Lopes Lima	08 - Merendeira	80,00
44284	Cleuza Pereira dos Santos	08 - Merendeira	85,00
43833	Edineia Ocanha Ramos	08 - Merendeira	82,50
43550	Elizete Silva Lopes	08 - Merendeira	77,50
43063	Erica Aparecida Rodrigues Freitas	08 - Merendeira	90,00
42584	Francieli Salustiano da Silva Barbosa	08 - Merendeira	82,50
42991	Gislaine Aparecida Alarcon	08 - Merendeira	70,00
42768	Gracielli de Souza Clarindo	08 - Merendeira	67,50
43844	Luciane Jaco da Silva	08 - Merendeira	72,50
43966	Marcia Borges Fernandes	08 - Merendeira	72,50
42406	Maria Gilmara Batista Negrisoli	08 - Merendeira	87,50
43719	Maria de Lourdes Silva Borges	08 - Merendeira	80,00
42378	Rosymeire Rodrigues Pereira	08 - Merendeira	55,00
44560	Simone de Sa da Costa	08 - Merendeira	72,50
43828	Tatiane Maria de Jesus	08 - Merendeira	77,50
44121	Adilson Antonio de Paula	09 - Motorista	70,00
42259	Adriana Neco dos Santos	09 - Motorista	37,50
42020	Aguinaldo Alves Ferreira	09 - Motorista	42,50
44493	Alan Jose dos Santos	09 - Motorista	42,50
42248	Alberto Antonio Pereira Pestana	09 - Motorista	60,00
42825	Alberto de Salve Spina	09 - Motorista	52,50
42281	Aldiney Prado Damaceno	09 - Motorista	70,00
44175	Alessandro Junior Marcchesini	09 - Motorista	52,50
44347	Alex Canuto da Silva	09 - Motorista	70,00
42908	Alex Sandro Alves de Andrade	09 - Motorista	30,00
42907	Alex Sandro Rinco de Oliveira	09 - Motorista	70,00
44373	Alexandre Rodrigues D Alarme Filho	09 - Motorista	50,00
44691	Alfredo Silva Barreiros	09 - Motorista	55,00
44204	Ana Paula Binatti	09 - Motorista	60,00
43881	Anderson Cardoso Muniz	09 - Motorista	52,50
43796	Anderson de Souza Cardoso	09 - Motorista	57,50
44548	Anderson dos Reis dos Santos	09 - Motorista	35,00
44031	Andre Luiz Batista Maranhao	09 - Motorista	65,00
44510	Antonio Francisco Leal	09 - Motorista	50,00
44144	Bruno Cezar Bezerra Cornelio	09 - Motorista	52,50
43905	Cassio Murilo Mendes Delelli	09 - Motorista	62,50
44059	Claudemir Cardoso	09 - Motorista	55,00
42709	Claudemir Moraes da Silva	09 - Motorista	42,50
42866	Claudinei Leandro da Silva	09 - Motorista	27,50
42502	Davis Teixeira Saldanha	09 - Motorista	57,50
42849	Demilson Líbero da Silva	09 - Motorista	50,00
44280	Diego Bispo Martinez	09 - Motorista	42,50
44611	Edherson Nunes Moretti	09 - Motorista	42,50
44248	Edilson Modena	09 - Motorista	55,00
44610	Eduardo Gomes da Silva	09 - Motorista	45,00
44568	Elessandro Luiz Delai	09 - Motorista	62,50
42178	Elio Martins	09 - Motorista	55,00
44174	Elvis Limas Balles	09 - Motorista	55,00
42629	Elza Veiga Moraes	09 - Motorista	30,00
44002	Evandro Giacomini Bonim	09 - Motorista	47,50
43061	Everaldo Vieira de Oliveira	09 - Motorista	77,50
42469	Fabio Aureliano da Silva	09 - Motorista	42,50
42557	Fabrício Lúcio Rosa	09 - Motorista	40,00
44227	Fernando Aparecido de Souza Pires	09 - Motorista	55,00
44024	Francisco Roberto da Rocha	09 - Motorista	45,00
43567	Gedeom França de Moraes	09 - Motorista	57,50
42388	Gerson da Silva	09 - Motorista	45,00
42325	Guilherme Soares Carrenho	09 - Motorista	52,50
44517	Gustavo Parandiuc	09 - Motorista	50,00
42546	Hellear Ronny Checo Zibetti	09 - Motorista	55,00
44159	Igor da Silva Brchmz	09 - Motorista	55,00
44302	Ilso Flávio Wendler de Souza	09 - Motorista	65,00
43776	Iran da Silva	09 - Motorista	50,00
43799	Jairo Amaro da Silva	09 - Motorista	52,50
42766	Jalvir Rossi Borguezani	09 - Motorista	52,50
44198	Jeferson Rodrigo da Silva	09 - Motorista	35,00
42523	Jhonattan Cavalcante Barbosa	09 - Motorista	55,00
44008	Joao Carlos Ronqui	09 - Motorista	65,00
42377	Joao Manoel da Silva Moreira	09 - Motorista	50,00
43625	Jorge Luiz Pedroso do Prado	09 - Motorista	37,50
42452	Jose Aparecido Alves Machado	09 - Motorista	42,50
42066	Jose Carlos Maltempi	09 - Motorista	52,50
43933	Jose Carlos de Moura Leite	09 - Motorista	42,50
43891	Jose Ivan Lourenco Moura	09 - Motorista	65,00
43156	Jose Roberto Rigoto Flameschi	09 - Motorista	45,00
44268	Jose Roberto dos Santos	09 - Motorista	35,00
44566	Jose Vicente Andrade	09 - Motorista	65,00
43706	Juraci Lopes da Silva	09 - Motorista	37,50
44003	Kaio Citron de Latorre	09 - Motorista	50,00
42583	Larissa Bauza	09 - Motorista	55,00
43359	Leandro Champam Marques	09 - Motorista	65,00
43999	Leandro Jose dos Santos	09 - Motorista	40,00
44237	Leandro Moreira Cardoso	09 - Motorista	45,00

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

43955	Lucas Aparecido da Silva	09 - Motorista	45,00
44662	Luis Felipe Aparecido de Moura	09 - Motorista	50,00
42897	Luiz Augusto Correa	09 - Motorista	27,50
44423	Luiz Carlos Marcchesini	09 - Motorista	47,50
42761	Luiz Carlos da Silva	09 - Motorista	65,00
43960	Luiz Eduardo Aparecido Contini	09 - Motorista	35,00
43623	Luiz Guilherme Damaceno	09 - Motorista	47,50
44180	Magno Jose dos Santos	09 - Motorista	47,50
42407	Marciana de Oliveira Santos	09 - Motorista	50,00
43066	Margareth Maria de Lima	09 - Motorista	47,50
44586	Matheus Borges Duarte	09 - Motorista	37,50
42018	Maycon de Oliveira	09 - Motorista	52,50
44651	Natan Soares Nascimento	09 - Motorista	45,00
44484	Otavio Santos da Silva	09 - Motorista	45,00
44530	Oziel Pereira da Silva	09 - Motorista	50,00
42548	Paulo Guilherme Damaceno	09 - Motorista	70,00
43825	Paulo Ricardo Moura Milani	09 - Motorista	67,50
42505	Paulo Sergio dos Reis	09 - Motorista	42,50
44508	Paulo Teodoro Nogueira Junior	09 - Motorista	45,00
43616	Pedro Silva Queiroz	09 - Motorista	57,50
43817	Rafael Fernando Andrade de Siqueira	09 - Motorista	47,50
44634	Rai Fernandes Juliani Vieira	09 - Motorista	60,00
42650	Randhall Felipe Conti de Andrade	09 - Motorista	42,50
44435	Raphael Medeiros Simoes	09 - Motorista	47,50
43784	Reginaldo Aguiar Bizari	09 - Motorista	47,50
44541	Regis Luan dos Santos	09 - Motorista	47,50
42939	Renato Pereira	09 - Motorista	37,50
44664	Ricardo Pilegi	09 - Motorista	62,50
44060	Rodrigo Molina	09 - Motorista	42,50
44236	Rogerio Lorencetto Favarin	09 - Motorista	52,50
44142	Ronaldo Aparecido Pelais Soares	09 - Motorista	35,00
42070	Rosimeire Silva	09 - Motorista	45,00
44401	Selma Goncalves de Medeiros	09 - Motorista	55,00
44650	Sidney Antonio Kondratoski	09 - Motorista	50,00
42605	Silvany Bento da Mata	09 - Motorista	60,00
44094	Thiago Aparecido Cordeiro	09 - Motorista	50,00
43766	Thiago Ferreira de Almeida	09 - Motorista	47,50
43647	Wagner Pereira dos Santos	09 - Motorista	62,50
42652	Welliton Clarindo da Silva	09 - Motorista	40,00
42213	Weverson Nunes de Souza	09 - Motorista	60,00
42480	Adriano Borges Mundek	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	82,50
43688	Anderson Aparecido Amorin	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	77,50
42843	Auber Hernandes	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	77,50
42541	Cristiane dos Santos	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	67,50
44035	Diego dos Santos Pires	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	87,50
44652	Eduardo Aparecido Pereira Cabrera	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	55,00
44644	Elnatan da Silva Santos	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	65,00
43835	Genoreci Pereira da Silva	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	45,00

42311	Irineu Marcio Ferreira	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	90,00
44030	Jose Carlos da Silva Filho	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	62,50
44403	Luiz Fernando Neves de Oliveira	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	52,50
43845	Mateus Brito da Silva	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	82,50
44042	Mauro Cesar Pereira	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	70,00
44096	Oriedson Jeronimo Pereira	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	75,00
44000	Paulo Sergio Domiciano	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	67,50
44636	Paulo da Silva de Lima Filho	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	55,00
43910	Valdecir Francisco Paiao	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	87,50
44124	Alisson Scapolan	11 - Pedreiro	82,50
42757	Alécio Vedovato da Cunha	11 - Pedreiro	87,50
44631	Flaudinei Rufino Pereira	11 - Pedreiro	80,00
44617	Genival da Rocha Eduardo	11 - Pedreiro	82,50
43991	Ivam Mendonça da Costa	11 - Pedreiro	87,50
43723	Luciano Lopes Fernandes	11 - Pedreiro	87,50
43714	Tiago Costa da Silva	11 - Pedreiro	80,00
43814	Adeliza Gonçalves da Silva Correa	12 - Professor "B"	50,00
42472	Adriana Aparecida Hernandes Rosa	12 - Professor "B"	80,00
42355	Adriana Pim da Silva Piagentini	12 - Professor "B"	67,50
43062	Adriana Porfirio da Silva	12 - Professor "B"	80,00
43925	Adriana Soares Ferreira	12 - Professor "B"	52,50
43621	Adriana Tejada de Souza Damaceno	12 - Professor "B"	72,50
42286	Alessandra Serafim Navachi Costa	12 - Professor "B"	67,50
44391	Alessandra da Costa	12 - Professor "B"	60,00
42682	Alessandra de Oliveira Sousa	12 - Professor "B"	50,00
44426	Alessandra de Souza Contini	12 - Professor "B"	82,50
43482	Aline Francieli Victor	12 - Professor "B"	75,00
42339	Aline Modena Cerniauskas	12 - Professor "B"	77,50
42716	Amanda Gomes da Silva Santiago	12 - Professor "B"	77,50
44434	Amanda Siqueira Veloso Simões	12 - Professor "B"	70,00
44200	Ana Beatriz Cidade Oliveira	12 - Professor "B"	85,00
44014	Ana Clara Ribeiro de Mello	12 - Professor "B"	67,50
43802	Ana Clara Trujilio da Silva	12 - Professor "B"	67,50
43971	Ana Letícia de Alcântara Evangelista da Silva	12 - Professor "B"	67,50
42409	Ana Maria Magalhaes de Araujo	12 - Professor "B"	75,00
44656	Ana Paula Gois de Lima	12 - Professor "B"	75,00
42342	Ana Paula dos Santos	12 - Professor "B"	75,00
42760	Andreia Alves Gomes	12 - Professor "B"	72,50
44565	Andressa Carolyne Monteiro de Albuquerque	12 - Professor "B"	75,00
42287	Andréa de Oliveira Souza Luiz	12 - Professor "B"	75,00
44243	Andréia Espadin Modena	12 - Professor "B"	85,00
42062	Angelica Aparecida do Imperio Silverio	12 - Professor "B"	35,00
44355	Anielly da Silva Moro	12 - Professor "B"	55,00
42524	Anna Cláudia da Silva Barbosa	12 - Professor "B"	70,00
42308	Anna Laura Tabarini dos Santos	12 - Professor "B"	82,50

44051	Aparecida Salete Ilario dos Santos	12 - Professor "B"	62,50
42928	Aparecida de Fatima Ribeiro	12 - Professor "B"	60,00
43963	Aquila Luz da Silva	12 - Professor "B"	65,00
42889	Barbara D Paula Mulato Rodrigues Gomes	12 - Professor "B"	60,00
44171	Brizziane Brizzi Souza	12 - Professor "B"	67,50
44298	Bruna Caroline Barea	12 - Professor "B"	52,50
44303	Bruna Mayara Casemiro da Silva	12 - Professor "B"	57,50
43680	Camila Barboza Cassimiro	12 - Professor "B"	57,50
43471	Camila Ferro Ribeiro	12 - Professor "B"	67,50
42715	Camila Patricia da Silva Marin	12 - Professor "B"	77,50
42203	Camila Vilhalva Torres	12 - Professor "B"	70,00
44251	Camilla Simoes dos Santos	12 - Professor "B"	67,50
44628	Camille Eduarda dos Santos Gallo	12 - Professor "B"	65,00
42139	Carla Regina Biassi	12 - Professor "B"	70,00
43739	Cassia Cristina de Oliveira Azarias Fosse	12 - Professor "B"	62,50
42151	Catia Cristina dos Santos Moura	12 - Professor "B"	67,50
44555	Cecilia Gabrieli Rodrigues Vieira	12 - Professor "B"	77,50
42706	Cindia Marques Pacheco Cavalcanti	12 - Professor "B"	77,50
42490	Clara de Souza Costa	12 - Professor "B"	62,50
43638	Claudenice de Lima	12 - Professor "B"	45,00
43517	Claudete dos Reis Silva Souza	12 - Professor "B"	70,00
43913	Crislayne da Cruz Carvalho Otero	12 - Professor "B"	50,00
43657	Crislayne de Almeida Santana Gonçalves	12 - Professor "B"	67,50
44207	Cristiane Martos da Silva	12 - Professor "B"	62,50
42562	Cristiane Nadja Lino Abreu	12 - Professor "B"	75,00
43944	Cristiane Rodrigues da Silva	12 - Professor "B"	47,50
44360	Cristiane Silva de Souza	12 - Professor "B"	45,00
42585	Daiana Piza da Silva Rocha	12 - Professor "B"	65,00
43854	Daiane Aparecida Santos Guelsi	12 - Professor "B"	70,00
42779	Daiane Suelen dos Santos de Souza Barbosa	12 - Professor "B"	67,50
43964	Daiane Texeira da Rocha	12 - Professor "B"	40,00
44582	Daiane dos Santos	12 - Professor "B"	37,50
43883	Dalila Carolaine dos Santos	12 - Professor "B"	77,50
43821	Daniel Alves de Brito dos Santos	12 - Professor "B"	47,50
43995	Daniela de Souza Barbosa da Silva	12 - Professor "B"	50,00
44522	Daniele Carolyne dos Santos	12 - Professor "B"	77,50
42707	Daniele Santos da Costa	12 - Professor "B"	67,50
44173	Danieli Marcolino da Silva Trombini	12 - Professor "B"	77,50
42547	Danielle Pereira Gumieri	12 - Professor "B"	62,50
43644	Daniely Alves Silva	12 - Professor "B"	65,00
42542	Danilo Pereira Gumieri	12 - Professor "B"	67,50
43382	Dayane Maria Marynowski Conti	12 - Professor "B"	67,50
43607	Diana da Silva Sallo	12 - Professor "B"	62,50
42146	Diene Patricia Arce Ramos	12 - Professor "B"	62,50
44188	Dircimara Ferreira Leal dos Santos	12 - Professor "B"	40,00
42282	Ediane Diniz da Cruz	12 - Professor "B"	75,00
42776	Ednalda Aparecida Dias de Oliveira	12 - Professor "B"	50,00
43755	Edneya Mazieiro Campos Coutinho	12 - Professor "B"	65,00
44552	Elaine Bezerra Furlan Rodrigues	12 - Professor "B"	62,50
43773	Elaine Ferreira Lima Viscardi	12 - Professor "B"	62,50
42153	Elessandra Valeria Gomes	12 - Professor "B"	72,50
43122	Eliana Aparecida Alves de Carvalho Borges	12 - Professor "B"	65,00
44041	Eliana Fumiko Kowata	12 - Professor "B"	65,00
42338	Eliandra Camilo da Silva	12 - Professor "B"	52,50
44590	Eliane Barbosa de Almeida	12 - Professor "B"	57,50

44153	Eliane Cazari	12 - Professor "B"	60,00
42565	Eliane Gomes dos Santos	12 - Professor "B"	60,00
43497	Elisangela Fonseca Belisario da Silva	12 - Professor "B"	70,00
43084	Elisângela Pereira Borges de Fátima	12 - Professor "B"	80,00
44252	Elizandra Silva Fernandes	12 - Professor "B"	75,00
44489	Elizangela Trevizanoto Duraes	12 - Professor "B"	60,00
42229	Elizete Alves dos Reis Drohson	12 - Professor "B"	95,00
43731	Ellen Carla Souza de Melo	12 - Professor "B"	72,50
42379	Elsa da Silva Meira	12 - Professor "B"	47,50
44389	Emilyn Ferreira dos Santos	12 - Professor "B"	77,50
44128	Erica Dayane de Jesus	12 - Professor "B"	62,50
43037	Erica Tutini da Silva	12 - Professor "B"	75,00
44384	Estefani Aparecida Soares dos Santos	12 - Professor "B"	52,50
42721	Evandro Fernandes Almancio	12 - Professor "B"	80,00
44673	Evelyn Cristina da Cruz Marciano	12 - Professor "B"	57,50
44450	Fabiana Lucilia Rosa Reyes	12 - Professor "B"	72,50
42769	Fabiana Santos da Costa Barros	12 - Professor "B"	62,50
43702	Fabiana de Lima Oliveira	12 - Professor "B"	47,50
43877	Fernanda Alves do Nascimento	12 - Professor "B"	70,00
43111	Fernanda Aparecida Veloso	12 - Professor "B"	75,00
43792	Fernanda Azumi Leite	12 - Professor "B"	70,00
43652	Fernanda Pereira da Purificacao Teixeira	12 - Professor "B"	55,00
44230	Franciele Barbosa da Silva	12 - Professor "B"	52,50
42934	Franciele Felisberto de Lima Binati	12 - Professor "B"	70,00
44116	Franciele Maria dos Santos	12 - Professor "B"	67,50
43948	Franciele da Silva Andrade	12 - Professor "B"	75,00
43519	Francieli de Brito Silva Moretti	12 - Professor "B"	60,00
44632	Francielle Hipolito	12 - Professor "B"	52,50
44437	Francielli Salustiano Santos da Cunha	12 - Professor "B"	75,00
42152	Francilene de Aguiar da Silva	12 - Professor "B"	65,00
43921	Gabriel Irineu Luiz dos Santos	12 - Professor "B"	55,00
42176	Gabriel Leite de Souza	12 - Professor "B"	82,50
44169	Gabriel Vinicius Santos Marques	12 - Professor "B"	37,50
42529	Gabriela Mirandola de Oliveira	12 - Professor "B"	75,00
43588	Gabriela Monteiro	12 - Professor "B"	62,50
43207	Gabriela Vieira de Souza dos Reis	12 - Professor "B"	55,00
44039	Gabriele de Souza Almeida	12 - Professor "B"	55,00
44295	Gabriely Lima Santos	12 - Professor "B"	45,00
43704	Gilka Augusta de Moura Lopes	12 - Professor "B"	70,00
44182	Giovana Maria de Souza Neri	12 - Professor "B"	67,50
42727	Gislaine Abreu dos Santos	12 - Professor "B"	55,00
44393	Giulie Karine Possenti	12 - Professor "B"	57,50
42522	Gizeli Camilo da Silva	12 - Professor "B"	60,00
43491	Graciele Aparecida dos Santos	12 - Professor "B"	52,50
42160	Helen Cassia de Carvalho Martins dos Santos	12 - Professor "B"	57,50
43483	Helena Savelli Cunico dos Santos	12 - Professor "B"	72,50
42140	Heloisa Cogo	12 - Professor "B"	70,00
43664	Iara Pereira Silva	12 - Professor "B"	50,00
42371	Isabela Cristina Costa Silva	12 - Professor "B"	65,00
44507	Isabella Campos Fonseca	12 - Professor "B"	62,50
44546	Izabel Maria Novais	12 - Professor "B"	67,50
43010	Jackeline Simão dos Santos	12 - Professor "B"	52,50
44486	Janaína de Almeida Batista	12 - Professor "B"	62,50
43545	Janice Almeida Tecilla	12 - Professor "B"	75,00
43909	Jaqueline Aparecida Paulo da Rocha	12 - Professor "B"	85,00

43876	Jaqueline Cristina da Silva	12 - Professor "B"	60,00
42620	Jaqueline Ferreira dos Santos	12 - Professor "B"	80,00
42467	Jaqueline Ranek dos Santos Leal	12 - Professor "B"	75,00
44177	Jayne de Almeida Batista	12 - Professor "B"	72,50
42096	Jeisiane Aparecida Santos Ferreira	12 - Professor "B"	72,50
44020	Jennifer Paloma da Silva	12 - Professor "B"	60,00
43994	Jenniffer Cenne Pereira	12 - Professor "B"	62,50
42343	Jessica Aparecida Cerqueira da Silva	12 - Professor "B"	72,50
43937	Jessica Cristina Gomes da Silva	12 - Professor "B"	82,50
42411	Jessica Nayara Rodrigues Teixeira	12 - Professor "B"	67,50
43743	Jessica dos Santos Favarin Pereira	12 - Professor "B"	85,00
43170	Jheimy Cristine dos Santos	12 - Professor "B"	62,50
42683	Jhessica Simplicio dos Santos Magalhaes	12 - Professor "B"	67,50
42519	Jhonathan do Nascimento Paulino	12 - Professor "B"	62,50
44358	Jocilly Sthefani Rodrigues de Barros	12 - Professor "B"	70,00
42420	Joelma dos Santos de Oliveira	12 - Professor "B"	62,50
42974	Josilaine Barbosa de Lima	12 - Professor "B"	80,00
42495	Josilaine Claudiano Teruel	12 - Professor "B"	77,50
42383	João Gabriel da Silva	12 - Professor "B"	62,50
42368	Julia Carolina Alves da Costa	12 - Professor "B"	57,50
42770	Julia Pachega da Cruz	12 - Professor "B"	55,00
42056	Julia Szezerbatz Zanato Cerci	12 - Professor "B"	72,50
43780	Juliana Bacarin Henrique	12 - Professor "B"	67,50
42678	Juliana Oliveira de Souza	12 - Professor "B"	55,00
41996	Juliana Soares Carrenho da Silva	12 - Professor "B"	67,50
42098	Julya Leonço Santana	12 - Professor "B"	77,50
42142	Jéssica Nayara de Morais Freire	12 - Professor "B"	65,00
42333	Jéssica Sales dos Santos	12 - Professor "B"	82,50
43744	Kaethryn Daiane Faula Goncalves	12 - Professor "B"	62,50
43685	Karine Ricardo de Souza de Paula	12 - Professor "B"	67,50
44341	Kathia Torres Favorito	12 - Professor "B"	60,00
44638	Kauane da Silva dos Santos	12 - Professor "B"	72,50
43575	Kely Jeniffer Lopes Nunes	12 - Professor "B"	60,00
42405	Larissa Felix Araújo	12 - Professor "B"	65,00
42868	Larissa Fernanda Passos Ribeiro Demay Muller	12 - Professor "B"	72,50
42729	Laurita Rosa dos Santos Souza	12 - Professor "B"	57,50
43859	Lazara Augusta de Moura Sitoni	12 - Professor "B"	47,50
42046	Laís de Fátima Rocha	12 - Professor "B"	65,00
44374	Leila Tatiane Scapolan	12 - Professor "B"	42,50
42412	Leiliane Rodrigues Fernandes Paulique	12 - Professor "B"	72,50
41995	Lenice de Lima Balbino dos Santos	12 - Professor "B"	60,00
43697	Leticia Fabri	12 - Professor "B"	72,50
44598	Liegi Aparecida Saraiva	12 - Professor "B"	82,50
43979	Ligiane Pereira da Purificacao Pereira	12 - Professor "B"	45,00
42809	Liliane Norato de Carvalho	12 - Professor "B"	47,50
42007	Luana Cristina Cogo	12 - Professor "B"	72,50
44593	Lucia Aparecida Pereira Simal	12 - Professor "B"	70,00
43679	Luciana Rhea de Castro Delazari	12 - Professor "B"	82,50
42784	Luciana de Fátima Alves	12 - Professor "B"	67,50
44577	Luciane Cristina Cuaio Costa Souza	12 - Professor "B"	45,00
42839	Luciane de Oliveira Jesus	12 - Professor "B"	52,50
42082	Lucilene Dourado	12 - Professor "B"	75,00
44199	Lucimara Aparecida Goncalves da Silva Ferreira	12 - Professor "B"	55,00
43560	Lucitânia Soares de Sousa	12 - Professor "B"	55,00

44487	Maira Teixeira dos Santos	12 - Professor "B"	45,00
43631	Marcia Alves da Silva	12 - Professor "B"	67,50
43574	Marcilene Décio da Silva	12 - Professor "B"	65,00
44446	Maria Alice Will Alves	12 - Professor "B"	62,50
43977	Maria Edileide de Barros	12 - Professor "B"	47,50
43561	Maria Eduarda Alves de Moraes	12 - Professor "B"	72,50
44149	Maria Eduarda Zaninello de Azevedo Galani	12 - Professor "B"	72,50
43852	Maria Eduarda da Cruz Marciano	12 - Professor "B"	57,50
42094	Maria Gabriela Pires	12 - Professor "B"	65,00
42787	Maria Lidia de Oliveira	12 - Professor "B"	67,50
43929	Maria das Gracas da Silva Pereira	12 - Professor "B"	72,50
43586	Maria de Lourdes dos Santos	12 - Professor "B"	52,50
43993	Mariana Santos Monteiro	12 - Professor "B"	52,50
44531	Marilza Paião Lemes	12 - Professor "B"	40,00
42545	Marinês Rosa	12 - Professor "B"	65,00
44223	Marya Vitoria da Silva Santos	12 - Professor "B"	65,00
44097	Mayara Araujo Delazari	12 - Professor "B"	65,00
43617	Mayara Cordeiro Galvao	12 - Professor "B"	65,00
44395	Mayara Oliveira dos Santos Gimenes	12 - Professor "B"	77,50
43989	Mônica Aparecida Santos	12 - Professor "B"	70,00
42290	Naiara dos Santos Agostinho	12 - Professor "B"	70,00
44571	Nayara Ferro Guilherme de Souza	12 - Professor "B"	55,00
43584	Nayara Regiane Betanin	12 - Professor "B"	82,50
44163	Nereide Pinheiro da Silva de Mello	12 - Professor "B"	57,50
42211	Nubia dos Santos Gomes	12 - Professor "B"	62,50
42172	Odinéia Denise da Rocha	12 - Professor "B"	72,50
43072	Pâmela Peres Ceara	12 - Professor "B"	72,50
44183	Rafael Vieira Paiva	12 - Professor "B"	72,50
42318	Rafael Zulianelli	12 - Professor "B"	70,00
43712	Raiane Emidio do Nascimento	12 - Professor "B"	65,00
43870	Raquel Aparecida dos Santos Souza Barbosa	12 - Professor "B"	57,50
44145	Rayssa Silva dos Santos	12 - Professor "B"	85,00
44490	Regiane Cristina de Souza Castanho	12 - Professor "B"	77,50
44129	Renata Aparecida Manduca da Silva	12 - Professor "B"	65,00
43410	Renata Aparecida Rodrigues Kondratoski	12 - Professor "B"	60,00
42742	Rodrigo Paniagua	12 - Professor "B"	77,50
43860	Rogeria Graciely Borges	12 - Professor "B"	37,50
42831	Rosa Maria Viccari Tutini	12 - Professor "B"	80,00
42351	Rosangela Alves de Lima	12 - Professor "B"	65,00
43976	Rosangela da Silva Bicudo	12 - Professor "B"	82,50
42244	Rosangela de Jesus Paterno	12 - Professor "B"	87,50
42755	Roseli Moreira Ferreira	12 - Professor "B"	62,50
44614	Rosemeire Teixeira	12 - Professor "B"	70,00
44229	Roseneide Rodrigues Pereira Jobi	12 - Professor "B"	50,00
42705	Rosenilda de Magalhães Santos	12 - Professor "B"	62,50
44016	Rosicleide Verge Souza	12 - Professor "B"	52,50
42408	Rosicley de Fatima dos Santos Eduardo	12 - Professor "B"	65,00
43871	Rosinei Sales dos Santos	12 - Professor "B"	32,50
43847	Rosineire Ferreira da Cruz	12 - Professor "B"	27,50
42432	Rosinete Evangelista	12 - Professor "B"	75,00
44313	Roziane Mendes Sete	12 - Professor "B"	77,50
44471	Sabrina Bezerra Furlan	12 - Professor "B"	57,50
44526	Salete da Silva	12 - Professor "B"	40,00
43057	Sandra Aparecida Santana	12 - Professor "B"	62,50
43882	Sandra Aparecida de Lima	12 - Professor "B"	47,50

44519	Sandy de Lima Barros da Silva	12 - Professor "B"	45,00
43874	Sara dos Santos Martins	12 - Professor "B"	60,00
43889	Selma Borges	12 - Professor "B"	72,50
43830	Sergio Bruno Pintenho	12 - Professor "B"	65,00
43090	Silvana Soares de Souza	12 - Professor "B"	70,00
42292	Simone Alves de Lima Pereira	12 - Professor "B"	50,00
42265	Simonica da Silva Ferreira Haubt	12 - Professor "B"	80,00
42815	Solimar Fernandes Alcarria Degan	12 - Professor "B"	65,00
44372	Sonia de Oliveira dos Santos	12 - Professor "B"	72,50
43015	Stephany Aguiar de Freitas	12 - Professor "B"	62,50
42350	Taimara Camilo Pãoeagua	12 - Professor "B"	67,50
42460	Tania Soares dos Santos	12 - Professor "B"	72,50
42349	Tatiane Louise Torres	12 - Professor "B"	70,00
42228	Tatiane Stanisoski Feitosa Marques	12 - Professor "B"	75,00
42267	Tauane Pereira da Silva	12 - Professor "B"	55,00
43711	Taynara Vicente da Silva	12 - Professor "B"	57,50
44639	Thaina Teixeira dos Santos	12 - Professor "B"	42,50
43729	Thainá Gabrieli Palhoto	12 - Professor "B"	60,00
43603	Thais Gabrieli Palhoto	12 - Professor "B"	57,50
44290	Thalia Alves da Silva	12 - Professor "B"	55,00
44431	Thamara Cristina Cristianini	12 - Professor "B"	55,00
44013	Thamiris Caroline Palhoto	12 - Professor "B"	72,50
42283	Thayna Meira Leme	12 - Professor "B"	75,00
43819	Thayná Proença de Oliveira	12 - Professor "B"	62,50
43701	Valdeci Aparecida Cardoso Dias	12 - Professor "B"	52,50
44063	Valdemir Santos da Silva	12 - Professor "B"	67,50
43740	Valdenir de Souza Hipolito	12 - Professor "B"	82,50
43433	Vanessa Aparecida Semensato Fantin	12 - Professor "B"	82,50
44277	Vanessa Bispo Martinez	12 - Professor "B"	47,50
42045	Vanessa Fernanda Siqueira Quaquio	12 - Professor "B"	70,00
44275	Vania Bispo Martinez	12 - Professor "B"	55,00
43472	Vera Cambui da Silva Rodrigues	12 - Professor "B"	55,00
43930	Vera Lucia do Carmo de Jesus Vaz	12 - Professor "B"	40,00
43837	Verimonia Casavechia Figueiredo	12 - Professor "B"	52,50
43984	Verônica dos Santos Souza	12 - Professor "B"	55,00
43978	Vitoria Caroline Gois da Silva	12 - Professor "B"	75,00
42902	Vitoria Pereira Salino	12 - Professor "B"	80,00
44361	Vitoria Scapolan Machado	12 - Professor "B"	70,00
42212	Vitoria de Oliveira Marco	12 - Professor "B"	65,00
43573	Welington da Silva Drohson	12 - Professor "B"	82,50
44346	Ana Clara Castanho Rabelo de Sousa	13 - Psicólogo	62,50
44354	Ana Cristina Zaluchi Giroto do Couto	13 - Psicólogo	37,50
43636	Ana Flavia Ferreira Campos	13 - Psicólogo	50,00
43827	Ana Paula de Souza Santos	13 - Psicólogo	47,50
42156	Angela Aparecida Barbosa da Silva	13 - Psicólogo	47,50
42896	Anny Beatriz Santos Gomes	13 - Psicólogo	50,00
44301	Anselma Patricia Souza	13 - Psicólogo	52,50
43722	Brenda Sampaio Teixeira de Lima	13 - Psicólogo	72,50
44686	Brianni Toneli Queiroz	13 - Psicólogo	60,00
43708	Bruna Caroline Kotrik do Carmo	13 - Psicólogo	65,00
44062	Bruna Morgana Giraldi Barao	13 - Psicólogo	70,00
42464	Camila Segatti	13 - Psicólogo	52,50
42031	Carla Raiane Tomazini	13 - Psicólogo	72,50
43656	Caroline Tomaz de Oliveira	13 - Psicólogo	57,50
43610	Danusia Priscila Gatto	13 - Psicólogo	70,00
44196	Dayana Cardoso da Silva	13 - Psicólogo	55,00

Rua Guassatonga, 895 - Tel.: (44) 3625-8300 - CEP 87.538-000 PEROBAL - PARANÁ

43572	Diego Ribeiro Morais	13 - Psicólogo	65,00
42874	Eduardo Orlandini Moro	13 - Psicólogo	67,50
43752	Emanuel José Lahos Borges	13 - Psicólogo	75,00
43771	Fernanda Conceicao de Melo Nascimento	13 - Psicólogo	55,00
42243	Flavia Eduarda de Azevedo Minhoni	13 - Psicólogo	62,50
43861	Franciéle Ferraz	13 - Psicólogo	52,50
42657	Gabriela Fernandes da Silva	13 - Psicólogo	67,50
42223	Geovana Nascimento Boregio	13 - Psicólogo	62,50
43666	Graziele Ariadni Araujo da Silva	13 - Psicólogo	57,50
42606	Hellen Hayanne Alixandre Silva	13 - Psicólogo	70,00
42619	Ieda Caroline Jolo	13 - Psicólogo	60,00
44425	Isabela Barbado da Costa	13 - Psicólogo	62,50
43915	Isabela Rodrigues da Silva	13 - Psicólogo	62,50
42736	Izabely Bimbato Neri	13 - Psicólogo	60,00
44439	Johnatan Kauã Arruda	13 - Psicólogo	62,50
42598	Karen Rodrigues da Cruz	13 - Psicólogo	55,00
42651	Larissa Andrée de Oliveira Matoute	13 - Psicólogo	65,00
42303	Lauane Karolina Pereira Uchoa	13 - Psicólogo	62,50
42568	Layssa Emanuelly Caberlin Delmonico	13 - Psicólogo	67,50
43596	Luana Regina dos Santos Peres Gualda	13 - Psicólogo	67,50
44594	Luiz Fernando de Oliveira Santos	13 - Psicólogo	42,50
42943	Manoela Cristine Goncalves Gazola	13 - Psicólogo	62,50
42129	Maria Vitória da Silva Sobral	13 - Psicólogo	62,50
42722	Mariana Pereira de Vasconcelos	13 - Psicólogo	67,50
43815	Mariana Silva Couto	13 - Psicólogo	57,50
44224	Mariana Toesca Araujo	13 - Psicólogo	77,50
43791	Matheus Richter Nogueira	13 - Psicólogo	65,00
42812	Mayara Araujo Texeira	13 - Psicólogo	75,00
43824	Natyele Vanessa da Silva	13 - Psicólogo	52,50
42242	Natália Brischiliari	13 - Psicólogo	55,00
44583	Patricia Zatelli Marques	13 - Psicólogo	52,50
44630	Patricia da Conceicao de Souza	13 - Psicólogo	40,00
42240	Rafael Fakhouri	13 - Psicólogo	42,50
44247	Raquel Panarali de Oliveira Turato	13 - Psicólogo	62,50
42973	Renata Soares de Mendonca da Cruz	13 - Psicólogo	45,00
43637	Rozani Pereira de Moraes Almeida	13 - Psicólogo	45,00
43049	Rubia Rodrigues de Oliveira	13 - Psicólogo	55,00
42329	Sara Suda Estevao	13 - Psicólogo	65,00
44550	Shirley Duraes da Costa Santos	13 - Psicólogo	72,50
43400	Tainara Prado Parreira	13 - Psicólogo	72,50
44131	Tamiris Buliani da Mata	13 - Psicólogo	75,00
42356	Thays Suzan do Nascimento Torres	13 - Psicólogo	62,50
43788	Vitoria Rocha Lopes	13 - Psicólogo	57,50
44197	Vytoria Franca de Oliveira	13 - Psicólogo	67,50
43650	Wesley Farinha Alves	13 - Psicólogo	62,50
43093	Ana Melissa Dias	14 - Zeladora	55,00
42476	Angelica da Silva Martins	14 - Zeladora	55,00
44501	Aparecida Fernandes de Andrade Santana	14 - Zeladora	57,50
42028	Cassia Thauana de Oliveira Alves	14 - Zeladora	95,00
44660	Elenice Lopes Martins de Oliveira	14 - Zeladora	60,00
43354	Eliete Ribeiro Dias de Souza	14 - Zeladora	2,50
43826	Juliana Pereira dos Santos	14 - Zeladora	67,50
44285	Juvelina Veiga	14 - Zeladora	42,50
44380	Laide Verbes Damaceno dos Santos	14 - Zeladora	72,50
44093	Luci de Souza Santos	14 - Zeladora	70,00
42440	Marcia Aparecida dos Santos	14 - Zeladora	85,00

42661	Marilda Alves	14 - Zeladora	80,00
44370	Nadir Caetano Pereira Alves	14 - Zeladora	90,00
44454	Rafaela Fernandes Vieira	14 - Zeladora	40,00
44475	Roseli Ferreira dos Santos	14 - Zeladora	77,50
42609	Alexandre Matos Lima	01 - Advogado	AUSENTE
43327	Amanda Camargo Marques da Silva	01 - Advogado	AUSENTE
42009	Andre Rossoni	01 - Advogado	AUSENTE
42312	Animare Cristina Watzko	01 - Advogado	AUSENTE
43552	Augusto Jose Marques Alves	01 - Advogado	AUSENTE
43053	Beatriz de Melo Teixeira Leite	01 - Advogado	AUSENTE
44442	Bruna Beck dos Santos	01 - Advogado	AUSENTE
43470	Carolina Cândido Campana	01 - Advogado	AUSENTE
42646	Caroline Marques da Silva	01 - Advogado	AUSENTE
42833	Djansley Siriaco	01 - Advogado	AUSENTE
43949	Edmundo Goncalves Brueckheimer	01 - Advogado	AUSENTE
42990	Elaine Constantino Lemos	01 - Advogado	AUSENTE
42754	Elias Bueno Soares	01 - Advogado	AUSENTE
44126	Filippo Antonio Massaruto	01 - Advogado	AUSENTE
44461	Francielle Albertina Gomes	01 - Advogado	AUSENTE
42230	Frederico Marcos Kruger	01 - Advogado	AUSENTE
43513	Gabriela Umpierrez Vieira	01 - Advogado	AUSENTE
44147	Gabriele Buffetti de Mello	01 - Advogado	AUSENTE
42948	Guilherme Grillo Ferraz	01 - Advogado	AUSENTE
42354	Guilherme de Carvalho Macagnan	01 - Advogado	AUSENTE
42095	Gustavo de Agostinho Segalli	01 - Advogado	AUSENTE
42301	Hemily Massa	01 - Advogado	AUSENTE
42996	Jose Janduhy Freire Lima Junior	01 - Advogado	AUSENTE
43563	Josias Alencar de Vargas	01 - Advogado	AUSENTE
42273	Joycelaine Gomes Quadra	01 - Advogado	AUSENTE
42878	João Pedro de Azevedo	01 - Advogado	AUSENTE
44685	Juliana dos Santos de Andrade	01 - Advogado	AUSENTE
44449	Karina Martins Balan	01 - Advogado	AUSENTE
42999	Karla de Vargas dos Santos	01 - Advogado	AUSENTE
42967	Kathiucia Otto Carrion	01 - Advogado	AUSENTE
42079	Larissa Alexandrino Broch	01 - Advogado	AUSENTE
42984	Leonardo Santos Bomediano Nogueira	01 - Advogado	AUSENTE
44015	Leonardo Siqueira de Souza	01 - Advogado	AUSENTE
44597	Lidiane Piletti	01 - Advogado	AUSENTE
43632	Lucas Correa Alberti	01 - Advogado	AUSENTE
42055	Lucas Gabriel Goularte dos Santos	01 - Advogado	AUSENTE
42728	Lucas Henrique Fontana	01 - Advogado	AUSENTE
42063	Luciana Giraldelli Benossi	01 - Advogado	AUSENTE
43240	Luis Paulo dos Santos Cieslak	01 - Advogado	AUSENTE
42600	Marciel Alves Ferreira	01 - Advogado	AUSENTE
43527	Maria Eduarda Paiva Dallago	01 - Advogado	AUSENTE
42087	Matheus Bernhardt Vilardi	01 - Advogado	AUSENTE
42323	Mayke Willian de Castro	01 - Advogado	AUSENTE
43582	Nayara Cristina de Oliveira	01 - Advogado	AUSENTE
43880	Nicole Fernanda Manduca de Carvalho	01 - Advogado	AUSENTE
43107	Patricia Crecembeni Pereira da Silva	01 - Advogado	AUSENTE
43602	Rafael de Queiroz Lopes	01 - Advogado	AUSENTE
44118	Rhamon Paganoti da Silva	01 - Advogado	AUSENTE
42971	Rodrigo Aparecido Rodrigues Moretti	01 - Advogado	AUSENTE
43076	Rui Cezar Alves Veridiano	01 - Advogado	AUSENTE
44538	Thammy Kherullyn Martins Lima	01 - Advogado	AUSENTE
44077	Thiago Campos Macedo	01 - Advogado	AUSENTE

43536	Vagner Zulato	01 - Advogado	AUSENTE
43866	Victor Barbieri Correa da Silva	01 - Advogado	AUSENTE
44238	Victor Marques de Paula Andrade	01 - Advogado	AUSENTE
44306	Walisson Giovani Isidro	01 - Advogado	AUSENTE
43212	Adriana Cremonezi Olmo	02 - Assistente Social	AUSENTE
43521	Dulciléia Alves Vieira	02 - Assistente Social	AUSENTE
43495	Eliane de Paula Sobrinho	02 - Assistente Social	AUSENTE
42613	Marcos Vieira Brandao	02 - Assistente Social	AUSENTE
43675	Rosane Bispo da Silva	02 - Assistente Social	AUSENTE
42320	Rosemeire Cardoso	02 - Assistente Social	AUSENTE
44211	Beatriz Fernanda Dias Maguim	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
44181	Eber Barbosa de Lima	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
43585	Erick Fabiano Ono Ortiz	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
44108	Flavia Cremonezi Olmo	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
44515	Gabriela Frison Kutianski	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
43045	Gediane Viana Rodrigues	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
44477	Gessica de Lacerda Andrade	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
42101	Giulyani Pinheiro dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
44329	Gustavo Henrique Spancerski dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
43897	Hemilly Paula Silva Tavares de Lima	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
44622	Jefferson Barbosa da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
43600	Jeovane de Souza	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
43113	Jessica Freitas Mirandolla	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
44494	Josiane Dinato de Oliveira	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
44540	João Vitor Fernandes de Melo	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
42168	Juliana Biassi do Nascimento	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
42666	Kaillayne Gabrielly Alves da Silva	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
42309	Luan Otavio Duarte dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
44274	Lucas Mateus do Nascimento	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
42579	Marcelo Henrique Taresewski	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
44009	Mariana Zaina Borsato	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
44595	Patricia Soares Miranda	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
42004	Patricia de Freitas Bandeira	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE

44378	Rafaela Eduarda Alcides Fraga	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
43408	Renata Bianca Ferreira	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
44339	Thais Verbes dos Santos	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
43940	Vanessa Casavechia Cia	03 - Auxiliar Administrativo	AUSENTE
43917	Luis Felipe Batista Nandi Martins	04 - Auxiliar de Serviços Gerais	AUSENTE
42733	Angelica Nadielly Mazetto dos Santos	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
42067	Camila Ferreira Marques	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
44498	Francisco Nedio Matias Junior	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
42680	Giovana Thais Malfato	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
42423	Henderson Luiz de Oliveira Lopes	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
42034	Ivanildo Cardoso Campos	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
42043	James Paulo Andrade da Silva	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
43186	Joao Ricardo Stevanato Araujo	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
43518	Jonathan Roberto Costa Felipe	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
42817	João Marcos Molonha	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
42201	João Victor Sousa da Silva	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
43481	Laura Stefane de Meireles Donath	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
42269	Lucas Galvão Kuns	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
44263	Marcelo Vinicius de Freitas Felix da Silva	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
42255	Paulo Massashi Hayashi Junior	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
44608	Thiago Marchi da Silva	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
44483	Thiago Seiji Beneton	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
42526	Willian Bortolucci	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
44629	Willian Silva Carnaúba	06 - Engenheiro Civil	AUSENTE
42144	Alex Sandro Alves de Andrade	08 - Merendeira	AUSENTE
42637	Cleyssem Kelly Miguel da Silva	08 - Merendeira	AUSENTE
43911	Guislaine Joao Jobi	08 - Merendeira	AUSENTE
42036	Alcir de Almeida Britis	09 - Motorista	AUSENTE
44216	Arnaldo Quinhone	09 - Motorista	AUSENTE
44194	Bruno Vieira da Silva	09 - Motorista	AUSENTE
42748	Carlos Roberto Luchtemberg Correia	09 - Motorista	AUSENTE
44441	Cristiano dos Santos Silva	09 - Motorista	AUSENTE
41999	Dhionata Carvalho Faria	09 - Motorista	AUSENTE
44233	Fernando Roberto da Silva	09 - Motorista	AUSENTE
44154	Gustavo Granzoto Rico	09 - Motorista	AUSENTE
43797	Itamar Aparecido de Oliveira Puga	09 - Motorista	AUSENTE
43865	Ivan Fernandes dos Santos	09 - Motorista	AUSENTE
43895	Jhonatan de Figueiredo dos Santos	09 - Motorista	AUSENTE
42217	Marcio Jose Cassimiro	09 - Motorista	AUSENTE
43920	Marcos Andre Schimit Lopes	09 - Motorista	AUSENTE
43083	Mario Cesar Joao Jobi	09 - Motorista	AUSENTE
44464	Maykon de Souza Silva de Oliveira	09 - Motorista	AUSENTE
44558	Sidimar Santaneli Geri	09 - Motorista	AUSENTE
43793	Thiago Martins Gomes	09 - Motorista	AUSENTE
42294	Níkollas Araujo dos Santos	10 - Operador de Máquinas Rodoviárias	AUSENTE
42167	Celso Jose da Silva	11 - Pedreiro	AUSENTE
42982	Amanda Lopes Souza de Aguiar	12 - Professor "B"	AUSENTE
43169	Amanda Pagangriso de Azevedo	12 - Professor "B"	AUSENTE
44369	Camila Cristina Sassá de Oliveira	12 - Professor "B"	AUSENTE
44383	Dominnic Sabrina Ribeiro de Lai Barbosa	12 - Professor "B"	AUSENTE

44672	Emanuelly Barros Zemuner	12 - Professor "B"	AUSENTE
44021	Ereni Maria Facina	12 - Professor "B"	AUSENTE
44518	Evilin Antunes Nascimento	12 - Professor "B"	AUSENTE
44410	Flaviane Katya da Silva Moraes	12 - Professor "B"	AUSENTE
42268	Franchesca Cunha dos Santos	12 - Professor "B"	AUSENTE
44440	Franciele da Silva	12 - Professor "B"	AUSENTE
42858	Gabriela Arabella de Oliveira Santos	12 - Professor "B"	AUSENTE
42374	José Vitor Rondis Gonçalves	12 - Professor "B"	AUSENTE
42161	Leila Guedes Rodrigues	12 - Professor "B"	AUSENTE
42173	Luciane Bosquette Marin da Silva	12 - Professor "B"	AUSENTE
44239	Maria Patricia Marynowski Conti de Aquino	12 - Professor "B"	AUSENTE
43589	Monica Vieira Dutra	12 - Professor "B"	AUSENTE
44255	Nilton Cesar Joao Jobi	12 - Professor "B"	AUSENTE
42645	Silvana Pacheco Michalczuk	12 - Professor "B"	AUSENTE
42208	Solange de Souza de Paula	12 - Professor "B"	AUSENTE
42667	Vitoria Rodrigues de Lemos	12 - Professor "B"	AUSENTE
43587	Viviane Zulianelli Silva	12 - Professor "B"	AUSENTE
44040	Ariane de Camargo Batista Souza	13 - Psicólogo	AUSENTE
44293	Bruna da Silva Rossano	13 - Psicólogo	AUSENTE
42001	Daylla Tapia de Moraes	13 - Psicólogo	AUSENTE
42881	Debora Reina dos Anjos	13 - Psicólogo	AUSENTE
42022	Eduarda Marschner Andrich	13 - Psicólogo	AUSENTE
42288	Giuliane Oliveira dos Santos	13 - Psicólogo	AUSENTE
42655	Lais Zetolis Barba	13 - Psicólogo	AUSENTE
42970	Maycon Vinicios Reis dos Santos	13 - Psicólogo	AUSENTE
44554	Ana Paula Pereira Luz da Silva Leal	14 - Zeladora	AUSENTE

PEROBAL/ PR, 22 de outubro de 2026

CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal
PEROBAL – PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 418/2026, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.
SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal, bem como as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Jorge do Patrocínio, instituído pela Lei Municipal nº 410/1993;
R E S O L V E:
Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal CRISTIANE DO IMPÉRIO, inscrita no CPF sob o nº ***.340.369-**, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do quadro de servidores públicos do Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná.
Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo correspondem a 15 (quinze) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo de 26/09/2023 a 25/09/2024, a serem usufruídas no período de 26/10/2026 a 09/11/2026.
Art. 2º. Fica assegurado à servidora o pagamento do adicional constitucional de 1/3 (um terço) de férias, o qual será pago integralmente na competência de outubro de 2026, em conformidade com a legislação vigente.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
RONALDO TINTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

PORTARIA N.º 262, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026
Concede gratificação a servidor
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, considerando a autorização dada pelo Ofício n.º 575 de 21 de outubro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1 o Conceder a partir do dia 1º de outubro de 2026, ao servidor JUNIOR JANDERSON DE CARVALHO, matrícula n.º 91456, portador da CI/RG n.º 29.***.***-8 – SSP-SP, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Apoio Administrativo, 50% (cinquenta por cento) de gratificação sobre os vencimentos básicos do servidor.
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação
Tapejara, em 23 de outubro de 2026.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PORTARIA N.º 263, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026
Revoga Portaria.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município e considerando o comunicado da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do dia 22 de outubro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1o Revogar em inteiro teor, a partir do dia 22 de outubro de 2026, a Portaria n.º 059, de 24 de janeiro de 2026, que designou a servidora LARYSSA BRATTI MORALES, matrícula n.º 92588, portadora do CPF/MF n.º 087.***.***-40, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Apoio Administrativo, para exercício de Responsabilidade Técnica de Secretária Escolar na Escola Municipal Paulo Freire.
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 23 de outubro de 2026.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PORTARIA Nº 264, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026
Transfere servidor.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VI, e IX, da Lei Orgânica do Município e considerando o comunicado da Secretaria e Educação, cultura e Esportes do dia 22 de outubro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1o Transferir, a partir do dia 22 de outubro de 2026, a servidora LARYSSA BRATTI MORALES, matrícula n.º 92588, portadora do CPF/MF n.º 087.***.***-40, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Apoio Administrativo, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para a Secretaria de Finanças.
Art. 2o Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 23 de outubro de 2026.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PORTARIA Nº 265, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026
Designa servidora e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1o Designar a partir do dia 22 de outubro de 2026, a servidora ANDRÉA PAVAN DA SILVA, matrícula n.º 92831, portadora do CPF/MF n.º 043.***.***-96, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Apoio Administrativo, para exercício de Responsabilidade Técnica de Secretária Escolar na Escola Municipal Paulo Freire, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2o A designação mencionada no art. 1º fica sem ônus para o Município.
Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 23 de outubro de 2026.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE
PARANÁ
76.247.329/0001-13
DECRETO Nº 139/2026
DATA01/09/2026

DECRETO Nº 139/2026SÚMULA: DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1° - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de 743.053,90 destinados à suplementação das seguintes dotações do orçamento em vigor, assim discriminadas:

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
SUPLEMENTAÇÕES				
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE				
346	07001.1030100141031 4490520000	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	162100000000	144.830,00
375	07001.1030100142038 3190110000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PISO AT VARIÁVEL - SF VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000000000	16.617,53
673	05004.1545100121016 4490510000	PAVIMENTAÇÃO, RECAPEAMENTO E REVITALIZAÇÃO DO PERIMETRO URBANO OBRAS E INSTALAÇÕES	17000	39.156,37
705	07001.1030100141031 4490520000	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	41603	523.700,00
709	08001.0824400052104 3390390000	MANUTENÇÃO DO BLOCO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - CADÚNICO-BL-PBF-FNAS-FMAS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16610	18.750,00
TOTAL:				**743.053,90**

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Excesso de Arrecadação:743.053,9 - Setecentos e Quarenta e Três Mil, Cinquenta e Três Reais, Noventa Centavos.Suplementação/Anulação Dotação: 0 - .Superávit Financeiro: 0 - .

Local/Data/Assinatura
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE,**2026-10-01**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 - FONES (044) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

DECRETO Nº 122/2026 DE 23 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre recesso das atividades administrativas do Município de Tapejara e dá providências,
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhes confere o art. 71 inciso VI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, o dia 28 de Outubro, dia do Servidor Público.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado recesso das atividades administrativas, no dia **30 (sexta-feira) de Outubro** do ano corrente, em virtude das comemorações do dia do SERVIDOR PÚBLICO.

Parágrafo Primeiro – Será mantido atendimento nos órgãos que por sua natureza não podem ser paralisados, tais como UPA - Unidade de Pronto Atendimento de Saúde, que manterá plantão de atendimento, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Parágrafo Segundo – Em consequência deste Decreto será considerada facultativa a abertura de quaisquer repartições comerciais, industriais e de crédito.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE
PARANÁ
76.247.329/0001-13
DECRETO Nº 141/2026
DATA01/09/2026

DECRETO Nº 141/2026SÚMULA: DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1° - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de 1.097.396,85 destinados à suplementação das seguintes dotações do orçamento em vigor, assim discriminadas:

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
SUPLEMENTAÇÕES				
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE				
348	07001.1030100141031 4490520000	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	262100000000	950.000,00
397	07001.1030100142044 3390300000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - EC 29 MATERIAL DE CONSUMO	262100000000	25.000,00
405	07001.1030100142044 3390390000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - EC 29 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	262100000000	25.000,00
465	08001.0824400052103 3390300000	MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PAIF-SCFV-BL-PSB-FMAS MATERIAL DE CONSUMO	266100000000	16.312,85
652	08002.0824400052108 3390390000	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS E ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL VOLTADAS PARA O ATENDIMENTO DA PESSOA IDOSA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	266100000000	15.000,00
703	08003.0824300055001 4490520000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAM.E MATERIAL PERM.P/PROGR.E PROJETOS E SERVIÇOS DE ATEND.À CRIANÇA E ADOLESCENTE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	266100000000	53.798,00
704	08003.0824300056003 3390300000	MANUTENÇÃO DE AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM CONTRATURNO SOCIAL - SCFV-FMDCA MATERIAL DE CONSUMO	266100000000	6.686,00
712	08001.0824400052103 3390390000	MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PAIF-SCFV-BL-PSB-FMAS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600	5.600,00
TOTAL:				**1.097.396,85**

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Excesso de Arrecadação:0 - .Suplementação/Anulação Dotação: 0 - .Superávit Financeiro: 1.097.396,85 - Um Milhão, Noventa e Sete Mil, Trezentos e Noventa e Seis Reais, Oitenta e Cinco Centavos.

Local/Data/Assinatura
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE,**2026-10-01**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026 – SME
Institui o Plano de Comunicação Municipal da Política de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Tuneiras do Oeste – PR e estabelece orientações para sua execução.
A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e administrativas, e considerando a legislação educacional vigente,
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a alfabetização de todas as crianças, preferencialmente até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em consonância com as políticas públicas educacionais vigentes;
CONSIDERANDO a importância da comunicação institucional para promover transparência, engajamento e mobilização social em torno das ações de alfabetização;
CONSIDERANDO o compromisso da gestão municipal com a garantia do direito à aprendizagem, a valorização das práticas pedagógicas e o fortalecimento da participação da comunidade escolar e das famílias;
CONSIDERANDO a necessidade de divulgar metas, ações, indicadores e resultados de forma acessível e responsável;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído o Plano de Comunicação Municipal da Política de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Tuneiras do Oeste – PR, com o objetivo de informar, mobilizar e engajar a comunidade escolar e a sociedade civil na implementação e no acompanhamento das ações voltadas à Politica Municipal de Alfabetização.
Art. 2º O Plano de Comunicação compreende:
I – divulgação periódica das metas, ações, iniciativas e resultados relacionados à;
II – utilização dos canais institucionais, digitais, tradicionais e diretos para ampliar o alcance das informações;
III – realização de campanhas de sensibilização, encontros, oficinas, palestras e eventos relacionados à alfabetização;
IV – reconhecimento e valorização de práticas pedagógicas exitosas;
V – divulgação transparente e acessível dos indicadores de aprendizagem, respeitando a legislação de proteção de dados pessoais e o sigilo das informações individuais dos estudantes.
Art. 3º A execução do Plano será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em articulação com as equipes gestoras das unidades escolares, equipes pedagógicas, professores e demais instâncias municipais envolvidas nas ações de alfabetização.
Art. 4º As ações de comunicação deverão ser planejadas e desenvolvidas de forma contínua, considerando o calendário escolar, as necessidades da rede municipal e as orientações das políticas nacional e estadual de alfabetização.
Art. 5º Os resultados das ações e os indicadores de aprendizagem poderão ser sistematizados em relatórios trimestrais, semestrais e anuais, em linguagem acessível à comunidade, subsidiando a avaliação e o replanejamento das ações pedagógicas.
Art. 6º A divulgação de informações referentes aos estudantes deverá observar a legislação vigente, especialmente quanto à proteção de dados pessoais, evitando a exposição indevida de crianças e suas famílias.
Art. 7º O Plano de Comunicação Municipal da Política de Alfabetização, constante do Anexo Único desta Instrução Normativa, integra este ato para todos os fins.
Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.
Tuneiras do Oeste – PR, 20 de Outubro de 2026.
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Tuneiras do Oeste – PR

ANEXO ÚNICO
PLANO DE COMUNICAÇÃO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TUNEIRAS DO OESTE – PR
1. INTRODUÇÃO
O Plano de Comunicação Municipal da Política de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Tuneiras do Oeste – PR tem como propósito fortalecer o diálogo entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, as unidades escolares, as famílias e a comunidade, promovendo transparência, participação e mobilização em torno da garantia do direito à alfabetização. Por meio de estratégias integradas e da utilização de diferentes canais de comunicação, busca-se informar, mobilizar e valorizar os profissionais e demais atores envolvidos na construção de uma educação pública de qualidade, inclusiva e comprometida com a aprendizagem.
2. OBJETIVOS
• Informar a comunidade escolar e as famílias sobre as metas, ações e iniciativas municipais relacionadas à Politica de Alfabetização.
• Engajar gestores, equipes pedagógicas, professores, famílias e comunidade na implementação das ações de alfabetização.
• Promover transparência e credibilidade na divulgação de ações, indicadores e resultados, observadas as normas de proteção de dados.
• Mobilizar a sociedade para apoiar o desenvolvimento da leitura, da escrita e das demais aprendizagens essenciais, com atenção à alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.
• Compartilhar e valorizar práticas pedagógicas exitosas desenvolvidas nas unidades escolares.
3. PÚBLICO-ALVO
Primário:
• Crianças da Educação Infantil, especialmente da pré-escola, e estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
• Professores, equipes pedagógicas e gestores das unidades escolares.
Secundário:
• Famílias e responsáveis pelos estudantes;
• Comunidade escolar em geral;
• Conselhos, associações e demais representantes da sociedade civil.
4. CANAIS DE COMUNICAÇÃO
Institucionais: canais oficiais da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, comunicados, boletins e documentos oficiais.
Digitais: redes sociais e aplicativos de mensagens institucionais, e-mail e outros meios digitais adotados oficialmente pelo Município, (Facebook, Instagram, WhatsApp).
Tradicionais: murais escolares, cartazes e, quando pertinente, rádio e veículos de comunicação locais.
Diretos: reuniões com gestores e equipes pedagógicas, encontros formativos, assembleias escolares e reuniões com famílias.
5. PERIODICIDADE DAS AÇÕES
Trimestral: divulgação de informativos sobre ações desenvolvidas, atividades realizadas e avanços identificados, conforme disponibilidade e pertinência das informações.
Semestral: sistematização do monitoramento das ações e realização de reuniões de acompanhamento com equipes gestoras e pedagógicas.
Anual: socialização de práticas exitosas, balanço das ações realizadas e divulgação de relatório consolidado com os principais resultados e encaminhamentos.
6. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO
• Desenvolver campanhas de sensibilização sobre a importância da alfabetização e do acompanhamento das aprendizagens.
• Promover orientações, encontros e ações com as famílias para incentivar práticas de leitura e apoiar a aprendizagem das crianças em casa.
• Reconhecer e divulgar práticas pedagógicas exitosas, por meio de encontros, seminários, publicações institucionais e outros espaços de compartilhamento.
• Fortalecer a articulação entre Secretaria Municipal de Educação e Cultura, equipes gestoras, equipes pedagógicas e professores.
• Incentivar a participação ativa das famílias nas atividades escolares e nas ações de incentivo à leitura e à escrita.
• Organizar e divulgar ações de acompanhamento e avaliação da aprendizagem, com orientações para o uso pedagógico dos resultados.
7. MECANISMOS DE DIVULGAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS
• Sistematização periódica de informações e indicadores de aprendizagem, preferencialmente de forma agregada por unidade escolar, turma ou etapa, quando adequado.
• Publicação de informações em linguagem clara e acessível à comunidade.
• Apresentação dos resultados em reuniões pedagógicas, encontros, fóruns e outros espaços institucionais pertinentes.
• Divulgação de ações e resultados por meio dos canais oficiais do Município e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
• Utilização dos dados para subsidiar o replanejamento pedagógico, a definição de intervenções e o acompanhamento das aprendizagens.
• Observância da legislação de proteção de dados pessoais, sem divulgação pública de informações que identifiquem individualmente estudantes.
8. RESPONSABILIDADES
Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura coordenar as ações gerais de comunicação, orientar as unidades escolares, organizar a sistematização das informações e promover a divulgação institucional. Compete às equipes gestoras e pedagógicas colaborar com o planejamento, o registro e o compartilhamento das ações realizadas, garantindo que as informações encaminhadas sejam fidedignas e respeitem as orientações institucionais e a legislação vigente.
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS
O fortalecimento da alfabetização depende da atuação articulada do poder público, dos profissionais da educação, das famílias e da sociedade. Este Plano de Comunicação constitui instrumento de informação, mobilização e transparência, destinado a ampliar a participação da comunidade, valorizar as boas práticas e apoiar o acompanhamento das ações e dos resultados. Ao fortalecer o compromisso coletivo com a aprendizagem, a Rede Municipal de Ensino de Tuneiras do Oeste reafirma a importância da alfabetização para a garantia do direito à educação e para o desenvolvimento integral das crianças.

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE
PARANÁ
76.247.329/0001-13
DECRETO Nº 142/2026
DATA28/09/2026

DECRETO Nº 142/2026SÚMULA: DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1° - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de 100.423,23 destinados à suplementação das seguintes dotações do orçamento em vigor, assim discriminadas:

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
SUPLEMENTAÇÕES				
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE				
105	04004.0412500192014 3390930000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	170100000000	423,23
404	07001.1030100142044 3390390000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - EC 29 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16210	50.000,00
710	07001.1030100142044 3390300000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - EC 29 MATERIAL DE CONSUMO	16210	50.000,00
TOTAL:				**100.423,23**

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Excesso de Arrecadação:100.423,23 - Cem Mil, Quatrocentos e Vinte e Três Reais, Vinte e Três Centavos.Suplementação/Anulação Dotação: 0 - .Superávit Financeiro: 0 - .

Local/Data/Assinatura
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE,**2026-10-01**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 274/2026
GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS, Prefeito do Município de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Anexo I da Lei complementar nº 035, de 20 de outubro de 2026, resolve;
NOMEAR
Art. 1º - A contar do dia 26 de outubro de 2026 a cidadã VIVIAN AMARO DA SILVA, portadora do CPF nº 055.***.***-50, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretora do Serviço de Inspeção Municipal de Origem Animal – SIM/POA/SUSAF com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e subsídios fixados no símbolo CC-32 do anexo I, conforme Lei Complementar nº 035 de 20 de outubro de 2026.
Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com seus efeitos a partir da data supracitada.
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE
Tuneiras do Oeste, 23 de outubro de 2026.
GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE
PARANÁ
76.247.329/0001-13
DECRETO Nº 140/2026
DATA01/09/2026

DECRETO Nº 140/2026SÚMULA: DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1° - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de 1.945.400,00 destinados à suplementação das seguintes dotações do orçamento em vigor, assim discriminadas:

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
SUPLEMENTAÇÕES				
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE				
120	05002.1545200092016 3390300000	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO DO PERIMETRO URBANO MATERIAL DE CONSUMO	1001000	60.000,00
174	05007.2678200122022 3390300000	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO RODOVIÁRIO MATERIAL DE CONSUMO	1001000	287.000,00
175	05007.2678200122022 3390300000	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO RODOVIÁRIO MATERIAL DE CONSUMO	1186000	20.000,00
178	05007.2678200122022 3390390000	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO RODOVIÁRIO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1001000	120.000,00
209	06001.1212200062025 3390140000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DIÁRIAS - CIVIL	103	5.000,00
21	02003.0206200192004 3190110000	Manutenção da Procuradoria Jurídica VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1001000	33.500,00
223	06001.1212200062025 3390400000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	1034000	5.000,00
240	06001.1236100062027 3190130000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	101	39.000,00
255	06001.1236100062029 3390390000	ENSINO FUNTAMENTAL-RECEITAS COMPLEMENTAR CONSTITUCIONAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1034000	15.000,00
264	06001.1236100062030 3390300000	ENSINO FUNTAMENTAL-RECEITAS TRIBUTÁRIAS MATERIAL DE CONSUMO	104	65.000,00
269	06001.1236100062030 3390390000	ENSINO FUNTAMENTAL-RECEITAS TRIBUTÁRIAS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	104	40.000,00
27	02003.0206200192004 3390390000	Manutenção da Procuradoria Jurídica OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1001000	20.000,00
273	06001.1236100062031 3390300000	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR MATERIAL DE CONSUMO	1001000	20.000,00
275	06001.1236100062031 3390300000	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR MATERIAL DE CONSUMO	1034000	20.000,00
286	06001.1236100062031 3390390000	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	104	10.000,00
295	06001.1236501902032 3190130000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DOS CMEI CRECHE CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	101	31.000,00
31	03001.0412200192007 3190110000	Manutenção da Secretaria de Administração VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1001000	95.400,00
325	06001.1236501902112 3390300000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CMEI PRÉ-ESCOLA MATERIAL DE CONSUMO	1192000	10.000,00
358	07001.1030100142034 3390390000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PISO AB - PAB FIXO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	494	20.000,00
38	03001.0412200192007 3390390000	Manutenção da Secretaria de Administração OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1001000	50.000,00
390	07001.1030100142044 3190110000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - EC 29 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1039000	323.600,00
392	07001.1030100142044 3190130000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - EC 29 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1039000	55.000,00
411	07001.1030100142045 3371700000	TRANSFERÊNCIA AO CONSORCIO DE SAÚDE E SAMU RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1039000	450.000,00
439	08001.0824400052049 3390390000	MANUTENÇÃO DE AUXÍLIO NATALIDADE E DE FUNERAL - PSB/FMAS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1001000	10.000,00
44	03002.0412800192008 3190110000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1001000	23.300,00
460	08001.0824400052103 3190110000	MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PAIF-SCFV-BL-PSB-FMAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1001000	16.000,00

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
SUPLEMENTAÇÕES				
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE				
543	08004.0824400052061 3190110000	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA DEFESA E DOS DIRETOTOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1001000	2.500,00
544	08004.0824400052061 3190130000	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA DEFESA E DOS DIRETOTOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1001000	4.000,00
553	08004.0824400052062 3190130000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO E SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1001000	9.100,00
559	08004.0824400052086 3190110000	MANUTENÇÃO DOS TRABALHADORES DA GESTÃO DO SUAS (SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1001000	6.000,00
566	09001.2781200162063 3190130000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTES CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1001000	3.600,00
588	10003.1133404712066 3190110000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE EMPREGO E TRABALHO VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1001000	14.000,00
589	10003.1133404712066 3190130000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE EMPREGO E TRABALHO CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1001000	900,00
600	11001.2060800782069 3190130000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE AGRICULTURA E CONTRIBUIÇÃO À EMATER CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1001000	7.000,00
610	12001.1854201032071 3190110000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1001000	8.200,00
611	12001.1854201032071 3190130000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1001000	3.300,00
616	12001.1854201032071 3390390000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1001000	20.000,00
628	12003.2369503632073 3190110000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURISMO VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1001000	11.000,00
71	04002.0412100192012 3190130000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1001000	4.000,00
78	04003.0412300192013 3190110000	Manutenção da Divisão de Tesouraria VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1001000	7.000,00
86	04003.0412300192013 3390470000	Manutenção da Divisão de Tesouraria OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1504000	1.000,00
TOTAL:				**1.945.400,00**

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.Um Milhão, Novecentos e Quarenta e Cinco Mil, Quatrocentos Reais 1945400.00

Excesso de Arrecadação:0 - .Suplementação/Anulação Dotação: 1.945.400 - Um Milhão, Novecentos e Quarenta e Cinco Mil, Quatrocentos Reais .Superávit Financeiro: 0 - .

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
ANULAÇÕES				
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE				
140	05004.1545100121016 4490510000	PAVIMENTAÇÃO, RECAPEAMENTO E REVITALIZAÇÃO DO PERIMETRO URBANO OBRAS E INSTALAÇÕES	41603	634.000,00
143	05004.1854100132111 3190130000	MANUTENÇÃO DAS VIAS URBANAS E GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1001000	700,00
179	05007.2678200122022 3390390000	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO RODOVIÁRIO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1186000	20.000,00
192	05008.1751200042023 3390390000	Manutenção dos Sistemas de Água OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1001000	37.000,00
211	06001.1212200062025 3390300000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO MATERIAL DE CONSUMO	103	5.000,00
218	06001.1212200062025 3390390000	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	5.000,00
24	02003.0206200192004 3390300000	Manutenção da Procuradoria Jurídica MATERIAL DE CONSUMO	1001000	500,00

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
ANULAÇÕES				
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE				
274	06001.1236100062031 3390300000	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR MATERIAL DE CONSUMO	103	45.000,00
283	06001.1236100062031 3390390000	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1001000	20.000,00
284	06001.1236100062031 3390390000	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	40.000,00
285	06001.1236100062031 3390390000	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1034000	35.000,00
301	06001.1236501902032 3390300000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DOS CMEI CRECHE MATERIAL DE CONSUMO	103	30.000,00
309	06001.1236501902032 3390390000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DOS CMEI CRECHE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	10.000,00
317	06001.1236501902112 3190110000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CMEI PRÉ-ESCOLA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	103	70.000,00
34	03001.0412200192007 3390300000	Manutenção da Secretaria de Administração MATERIAL DE CONSUMO	1001000	5.400,00
374	07001.1030100142037 3390390000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PISO AB VARIÁVEL - SB OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	494	20.000,00
389	07001.1030100142044 3190110000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - EC 29 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1001000	10.000,00
391	07001.1030100142044 3190130000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - EC 29 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1001000	55.000,00
410	07001.1030100142045 3371700000	TRANSFERÊNCIA AO CONSORCIO DE SAÚDE E SAMU RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1001000	450.000,00
43	03002.0412800192008 3190030000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	1001000	23.300,00
442	08001.0824400052050 3390300000	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS - PSB-FMAS MATERIAL DE CONSUMO	1001000	10.000,00
463	08001.0824400052103 3390300000	MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PAIF-SCFV-BL-PSB-FMAS MATERIAL DE CONSUMO	1001000	24.500,00
496	08001.0824400052118 3190130000	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PSE-FMAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1001000	13.100,00
577	10001.2266103462064 3190130000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE INDÚSTRIA CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1001000	14.600,00
591	10003.1133404712066 3390300000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE EMPREGO E TRABALHO MATERIAL DE CONSUMO	1001000	34.000,00
613	12001.1854201032071 3390300000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL MATERIAL DE CONSUMO	1001000	8.200,00
637	07001.1030100142044 3390390000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - EC 29 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1001000	313.600,00
75	04002.0412100192012 3390390000	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1001000	3.500,00
82	04003.0412300192013 3390360000	Manutenção da Divisão de Tesouraria OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1001000	1.000,00
88	04003.0412300192013 3390930000	Manutenção da Divisão de Tesouraria INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1001000	7.000,00
TOTAL:				**1.945.400,00**

Local/Data/Assinatura
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE,**2026-10-01**

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Tuneiras do Oeste - PR
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE
Rua SANTA CATARINA, 409 - Centro - Tuneiras do Oeste - PR - CEP: 87450-000
CNPJ Nº 76.247.329/0001-13

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo	Processo Requerimento Nº 081/2026
Compra	**1746 - Inexigibilidade 000015/2026 - 22/10/2026 10:00:00**

Pelo presente Termo de Homologação, o Prefeito Municipal, GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, do art. 90, I da Lei Estadual nº 15.608/07 e o do art. 8º, VI do Decreto Municipal nº123/18, faz saber que apo´s ana´lise dos atos praticados e observa^ncia do cumprimento das formalidades legais, e considerando o Parecer Juri´dico exarado, HOMOLOGA a licitac¸a-o acima descrita para **CONTRATAÇÃO DA CANTORA GOSPEL SORAYA MORAES, REPRESENTADA PELA EMPRESA CRIATIVE MUSIC LTDA, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW GOSPEL EM PRAÇA PÚBLICA NO DIA 30/12/2026, NO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE/PR.**

em favor do(s) seguinte(s) vencedor(es):

Fornecedor e Proposta: **Criative Music LTDA 08.648.622/0001-32**
Rua José Penna Medina, 195 - Praia da Costa - Vila Velha - ES - Brasil - CEP: 29101-320 (27)8167-4588
Validade: **30 Dia(s)** *Entrega/Conclusão:* **90 Dia(s)**

Lote **1 - Lote 1**

Número	*Item*	*Unidade*	*Marca/Modelo*	*Quantidade*	*Unitário*	*Total*
1	**00030177 - REALIZAÇÃO DE SHOW EM PRAÇA PUBLICA, COM DURAÇÃO DE 01:30 HORAS, INCLUSOS TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO, CAMARIM, CACHÊ ARTISTA, MÚSICOS E EQUIPE TÉCNICA, COMERCIAL E ENCARGOS FISCAIS.** REALIZAÇÃO DE SHOW EM PRAÇA PUBLICA, COM DURAÇÃO DE 01:30 HORAS, INCLUSOS TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO, CAMARIM, CACHÊ ARTISTA, MÚSICOS E EQUIPE TÉCNICA, COMERCIAL E ENCARGOS FISCAIS.	unidade		100.000	1,000000	100.000,00

Total Lote: **100.000,00**
Total Fornecedor: **100.000,00**
Total Geral: **100.000,00**

Publique-se, e, apo´s, encaminhe-se a` Pregoeiro para as provide^ncias cabi´veis.
Tuneiras do Oeste, 22/10/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo	Processo Requerimento Nº 081/2026
Compra	**1746 - Inexigibilidade 000015/2026 - 22/10/2026 10:00:00**

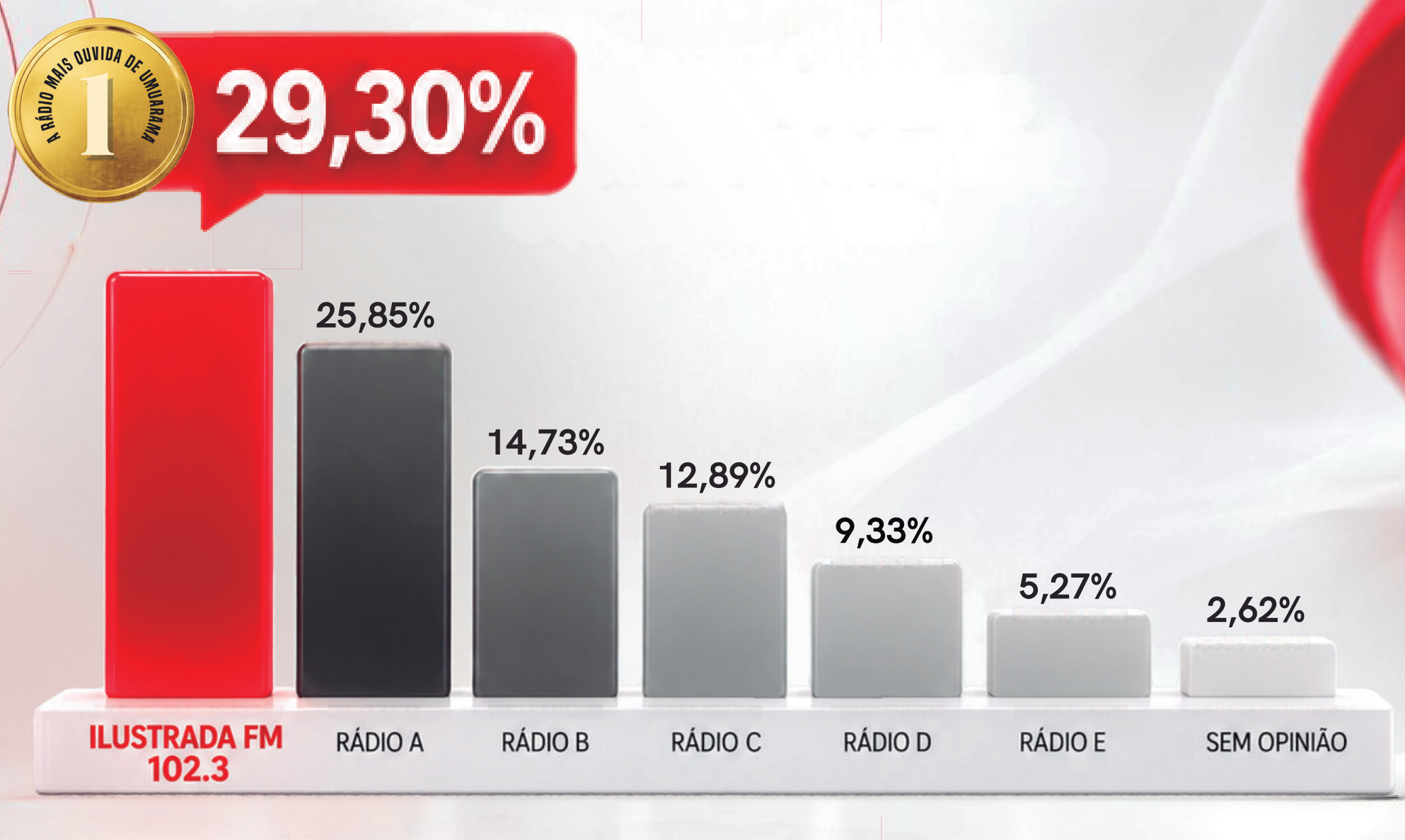
GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

RÁDIO ilustrada FM 102.3

1º LUGAR EM AUDIÊNCIA

Pesquisa IMPACTO 2026 confirma:
a Rádio Ilustrada FM é a rádio mais ouvida de Umuarama.



IMPACTO
Pesquisa de mercado e satisfação do cliente realizada de 29 de junho a 08 de julho de 2026, com 967 questionários distribuídos em Umuarama-PR.

PRIMEIRO LUGAR
EM TODO LUGAR.

CMDPI

Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de São Jorge do Patrocínio-Pr

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

RESOLUÇÃO Nº 009/2026

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.733, de 2013, alterada pela Lei Municipal nº 2.398, de 2021, e seu regimento interno,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto da Pessoa Idosa, que consagram os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, e o Decreto Estadual nº 12.862, de 2 de março de 2026, que o regulamenta e disciplina a adesão dos Municípios;

CONSIDERANDO o Guia Orientativo aos Municípios do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, editado pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, que organiza a implementação do Programa em dez passos e estabelece o Diagnóstico Situacional como quinto passo e o Plano de Ação Municipal como sexto passo;

CONSIDERANDO a instituição do Comitê Gestor Local Intersetorial do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa pelo Decreto Municipal nº 068, de 2026, e a designação de seus membros pelo Decreto Municipal nº 069, de 2026;

CONSIDERANDO as deliberações da 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 20 de maio de 2025, que definiram as prioridades da política municipal nos cinco eixos nacionais;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, de modo a ancorar suas metas em base diagnóstica sistematizada e nas deliberações do controle social; e

CONSIDERANDO a deliberação deste colegiado registrada na Ata N° 04/2026 Reunião ORDINÁRIA, realizada em 23 de Outubro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Diagnóstico Situacional da Pessoa Idosa de São Jorge do Patrocínio, elaborado em cumprimento ao 5º passo do Guia Orientativo do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, na forma do documento que integra esta Resolução.

Art. 2º Fica aprovado o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa 2026-2030, instrumento de planejamento da política municipal destinada à população com sessenta anos ou mais, que sucede o Plano Municipal 2024-2027 e incorpora o Diagnóstico Situacional de que trata o artigo anterior, as deliberações da 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e a continuidade das ações setoriais em execução no Município.

Art. 3º Fica aprovado o Plano de Ação Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa 2026-2030, correspondente ao 6º passo do Guia Orientativo, estruturado nos nove eixos do Programa e aprovado pelo Poder Executivo por meio do Decreto Municipal nº 101, de 2026.

Art. 4º O monitoramento e a avaliação dos instrumentos aprovados por esta Resolução serão realizados por este Conselho, em articulação com o Comitê Gestor Local Intersetorial do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e com as Secretarias Municipais responsáveis pela execução das ações.

Art. 5º Ficam os instrumentos aprovados encaminhados ao Poder Executivo Municipal, para edição do decreto de aprovação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa 2026-2030, e à Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, para a análise estadual prevista no Programa.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, 23 de Outubro de 2026.

MARIA EDNA DE OLIVEIRA DOMINGUES

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO CMDPI

PREFEITURA SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
COMITÊ GESTOR LOCAL INTERSETORIAL DO PAPI

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

2026 a 2030

Integrado ao Plano de Ação Municipal do
PROGRAMA PARANÁ AMIGO DA PESSOA IDOSA

Diagnóstico Situacional, 5º passo, e Plano de Ação, 6º passo, do Guia Orientativo aos Municípios

Aprovado pelo Decreto Municipal nº 101/2026

"Cidade Amiga da Pessoa Idosa"

SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, PARANÁ
2026

GESTÃO MUNICIPAL

Função	Responsável
Prefeito Municipal	Ronaldo Tinti
Vice-Prefeito Municipal	Ailson Souto Campos
Secretária Municipal de Assistência Social	Lilian Moreira da Cruz Manhani
Secretário Municipal de Saúde	Leandro Moreira da Cruz
Secretário Municipal de Finanças	José Carlos Baraldi
Secretária Municipal de Administração	Gisele Petinelli
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte	Rosangela Galiotti de Freitas
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Odirlei Esteves
Chefe do Departamento de Transporte	Dorival Tonhatto
Chefe do Departamento de Serviços Urbanos	Ronaldo Rezende
Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	Maria Edna Domingues de Oliveira
Coordenação do Comitê Gestor Local Intersetorial do PAPI	Franciele Zago da Cruz

COMITÊ GESTOR LOCAL INTERSETORIAL DO PAPI

Instituído pelo Decreto Municipal nº 068/2026 e composto pelo Decreto Municipal nº 069/2026.

Representação	Titular	Suplente
Secretaria Municipal de Assistência Social	Lilian Moreira da Cruz Manhani	Wanessa Chrissie Buganza Pizzi
Secretaria Municipal de Saúde	Leandro Moreira da Cruz	Ana Claudia Baliski Carvalho
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	Rosangela Galiotti de Freitas	Marta Ferreira Gabiati de Souza
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	José Carlos Baraldi	Sonia Terezinha Ballista Gouveia Eschembach
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	Ronaldo Wanderlei Bunzel	Alana Bardela dos Santos
Sociedade civil, atuação na defesa e promoção dos direitos da pessoa idosa	Maria Edna de Oliveira Domingues (APMI)	Franciele Zago da Cruz (APMI)

Integram ainda o Comitê representantes de credos religiosos com atuação em políticas de atendimento, promoção e garantia dos direitos da pessoa idosa, e representantes de organizações e movimentos de pessoas idosas, incluindo o Grupo da Terceira Idade e associações de agricultores do município.

Equipe técnica de apoio: Rosangela Cristina Alves da Silva, coordenação do Cadastro Único; Wanessa Chrissie Buganza Pizzi, assistente social do CRAS; Fernanda Damaceno Iembro do Lucena, psicóloga do CRAS.

ELABORAÇÃO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO

Função	Responsável
Elaboração e assessoramento técnico	Jessica Garcia Romão
Registro profissional	Assistente Social, CRESS 8726 / 11ª Região

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. MARCO LEGAL
3. FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA POLÍTICA
3.1 Da Constituição ao Estatuto da Pessoa Idosa
3.2 A política da pessoa idosa em São Jorge do Patrocínio
3.3 O plano como produto e como processo
4. O PROGRAMA PARANÁ AMIGO DA PESSOA IDOSA
4.1 Pilares do Programa
4.2 Os dez passos e a posição do município
4.3 Os nove eixos estruturantes
5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES
6. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA
7. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
7.1 Histórico, território e localização
7.2 Perfil demográfico e o envelhecimento da população
7.3 Estrutura administrativa e serviços públicos
7.4 Situação institucional da política da pessoa idosa
8. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL
8.1 Metodologia e fontes de dados
8.2 Primeira etapa: diagnóstico das pessoas idosas
8.3 Segunda etapa: diagnóstico da rede de cuidado
8.4 Terceira etapa: diagnóstico da cidade, escuta participativa
8.5 Quadro-síntese e prioridades identificadas
9. DELIBERAÇÕES DA 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL
9.1 Realização e composição
9.2 Prioridades para o município
9.3 Prioridades para o Estado
9.4 Prioridades para a União
9.5 Convergência com os achados do diagnóstico
10. OBJETIVOS DO PLANO
11. PLANO DE AÇÃO NOS NOVE EIXOS DO PAPI
11.1 Eixo 1. Habitação
11.2 Eixo 2. Espaços ao Ar Livre e Edifícios
11.3 Eixo 3. Transporte
11.4 Eixo 4. Apoio Comunitário e Serviços de Saúde
11.5 Eixo 5. Participação Social e Inclusão Social
11.6 Eixo 6. Participação Cívica
11.7 Eixo 7. Emprego
11.8 Eixo 8. Comunicação e Informação
11.9 Eixo 9. Cuidado
12. METAS DELIBERADAS PELA CONFERÊNCIA MUNICIPAL
12.1 Eixo 1. Financiamento das políticas públicas
12.2 Eixo 2. Proteção à vida, à saúde e ao cuidado integral
12.3 Eixo 3. Proteção e enfrentamento à violência e ao abandono
12.4 Eixo 4. Participação social, protagonismo e vida comunitária
12.5 Eixo 5. Consolidação e fortalecimento dos conselhos de direitos
12.6 Correspondência entre os dois conjuntos de eixos
13. CONTINUIDADE DAS AÇÕES SETORIAIS
13.1 Eixo da Assistência Social e Previdência
13.2 Eixo da Saúde
13.3 Eixo da Educação, Cultura, Esporte e Lazer
13.4 Eixo da Habitação, Urbanismo e Acessibilidade
13.5 Eixo do Meio Ambiente
14. RECURSOS E FINANCIAMENTO
15. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO
16. PRÓXIMOS PASSOS DO PROGRAMA
17. CONSIDERAÇÕES FINAIS
REFERÊNCIAS
ANEXOS

1. APRESENTAÇÃO

Este documento reúne, em instrumento único, o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de São Jorge do Patrocínio para o período de 2026 a 2030, o Diagnóstico Situacional elaborado em cumprimento ao 5º passo do Guia Orientativo do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e o Plano de Ação Municipal correspondente ao 6º passo do mesmo Guia, aprovado pelo Decreto Municipal nº 101/2026.

A integração dos instrumentos responde a uma necessidade prática da gestão municipal. Em municípios de pequeno porte, nos quais a mesma equipe técnica responde por todas as etapas da política, a manutenção de documentos separados multiplica o esforço de atualização e abre espaço para divergências entre instrumentos que deveriam dizer a mesma coisa. Reunidos em um só documento, o diagnóstico fundamenta diretamente as ações, as metas deliberadas pela Conferência convivem com as metas do Programa e o monitoramento ocorre sobre uma base única de informação.

São Jorge do Patrocínio tem 1.546 pessoas de 60 anos ou mais em uma população de 6.697 habitantes, proporção de 23,1%. Quase um quarto dos munícipes integra o público desta política, patamar bastante superior às médias nacional e estadual. Planejar o cuidado, a acessibilidade e a participação dessas pessoas não é, portanto, atender a um segmento específico, mas organizar a cidade para a população que de fato a habita.

O Município de São Jorge do Patrocínio conta atualmente com 42 idosos assistidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esse dado reflete a importância das políticas de assistência Lsocial locais, que garantem uma renda mínima e promovem a dignidade, a segurança financeira e o bem-estar dessa parcela da população na terceira idade.

O que distingue este Plano é a origem de suas ações. Cada medida prevista nos capítulos 11 e 12 responde a um achado específico do diagnóstico, seja da estratificação clínico-funcional das pessoas idosas, seja do mapeamento das lacunas da rede, seja da escuta participativa realizada com 119 moradores. As metas referem-se a públicos identificados e quantificados, o que permite que o monitoramento verifique resultados concretos, e não apenas o cumprimento formal de atividades.

Este Plano sucede o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa 2024-2027, elaborado antes da realização da 2ª Conferência Municipal e sem base diagnóstica sistematizada, cujas metas foram definidas por estimativa. A antecipação do ciclo justifica-se pela disponibilidade, hoje, de informação consolidada que permite substituir estimativas por dados.

2. MARCO LEGAL

A política municipal da pessoa idosa articula normas das três esferas de governo, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1. Marco legal aplicável ao município

Esfera	Instrumento	Objeto
Federal	Constituição Federal de 1988, artigos 229 e 230	Dever da família, da sociedade e do Estado de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, sua dignidade e seu bem-estar
Federal	Lei nº 8.842/1994	Institui a Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso
Federal	Lei nº 10.741/2003	Estatuto da Pessoa Idosa, com os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta
Estadual	Lei nº 22.189/2024	Institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa
Estadual	Decreto nº 12.862/2026	Regulamenta o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e disciplina a adesão dos municípios
Municipal	Lei nº 1.221/2008	Vincula a coordenação das políticas públicas para a pessoa idosa à Secretaria Municipal de Assistência Social
Municipal	Lei nº 1.733/2013, alterada pela Lei nº 2.398/2021	Institui o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e corrige sua composição paritária e o mandato dos conselheiros
Municipal	Decreto nº 050/2025	Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa para a gestão 2025-2027
Municipal	Decreto nº 068/2026	Institui o Comitê Gestor Local Intersetorial do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa
Municipal	Decreto nº 069/2026	Designa os membros do Comitê Gestor Local Intersetorial do PAPI
Municipal	Decreto nº 101/2026	Aprova o Plano de Ação Municipal 2026-2030 do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa

Fonte: legislação federal, estadual e municipal vigente.

Registra-se que a aprovação do Plano de Ação por decreto municipal, concretizada pelo Decreto nº 101/2026, cumpre a exigência do 7º passo do Guia Orientativo, relativa ao marco legal da política.

3. FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA POLÍTICA

3.1 Da Constituição ao Estatuto da Pessoa Idosa

Embora a questão do envelhecimento tenha sido incluída na Constituição Federal de 1988, somente em 1994 foi promulgada uma política nacional específica, a Política Nacional do Idoso, instituída pela Lei nº 8.842, que visa assegurar os direitos sociais da pessoa idosa e criar condições para sua autonomia, inclusão e participação efetiva na sociedade. A lei resultou de discussões e consultas nacionais com ampla participação de pessoas idosas, da comunidade científica da gerontologia e da sociedade civil, e foi influenciada pelos debates internacionais que passaram a reconhecer as pessoas idosas como sujeitos de direitos, e não apenas como destinatárias de cuidado.

O Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, inaugurou dois princípios fundamentais para esse segmento populacional: o princípio da proteção integral e o princípio da prioridade absoluta. Ambos revelam a relevância que o Estado brasileiro confere à sua população idosa, sem que isso implique tratamento tutelar sobre essas pessoas. A proteção que o Estatuto assegura é um direito social, e não uma concessão.

Esse arcabouço articula-se ainda ao Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa e ao compromisso da Década do Envelhecimento Saudável 2020-2030, que atribuem aos municípios a corresponsabilidade pela implementação da política e pela produção sistemática de informação em nível local, fixada no plano da cidade. É nesse ponto que o presente Plano se insere: ele é, simultaneamente, o instrumento de planejamento exigido pelo pacto federativo e o registro organizado da realidade municipal que o fundamenta.

3.2 A política da pessoa idosa em São Jorge do Patrocínio

Em São Jorge do Patrocínio, a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa foi instituída pela Lei Municipal nº 1.733/2013, alterada pela Lei nº 2.398/2021. A alteração teve motivo técnico preciso: a redação original não assegurava composição paritária ao Conselho Municipal nem definia o tempo de mandato dos conselheiros, lacunas que comprometiam a própria natureza do controle social. A correção legislativa constitui, portanto, um marco de amadurecimento institucional da política no município.

A atuação municipal na efetivação dos direitos das pessoas idosas integra-se a outras políticas setoriais, com atuação compartilhada entre o poder público municipal, o poder público estadual e as organizações da sociedade civil, tendo como órgão consultivo, deliberativo, controlador e fiscalizador o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Os planos municipais anteriores organizaram as ações segundo as políticas setoriais existentes no município: Assistência Social e Previdência, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Habitação, Urbanismo e Acessibilidade, e Meio Ambiente. Essas ações permanecem vigentes e têm sua continuidade assegurada no capítulo 13 deste Plano, agora articuladas aos nove eixos do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.

3.3 O plano como produto e como processo

Um plano municipal da pessoa idosa deve ser entendido simultaneamente como produto e como processo. Como produto, ele é o desenho formal das ações relacionadas à pessoa idosa, retratando os serviços, programas e projetos existentes e detalhando as ações desenvolvidas pelas diversas secretarias. Como processo, ele é instrumento de discussão permanente sobre a organização do cuidado ofertado em cada política pública, potencializando as ações já desenvolvidas e propondo estratégias para fortalecer articulações e qualificar o atendimento à população idosa.

Essa dupla natureza explica a estrutura adotada neste documento. Os capítulos 7 e 8 descrevem a realidade do município tal como ela se apresenta, com os dados que a sustentam. Os capítulos 11, 12 e 13 estabelecem o que será feito, com responsáveis, prazos e metas verificáveis. E o capítulo 15 organiza o processo de revisão, de modo que o plano acompanhe as mudanças da realidade em vez de permanecer como registro de um momento isolado.

O critério técnico norteador na determinação das propostas é a sua exequibilidade do ponto de vista fático, jurídico, técnico e orçamentário. Em razão da transversalidade e da interdisciplinaridade de várias ações, bem como da necessidade de otimizar recursos humanos e materiais, admite-se e recomenda-se o estabelecimento das parcerias pertinentes à efetivação de cada ação.

4. O PROGRAMA PARANÁ AMIGO DA PESSOA IDOSA

O Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa foi instituído pela Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 12.862, de 2 de março de 2026, que disciplina a adesão dos municípios. O Programa alinha-se às diretrizes da Organização Mundial da Saúde, à Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030 e à Rede Global de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas, e amplia esse modelo ao incorporar o cuidado como eixo estruturante das políticas públicas.

4.1 Pilares do Programa

Quadro 2. Pilares do Programa e sua expressão no município

Pilar	Conteúdo	Expressão no município
Cuidar das Pessoas	Promoção da saúde, prevenção de agravos e manutenção da capacidade funcional	Estratificação pelo IVCF-20 e acompanhamento diferenciado das 179 pessoas em risco de fragilidade ou frágeis
Fortalecer as Famílias	Reconhecimento do papel dos cuidadores e ampliação do suporte às famílias responsáveis pelo cuidado	Estruturação do cadastro de cuidadores e apoio às famílias, considerando que 62,2% das pessoas idosas dependem de apoio familiar
Preparar as Cidades	Construção de ambientes urbanos acessíveis, inclusivos, seguros e acolhedores para todas as idades	Qualificação dos espaços públicos, apontados como regulares por 33,6% das pessoas idosas, e das condições de acesso na área rural

Fonte: Guia Orientativo aos Municípios do PAPI e Diagnóstico Municipal, 2026.

4.2 Os dez passos e a posição do município

O Guia Orientativo organiza a implementação do Programa em dez passos. O quadro a seguir registra a situação de São Jorge do Patrocínio em cada um deles na data de elaboração deste Plano:

Quadro 3. Os dez passos do Guia Orientativo e a situação do município

Passo	Conteúdo	Situação do município
1º. Carta de Interesse	Manifestação formal do Município ao Estado quanto ao interesse em aderir ao Programa, com verificação da regularidade de conselho, plano e fundo	Cumprido
2º. Compromisso Político e Comunitário	Sensibilização do prefeito, das secretarias e da sociedade civil, com apoio às campanhas de comunicação	Cumprido
3º. Termo de Adesão e Compromisso	Assinatura do Termo e assunção dos compromissos relativos às etapas seguintes	Em tramitação junto à SEMIPI
4º. Instituição do Comitê Local	Criação do Comitê Gestor Local Intersetorial por decreto, com composição intersetorial e participação da sociedade civil	Cumprido pelos Decretos nº 068/2026 e nº 069/2026
5º. Realização do Diagnóstico Situacional	Diagnóstico das pessoas, da rede de cuidado e da cidade, por uma das metodologias de escuta previstas no Guia	Cumprido, capítulo 8 deste Plano
6º. Plano de Ação	Construção da matriz de ações nos nove eixos, com objetivos, indicadores, metas, prazos, responsáveis e orçamento	Cumprido, capítulo 11 deste Plano
7º. Marco Legal	Aprovação do Plano de Ação por decreto e, quando couber, criação do programa municipal por lei	Cumprido pelo Decreto nº 101/2026
8º. Certificação	Comprovação do cumprimento das etapas do Termo de Adesão perante o Estado	A realizar, prevista no capítulo 16
9º. Ingresso na Rede Global da OMS	Candidatura do município por meio do ponto focal, em articulação com a rede subnacional do Paraná	A realizar, prevista no capítulo 16
10º. Execução e Monitoramento do Plano	Acompanhamento da governança local, dos indicadores e do monitoramento anual	Em curso a partir da vigência deste Plano

Fonte: Guia Orientativo aos Municípios do PAPI e registros do Comitê Gestor Local Intersetorial.

O município cumpriu, portanto, sete dos dez passos previstos, restando a regularização do Termo de Adesão, a certificação e o ingresso na Rede Global, além da execução e do monitoramento contínuo deste Plano. Registra-se como característica do percurso de São Jorge do Patrocínio o fato de que a escuta participativa e a elaboração do diagnóstico foram realizadas ainda na pendência do Termo de Adesão, avanço favorecido pelo envolvimento direto da gestão municipal na condução do Programa.

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

4.3 Os nove eixos estruturantes

As ações municipais organizam-se em nove eixos, que reúnem os oito eixos definidos pela Organização Mundial da Saúde no Guia Global Cidade Amiga do Idoso, acrescidos do eixo Cuidado, contribuição própria do Paraná ao modelo internacional:

Quadro 4. Os nove eixos do Programa

Eixo	Objeto
1. Habitação	Condições de moradia segura, salubre e adaptada às necessidades da pessoa idosa
2. Espaços ao Ar Livre e Edifícios	Acessibilidade, segurança e conforto dos espaços públicos e dos prédios de uso coletivo
3. Transporte	Mobilidade e acesso da pessoa idosa aos serviços, às atividades e aos espaços de convivência
4. Apoio Comunitário e Serviços de Saúde	Atenção à saúde, promoção do bem-estar e apoio comunitário
5. Participação Social e Inclusão Social	Convivência, cultura, lazer, esporte, aprendizagem e combate ao isolamento
6. Participação Cívica	Participação nas decisões da comunidade e nos espaços de controle social
7. Emprego	Trabalho, capacitação e geração de renda para quem deseja permanecer em atividade
8. Comunicação e Informação	Acesso à informação sobre serviços, benefícios e direitos, em formatos acessíveis
9. Cuidado	Rede de cuidado, apoio aos cuidadores familiares e formais e suporte às famílias

Fonte: Guia Orientativo aos Municípios do PAPI e Guia Global Cidade Amiga do Idoso, OMS, 2008.

5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Este Plano orienta-se pelos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta, inaugurados pelo Estatuto da Pessoa Idosa, e por três princípios operacionais que estruturam sua execução:

- Participação social, entendida como a integração das pessoas idosas nos espaços de discussão e decisão que lhes dizem respeito, assegurando que sejam sujeitos da política e não apenas suas destinatárias;
- Controle social, exercido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa na fiscalização, no monitoramento e na avaliação das ações da Administração Pública;
- Transversalidade, compreendida como a articulação entre as diversas políticas setoriais, superando a leitura da política da pessoa idosa como atribuição exclusiva da assistência social.

Do princípio da transversalidade decorre diretriz específica deste Plano: toda ação prevista identifica a secretaria responsável e as secretarias parceiras, de modo que a corresponsabilidade intersetorial fique registrada no instrumento e possa ser verificada no monitoramento. Essa exigência responde a dificuldade recorrente na implementação da política, na qual as demais pastas se percebem como convidadas, e não como titulares.

6. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA

A elaboração deste Plano seguiu percurso participativo e intersetorial, conduzido pelo Comitê Gestor Local Intersetorial do PAPI com a participação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

Quadro 5. Etapas da construção do Plano

Etapa	Descrição
Realização da 2ª Conferência Municipal	Conferência realizada em 20 de maio de 2025, com 117 participantes, que deliberou as prioridades municipais nos cinco eixos nacionais, apresentadas no capítulo 9
Instituição do Comitê Gestor	Criação do Comitê Gestor Local Intersetorial pelo Decreto nº 068/2026 e designação de seus membros pelo Decreto nº 069/2026, reunindo cinco secretarias municipais e representantes da sociedade civil
Levantamento de dados secundários	Análise de informações do SIPI, do IVCF-20, do IVSF-10, do Cadastro Único, do IBGE, do IPARDES e do Censo SUAS
Escuta participativa	Aplicação do Questionário de Diagnóstico Municipal adaptado AARP junto a 119 participantes, abrangendo os nove eixos do Programa
Validação pelo Comitê	Reunião presencial do Comitê Gestor para análise, discussão e validação dos resultados, definição das prioridades e estabelecimento das ações
Aprovação por decreto	Aprovação do Plano de Ação pelo Decreto Municipal nº 101/2026, cumprindo a orientação do Guia quanto ao marco legal

Fonte: registros do Comitê Gestor Local Intersetorial do PAPI e do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Todo o processo observou os princípios da participação social, da gestão compartilhada e da intersetorialidade, assegurando que o Plano reflita as necessidades identificadas no território e não um modelo genérico de política pública.

7. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

7.1 Histórico, território e localização

São Jorge do Patrocínio situa-se na região noroeste do Estado do Paraná. Originou-se do desmembramento do Município de Altônia e foi instalado em 1º de fevereiro de 1983, comemorando seu aniversário em 22 de junho. Pertence à Comarca de Altônia e possui um único distrito administrativo, com a mesma denominação do município.

O município dista 85 quilômetros de Umuarama, 180 de Cascavel, 250 de Maringá e 698 de Curitiba. Está a 372 metros de altitude e seu clima é subtropical úmido mesotérmico, sem estação seca definida. O solo origina-se da formação Arenito Caiuá, situado na barra do Rio Paraná, com dois afluentes que correm nas divisas do território, o Ribeirão São João ao sul e o Rio Paracaí ao norte.

A extensão territorial registrada pelo IPARDES em 2025 é de 404,018 quilômetros quadrados, o que coloca São Jorge do Patrocínio na 173ª posição entre os 399 municípios paranaenses. Cerca de 60% do território é composto por áreas de conservação ambiental, característica que define a vocação econômica e turística do município e que integra a área do Parque Nacional de Ilha Grande e do consórcio ambiental CORIPA.

Essa configuração territorial tem consequência direta sobre a política da pessoa idosa. A dispersão rural e as distâncias internas convertem o transporte e o alcance domiciliar dos serviços em questões estruturais do cuidado, e não em detalhes operacionais, como demonstram os dados de vinculação às equipes de saúde apresentados no capítulo 8.

7.2 Perfil demográfico e o envelhecimento da população

O Censo Demográfico de 2022 registrou 6.504 habitantes em São Jorge do Patrocínio, dos quais 1.467 com 60 anos ou mais, o equivalente a 22,6% da população. As estimativas populacionais referentes a 2025 indicam 6.697 habitantes e 1.546 pessoas idosas, proporção de 23,1%.

Quadro 6. População idosa por faixa etária e sexo

Faixa etária (anos)	Masculina	Feminina	Total	% do total de idosos
De 60 a 64	207	220	427	27,6%
De 65 a 69	185	192	377	24,4%
De 70 a 74	149	148	297	19,2%
De 75 a 79	104	107	211	13,6%
De 80 a 84	69	67	136	8,8%
De 85 a 89	36	33	69	4,5%
90 anos e mais	14	15	29	1,9%
Total	**764**	**782**	**1.546**	**100,0%**

Fonte: estimativa populacional 2025, IBGE e IPARDES. Percentuais calculados sobre o total de pessoas idosas.

Três leituras merecem registro. A primeira é a magnitude: com 23,1% da população na faixa de 60 anos ou mais, São Jorge do Patrocínio apresenta grau de envelhecimento bastante superior ao conjunto do país e do Estado, o que significa que a política da pessoa idosa não atende a um segmento minoritário, mas a quase um quarto dos munícipes.

A segunda é o equilíbrio entre os sexos. A diferença entre homens e mulheres idosos é de apenas 18 pessoas, com leve predominância feminina de 50,6%, distribuição mais equilibrada do que a observada na maior parte dos municípios brasileiros, nos quais a sobremortalidade masculina produz maioria feminina acentuada.

A terceira é o peso dos grupos mais longevos. As pessoas com 80 anos ou mais somam 234 munícipes, 15,1% da população idosa. Esse é justamente o grupo que concentra maior demanda por cuidado continuado, adaptação domiciliar e apoio a cuidadores familiares, e seu dimensionamento é informação essencial para o planejamento dos serviços.

Comparadas as duas referências disponíveis, a população idosa cresceu de 1.467 para 1.546 pessoas, acréscimo de 79 munícipes, ou 5,4%, enquanto a população total cresceu 3,0%. O envelhecimento, portanto, avança em ritmo superior ao crescimento populacional, tendência que tende a se acentuar nos próximos anos e que justifica o horizonte de planejamento adotado por este Plano.

7.3 Estrutura administrativa e serviços públicos

A administração municipal organiza-se em Prefeitura e Câmara Municipal. As secretarias diretamente envolvidas na política da pessoa idosa e suas atribuições são as seguintes:

Quadro 7. Estrutura administrativa e atribuições relacionadas à pessoa idosa

Secretaria	Atribuições relacionadas à pessoa idosa
Assistência Social	CRAS, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Cadastro Único e coordenação da política municipal da pessoa idosa
Saúde	Atenção básica pelas Unidades Básicas de Saúde e pelas equipes da Estratégia Saúde da Família urbana e rural, vigilância em saúde e estratificação pelo SIPI
Educação, Cultura e Esporte	Atividades culturais, esportivas e de lazer, educação de jovens e adultos e calendário de eventos e festas cívicas
Administração e Fazenda	Recursos humanos, compras e licitações, obras e serviços urbanos, frotas e transportes e comunicação institucional
Agricultura e Meio Ambiente	Fomento à produção rural e ao cooperativismo, gestão ambiental, coleta seletiva e ações de turismo e ecoturismo

Fonte: estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Jorge do Patrocínio.

O Departamento de Frotas e Transportes, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, responde pela manutenção da frota municipal, incluindo as ambulâncias e os ônibus utilizados no deslocamento da população rural, atribuição que o coloca entre os responsáveis diretos pelo acesso das pessoas idosas aos serviços de saúde e às atividades de convivência.

7.4 Situação institucional da política da pessoa idosa

O levantamento institucional realizado por ocasião da 2ª Conferência Municipal, registrado no Anexo I de seu relatório final, caracteriza a estrutura da política no município nos seguintes termos:

Quadro 8. Situação institucional da política municipal da pessoa idosa

Item	Situação
Órgão específico de coordenação da política	O município não possui órgão específico. A coordenação está vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme a Lei Municipal nº 1.221/2008
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	Existente, instituído pela Lei nº 1.733/2013 e alterado pela Lei nº 2.398/2021
Composição do Conselho	Paritária, com 5 titulares do governo e 5 titulares da sociedade civil
Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	Existente, com vigência 2024-2027, substituído por este Plano
Áreas com ações ou programas voltados à pessoa idosa	Educação, cultura, esporte e lazer, saúde e assistência social
Área sem ações ou programas específicos	Habitação
Comitê Gestor Local Intersetorial do PAPI	Instituído pelos Decretos nº 068/2026 e nº 069/2026

Fonte: Anexo I do Relatório Final da 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, 2025, atualizado com a instituição do Comitê Gestor em 2026.

Duas informações desse levantamento orientam diretamente as ações deste Plano. A primeira é a ausência de órgão específico de coordenação da política, o que concentra na Secretaria Municipal de Assistência Social a responsabilidade pela articulação intersetorial e reforça a importância do Comitê Gestor Local como instância de corresponsabilização das demais pastas.

A segunda é a ausência de ações ou programas voltados à pessoa idosa na área de habitação, lacuna que coincide com os achados da escuta participativa quanto às necessidades de adaptação domiciliar e que justifica a inclusão do eixo Habitação como primeira ação da matriz do capítulo 11.

8. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

Este capítulo cumpre o 5º passo do Guia Orientativo e apresenta o Diagnóstico Situacional da política da pessoa idosa em São Jorge do Patrocínio, organizado nas três etapas previstas pelo Programa: o diagnóstico das pessoas, o diagnóstico da rede de cuidado e o diagnóstico da cidade.

8.1 Metodologia e fontes de dados

O diagnóstico combinou dados primários, produzidos pela escuta participativa realizada no município, e dados secundários, extraídos de sistemas oficiais de informação. As fontes utilizadas foram as seguintes:

- Sistema de Informações da Pessoa Idosa (SIPI), com extração referente a 9 de setembro de 2026, para a estratificação clínico-funcional e sociofamiliar;
- Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional (IVCF-20) e Índice de Vulnerabilidade Social e Familiar (IVSF-10), aplicados pelas equipes da Estratégia Saúde da Família urbana e rural;
- Cadastro Único para Programas Sociais, consultado pelo CECAD 2.0, com referência em julho de 2026;
- Questionário de Diagnóstico Municipal adaptado AARP, aplicado junto à população idosa e a familiares e cuidadores;
- Relatório Final da 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 20 de maio de 2025;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, para os dados territoriais e demográficos;
- Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa 2024-2027 e registros das Secretarias Municipais sobre a rede de atendimento.

Os resultados foram analisados, discutidos e validados em reunião presencial do Comitê Gestor Local Intersetorial do PAPI, com a participação das Secretarias Municipais e dos representantes da sociedade civil que o integram.

Os instrumentos utilizados e o que cada um permite conhecer são os seguintes:

Quadro 9. Instrumentos do diagnóstico e sua finalidade

Instrumento	O que é	O que permite identificar
SIPI	Sistema de Informações da Pessoa Idosa, base estadual de registro da população idosa acompanhada pelas equipes de saúde	Quantas pessoas idosas estão efetivamente acompanhadas, sua faixa etária e sua equipe de referência
IVCF-20	Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional, instrumento de 20 questões que avalia idade, autopercepção da saúde, atividades de vida diária, cognição, humor, mobilidade, comunicação e comorbidades múltiplas	A classificação da pessoa idosa como robusta, em risco de fragilidade ou frágil, orientando a intensidade do acompanhamento
IVSF-10	Índice de Vulnerabilidade Social e Familiar, que avalia moradia, renda, suporte familiar, participação social e escolaridade	O grau de vulnerabilidade sociofamiliar e as condições concretas de vida da pessoa idosa
Cadastro Único	Base federal de identificação das famílias de baixa renda, consultada pelo CECAD 2.0	Quantas pessoas idosas vivem em famílias em situação de pobreza ou baixa renda e em quantas famílias elas estão
Questionário adaptado AARP	Instrumento de escuta recomendado pelo Guia Orientativo, organizado pelos nove eixos do Programa	A percepção das próprias pessoas idosas sobre as condições que o município oferece para envelhecer

Fonte: Guia Orientativo aos Municípios do PAPI e documentação técnica dos instrumentos.

A combinação dos instrumentos é deliberada e responde à natureza do objeto. O IVCF-20 informa sobre a condição clínico-funcional, mas não alcança as condições sociais; o IVSF-10 alcança estas últimas, mas não a percepção subjetiva; o Cadastro Único identifica a vulnerabilidade de renda, mas não o estado de saúde; e a escuta participativa capta aquilo que nenhum registro administrativo revela, que é como a pessoa idosa avalia a cidade em que vive. Nenhum instrumento isolado sustentaria o diagnóstico, e é do cruzamento entre eles que decorrem as prioridades apresentadas no item 8.5.

Registram-se, por transparência metodológica, três limitações do diagnóstico. A primeira é que a estratificação pelo SIPI alcança 41,5% da população idosa estimada, de modo que os percentuais apresentados na primeira etapa descrevem o perfil das pessoas acompanhadas, e não necessariamente o da totalidade da população idosa do município. A segunda é que o IVSF-10 foi aplicado a 615 pessoas, 26 a menos do que o IVCF-20, o que explica pequenas diferenças entre as bases de cada quadro. A terceira é que a escuta participativa, por adesão voluntária, tende a alcançar com maior facilidade as pessoas idosas já vinculadas aos serviços municipais, razão pela qual seus resultados devem ser lidos em conjunto com os dados administrativos, que alcançam também quem não participa.

Quadro 10. As três etapas do Diagnóstico Situacional

Etapa	Objeto	Instrumentos utilizados
Primeira	Diagnóstico das pessoas idosas	SIPI, IVCF-20, IVSF-10 e Cadastro Único
Segunda	Diagnóstico da rede de cuidado	Mapeamento dos serviços de saúde, assistência social e garantia de direitos, e CERAPI
Terceira	Diagnóstico da cidade	Escuta participativa pelo questionário adaptado AARP, nos nove eixos do Programa

Fonte: Guia Orientativo aos Municípios do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, SEMIPI.

8.2 Primeira etapa: diagnóstico das pessoas idosas

Cobertura da estratificação no SIPI

Conforme registro no Sistema de Informações da Pessoa Idosa, com referência em 9 de setembro de 2026, foram estratificadas 641 pessoas idosas no município. Considerada a população idosa estimada de 1.546 pessoas, a cobertura alcança 41,5% do público potencial.

Quadro 11. Pessoas idosas estratificadas no SIPI, por faixa etária

Faixa etária (anos)	Pessoas estratificadas	Participação
De 60 a 74	421	65,68%
De 75 a 84	166	25,90%
85 anos e mais	54	8,42%
Total	**641**	**100,00%**

Fonte: SIPI, extração de 9 de setembro de 2026.

A ampliação da cobertura constitui, por si só, uma prioridade do município. As 905 pessoas idosas ainda não estratificadas representam população sobre a qual a gestão não dispõe de informação clínico-funcional sistematizada, o que limita a identificação precoce de situações de fragilidade.

Vulnerabilidade clínico-funcional, IVCF-20

Quadro 12. Estratificação pelo IVCF-20

Classificação	Pessoas	Participação	Grau de vulnerabilidade
Robustos	462	72,03%	Baixa
Em risco de fragilidade	117	18,28%	Moderada
Frágeis	62	9,69%	Alta
Total	**641**	**100,00%**	

Fonte: SIPI e IVCF-20, extração de 9 de setembro de 2026.

O dado central desta etapa é que 179 pessoas idosas, 27,97% das estratificadas, encontram-se em risco de fragilidade ou já são frágeis. Esse contingente constitui o público prioritário da linha de cuidado municipal, demandando acompanhamento contínuo, prevenção de quedas, atenção domiciliar e articulação permanente entre saúde e assistência social.

Quadro 13. Estratificação pelo IVCF-20 segundo a equipe de referência

Classificação	ESF Urbana	ESF Rural	Total	% na área rural
Robustos	184	277	461	60,1%
Em risco de fragilidade	48	69	117	59,0%
Frágeis	30	32	62	51,6%
Total	**262**	**378**	**640**	**59,1%**

Fonte: SIPI e IVCF-20, extração de 9 de setembro de 2026. O total desta distribuição apresenta uma pessoa a menos do que o total geral de estratificados, diferença a ser conferida junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Quase três em cada cinco pessoas idosas acompanhadas vivem na área rural, e entre as pessoas frágeis a proporção rural é de 51,6%. Esse achado confirma que a dispersão territorial descrita no item 7.1 não é apenas característica geográfica, mas condicionante direto da política de cuidado: a maior parte do público prioritário está distante da sede, o que torna o transporte, a visita domiciliar e a equipe itinerante instrumentos estruturais, e não complementares.

Vulnerabilidade social e familiar, IVSF-10

O Índice de Vulnerabilidade Social e Familiar foi aplicado a 615 pessoas idosas, com os seguintes resultados:

Quadro 14. Estratificação pelo IVSF-10

Grau de vulnerabilidade sociofamiliar	Pessoas	Participação
Baixa	527	85,69%
Moderada	75	12,20%
Alta	13	2,11%
Total	**615**	**100,00%**

Fonte: SIPI e IVSF-10, extração de 9 de setembro de 2026.

Embora a maioria apresente baixa vulnerabilidade sociofamiliar, as 88 pessoas classificadas em vulnerabilidade moderada ou alta constituem público de atenção prioritária da proteção social, especialmente quando essa condição se soma à fragilidade clínico-funcional identificada pelo IVCF-20. O cruzamento entre os dois índices, ainda não realizado, permitiria identificar com precisão as pessoas que acumulam as duas vulnerabilidades e que, por isso, demandam intervenção mais intensiva.

Condições de moradia, renda, participação e escolaridade

Quadro 15. Condições de moradia

Situação	Pessoas	Participação
Reside com familiares ou amigos, na mesma casa ou lote	527	85,69%
Mora sozinha	87	14,15%
Reside em Instituição de Longa Permanência	1	0,16%
Total	**615**	**100,00%**

Fonte: SIPI e IVSF-10, extração de 9 de setembro de 2026.

Quadro 16. Situação de renda

Situação	Pessoas	Participação
Possui benefício previdenciário	565	91,87%
Possui benefício assistencial	21	3,41%
Sem benefício, com acesso à renda de terceiros quando necessário	26	4,23%
Ausência completa de acesso à renda	3	0,49%
Total	**615**	**100,00%**

Fonte: SIPI e IVSF-10, extração de 9 de setembro de 2026.

Quadro 17. Participação social e escolaridade

Indicador	Com registro	Sem registro	% sem registro
Participação social	533	82	13,33%
Escolaridade	516	99	16,10%

Fonte: SIPI e IVSF-10, extração de 9 de setembro de 2026.

Três situações demandam atenção especial. As 87 pessoas idosas que moram sozinhas, 14,15% das avaliadas, constituem público de risco para o isolamento social e para o agravamento não percebido de condições de saúde, sobretudo quando residem na área rural. As 3 pessoas sem qualquer acesso à renda exigem resposta imediata da proteção social, com avaliação para concessão do Benefício de Prestação Continuada. E as 82 pessoas sem participação social registrada representam o público a ser alcançado pela busca ativa dos serviços de convivência.

A existência de apenas uma pessoa idosa do município em Instituição de Longa Permanência confirma o que a 2ª Conferência Municipal já havia apontado: São Jorge do Patrocínio não dispõe de serviço próprio de acolhimento institucional para pessoas idosas, suprindo a demanda por convênio com instituições de outros municípios.

Cadastro Único para Programas Sociais

Quadro 18. Pessoas idosas e famílias no Cadastro Único

Recorte	Pessoas idosas	Famílias
De 60 a 64 anos	192	175
65 anos ou mais	605	439
Total	**797**	**614**

Fonte: CECAD 2.0, Cadastro Único para Programas Sociais, referência julho de 2026.

O número de pessoas idosas inscritas no Cadastro Único, 797, corresponde a 51,6% da população idosa estimada e supera em 156 pessoas o total estratificado no SIPI. Essa diferença indica que a base socioassistencial alcança hoje parcela maior da população idosa do que a base de saúde, e sugere que o cruzamento entre as duas bases constitui caminho concreto e de baixo custo para ampliar a cobertura da estratificação clínico-funcional.

Síntese da primeira etapa

A primeira etapa permite afirmar que São Jorge do Patrocínio dispõe de informação organizada sobre parcela significativa de sua população idosa, com instrumentos padronizados e atualizados. O perfil que emerge é o de uma população majoritariamente robusta, com renda previdenciária assegurada e vínculos familiares preservados, na qual se destacam, contudo, três contingentes prioritários: 179 pessoas em risco de fragilidade ou frágeis, 88 pessoas em vulnerabilidade sociofamiliar moderada ou alta e 87 pessoas que residem sozinhas. A concentração desse público na área rural é o traço que singulariza o desafio municipal.

8.3 Segunda etapa: diagnóstico da rede de cuidado

A segunda etapa identifica os serviços, equipamentos, programas e ações que compõem a Rede de Cuidado da Pessoa Idosa no território, envolvendo principalmente as políticas de Saúde, Assistência Social e Garantia de Direitos.

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Rede de saúde

A atenção à saúde da pessoa idosa é prestada pelas Unidades Básicas de Saúde e pelas equipes da Estratégia Saúde da Família, organizadas em uma equipe urbana e uma equipe rural. As equipes utilizam o SIPI, o IVCF-20 e o IVSF-10 para identificação das condições clínico-funcionais e sociofamiliares, o que possibilita direcionar o acompanhamento conforme o estrato de vulnerabilidade de cada pessoa. O Departamento de Vigilância em Saúde responde pelas campanhas de vacinação e pelo controle de endemias, e o Departamento de Atenção Básica coordena as ações de medicina preventiva e atendimento comunitário.

Rede socioassistencial

O Centro de Referência de Assistência Social constitui a porta de entrada da Proteção Social Básica, desenvolvendo acolhimento, atendimento, orientação, acompanhamento e encaminhamentos. A população idosa é atendida no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, especialmente nas situações de vulnerabilidade social e fragilização de vínculos familiares e comunitários.

O município oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com ações destinadas à Terceira Idade, que contribuem para a socialização, o fortalecimento de vínculos, a prevenção do isolamento social e a promoção do envelhecimento ativo. O Serviço figura como a atividade de maior alcance entre as pessoas idosas do município, mencionado por 58,8% dos participantes da escuta participativa. O Cadastro Único é utilizado como instrumento de identificação e acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Garantia de direitos e controle social

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, instituído pela Lei nº 1.733/2013 e alterado pela Lei nº 2.398/2021, constitui o espaço de participação, controle social e acompanhamento das políticas destinadas à pessoa idosa. Sua composição é paritária, com cinco titulares governamentais e cinco titulares da sociedade civil, e a gestão 2025-2027 foi nomeada pelo Decreto Municipal nº 050/2025.

O Comitê Gestor Local Intersetorial do PAPI, instituído pelo Decreto nº 068/2026 e composto pelo Decreto nº 069/2026, reúne representantes de cinco secretarias municipais e da sociedade civil, conforme apresentado no expediente deste Plano. O município realizou a 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa em 20 de maio de 2025, cujas deliberações constam do capítulo 9.

Mapa da rede e lacunas identificadas

O quadro a seguir sistematiza a rede existente no território:

Quadro 19. Rede de Cuidado da Pessoa Idosa existente no município

Política	Equipamentos, serviços e instrumentos
Saúde	Unidades Básicas de Saúde; equipes da Estratégia Saúde da Família urbana e rural; Vigilância em Saúde; estratificação pelo SIPI, IVCF-20 e IVSF-10
Assistência Social	CRAS; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a Terceira Idade; Cadastro Único
Garantia de direitos	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; Comitê Gestor Local Intersetorial do PAPI; Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
Sociedade civil	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância; Grupo da Terceira Idade; associações de agricultores; organizações religiosas com atuação junto à população idosa
Acolhimento	Convênio com instituição de acolhimento sediada em outro município, atendendo atualmente uma pessoa idosa

Fonte: mapeamento realizado pelo Comitê Gestor Local Intersetorial do PAPI, 2026.

O mapeamento identificou também as seguintes lacunas, que constituem objeto de ação prioritária no capítulo 11:

Quadro 20. Lacunas identificadas na Rede de Cuidado

Lacuna	Implicação para a política municipal
Ausência de Mapa Municipal da Rede de Cuidado sistematizado	A gestão não dispõe de instrumento único e atualizado com os equipamentos públicos, privados e do terceiro setor, o que dificulta os encaminhamentos, a referência e a contrarreferência
Ausência de cadastro de cuidadores familiares e formais	O município desconhece quantas pessoas exercem a função de cuidado e em que condições, o que impede o planejamento de ações de apoio e formação
Ausência de levantamento sobre a Bolsa Cuidador Familiar e a Bolsa Agente do Saber	Benefícios estaduais podem estar sendo subutilizados por desconhecimento quanto à elegibilidade de munícipes
Inexistência de serviço municipal de acolhimento institucional	A demanda é suprida por convênio com instituições de outros municípios, com afastamento da pessoa idosa de seu território e de sua rede de vínculos
Cobertura parcial da estratificação clínico-funcional	905 pessoas idosas, 58,5% do total estimado, ainda não possuem estratificação registrada no SIPI
Ausência de cruzamento entre as bases do SIPI e do Cadastro Único	Oportunidade não aproveitada de ampliar a cobertura da estratificação e de identificar sobreposição de vulnerabilidades

Fonte: elaboração própria a partir do mapeamento da rede municipal.

Como contrapartida, o município apresenta potencialidades expressivas: dispõe de dados atualizados sobre a população idosa, aplica processos de estratificação clínico-funcional e sociofamiliar padronizados, mantém informações socioeconômicas provenientes do Cadastro Único e conta com rede ativa nas áreas de saúde, assistência social, convivência e garantia de direitos, com instâncias de controle social em funcionamento regular.

8.4 Terceira etapa: diagnóstico da cidade, escuta participativa

Para a escuta participativa, o município adotou o Modelo de Questionário Diagnóstico Municipal adaptado AARP, instrumento recomendado pelo Guia Orientativo do PAPI, que abrange os nove eixos estruturantes do Programa. A aplicação foi coordenada pelo Comitê Gestor Local Intersetorial, no período de 03 de Agosto de 2026 a 28 de Agosto de 2026, a aplicação foi feita através de formulário doc forms, publicado no site da prefeitura e enviado via WhatsApp para os grupos existente da Terceira idade no municipio como também para cuidadores e os resultados foram analisados, discutidos e validados em reunião presencial do Comitê.

A escuta contou com 119 participantes, dos quais 90,8% são pessoas idosas e 9,2% familiares ou cuidadores. A predominância de participantes idosos assegurou que o instrumento captasse diretamente percepções, experiências e necessidades de quem vive o envelhecimento no município.

Quadro 21. Perfil dos participantes da escuta participativa

Característica	Distribuição
Faixa etária	60 a 69 anos: 63,9%; 70 a 79 anos: 25,2%; 80 a 89 anos: 8,4%; 90 anos ou mais: 2,5%
Renda mensal	Até um salário mínimo: 53,8%; de um a três salários mínimos: 32,8%; acima de três salários mínimos: 9,2%; sem renda fixa: 4,2%
Composição domiciliar	Com cônjuge ou companheiro: 52,1%; sozinho: 23,5%; com filhos: 14,3%; outras composições: 10,1%

Fonte: escuta participativa pelo questionário adaptado AARP, 119 participantes.

Dois dados do perfil merecem destaque. O primeiro é que mais da metade dos participantes vive com renda de até um salário mínimo, condição que limita o acesso a serviços privados e torna a oferta pública determinante para a qualidade de vida. O segundo é que 23,5% declararam morar sozinhos, proporção superior aos 14,15% registrados pelo IVSF-10, diferença que se explica pelos universos distintos de cada instrumento e que reforça a necessidade de atenção permanente a esse público.

O quadro a seguir sintetiza os resultados obtidos em cada um dos nove eixos:

Quadro 22. Resultados da escuta participativa por eixo

Eixo	Resultado favorável	Ponto de atenção apontado
1. Habitação	89,9% avaliam a moradia como boa ou muito boa; 92,4% não relatam dificuldades internas	Ausência de barras de apoio e corrimãos, banheiros inadequados e dificuldade de acesso à entrada da residência
2. Espaços ao Ar Livre e Edifícios	60,5% avaliam positivamente os espaços públicos; 93,3% não encontram dificuldade de acesso a prédios públicos	33,6% consideram regulares as condições de ruas, calçadas e praças; falta de bancos e locais de descanso
3. Transporte	79,8% têm facilidade de deslocamento; 47,1% deslocam-se a pé e 47,1% de carro próprio	Parcela com dificuldade de deslocamento, agravada pela dispersão rural; 15,1% dependem do transporte público
4. Apoio Comunitário e Serviços de Saúde	93,3% avaliam o acesso à saúde como bom ou muito bom; 58,8% participam do Serviço de Convivência	8,4% não participam de nenhuma atividade de promoção do bem-estar
5. Participação Social e Inclusão Social	75,6% participam de atividades, sempre ou às vezes	17,6% não participam; demanda por passeios e cultura (42,9%), atividade física (31,9%) e dança (30,3%)
6. Participação Cívica	71,4% reconhecem oportunidades de participação nas decisões da comunidade	14,3% veem participação apenas parcial e 10,9% não sabem avaliar, o que sugere desconhecimento dos canais
7. Emprego	21,0% permanecem em atividade laboral após a aposentadoria	O instrumento não captou interesses e necessidades relativos a capacitação e geração de renda
8. Comunicação e Informação	63,9% obtêm informação com regularidade; 73,1% recebem informação pelo WhatsApp	31,1% obtêm informação apenas às vezes; o CRAS alcança apenas 6,7% como fonte de informação
9. Cuidado	62,2% contam com apoio familiar nas atividades diárias; 26,9% não necessitam de ajuda	Ausência de cadastro de cuidadores e de suporte estruturado às famílias cuidadoras

Fonte: escuta participativa pelo questionário adaptado AARP, 119 participantes.

Avaliação geral do município

Questionados sobre São Jorge do Patrocínio como município para envelhecer com qualidade de vida, 52,1% dos participantes avaliaram como excelente, 34,5% como muito bom e 10,9% como bom, somando 97,5% de avaliações positivas. Uma pequena parcela classificou o município como regular e não houve registro de avaliação como ruim.

A leitura técnica desse resultado requer cautela. A avaliação positiva não deve ser interpretada como ausência de demandas, e sim como expressão de vínculo e pertencimento ao território. Os mesmos participantes que avaliam o município como excelente apontaram, nos eixos específicos, a necessidade de qualificar espaços públicos, ampliar atividades culturais e de lazer, fortalecer a comunicação e apoiar as redes familiares de cuidado. A satisfação geral e a existência de demandas concretas convivem, e é sobre as segundas que o Plano de Ação deve operar.

8.5 Quadro-síntese e prioridades identificadas

O quadro a seguir consolida os principais achados das três etapas e as prioridades que fundamentam as ações dos capítulos 11 e 12, conforme orienta o Guia Orientativo do Programa.

Quadro 23. Síntese do diagnóstico e prioridades por etapa

Etapa	Principais achados	Prioridades identificadas
Primeira. Diagnóstico das pessoas idosas	641 pessoas estratificadas no SIPI, 41,5% da população idosa estimada. IVCF-20: 72,03% robustos, 18,28% em risco de fragilidade e 9,69% frágeis, totalizando 179 pessoas no público prioritário. IVSF-10: 12,20% com vulnerabilidade sociofamiliar moderada e 2,11% com alta. 87 pessoas residem sozinhas e 3 não possuem acesso à renda. 797 pessoas idosas no Cadastro Único, em 614 famílias. 59,1% das pessoas acompanhadas vivem na área rural.	Acompanhamento contínuo e diferenciado das 179 pessoas em risco de fragilidade ou frágeis. Busca ativa e proteção social das pessoas em vulnerabilidade sociofamiliar, das que residem sozinhas e das que não possuem renda. Ampliação da cobertura da estratificação pelo cruzamento entre SIPI e Cadastro Único.
Segunda. Diagnóstico da rede de cuidado	Rede existente: equipes da ESF urbana e rural, CRAS, PAIF, SCFV Terceira Idade, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Comitê Gestor Local do PAPI, Cadastro Único e Conferência Municipal. Lacunas: ausência de Mapa da Rede de Cuidado sistematizado, de cadastro de cuidadores, de levantamento sobre a Bolsa Cuidador Familiar e a Bolsa Agente do Saber, e de serviço municipal de acolhimento institucional.	Sistematização do Mapa Municipal da Rede de Cuidado. Organização das informações sobre cuidadores familiares e formais. Atualização permanente do CERAPI. Fortalecimento da articulação intersetorial e dos fluxos de referência e contrarreferência. Avaliação da viabilidade de serviço municipal de acolhimento.
Terceira. Diagnóstico da cidade	119 participantes, dos quais 90,8% pessoas idosas. Avaliação geral positiva em 97,5% das respostas. Avaliações mais favoráveis: acesso à saúde, 93,3%, e condições de moradia, 89,9%. Pontos de atenção: 33,6% consideram regulares as condições dos espaços públicos; 17,6% não participam de atividades; 31,1% obtêm informações apenas às vezes; 62,2% dependem do apoio familiar para o cuidado.	Qualificação da acessibilidade e das condições de circulação e permanência nos espaços públicos. Ampliação e diversificação das atividades de cultura, lazer, esporte e convivência conforme as preferências manifestadas. Fortalecimento da divulgação pelos canais de maior alcance. Apoio às famílias e aos cuidadores e articulação da rede de cuidado.

Fonte: elaboração própria a partir das três etapas do Diagnóstico Situacional.

A leitura integrada das três etapas permite identificar quatro prioridades estruturantes, que ordenam as demais:

Quadro 24. Prioridades estruturantes do município

Prioridade	Justificativa a partir do diagnóstico
1. Cuidado da população idosa rural	59,1% das pessoas idosas acompanhadas e 51,6% das classificadas como frágeis vivem na área rural, em território de 404 quilômetros quadrados. Transporte, visita domiciliar e equipe itinerante deixam de ser ações complementares e tornam-se condição de acesso.
2. Atenção às 179 pessoas em risco de fragilidade ou frágeis	Constituem 27,97% das pessoas estratificadas e concentram a demanda por acompanhamento contínuo, prevenção de quedas, atenção domiciliar e articulação entre saúde e assistência social.
3. Estruturação do apoio aos cuidadores familiares	62,2% das pessoas idosas dependem do apoio da família para as atividades cotidianas, e o município não dispõe de cadastro de cuidadores nem de levantamento sobre os benefícios estaduais disponíveis a esse público.
4. Ampliação da cobertura da estratificação	905 pessoas idosas, 58,5% do total estimado, ainda não possuem estratificação no SIPI. O Cadastro Único, que já alcança 797 pessoas idosas, oferece caminho imediato para ampliar essa cobertura.

Fonte: elaboração própria.

9. DELIBERAÇÕES DA 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL

9.1 Realização e composição

A 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa foi convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e realizada em 20 de maio de 2025, no Salão Multiuso do município. Reuniu 117 participantes, dos quais 111 representantes da sociedade civil e 6 representantes do governo municipal, com participação expressiva dos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

O relatório final registra como ponto forte a participação ativa das pessoas idosas, que exerceram papel de protagonistas no processo, e como desafio o volume de eixos e propostas submetidos à deliberação, o que exigiu adaptação da linguagem para assegurar o entendimento amplo dos temas tratados.

A Comissão Organizadora foi composta por quatro representantes do governo e um representante da sociedade civil. Foram eleitos um delegado titular e um suplente para a Conferência Estadual, ambos representantes do governo municipal. Não foram realizadas conferências livres no município.

A Conferência deliberou propostas nos cinco eixos nacionais, organizadas em três âmbitos de responsabilidade: município, Estado e União. As propostas municipais constituem a base das metas do capítulo 12 deste Plano. As propostas dirigidas ao Estado e à União são igualmente deliberação legítima da Conferência e estão registradas nos itens 9.3 e 9.4, para encaminhamento às instâncias correspondentes e acompanhamento pelo Conselho Municipal.

9.2 Prioridades para o município

Quadro 25. Propostas municipais aprovadas na 2ª Conferência Municipal

Eixo da Conferência	Propostas aprovadas para o município	Prazo
1. Financiamento das políticas públicas	Garantir dotação orçamentária anual para o Fundo Municipal do Idoso no PPA, na LDO e na LOA; estimular doações via renúncia do Imposto de Renda com campanhas de sensibilização; articular recursos entre assistência social, saúde, cultura e mobilidade urbana; estudar benefícios fiscais no IPTU ou no ISS para quem contribuir com o Fundo; criar programas de incentivo a empresas locais com projetos sociais voltados ao envelhecimento ativo	12 a 24 meses
2. Proteção à vida, à saúde e ao cuidado integral	Criar protocolos municipais de cuidado integral na Atenção Primária, com foco em prevenção, visitas domiciliares e acompanhamento de comorbidades; montar equipes de saúde itinerante para comunidades rurais ou áreas sem cobertura; criar ou ampliar programas de atividade física, mental e social; viabilizar transporte das comunidades para os encontros semanais, incluindo veículo adaptado; custear qualificação profissional das equipes que atendem a população idosa	12 a 24 meses
3. Proteção e enfrentamento à violência e ao abandono	Articular CRAS, CREAS, Saúde, Ministério Público e Conselhos para ações conjuntas; implantar fluxos padronizados de denúncia e encaminhamento; criar equipes de escuta ativa para atendimento domiciliar, em unidades de saúde e em centros de convivência; implantar serviço municipal de acolhimento institucional; promover campanhas de conscientização nas comunidades, feiras, igrejas e escolas	12 a 48 meses
4. Participação social, protagonismo e vida comunitária	Instituir espaços permanentes de escuta e deliberação em parceria com a Câmara de Vereadores; assegurar a participação das pessoas idosas na revisão dos planos urbanos; criar calendário oficial de eventos protagonizados por pessoas idosas; criar mecanismos de escuta ativa no planejamento e no orçamento municipal; fomentar projetos de memória viva com escolas e grupos intergeracionais	12 meses
5. Consolidação e fortalecimento dos conselhos de direitos	Garantir recursos no orçamento municipal para o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; capacitar os conselheiros; oportunizar a participação de pessoas idosas nas reuniões do Conselho; assegurar a participação do Conselho na elaboração e no monitoramento dos planos municipais de outras políticas; realizar audiências públicas e escutas comunitárias, especialmente com pessoas idosas em situação de vulnerabilidade ou invisibilidade	

Fonte: Relatório Final da 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, 20 de maio de 2025.

9.3 Prioridades para o Estado

As propostas a seguir foram aprovadas pela Conferência Municipal e dirigem-se ao Governo do Estado do Paraná. Registram-se neste Plano para encaminhamento às instâncias estaduais e acompanhamento pelo Conselho Municipal, inclusive por meio da representação do município nos espaços regionais e estaduais da política.

Quadro 26. Propostas aprovadas na 2ª Conferência Municipal dirigidas ao Estado

Eixo da Conferência	Propostas aprovadas para o Estado	Prazo
1. Financiamento das políticas públicas	Garantir dotação orçamentária anual ao Fundo Estadual do Idoso e incentivar a doação de recursos via renúncia fiscal do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas; criar incentivos fiscais estaduais, a exemplo do ICMS, para empresas que invistam em projetos voltados à pessoa idosa; criar mecanismos de transferência voluntária de recursos do Estado aos municípios que implementem políticas eficazes; permitir a vinculação de recursos estaduais da saúde, assistência social, cultura e educação a ações específicas voltadas à população idosa; estimular parcerias público-privadas para construção de centros de convivência, instituições de longa permanência e programas de inclusão digital e social	12 a 24 meses
2. Proteção à vida, à saúde e ao cuidado integral	Criar ou fortalecer núcleos estaduais de coordenação da política da pessoa idosa, para articular ações entre municípios e União; disponibilizar formações, protocolos de atendimento e kits de atenção básica e especializada aos municípios; criar linhas de cofinanciamento estadual para centros de convivência, unidades de saúde com atendimento especializado e serviços de acolhimento institucional; estimular a implantação de ambulatórios geriátricos e centros de reabilitação física e incentivar hospitais de retaguarda e leitos geriátricos em hospitais regionais; assegurar livre acesso à escolha da passagem para viagem	12 a 24 meses
3. Proteção e enfrentamento à violência e ao abandono	Implantar delegacias especializadas no atendimento à pessoa idosa, com equipe multidisciplinar; criar núcleos estaduais de combate à violência contra pessoas idosas, integrando segurança, saúde e assistência social; capacitar profissionais de segurança, saúde, assistência social e do judiciário para identificar e lidar com situações de violência e negligência; criar programas estaduais de incentivo financeiro para que os municípios implementem ações estruturadas de enfrentamento; criar fundo de repasse estadual permanente à Proteção Social Especial para o atendimento de pessoas idosas vítimas de violência	12 a 24 meses
4. Participação social, protagonismo e vida comunitária	Garantir orçamento, capacitação e espaço de escuta nos conselhos estaduais, com atenção à representação de diferentes perfis de envelhecimento; criar programa estadual de incentivo ao voluntariado sênior, com pessoas idosas atuando como educadoras, mediadoras culturais ou agentes comunitárias; implantar formações obrigatórias para servidores e gestores sobre envelhecimento, participação cidadã e enfrentamento ao etarismo; apoiar financeiramente coletivos e grupos artísticos e culturais formados por pessoas idosas, com incentivo à circulação de suas produções pelo Estado	12 a 24 meses
5. Consolidação e fortalecimento dos conselhos de direitos	Criar programas estaduais de formação continuada para conselheiros, abordando direitos humanos, envelhecimento, controle social, elaboração de projetos e fiscalização de recursos; estabelecer que os conselhos estaduais atuem como articuladores regionais, oferecendo suporte técnico e promovendo encontros de articulação; implantar observatórios estaduais voltados ao acompanhamento das ações dos conselhos e à produção de dados sobre o impacto das políticas de envelhecimento em cada região	12 a 24 meses

Fonte: Relatório Final da 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, 20 de maio de 2025.

9.4 Prioridades para a União

As propostas a seguir foram aprovadas pela Conferência Municipal e dirigem-se ao Governo Federal, para encaminhamento por meio da Conferência Estadual e dos demais espaços de pactuação da política.

Quadro 27. Propostas aprovadas na 2ª Conferência Municipal dirigidas à União

Eixo da Conferência	Propostas aprovadas para a União	Prazo
1. Financiamento das políticas públicas	Fortalecer o Fundo Nacional do Idoso com repasse obrigatório da União, vinculando parte da arrecadação de impostos; ampliar os incentivos à doação via Imposto de Renda, aumentando o percentual permitido e simplificando os procedimentos; incentivar a destinação de emendas parlamentares ao orçamento da pessoa idosa; permitir a vinculação de recursos federais da saúde, assistência social, cultura e educação a ações voltadas à população idosa; estimular parcerias público-privadas para a construção de equipamentos e programas	12 a 24 meses
2. Proteção à vida, à saúde e ao cuidado integral	Ampliar e integrar programas federais como o Melhor em Casa, a Atenção Domiciliar e o cuidado integral à pessoa idosa no SUS; criar Plano Nacional de Envelhecimento Saudável, com metas de curto, médio e longo prazo para promoção da saúde, prevenção de doenças e cuidados prolongados; reforçar o financiamento tripartite do SUS com verba específica para ações voltadas à população idosa; aumentar o repasse ao Piso de Proteção Social Básica para os serviços socioassistenciais destinados a pessoas idosas; criar programas nacionais de formação em gerontologia e cuidado para agentes comunitários, técnicos e profissionais de saúde	12 a 24 meses
3. Proteção e enfrentamento à violência e ao abandono	Ampliar a estrutura do Disque Direitos Humanos com equipe especializada em violência contra a pessoa idosa e integrar as denúncias aos sistemas do SUS, do SUAS e do Ministério Público para encaminhamento imediato; promover campanhas permanentes e educativas contra a violência e o abandono em televisão, rádio e redes sociais; incentivar a desconstrução do idadismo; ampliar e regulamentar instrumentos de responsabilização de agressores, inclusive com possibilidade de medidas protetivas para a vítima	12 meses
4. Participação social, protagonismo e vida comunitária	Instituir Sistema Nacional de Participação da Pessoa Idosa, integrando conselhos, fóruns e conferências e promovendo a articulação entre União, estados e municípios; desenvolver campanhas nacionais contínuas de valorização da pessoa idosa, com protagonismo das próprias pessoas idosas na construção das narrativas; criar política nacional de acesso gratuito à educação continuada e a cursos de extensão, com foco em direitos, tecnologia e cidadania; destinar recursos a projetos criados por pessoas idosas em suas comunidades; promover Plano Nacional de Inclusão Digital da Pessoa Idosa, com acesso à internet, oficinas e distribuição de equipamentos	12 a 24 meses
5. Consolidação e fortalecimento dos conselhos de direitos	Implantar sistema nacional interligado entre os conselhos municipais, estaduais e federal, para troca de informações, boas práticas, formação continuada e monitoramento de políticas; fortalecer o financiamento de ações estratégicas por meio do Fundo Nacional vinculado ao Conselho Nacional, com repasses descentralizados e gestão participativa; alterar o programa federal de passagem gratuita, de modo que a pessoa idosa que tenha direito ao benefício e não possa viajar sozinha tenha acompanhante com meia passagem	12 a 24 meses

Fonte: Relatório Final da 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, 20 de maio de 2025.

9.5 Convergência com os achados do diagnóstico

As deliberações da Conferência convergem de forma consistente com os achados da escuta participativa e do mapeamento da rede, ainda que a Conferência tenha ocorrido em maio de 2025 e o diagnóstico tenha sido elaborado em 2026, por metodologias distintas e com públicos distintos. Essa convergência confere legitimidade adicional às prioridades deste Plano, por demonstrar que elas emergem simultaneamente dos dados técnicos, da percepção da população idosa e da deliberação coletiva do controle social.

Quadro 28. Convergência entre as deliberações da Conferência e os achados do diagnóstico

Deliberação da Conferência	Achado correspondente do diagnóstico
Equipes de saúde itinerante para comunidades rurais e transporte das comunidades para os encontros	59,1% das pessoas idosas acompanhadas e 51,6% das classificadas como frágeis vivem na área rural
Implantação de serviço municipal de acolhimento institucional	Apenas uma pessoa idosa do município em Instituição de Longa Permanência, por convênio com outro município; serviço próprio inexistente
Equipes de escuta ativa para atendimento domiciliar	87 pessoas idosas residem sozinhas, 14,15% das avaliadas pelo IVSF-10
Protocolos municipais de cuidado integral na Atenção Primária com acompanhamento de comorbidades	179 pessoas em risco de fragilidade ou frágeis identificadas pelo IVCF-20
Ampliação de programas de atividade física, mental e social	Demanda da escuta por passeios e atividades culturais, 42,9%, atividade física, 31,9%, e dança, 30,3%

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Fortalecimento do Fundo Municipal e da dotação orçamentária	Ausência de recurso identificado no orçamento para a maior parte das ações da política
Capacitação dos conselheiros e das equipes técnicas	Ausência de órgão específico de coordenação da política, o que concentra a execução em equipe reduzida

Fonte: elaboração própria a partir do Relatório Final da 2ª Conferência Municipal e do Diagnóstico Municipal.

Registra-se como ponto a ser superado no próximo ciclo a ausência de delegados da sociedade civil na representação do município na Conferência Estadual, em descompasso com a composição da própria Conferência Municipal, na qual a sociedade civil representou 94,9% dos participantes. Registra-se igualmente a ausência de conferências livres no município, instrumento que permitiria ampliar a escuta para além do público já vinculado aos serviços.

10. OBJETIVOS DO PLANO

Objetivo geral

Promover o bem-estar, a autonomia e a qualidade de vida das pessoas idosas de São Jorge do Patrocínio, com atenção prioritária às que se encontram em situação de fragilidade clínico-funcional, vulnerabilidade sociofamiliar ou isolamento, por meio da articulação intersetorial entre as secretarias municipais, do fortalecimento da rede de cuidado e da participação ativa das próprias pessoas idosas e do controle social.

Objetivos específicos

- Assegurar financiamento próprio e estável à política municipal da pessoa idosa, com dotação orçamentária anual para o Fundo Municipal e estratégias de captação complementar;
- Qualificar a atenção à saúde da pessoa idosa, ampliando a cobertura da estratificação clínico-funcional e garantindo acompanhamento diferenciado ao público em risco de fragilidade ou frágil, com atenção especial à população rural;
- Garantir condições de moradia segura e adaptada e qualificar a acessibilidade dos espaços públicos e dos prédios de uso coletivo;
- Assegurar a mobilidade e o acesso da pessoa idosa aos serviços, às atividades e aos espaços de convivência, inclusive na área rural;
- Estruturar a proteção e o enfrentamento às situações de violência, negligência e abandono, com fluxos padronizados e rede articulada;
- Ampliar a participação social, o protagonismo e a vida comunitária das pessoas idosas, diversificando as atividades conforme as preferências manifestadas na escuta participativa;
- Garantir o acesso à informação sobre serviços, benefícios e direitos, pelos canais de maior alcance junto à população idosa;
- Estruturar a Rede Municipal de Cuidado e apoiar as famílias e os cuidadores que sustentam o cuidado domiciliar;
- Fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa como instância efetiva de controle social, com recursos, formação e participação das pessoas idosas;
- Concluir o percurso dos dez passos do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, com a certificação do município e a candidatura à Rede Global de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas.

11. PLANO DE AÇÃO NOS NOVE EIXOS DO PAPI

Este capítulo cumpre o 6º passo do Guia Orientativo e apresenta a matriz de ações do Plano de Ação Municipal, aprovada pelo Decreto nº 101/2026. As ações organizam-se nos nove eixos do Programa, e cada eixo abre com o achado diagnóstico que o fundamenta, seguido do quadro com objetivo, ação, indicador, meta, prazo, responsável, parceiros, público-alvo e recursos.

Essa estrutura torna explícita a relação entre o que o diagnóstico revelou e o que o Plano propõe, de modo que cada medida possa ser justificada perante o controle social e verificada no monitoramento.

11.1 Eixo 1. Habitação

Achado diagnóstico: 89,9% das pessoas idosas avaliam positivamente suas moradias e 92,4% não relatam dificuldades internas, mas as dificuldades identificadas concentram-se em ausência de barras de apoio e corrimãos, banheiros inadequados e acesso à entrada da residência. O IVSF-10 identificou 87 pessoas que residem sozinhas e 88 em vulnerabilidade sociofamiliar moderada ou alta.

Campo	Descrição
Objetivo	Promover condições de moradia segura, salubre e adaptada às necessidades da pessoa idosa, com prioridade para quem acumula fragilidade clínico-funcional e vulnerabilidade sociofamiliar.
Ação	Identificar, pelo cruzamento entre o Cadastro Único e o IVSF-10, as pessoas idosas em moradias inadequadas ou que residem sozinhas, e viabilizar melhorias e adaptações habitacionais, com prioridade para instalação de barras de apoio, pisos antiderrapantes, adequação de banheiros e melhoria dos acessos.
Indicador	Número de moradias de pessoas idosas avaliadas e número de moradias adaptadas ou melhoradas.
Meta	Levantamento das 88 pessoas em vulnerabilidade sociofamiliar concluído até 2027 e atendimento de 100% das situações prioritárias identificadas até 2030.
Prazo	2026 a 2030.
Responsável	Secretaria Municipal de Assistência Social, em conjunto com o Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Parceiros	COHAPAR, Secretaria Municipal de Saúde e Comitê Gestor Local do PAPI.
Público-alvo	Pessoas idosas em vulnerabilidade, incluindo as 87 que residem sozinhas.
Recursos	Equipe técnica da Assistência Social e das Obras; materiais de construção; recursos de programas habitacionais e do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

11.2 Eixo 2. Espaços ao Ar Livre e Edifícios

Achado diagnóstico: 33,6% dos participantes consideram regulares as condições de ruas, calçadas, praças e demais espaços públicos, e entre as dificuldades de acesso a prédios públicos foram apontadas a falta de bancos ou locais para descanso e dificuldades de locomoção. É o eixo com a menor proporção de avaliações muito positivas de toda a escuta.

Campo	Descrição
Objetivo	Garantir espaços públicos e edifícios acessíveis, seguros e acolhedores para a pessoa idosa.
Ação	Realizar levantamento das condições de acessibilidade dos espaços e prédios públicos e executar as adequações prioritárias, com atenção a rampas, rebaixamento de calçadas, bancos e locais de descanso, iluminação, sinalização e sanitários acessíveis.
Indicador	Número de espaços e prédios públicos avaliados e número de adequações executadas.
Meta	Levantamento concluído até 2027 e adequações prioritárias executadas até 2030, com reavaliação da percepção na próxima escuta participativa.
Prazo	2026 a 2030.
Responsável	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, pelo Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Parceiros	Assistência Social, Saúde, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e Comitê Gestor Local do PAPI.
Público-alvo	Pessoas idosas e população em geral.
Recursos	Equipe técnica e de engenharia; recursos orçamentários municipais; materiais e serviços.

11.3 Eixo 3. Transporte

Achado diagnóstico: 79,8% das pessoas idosas relatam facilidade de deslocamento, mas 59,1% das pessoas acompanhadas e 51,6% das classificadas como frágeis vivem na área rural, em território de 404 quilômetros quadrados. O transporte público é utilizado por 15,1% dos participantes, e a 2ª Conferência Municipal deliberou especificamente sobre transporte das comunidades e veículo adaptado.

Campo	Descrição
Objetivo	Assegurar a mobilidade e o acesso da pessoa idosa aos serviços e às atividades, com atenção prioritária à população rural.
Ação	Garantir transporte para consultas, exames e atividades de convivência, com cronograma divulgado previamente às comunidades rurais; adequar pontos de embarque; avaliar a aquisição de veículo adaptado; e divulgar e apoiar o acesso ao programa Viaja Mais 60.
Indicador	Número de pessoas idosas atendidas pelo transporte municipal; número de comunidades rurais com atendimento regular; adequações realizadas.
Meta	100% da demanda de transporte para a saúde atendida; cronograma de atendimento às comunidades rurais implantado até 2027; pontos prioritários adequados e estudo de veículo adaptado concluído até 2028.
Prazo	2026 a 2030.
Responsável	Departamento de Frotas e Transportes.
Parceiros	Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social.
Público-alvo	Pessoas idosas, com prioridade para as residentes na área rural.
Recursos	Veículos; motoristas; combustível; recursos de manutenção da frota.

11.4 Eixo 4. Apoio Comunitário e Serviços de Saúde

Achado diagnóstico: O acesso à saúde recebeu a melhor avaliação da escuta, com 93,3% de respostas positivas. O IVCF-20 identificou 179 pessoas em risco de fragilidade ou frágeis, e a cobertura da estratificação alcança 41,5% da população idosa estimada, restando 905 pessoas sem avaliação registrada. O Serviço de Convivência foi mencionado por 58,8% dos participantes como atividade de que participam.

Campo	Descrição
Objetivo	Qualificar a atenção à saúde da pessoa idosa conforme os níveis de vulnerabilidade identificados e ampliar o conhecimento sobre a população ainda não avaliada.
Ação	Manter e ampliar a estratificação pelo SIPI, IVCF-20 e IVSF-10, utilizando a base do Cadastro Único para identificar as pessoas idosas não avaliadas; implantar linha de cuidado com acompanhamento diferenciado das pessoas em risco de fragilidade e frágeis, incluindo protocolo de prevenção de quedas e visita domiciliar programada; e organizar atendimento itinerante nas comunidades rurais.
Indicador	Percentual da população idosa estratificada; percentual das pessoas em risco de fragilidade ou frágeis com acompanhamento registrado; número de comunidades rurais atendidas.
Meta	100% das 179 pessoas em risco de fragilidade ou frágeis com acompanhamento conforme a linha de cuidado até 2027; cobertura da estratificação ampliada de 41,5% para 70% até 2030.
Prazo	2026 a 2030.
Responsável	Secretaria Municipal de Saúde, pelas equipes da ESF urbana e rural.
Parceiros	Assistência Social, Cadastro Único e Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.
Público-alvo	Pessoas idosas do município, com prioridade para as 179 em risco de fragilidade ou frágeis.
Recursos	Equipes da Estratégia Saúde da Família; sistema SIPI; materiais educativos e de prevenção; transporte para o atendimento itinerante.

11.5 Eixo 5. Participação Social e Inclusão Social

Achado diagnóstico: 54,6% das pessoas idosas participam frequentemente das atividades e 21,0% participam às vezes, mas 17,6% não participam de nenhuma. O IVSF-10 identificou 82 pessoas sem participação social registrada. Entre as atividades solicitadas, destacam-se passeios e atividades culturais (42,9%), atividades físicas (31,9%), dança (30,3%), artesanato, informática e uso de celular, atividades de convivência e cursos de capacitação, todos em torno de 15%.

Campo	Descrição
Objetivo	Promover a participação social, a convivência e a inclusão das pessoas idosas, ampliando o acesso a atividades culturais, esportivas, de lazer, aprendizagem e convivência.
Ação	Ampliar e diversificar as atividades conforme as preferências manifestadas na escuta, com prioridade para passeios e atividades culturais, atividade física e dança, e realizar busca ativa das pessoas idosas que hoje não participam, a partir dos registros do IVSF-10 e do Cadastro Único.
Indicador	Número de atividades ofertadas; número de participantes; número de pessoas alcançadas pela busca ativa.
Meta	Manter as 533 pessoas idosas com participação registrada e alcançar progressivamente as 82 sem participação, com ampliação de 30% no número de participantes até 2030.
Prazo	2026 a 2030.
Responsável	Secretaria Municipal de Assistência Social.
Parceiros	Saúde, Educação, Cultura e Esporte, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e organizações da sociedade civil.
Público-alvo	Pessoas idosas do município, com prioridade para as 82 sem participação registrada.
Recursos	Equipe técnica do SCFV; instrutores e oficineiros; espaços públicos e comunitários; transporte; materiais de oficina.

11.6 Eixo 6. Participação Cívica

Achado diagnóstico: 71,4% das pessoas idosas consideram que há oportunidade de participar das decisões e atividades da comunidade, 14,3% avaliam que essa participação ocorre parcialmente e 10,9% informaram não saber avaliar, o que sugere desconhecimento quanto aos canais existentes. A 2ª Conferência Municipal deliberou pela criação de espaço permanente de escuta e deliberação em parceria com a Câmara Municipal.

Campo	Descrição
Objetivo	Fortalecer a participação das pessoas idosas na vida comunitária e nos espaços de participação e controle social do município.
Ação	Incentivar e ampliar a participação das pessoas idosas no Conselho Municipal, nas conferências, reuniões, fóruns e demais espaços de participação; instituir espaço permanente de escuta e deliberação em parceria com a Câmara Municipal; e promover ações de informação sobre direitos, políticas públicas e formas de participação.
Indicador	Número de ações de incentivo realizadas; número de pessoas idosas participantes de espaços comunitários e de controle social.
Meta	No mínimo duas ações anuais de incentivo à participação cívica e espaço permanente de escuta instituído até 2028.
Prazo	2026 a 2030.
Responsável	Secretaria Municipal de Assistência Social, em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.
Parceiros	Comitê Gestor Local do PAPI, Câmara Municipal, demais secretarias e organizações da sociedade civil.
Público-alvo	Pessoas idosas do município.
Recursos	Equipe técnica; materiais informativos; espaços públicos e comunitários; transporte para as comunidades rurais.

11.7 Eixo 7. Emprego

Achado diagnóstico: 72,3% dos participantes estão aposentados e não trabalham fora, enquanto 21,0% são aposentados e permanecem em atividade laboral. O instrumento aplicado identificou a situação atual de trabalho, mas não permitiu caracterizar necessidades e interesses relacionados a capacitação e geração de renda, lacuna que o próprio diagnóstico registra.

Campo	Descrição
Objetivo	Promover informação, capacitação e oportunidades de atividade produtiva para as pessoas idosas que tenham interesse em permanecer ou ingressar em atividades de trabalho e geração de renda.
Ação	Aplicar levantamento complementar sobre interesses em capacitação e atividade produtiva junto às pessoas idosas atendidas pelos serviços municipais e, a partir dos resultados, articular a oferta de cursos, oficinas e orientações compatíveis com os interesses identificados.
Indicador	Levantamento complementar realizado; número de ações de capacitação, orientação ou apoio à atividade produtiva; número de pessoas idosas participantes.
Meta	Levantamento complementar concluído até 2027 e, a partir dele, no mínimo uma ação anual de capacitação ou atividade produtiva destinada às pessoas idosas interessadas.
Prazo	2026 a 2030.
Responsável	Secretaria Municipal de Assistência Social, em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
Parceiros	Educação, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, instituições de capacitação e organizações da sociedade civil.
Público-alvo	Pessoas idosas interessadas em capacitação, atividade produtiva ou geração de renda.
Recursos	Equipe técnica; instrutores; espaços municipais; materiais de apoio e divulgação.

11.8 Eixo 8. Comunicação e Informação

Achado diagnóstico: 63,9% das pessoas idosas conseguem obter informações sobre serviços e benefícios e 31,1% conseguem apenas às vezes. O WhatsApp é o canal de maior alcance, mencionado por 73,1%, seguido dos Agentes Comunitários de Saúde, com 36,1%. O CRAS, porta de entrada da proteção social, alcança apenas 6,7% dos participantes como fonte de informação. A escuta registrou ainda demanda por oficinas de informática e uso de celular, apontada por 15,1%.

Campo	Descrição
Objetivo	Garantir o acesso da pessoa idosa à informação sobre serviços, benefícios e direitos, em formatos e canais acessíveis.
Ação	Estruturar a comunicação da política da pessoa idosa pelos canais de maior alcance identificados na escuta, com uso de listas de transmissão por aplicativo de mensagens e apoio dos Agentes Comunitários de Saúde; qualificar o CRAS como fonte de informação; manter divulgação por rádio e material impresso; e promover oficinas de inclusão digital.
Indicador	Número de ações de divulgação realizadas; número de pessoas idosas alcançadas; número de participantes das oficinas de inclusão digital.
Meta	Divulgação permanente estruturada até 2027; ao menos uma turma de inclusão digital por ano; elevar de 63,9% para 80% a proporção de pessoas idosas que obtêm informação com regularidade, verificada na próxima escuta.
Prazo	2026 a 2030.
Responsável	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, pela área de comunicação.
Parceiros	Assistência Social, Saúde, Educação e Agentes Comunitários de Saúde.
Público-alvo	Pessoas idosas e suas famílias.
Recursos	Equipamentos de informática; materiais de divulgação; instrutores; espaços para as oficinas.

11.9 Eixo 9. Cuidado

Achado diagnóstico: 62,2% das pessoas idosas recebem normalmente apoio de familiares nas atividades do dia a dia. O município não dispõe de Mapa da Rede de Cuidado sistematizado, de cadastro de cuidadores familiares e formais, nem de levantamento sobre a Bolsa Cuidador Familiar e a Bolsa Agente do Saber. Há uma única pessoa idosa do município em Instituição de Longa Permanência, por convênio com outro município. Atualmente, o município não está recebendo a Bolsa Cuidador Familiar; contudo, há uma demanda real e identificada no território, além do manifesto interesse do governo municipal em aderir e receber este recurso para fortalecer as ações de assistência e proteção à pessoa idosa.

Campo	Descrição
Objetivo	Estruturar e integrar a Rede Municipal de Cuidado da Pessoa Idosa e apoiar as famílias e os cuidadores que sustentam o cuidado domiciliar.
Ação	Sistematizar o Mapa Municipal da Rede de Cuidado, reunindo em instrumento único os equipamentos públicos, privados e do terceiro setor; levantar e cadastrar os cuidadores familiares e formais do município, com inserção no Cadastro de Cuidadores do Paraná; verificar a elegibilidade de munícipes à Bolsa Cuidador Familiar e à Bolsa Agente do Saber; manter o CERAPI atualizado; e oferecer orientação e apoio às famílias cuidadoras.
Indicador	Mapa da Rede de Cuidado elaborado; número de cuidadores cadastrados; número de munícipes encaminhados aos benefícios estaduais; CERAPI atualizado.
Meta	Mapa da Rede de Cuidado e cadastro de cuidadores concluídos até 2027; CERAPI atualizado permanentemente; ao menos uma ação anual de orientação às famílias cuidadoras a partir de 2027.
Prazo	2026 a 2030.
Responsável	Secretarias Municipais de Assistência Social e de Saúde.
Parceiros	SEMIPI, Comitê Gestor Local do PAPI e Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.
Público-alvo	Pessoas idosas frágeis e em risco de fragilidade, suas famílias e seus cuidadores.
Recursos	Equipe técnica; sistemas de informação SIPI e CERAPI; materiais de registro e de orientação.

12. METAS DELIBERADAS PELA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Este capítulo converte em metas as propostas aprovadas pela 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, organizadas nos cinco eixos nacionais. Essas metas integram o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e complementam a matriz do capítulo 11, que responde aos nove eixos do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.

A manutenção dos dois conjuntos de eixos preserva a identidade de cada instrumento: a Conferência é a instância máxima de participação da política e suas deliberações não podem ser diluídas, enquanto os nove eixos do Programa respondem aos compromissos assumidos com o Estado. O item 12.6 apresenta a correspondência entre ambos, de modo que as ações comuns sejam executadas uma única vez e computadas nos dois conjuntos.

12.1 Eixo 1. Financiamento das políticas públicas

Quadro 29. Metas do Eixo 1 da Conferência

Objetivo	Ação	Indicador	Meta	Prazo	Responsável e parceiros
Assegurar dotação orçamentária própria e estável à política da pessoa idosa	Garantir previsão de dotação orçamentária anual para o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual	Dotação prevista nas três peças orçamentárias	Dotação assegurada em 100% dos exercícios de 2027 a 2030	2026-2030	Finanças. Parceiros: Assistência Social e CMDPI
Ampliar os recursos do Fundo Municipal	Realizar campanha anual de sensibilização de cidadãos e empresas locais para destinação de parte do Imposto de Renda devido ao Fundo Municipal	Número de campanhas realizadas e valor arrecadado por exercício	Uma campanha por ano e crescimento real da arrecadação do Fundo a cada exercício	2026-2030	Assistência Social. Parceiros: Finanças e CMDPI
Criar incentivos locais à destinação de recursos	Realizar estudo de viabilidade de benefícios fiscais no IPTU ou no ISS para contribuintes que destinem recursos ao Fundo Municipal	Estudo concluído e encaminhado ao Legislativo	Estudo concluído até 2027	2026-2027	Finanças. Parceiros: Procuradoria e CMDPI
Integrar recursos das diferentes políticas setoriais	Articular a destinação de recursos já existentes nas áreas de saúde, assistência social, cultura e mobilidade para ações voltadas às pessoas idosas, com identificação das ações no orçamento	Número de ações intersetoriais com recurso identificado no orçamento	No mínimo três ações intersetoriais com recurso identificado por exercício	2026-2030	Finanças. Parceiros: Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e Esporte
Mobilizar o setor privado e o terceiro setor	Criar programa de incentivo a empresas locais que desenvolvam projetos voltados ao envelhecimento ativo, inclusão digital, lazer e cuidado em saúde	Número de parcerias firmadas	No mínimo duas parcerias firmadas até 2030	2027-2030	Finanças. Parceiros: Assistência Social e Agricultura e Meio Ambiente

Fonte: deliberações da 2ª Conferência Municipal e Diagnóstico Municipal, 2026.

12.2 Eixo 2. Proteção à vida, à saúde e ao cuidado integral

Quadro 30. Metas do Eixo 2 da Conferência

Objetivo	Ação	Indicador	Meta	Prazo	Responsável e parceiros
Ampliar o conhecimento sobre a condição de saúde da população idosa	Ampliar a estratificação pelo IVCF-20 e pelo IVSF-10, com registro no SIPI, utilizando o cruzamento com a base do Cadastro Único	Percentual da população idosa com estratificação registrada no SIPI	Elevar a cobertura de 41,5% para 70% até 2030	2026-2030	Saúde. Parceiros: Assistência Social e Cadastro Único
Garantir acompanhamento diferenciado ao público prioritário	Implantar linha de cuidado municipal da pessoa idosa, com protocolo de prevenção de quedas, visita domiciliar programada e acompanhamento de comorbidades	Percentual das pessoas em risco de fragilidade ou frágeis com acompanhamento registrado	100% das 179 pessoas identificadas com acompanhamento conforme a linha de cuidado, até 2027	2026-2027	Saúde (ESF urbana e rural). Parceiros: Assistência Social e CMDPI
Levar o cuidado à população idosa rural	Organizar atendimento itinerante periódico das equipes de saúde nas comunidades rurais, com cronograma anual divulgado previamente	Número de comunidades rurais atendidas e de atendimentos realizados	Cronograma implantado até 2027 e todas as comunidades rurais atendidas ao menos duas vezes por ano a partir de 2027	2026-2030	Saúde. Parceiros: Frotas e Transportes e Assistência Social
Assegurar o deslocamento às atividades e aos serviços	Garantir transporte das comunidades rurais para consultas, exames e encontros do Serviço de Convivência, e avaliar a aquisição de veículo adaptado	Percentual da demanda de transporte atendida e estudo de aquisição concluído	100% da demanda de transporte para a saúde atendida e estudo de veículo adaptado concluído até 2028	2026-2030	Frotas e Transportes. Parceiros: Saúde e Assistência Social
Ampliar os espaços de atenção, convivência e atividade	Ampliar os programas de atividade física, cognitiva e social e avaliar a viabilidade de espaço próprio para as atividades da Melhor Idade	Número de atividades ofertadas e de participantes	Ampliar em 30% o número de participantes das atividades até 2030	2026-2030	Assistência Social. Parceiros: Saúde, Educação, Cultura e Esporte
Qualificar as equipes que atendem a população idosa	Custear a participação de profissionais da saúde, da assistência	Número de profissionais capacitados por exercício	No mínimo cinco profissionais capacitados por ano	2026-2030	Finanças. Parceiros: Saúde, Assistência

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

	social e da educação em cursos de qualificação sobre envelhecimento e cuidado				Social e Educação

Fonte: deliberações da 2ª Conferência Municipal e Diagnóstico Municipal, 2026.

12.3 Eixo 3. Proteção e enfrentamento à violência e ao abandono

Quadro 31. Metas do Eixo 3 da Conferência

Objetivo	Ação	Indicador	Meta	Prazo	Responsável e parceiros
Integrar a rede de proteção à pessoa idosa	Instituir fluxo intersetorial de atendimento às situações de violência, negligência e abandono, articulando CRAS, serviços de saúde, Conselho Municipal, Ministério Público e órgãos de segurança	Fluxo pactuado e publicado; número de casos atendidos pelo fluxo	Fluxo pactuado e publicado até 2027	2026-2027	Assistência Social. Parceiros: Saúde, CMDPI e Ministério Público
Alcançar as pessoas idosas em situação de isolamento	Realizar busca ativa e acompanhamento sistemático das pessoas idosas que residem sozinhas, com prioridade às residentes na área rural e às que apresentam fragilidade clínico-funcional	Número de pessoas idosas que residem sozinhas com acompanhamento registrado	100% das 87 pessoas identificadas com visita e acompanhamento registrados até 2028	2026-2028	Assistência Social. Parceiros: Saúde e agentes comunitários
Garantir renda mínima às pessoas idosas sem proteção	Avaliar e encaminhar ao Benefício de Prestação Continuada as pessoas idosas identificadas sem acesso à renda e manter rotina de identificação de novos casos	Número de pessoas encaminhadas e de benefícios concedidos	100% das 3 pessoas identificadas avaliadas e encaminhadas em 2026, com rotina mantida nos exercícios seguintes	2026-2030	Assistência Social (CRAS e Cadastro Único)
Suprir a ausência de acolhimento no território	Avaliar a viabilidade técnica e orçamentária de serviço municipal ou regionalizado de acolhimento e, até sua implantação, manter e qualificar o convênio vigente	Estudo de viabilidade concluído; convênio mantido	Estudo concluído até 2028 e convênio mantido durante todo o período	2026-2030	Assistência Social. Parceiros: Finanças e CMDPI
Prevenir a violência pela informação	Realizar campanhas permanentes de conscientização sobre o cuidado e o respeito à pessoa idosa nas comunidades, feiras, igrejas e escolas, com divulgação dos canais de denúncia	Número de campanhas e de comunidades alcançadas	No mínimo duas campanhas por ano, alcançando as comunidades urbanas e rurais	2026-2030	Assistência Social. Parceiros: Educação, Saúde e CMDPI

Fonte: deliberações da 2ª Conferência Municipal e Diagnóstico Municipal, 2026.

12.4 Eixo 4. Participação social, protagonismo e vida comunitária

Quadro 32. Metas do Eixo 4 da Conferência

Objetivo	Ação	Indicador	Meta	Prazo	Responsável e parceiros
Ampliar a participação das pessoas idosas nas atividades do município	Diversificar as atividades de convivência conforme as preferências manifestadas na escuta e realizar busca ativa das pessoas idosas que hoje não participam	Número de participantes e de pessoas alcançadas pela busca ativa	100% das 3 pessoas com participação registrada e alcançar as 82 sem participação até 2030	2026-2030	Assistência Social. Parceiros: Saúde, Educação, Cultura e Esporte
Instituir espaço permanente de escuta e deliberação	Criar, em parceria com a Câmara Municipal, espaço permanente no qual as pessoas idosas possam propor ações e melhorias para o município	Espaço instituído e número de reuniões realizadas	Espaço instituído até 2028, com no mínimo duas reuniões anuais a partir de sua instalação	2026-2030	CMDPI. Parceiros: Câmara Municipal e Assistência Social
Assegurar a presença da pessoa idosa no planejamento urbano	Garantir a participação de representantes das pessoas idosas na revisão dos planos urbanos e nas decisões sobre mobilidade, acessibilidade e espaços de convivência	Número de processos de planejamento com participação registrada	Participação assegurada em 100% dos processos de revisão realizados no período	2026-2030	Administração e Fazenda. Parceiros: CMDPI e Comitê PAPI
Dar visibilidade ao protagonismo da pessoa idosa	Instituir calendário oficial anual de eventos liderados e protagonizados por pessoas idosas, incluindo feiras, rodas de conversa, exposições e atividades esportivas e culturais	Calendário publicado e número de eventos realizados	Calendário publicado a partir de 2027, com no mínimo três eventos por ano	2026-2030	Educação, Cultura e Esporte. Parceiros: Assistência Social e CMDPI
Valorizar a memória e o saber das pessoas idosas	Desenvolver projetos de memória viva nos quais as pessoas idosas compartilhem histórias, saberes e tradições locais com escolas e grupos intergeracionais	Número de projetos realizados e de participantes	No mínimo um projeto por ano a partir de 2027	2027-2030	Assistência Social. Parceiros: Educação, Cultura e Esporte

Fonte: deliberações da 2ª Conferência Municipal e escuta participativa, 2026.

12.5 Eixo 5. Consolidação e fortalecimento dos conselhos de direitos

Quadro 33. Metas do Eixo 5 da Conferência

Objetivo	Ação	Indicador	Meta	Prazo	Responsável e parceiros
Assegurar condições materiais ao funcionamento do Conselho	Garantir recursos no orçamento municipal destinados ao funcionamento do Conselho Municipal, incluindo deslocamento, material e apoio administrativo	Recurso previsto e executado por exercício	Recurso previsto em 100% dos exercícios de 2027 a 2030	2026-2030	Finanças. Parceiros: Assistência Social
Qualificar a atuação dos conselheiros	Promover formação continuada sobre direitos humanos, envelhecimento, controle social, elaboração de projetos e fiscalização de recursos	Número de formações realizadas e de conselheiros capacitados	No mínimo uma formação anual, alcançando 100% dos conselheiros titulares	2026-2030	Assistência Social. Parceiros: CMDPI e SEMIPI
Ampliar a presença das pessoas idosas no Conselho	Oportunizar e divulgar a participação de pessoas idosas nas reuniões do Conselho, assegurando acessibilidade, transporte e linguagem adequada	Número de reuniões com presença de pessoas idosas não conselheiras	Presença assegurada em no mínimo metade das reuniões ordinárias anuais	2026-2030	CMDPI. Parceiros: Assistência Social
Integrar o Conselho aos demais instrumentos de planejamento	Assegurar a participação do Conselho na elaboração, no monitoramento e na avaliação dos planos municipais de saúde, assistência social, mobilidade, cultura e habitação	Número de planos municipais com participação registrada do Conselho	Participação assegurada em 100% dos planos elaborados ou revisados no período	2026-2030	CMDPI. Parceiros: demais secretarias municipais
Aproximar o Conselho das pessoas idosas em situação de invisibilidade	Realizar audiências públicas e escutas comunitárias, com prioridade para as comunidades rurais e para as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade	Número de audiências e escutas realizadas	No mínimo uma audiência pública e duas escutas comunitárias por ano	2026-2030	CMDPI. Parceiros: Assistência Social e Comitê PAPI

Fonte: deliberações da 2ª Conferência Municipal, 2025.

12.6 Correspondência entre os dois conjuntos de eixos

O quadro a seguir relaciona os eixos da Conferência Municipal aos eixos do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, permitindo que uma mesma ação executada seja computada nos dois conjuntos de metas e evitando duplicidade de esforço e de registro no monitoramento.

Quadro 34. Correspondência entre os eixos da Conferência e os eixos do PAPI

Eixo da Conferência Municipal	Eixos correspondentes do PAPI
1. Financiamento das políticas públicas	Transversal a todos os eixos, pela previsão de recursos de cada ação da matriz do capítulo 11
2. Proteção à vida, à saúde e ao cuidado integral	Eixo 3, Transporte; Eixo 4, Apoio Comunitário e Serviços de Saúde; Eixo 9, Cuidado
3. Proteção e enfrentamento à violência e ao abandono	Eixo 1, Habitação; Eixo 9, Cuidado
4. Participação social, protagonismo e vida comunitária	Eixo 5, Participação Social e Inclusão Social; Eixo 6, Participação Cívica; Eixo 7, Emprego; Eixo 8, Comunicação e Informação
5. Consolidação e fortalecimento dos conselhos de direitos	Eixo 6, Participação Cívica

Fonte: elaboração própria.

Registra-se que o Eixo 2 do PAPI, Espaços ao Ar Livre e Edifícios, não encontra correspondência direta em eixo específico da Conferência, embora a demanda por acessibilidade tenha sido manifestada nas propostas do Eixo 4 da Conferência, relativas à participação das pessoas idosas na revisão dos planos urbanos. A matriz do capítulo 11 supre essa lacuna com ação própria, fundamentada no achado da escuta participativa.

13. CONTINUIDADE DAS AÇÕES SETORIAIS

O Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa 2024-2027 organizou as ações do município em cinco eixos setoriais, correspondentes às políticas públicas existentes no território. Essas ações permanecem em execução e sua continuidade está assegurada neste capítulo, agora com as metas repactuadas para o período 2026-2030 e articuladas aos eixos do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.

A manutenção dessas ações responde a um princípio de continuidade administrativa. A política da pessoa idosa em São Jorge do Patrocínio não começa com o PAPI: há serviços em funcionamento, metas pactuadas e resultados acumulados que seriam perdidos se o novo instrumento simplesmente substituísse o anterior. O que este capítulo faz é preservar o que já existe, atualizar as metas à luz do diagnóstico e explicitar a correspondência entre os eixos setoriais do município e os eixos do Programa.

As metas do Plano 2024-2027 referiam-se ao número de pessoas idosas alcançadas por ação a cada exercício, em progressão de 65 para 100 pessoas ao longo do quadriênio. Considerando que o diagnóstico identificou 1.546 pessoas idosas no município e 533 com participação social registrada, as metas foram repactuadas em patamares compatíveis com esse universo.

13.1 Eixo da Assistência Social e Previdência

Diretriz do eixo: prevenir, promover e incluir as pessoas idosas e suas famílias, visando à garantia dos direitos sociais e da qualidade de vida, e manter programas de orientação e acompanhamento quanto ao Benefício de Prestação Continuada, ao acesso aos direitos previdenciários e aos riscos dos empréstimos consignados sobre a aposentadoria.

Quadro 35. Ações continuadas do eixo da Assistência Social e Previdência

Objetivo	Ação	Meta 2026-2030	Responsável
Promover espaços de reflexão sobre os direitos da pessoa idosa, de integração, convivência e promoção social	Encontros e palestras com as pessoas idosas e suas famílias	Alcançar 120 pessoas por ano em 2026 e 2027 e 150 por ano de 2028 a 2030	Assistência Social
Oportunizar atividades às pessoas idosas atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Reuniões e atividades regulares do SCFV Terceira Idade	Manter as 533 pessoas com participação registrada e ampliar progressivamente para alcançar as 82 sem participação	Assistência Social
Prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais e prevenir o confinamento da pessoa idosa	Visitas domiciliares, com prioridade para as pessoas que residem sozinhas e para as de maior vulnerabilidade	100% das 87 pessoas que residem sozinhas visitadas até 2028, com acompanhamento mantido até 2030	Assistência Social, com a Saúde
Assegurar acolhimento institucional às pessoas idosas que não dispõem de condições de permanecer com a família	Encaminhamento e manutenção do convênio com instituição de acolhimento, enquanto não houver serviço municipal	100% das situações identificadas atendidas, com convênio mantido durante todo o período	Assistência Social
Captar recursos para fomentar a política de atenção à pessoa idosa	Busca de parcerias e de recursos junto às três esferas de governo e ao setor privado	No mínimo uma captação ou parceria firmada por exercício	Assistência Social, com Finanças
Divulgar o Estatuto da Pessoa Idosa e promover políticas que valorizem, protejam e garantam direitos	Palestras, encontros e campanhas de divulgação	No mínimo duas ações de divulgação por ano, alcançando as comunidades urbanas e rurais	Assistência Social, com o CMDPI
Garantir atendimento e encaminhamento à rede de proteção da pessoa idosa vítima de violência ou violação de direitos	Atendimento, encaminhamento e acompanhamento dos casos identificados, conforme o fluxo intersetorial previsto no item 12.3	100% dos casos identificados atendidos e encaminhados, com registro no sistema municipal	Assistência Social, com Saúde e órgãos de defesa
Priorizar o acesso das pessoas idosas aos benefícios previdenciários e assistenciais	Orientação, avaliação e encaminhamento ao Benefício de Prestação Continuada e aos demais benefícios	100% das 3 pessoas sem acesso à renda avaliadas e encaminhadas em 2026, com rotina mantida	Assistência Social, pelo CRAS e Cadastro Único
Orientar as pessoas idosas quanto aos empréstimos consignados sobre a aposentadoria	Reuniões e materiais informativos sobre crédito consignado, fraudes e endividamento	No mínimo uma ação anual de orientação, com prioridade para os grupos do SCFV	Assistência Social

Fonte: Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa 2024-2027, com metas repactuadas a partir do Diagnóstico Municipal, 2026. Correspondência com os eixos do PAPI: eixos 5, 6 e 9.

13.2 Eixo da Saúde

Diretriz do eixo: atender as pessoas idosas do município por meio de uma rede de assistência à saúde integrada e acolhedora, que incida sobre os principais agravos à saúde dessa população, respeitando o seu protagonismo.

Quadro 36. Ações continuadas do eixo da Saúde

Objetivo	Ação	Meta 2026-2030	Responsável
Qualificar o atendimento à pessoa idosa com profissional especializado	Avaliar a contratação ou o consorciamento de atendimento geriátrico, inclusive por meio de consórcio intermunicipal	Estudo de viabilidade concluído até 2028	Saúde, com Finanças
Melhorar a independência e a qualidade de vida das pessoas idosas	Manter o fornecimento de órteses, próteses e materiais de auxílio à locomoção e à autonomia	100% da demanda avaliada e atendida conforme os critérios do SUS, em todo o período	Saúde
Melhorar a acuidade visual das pessoas idosas	Campanhas de exames oftalmológicos e fornecimento de óculos	No mínimo uma campanha anual, com atenção à população rural	Saúde
Garantir a atenção domiciliar à pessoa idosa	Visitas domiciliares programadas, com prioridade para as pessoas classificadas como frágeis ou em risco de fragilidade	100% das 179 pessoas em risco de fragilidade ou frágeis com visita domiciliar registrada até 2027	Saúde, pelas equipes da ESF urbana e rural
Reduzir complicações e risco de morte por doenças imunopreveníveis	Manutenção das campanhas de vacinação da população idosa, com estratégias de alcance na área rural	Cobertura vacinal de 100% da população idosa alcançável, em todas as campanhas do período	Saúde, pela Vigilância em Saúde
Prevenir quedas e agravos evitáveis	Palestras, materiais orientativos e avaliação do ambiente domiciliar, articulados à ação de adaptação habitacional do item 11.1	No mínimo duas ações anuais de prevenção de quedas, com registro dos participantes	Saúde, com Assistência Social

Fonte: Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa 2024-2027, com metas repactuadas a partir do Diagnóstico Municipal, 2026. Correspondência com os eixos do PAPI: eixos 4 e 9.

13.3 Eixo da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Diretriz do eixo: possibilitar o acesso das pessoas idosas a propostas cognitivas em espaços estruturados e qualificados da rede municipal de ensino e garantir o direito ao esporte, à recreação e ao lazer, fomentando políticas que promovam saúde e qualidade de vida.

Quadro 37. Ações continuadas do eixo da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Objetivo	Ação	Meta 2026-2030	Responsável
Ofertar atividades físicas, esportivas, recreativas e de lazer adequadas às características e necessidades da população idosa	Manutenção do Espetáculo de Talentos da Terceira Idade e das atividades culturais do calendário municipal	No mínimo 100 participantes por edição, com realização anual garantida	Educação, Cultura e Esporte
Incentivar a participação das pessoas idosas em atividades culturais	Danças, desfiles, teatro e apresentações, com protagonismo das próprias pessoas idosas	Ampliar em 30% o número de participantes até 2030, atendendo à demanda por dança apontada por 30,3% na escuta	Educação, Cultura e Esporte
Criar e manter programas de lazer, esporte e atividade física	Manutenção do Projeto Viver Mais e do jogo de bocha e criação de novas modalidades conforme a demanda	Manter as atividades existentes e implantar ao menos uma nova modalidade até 2028	Educação, Cultura e Esporte
Atender à demanda por passeios e atividades culturais manifestada na escuta	Organização de passeios e visitas culturais, com transporte assegurado às comunidades rurais	No mínimo dois passeios por ano a partir de 2027, atendendo à demanda apontada por 42,9% na escuta	Educação, Cultura e Esporte, com Frotas e Transportes
Inserir conteúdos sobre o processo de envelhecimento nos diversos níveis de ensino, eliminando preconceitos	Palestras e atividades nas escolas municipais, articuladas aos projetos de memória viva do item 12.4	No mínimo uma ação por escola municipal a cada ano letivo	Educação, Cultura e Esporte
Promover a alfabetização e a educação continuada de pessoas idosas	Oferta de turmas de educação de jovens e adultos e de oficinas de inclusão digital	Ao menos uma turma de inclusão digital por ano, atendendo à demanda de 15,1% da escuta	Educação, Cultura e Esporte

Fonte: Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa 2024-2027, com metas repactuadas a partir do Diagnóstico Municipal, 2026. Correspondência com os eixos do PAPI: eixos 5 e 8.

13.4 Eixo da Habitação, Urbanismo e Acessibilidade

Diretriz do eixo: planejar e coordenar políticas públicas voltadas à inclusão social das pessoas idosas com mobilidade reduzida, primando pela acessibilidade universal, e promover a execução de obras viárias, a manutenção das vias urbanas e a implantação e manutenção da iluminação pública.

Quadro 38. Ações continuadas do eixo da Habitação, Urbanismo e Acessibilidade

Objetivo	Ação	Meta 2026-2030	Responsável
Minimizar os problemas causados pelo desgaste do pavimento nas vias utilizadas pela população idosa	Conservação das vias pavimentadas, com asfaltamento e calçamento, priorizando os trajetos de acesso aos equipamentos públicos	Levantamento dos trajetos prioritários concluído até 2027 e conservação mantida em todo o período	Obras e Serviços Urbanos
Conscientizar os cidadãos sobre a responsabilidade na conservação dos passeios públicos	Reuniões e campanhas sobre a manutenção das calçadas, de modo que não ofereçam risco de queda ou tropeço	No mínimo uma campanha anual, articulada à ação de prevenção de quedas do item 13.2	Obras e Serviços Urbanos, com Saúde
Melhorar a acessibilidade na cidade	Implantação de rebaixamentos de calçada, rampas, bancos, locais de descanso e sinalização acessível	Levantamento concluído até 2027 e adequações prioritárias executadas até 2030, conforme o item 11.2	Obras e Serviços Urbanos
Prevenir quedas no ambiente domiciliar	Palestras, folders e orientação sobre moradia segura, com encaminhamento das situações que demandem adaptação	100% das 88 pessoas em vulnerabilidade sociofamiliar com orientação registrada até 2028	Obras e Serviços Urbanos, com Saúde e Assistência Social
Suprir a ausência de ações habitacionais voltadas à pessoa idosa	Estruturar ações de adaptação habitacional e de acesso a programas de habitação popular, conforme o item 11.1	Ações estruturadas até 2027, suprindo a lacuna registrada no item 7.4	Assistência Social, com Obras e Serviços Urbanos

Fonte: Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa 2024-2027, com metas repactuadas a partir do Diagnóstico Municipal, 2026. Correspondência com os eixos do PAPI: eixos 1, 2 e 3.

13.5 Eixo do Meio Ambiente

Diretriz do eixo: planejar a participação das pessoas idosas em atividades de preservação da natureza, reconhecendo que a proteção do meio ambiente é dever de todos os cidadãos e que as pessoas idosas são guardiãs da memória das transformações do território. Esse eixo assume particular relevância em São Jorge do Patrocínio, município cujo território é composto em cerca de 60% por áreas de conservação.

Quadro 39. Ações continuadas do eixo do Meio Ambiente

Objetivo	Ação	Meta 2026-2030	Responsável
Planejar a participação das pessoas idosas em atividades de preservação da natureza	Encontros, palestras e atividades de educação ambiental com os grupos de convivência	No mínimo duas atividades por ano, com 100 participantes por edição	Agricultura e Meio Ambiente
Promover o consumo sustentável, a mudança de hábitos e o descarte correto de resíduos	Palestras sobre consumo sustentável, coleta seletiva e destinação adequada de resíduos	No mínimo uma ação anual, integrada ao calendário de atividades do SCFV	Agricultura e Meio Ambiente, com Assistência Social
Incentivar o cultivo de áreas verdes e a economia de água e energia	Palestras e doação de mudas às pessoas idosas participantes, estimulando o plantio e a conservação	Ao menos uma campanha anual de doação de mudas	Agricultura e Meio Ambiente
Valorizar a memória ambiental das pessoas idosas	Atividades em que as pessoas idosas compartilhem com as gerações mais jovens as transformações do território que testemunharam, articuladas aos projetos de memória viva do item 12.4	No mínimo um projeto intergeracional por ano a partir de 2027	Agricultura e Meio Ambiente, com Educação
Aproximar as pessoas idosas do patrimônio ambiental do município	Excursões e visitas às áreas de conservação, com transporte e acompanhamento adequados	Ao menos uma excursão anual, com acessibilidade assegurada	Agricultura e Meio Ambiente, com Frotas e Transportes

Fonte: Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa 2024-2027, com metas repactuadas a partir do Diagnóstico Municipal, 2026. Correspondência com os eixos do PAPI: eixos 5 e 6.

O quadro a seguir consolida a correspondência entre os eixos setoriais do município e os nove eixos do Programa, de modo que o monitoramento verifique uma única execução para cada ação, computada em ambos os instrumentos.

Quadro 40. Correspondência entre os eixos setoriais e os eixos do PAPI

Eixo setorial do município	Eixos correspondentes do PAPI
Assistência Social e Previdência	Eixo 5, Participação Social e Inclusão Social; Eixo 6, Participação Cívica; Eixo 9, Cuidado
Saúde	Eixo 4, Apoio Comunitário e Serviços de Saúde; Eixo 9, Cuidado
Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Eixo 5, Participação Social e Inclusão Social; Eixo 8, Comunicação e Informação
Habitação, Urbanismo e Acessibilidade	Eixo 1, Habitação; Eixo 2, Espaços ao Ar Livre e Edifícios; Eixo 3, Transporte
Meio Ambiente	Eixo 5, Participação Social e Inclusão Social; Eixo 6, Participação Cívica

Fonte: elaboração própria.

Observa-se que o Eixo 7 do PAPI, Emprego, não encontra correspondência nos eixos setoriais do Plano anterior, o que confirma o achado do diagnóstico de que a dimensão do trabalho e da geração de renda para a população idosa permanece pouco explorada no município. A ação prevista no item 11.7 constitui, nesse sentido, inovação deste Plano.

14. RECURSOS E FINANCIAMENTO

A execução deste Plano será custeada por recursos do Tesouro Municipal, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, pelos pisos de cofinanciamento estadual e federal da assistência social e da saúde, por emendas parlamentares e por parcerias com a iniciativa privada e o terceiro setor.

Cada ação das matrizes dos capítulos 11 e 12 identifica os recursos humanos e materiais necessários à sua execução. A previsão orçamentária correspondente deverá constar do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, conforme deliberação da 2ª Conferência Municipal.

O fortalecimento do Fundo Municipal constitui condição de viabilidade das demais metas, razão pela qual figura como primeiro eixo do capítulo 11. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa acompanhará a execução orçamentária das ações previstas e emitirá parecer anual sobre a aplicação dos recursos do Fundo, a ser encaminhado ao Poder Executivo e à Câmara Municipal.

15. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO

O monitoramento e a avaliação deste Plano são processos contínuos e participativos, conduzidos conjuntamente pelo Comitê Gestor Local Intersetorial do PAPI e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, com a participação das secretarias responsáveis pela execução das ações.

15.1 Acompanhamento durante a execução

A execução será acompanhada de forma permanente, por meio de reuniões periódicas entre os responsáveis pelas ações, destinadas a verificar o andamento das atividades, promover a articulação entre as secretarias e as instituições parceiras, identificar necessidades de adequação operacional ou administrativa, definir responsabilidades e prazos para as ações pendentes, fortalecer a participação da sociedade civil e registrar em ata as deliberações e os encaminhamentos.

15.2 Avaliação e revisão anual

A avaliação será realizada anualmente, com elaboração de Relatório Anual contendo a análise das ações executadas e das metas alcançadas, a verificação dos indicadores, a identificação dos avanços e das dificuldades, as recomendações de aprimoramento e as propostas de ajuste no cronograma, nas estratégias ou nas metas.

A revisão terá caráter técnico e participativo e permitirá a adequação do Plano às mudanças na realidade municipal e às atualizações das políticas públicas, preservados seus objetivos, princípios e diretrizes. As revisões aprovadas serão registradas em ata do Conselho Municipal e do Comitê Gestor Local e publicadas, assegurando transparência, publicidade e continuidade da execução.

15.3 Atualização da base diagnóstica

Considerando que as metas deste Plano derivam de públicos quantificados, a atualização anual dos indicadores do diagnóstico integra o processo de monitoramento. Serão atualizados, no mínimo, os seguintes indicadores:

Quadro 41. Indicadores de atualização anual obrigatória

Indicador	Situação na linha de base, 2026	Meta ao final do período
Cobertura da estratificação no SIPI	41,5% da população idosa estimada	70% até 2030
Pessoas em risco de fragilidade ou frágeis com acompanhamento	Não apurado	100% das identificadas, a partir de 2027
Pessoas idosas que residem sozinhas com acompanhamento registrado	Não apurado	100% das 87 identificadas até 2028
Pessoas idosas sem participação social registrada	82 pessoas	Redução progressiva até 2030
Pessoas idosas sem acesso à renda	3 pessoas	Zero, com rotina de identificação de novos casos
Pessoas idosas inscritas no Cadastro Único	797 pessoas em 614 famílias	Manutenção e atualização cadastral permanente
Cuidadores familiares e formais cadastrados	Cadastro inexistente	Cadastro concluído até 2027
Mapa Municipal da Rede de Cuidado	Inexistente	Elaborado até 2027 e atualizado anualmente

Fonte: elaboração própria a partir do Diagnóstico Municipal, 2026.

15.4 Prestação de contas final

Ao término da vigência, o município elaborará Relatório Final de Prestação de Contas e Avaliação, consolidando os resultados obtidos no período, a avaliação do cumprimento das metas, a descrição dos principais avanços, das dificuldades enfrentadas e das soluções adotadas, e as recomendações para subsidiar a próxima gestão e o novo ciclo de políticas públicas.

O Relatório Final será encaminhado à SEMIPI e à Plataforma da Rede Global de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas da Organização Mundial da Saúde, conforme as diretrizes do Programa, contribuindo para o compartilhamento de experiências e para a manutenção do município como membro ativo da rede internacional. Servirá também de base para a elaboração do ciclo seguinte e para a 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

16. PRÓXIMOS PASSOS DO PROGRAMA

Conforme registrado no item 4.2, o município cumpriu sete dos dez passos do Guia Orientativo. O quadro a seguir organiza as providências necessárias à conclusão do percurso:

Quadro 42. Providências para a conclusão dos dez passos

Passo	Providência	Responsável	Prazo
3º. Termo de Adesão e Compromisso	Concluir a tramitação do Termo de Adesão junto à SEMIPI, com protocolo no sistema E-Protocolo e acompanhamento da análise estadual	Secretaria Municipal de Assistência Social, com o ponto focal do Programa	2026
8º. Certificação	Reunir e protocolar a documentação comprobatória do cumprimento das etapas do Termo de Adesão, incluindo os decretos do Comitê, o Diagnóstico Situacional, o Plano de Ação e o Decreto nº 101/2026	Comitê Gestor Local Intersetorial do PAPI	2027
9º. Ingresso na Rede Global da OMS	Formalizar a candidatura do município à Rede Global de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas, por meio do ponto focal e em articulação com a rede subnacional do Paraná	Comitê Gestor Local Intersetorial, com apoio da SEMIPI	2027 a 2028
10º. Execução e Monitoramento	Executar as ações das matrizes dos capítulos 11 e 12, com monitoramento	Todas as secretarias	2026 a 2030
	permanente, avaliação e revisão anuais e relatório final ao término da vigência	responsáveis, com acompanhamento do Comitê e do Conselho Municipal	

Fonte: Guia Orientativo aos Municípios do PAPI e elaboração própria.

Registra-se ainda, como providência transversal, a manutenção atualizada do Cadastro Estadual da Rede de Atenção à Pessoa Idosa e a verificação permanente da regularidade do conselho, do plano e do fundo municipais, condições exigidas pelo Programa desde o primeiro passo e verificadas a cada etapa de análise estadual.

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Plano representa a passagem de um planejamento construído por estimativa para um planejamento ancorado em diagnóstico. As metas aqui estabelecidas referem-se a públicos identificados e quantificados: as 179 pessoas em risco de fragilidade ou frágeis, as 87 que residem sozinhas, as 82 sem participação social registrada, as 3 sem acesso à renda e as 905 ainda não estratificadas. Essa precisão permite que o monitoramento verifique resultados concretos, e não apenas o cumprimento formal de atividades.

O desafio central da política municipal é territorial. A maior parte do público prioritário vive na área rural, dispersa em território de mais de quatrocentos quilômetros quadrados, do qual cerca de 60% é área de conservação ambiental. Essa configuração transforma o acesso em questão central: de nada adianta ampliar a oferta de serviços na sede se a pessoa idosa frágil que vive a vinte quilômetros de distância não puder alcançá-los, ou se a equipe não puder alcançá-la. Levar o cuidado até essas pessoas, e trazê-las aos espaços de convivência e participação, é a tarefa que atravessa todos os eixos deste Plano.

O segundo desafio é sustentar o cuidado familiar. Em um município no qual 62,2% das pessoas idosas dependem do apoio de familiares para as atividades do dia a dia, e no qual não há serviço de acolhimento institucional nem cadastro de cuidadores, o suporte às famílias cuidadoras não é política acessória, e sim condição para que o modelo de cuidado domiciliar hoje praticado se mantenha viável ao longo do tempo.

Por fim, registra-se que a população idosa de São Jorge do Patrocínio avaliou o município com 97,5% de aprovação quanto às condições para envelhecer com qualidade de vida. Esse reconhecimento é patrimônio da gestão e da comunidade, e não encerra a tarefa: indica o ponto de partida. Trata-se de ampliar o alcance da política sem perder a proximidade que a sustenta, levando às comunidades rurais e às pessoas hoje não alcançadas o mesmo cuidado que a maioria já reconhece receber.

São Jorge do Patrocínio, Paraná, 2026.

Ronaldo Tinti
Prefeito Municipal

Lilian Moreira da Cruz Manhani
Secretária Municipal de Assistência Social

Comitê Gestor Local Intersetorial
Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa

Maria Edna de Oliveira Domingues
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Jessica Garcia Romão
Assistente Social, CRESS 8726 / 11ª Região
Elaboração e assessoramento técnico

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 1994.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. CECAD 2.0: Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único. Brasília, DF, 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: São Jorge do Patrocínio. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Caderno Estatístico: Município de São Jorge do Patrocínio. Curitiba: IPARDES, 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Guia Global: Cidade Amiga do Idoso. Genebra: OMS, 2008.

PARANÁ. Lei nº 22.189, de 13 de novembro de 2024. Institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa. Curitiba, PR, 2024.

PARANÁ. Decreto nº 12.862, de 2 de março de 2026. Regulamenta o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e disciplina a adesão dos municípios. Curitiba, PR, 2026.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. Guia Orientativo aos Municípios: dez passos para se tornar um Município Amigo da Pessoa Idosa. 1. ed. Curitiba: SEMIPI, 2026.

SÃO JORGE DO PATROCÍNIO. Lei Municipal nº 1.221, de 2008. Dispõe sobre a estrutura de coordenação das políticas públicas para a pessoa idosa.

SÃO JORGE DO PATROCÍNIO. Lei Municipal nº 1.733, de 2013, alterada pela Lei Municipal nº 2.398, de 2021. Institui o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

SÃO JORGE DO PATROCÍNIO. Decreto Municipal nº 050, de 2025. Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, gestão 2025-2027.

SÃO JORGE DO PATROCÍNIO. Decreto Municipal nº 068, de 2026. Institui o Comitê Gestor Local Intersetorial do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.

SÃO JORGE DO PATROCÍNIO. Decreto Municipal nº 069, de 2026. Designa os membros do Comitê Gestor Local Intersetorial do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.

SÃO JORGE DO PATROCÍNIO. Decreto Municipal nº 101, de 2026. Aprova o Plano de Ação Municipal 2026-2030 do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.

SÃO JORGE DO PATROCÍNIO. Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa 2024-2027. São Jorge do Patrocínio, PR, 2024.

SÃO JORGE DO PATROCÍNIO. Relatório Final da 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. São Jorge do Patrocínio, PR, 20 de maio de 2025.

ANEXOS

Anexo I. Decreto Municipal nº 068/2026, que institui o Comitê Gestor Local Intersetorial do PAPI, com publicação.

Anexo II. Decreto Municipal nº 069/2026, que designa os membros do Comitê Gestor Local Intersetorial do PAPI, com publicação.

Anexo III. Decreto Municipal nº 050/2025, que nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, gestão 2025-2027, com publicação.

Anexo IV. Decreto Municipal nº 101/2026, que aprova o Plano de Ação Municipal 2026-2030, com publicação.

Anexo V. Questionário de Diagnóstico Municipal adaptado AARP, instrumento da escuta participativa.

Anexo VI. Relatórios de extração do SIPI, IVCF-20 e IVSF-10, referência de 9 de setembro de 2026.

Anexo VII. Relatório de extração do CECAD 2.0, referência julho de 2026.

Anexo VIII. Relatório Final da 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Anexo IX. Ata da reunião do Comitê Gestor Local Intersetorial de validação do diagnóstico e definição das prioridades.

Anexo X. Registro fotográfico da escuta participativa e das reuniões do Comitê.

Mande denúncias, fotos e sugestões de matérias para o
UMUARAMA ilustrado
pelo WhatsApp
44-9.9913-0130

CMDPI
Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de São Jorge do Patrocínio-Pr

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

RESOLUÇÃO Nº 005/2026

Súmula: APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL – ANO 2025 01/01/2025 ATÉ 31/12/2025 DA DELIBERAÇÃO Nº 024/2023, INCENTIVO PARANÁ VIAJA MAIS 60.

O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, de São Jorge do Patrocínio, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.733 de 13 de setembro de 2013 e atualizada pela Lei 2.398-2021 e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 23 de Outubro de 2026.

Resolve:

Art. 1º - APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL – ANO 2025 01/01/2025 ATÉ 31/12/2025 DA DELIBERAÇÃO Nº 024/2023, INCENTIVO PARANÁ VIAJA MAIS 60.

Art. 2º - APROVA A JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RELAÇÃO A PRESTAÇÃO DE CONTAS E A DEVOLUÇÃO DO SALDO EXISTENTE EM CONTA.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, 23 de Outubro de 2026.

MARIA EDNA DE OLIVEIRA DOMINGUES
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO CMDPI

CMDPI
Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de São Jorge do Patrocínio-Pr

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

RESOLUÇÃO Nº 006/2026

Súmula: APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL – ANO 2025 01/01/2025 ATÉ 31/12/2025 DA DELIBERAÇÃO Nº 034/2024, INCENTIVO PARANÁ VIAJA MAIS 60 – FASE II.

O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, de São Jorge do Patrocínio, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.733 de 13 de setembro de 2013 e atualizada pela Lei 2.398-2021 e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 23 de Outubro de 2026.

Resolve:

Art. 1º - APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL – ANO 2025 01/01/2025 ATÉ 31/12/2025 DA DELIBERAÇÃO Nº 034/2024, INCENTIVO PARANÁ VIAJA MAIS 60 – FASE II.

Art. 2º - APROVA A JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RELAÇÃO A PRESTAÇÃO DE CONTAS E A DEVOLUÇÃO DO SALDO EXISTENTE EM CONTA.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, 23 de Outubro de 2026.

MARIA EDNA DE OLIVEIRA DOMINGUES
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO CMDPI

CMDPI
Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de São Jorge do Patrocínio-Pr

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

RESOLUÇÃO Nº 007/2026

Súmula: APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL – ANO 2025 - 01/01/2025 ATÉ 31/12/2025 DA DELIBERAÇÃO Nº 019/2023, INCENTIVO AO SERVIÇO DE CENTRO-DIA E OUTRAS LINHAS DE AÇÃO EM PROL DA POPULAÇÃO IDOSA.

O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, de São Jorge do Patrocínio, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.733 de 13 de setembro de 2013 e atualizada pela Lei 2.398-2021 e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 23 de Outubro de 2026.

Resolve:

Art. 1º - APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL – ANO 2025 - 01/01/2025 ATÉ 31/12/2025 DA DELIBERAÇÃO Nº 019/2023, INCENTIVO AO SERVIÇO DE CENTRO-DIA E OUTRAS LINHAS DE AÇÃO EM PROL DA POPULAÇÃO IDOSA.

Art. 2º - APROVA A JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RELAÇÃO AO SALDO EXISTENTE ATÉ A DATA DA PRESTAÇÃO.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, 23 de Outubro de 2026.

MARIA EDNA DE OLIVEIRA DOMINGUES
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO CMDPI

CMDPI
Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de São Jorge do Patrocínio-Pr

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

RESOLUÇÃO Nº 008/2026

Súmula: APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL – ANO 2025 - DO PAGAMENTO ATÉ 31/12/2025 DA DELIBERAÇÃO Nº 035/2024, PROGRAMA CUIDA MAIS PARANÁ PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL POR MEIO DE PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICAS E DE EST. COGNITIVAS.

O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, de São Jorge do Patrocínio, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.733 de 13 de setembro de 2013 e atualizada pela Lei 2.398-2021 e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 23 de Outubro de 2026.

Resolve:

Art. 1º - APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL – ANO 2025 - DO PAGAMENTO ATÉ 31/12/2025 DA DELIBERAÇÃO Nº 035/2024, PROGRAMA CUIDA MAIS PARANÁ PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL POR MEIO DE PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICAS E DE EST. COGNITIVAS.

Art. 2º - APROVA A JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RELAÇÃO AO SALDO EXISTENTE ATÉ A DATA DA PRESTAÇÃO.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, 23 de Outubro de 2026.

MARIA EDNA DE OLIVEIRA DOMINGUES
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO CMDPI

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ
ESTADO DO PARANA

DECRETO Nº 171/2026

Súmula: Estabelece os exames médicos admissionais exigíveis por cargo e emprego público no âmbito da Administração Direta do Município de Xambrê e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE XAMBRÊ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o art.14 da Lei Municipal nº 509/1974 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Xambrê) condiciona a posse à comprovação de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º, inciso XXII, combinado com o art. 39, § 3º, da Constituição Federal, que asseguram aos servidores públicos a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

CONSIDERANDO que, para os empregos públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, o exame médico admissional é obrigatório, nos termos do art. 168, inciso I, da CLT e da Norma Regulamentadora nº 7;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.029/1995 proíbe a exigência de atestados, exames e outras práticas discriminatórias para efeito de admissão, de modo que somente podem ser exigidos exames pertinentes aos riscos e às atribuições de cada cargo;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar e dar transparência aos exames exigidos nas admissões, evitando divergências de interpretação entre os setores da Administração e garantindo igualdade de tratamento aos candidatos nomeados;

DECRETA:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto estabelece os exames médicos admissionais exigíveis dos candidatos nomeados para os cargos públicos de provimento efetivo e comissionado e para o emprego público de Agente de Combate às Endemias da Administração Direta do Município de Xambrê, conforme os Anexos I e II.

§ 1º Os cargos e o emprego público foram agrupados segundo a similaridade dos riscos ocupacionais a que se expõem seus ocupantes, nos termos das respectivas atribuições, de modo que cada cargo se sujeita aos exames do grupo em que está classificado no Anexo I.

§ 2º Este Decreto não se aplica aos mandatos de Conselheiro Tutelar, regidos por lei própria e por resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Somente poderão ser exigidos os exames médicos previstos no Anexo II, vedada a exigência de qualquer exame ou atestado não relacionado aos riscos e às atribuições do cargo.

Parágrafo único. Ficam expressamente vedados, para fins de admissão, a exigência de teste de gravidez, de teste de HIV, de atestado de esterilização e de qualquer outra prática discriminatória, na forma da Lei nº 9.029/1995.

CAPÍTULO II – DO EXAME ADMISSIONAL

Art. 3º O exame admissional será realizado após a convocação do candidato e antes da posse (ou, no caso de emprego público, antes da assinatura do contrato de trabalho e do início das atividades), por médico do trabalho designado, contratado ou credenciado pelo Município, ou por junta médica oficial.

§ 1º O Município encaminhará o candidato ao serviço médico por meio de guia própria, na qual constarão o cargo, o grupo de risco correspondente e a relação de exames exigidos.

§ 2º Os exames previstos no Anexo II serão custeados pelo candidato conforme disposto em edital.

§ 3º Os exames complementares terão validade de 90 (noventa) dias contados da respectiva realização, e o prazo para conclusão do exame admissional será o previsto no ato de convocação.

Art. 4º Concluído o exame, o médico emitirá o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, no qual constará expressamente o cargo, os riscos ocupacionais considerados, os exames realizados e a conclusão pela aptidão ou inaptidão do candidato para as atribuições do cargo.

§ 1º Os resultados dos exames complementares e demais informações clínicas são dados pessoais sensíveis, protegidos por sigilo médico e pela Lei nº 13.709/2018, permanecendo sob a guarda do médico responsável.

§ 2º Ao setor de Recursos Humanos será entregue apenas o ASO, vedado o acesso ao diagnóstico, salvo autorização do candidato ou determinação legal.

Art. 5º Os exames do Anexo II classificados como condicionados somente serão exigidos quando presentes a condição ali descrita ou a recomendação fundamentada do médico do trabalho, que deverá constar do ASO.

CAPÍTULO III – DA INAPTIDÃO E DOS RECURSOS

Art. 6º Na hipótese de conclusão pela inaptidão, o médico examinador emitirá laudo fundamentado, com indicação da atribuição do cargo que o candidato não poderá exercer em razão da condição de saúde apurada.

§ 1º O candidato será notificado do resultado e poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, requerer reavaliação por junta médica oficial composta por no mínimo 3 (três) médicos, podendo juntar laudos e exames de profissional de sua confiança.

§ 2º A decisão da junta médica será fundamentada e motivará o ato de tornar sem efeito a nomeação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 7º Para as vagas reservadas a pessoas com deficiência, a análise da aptidão observará a avaliação biopsicossocial e a compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo, não sendo a deficiência, por si só, motivo de inaptidão, nos termos do Decreto Federal nº 9.508/2018.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Os exames deste Decreto poderão ser atualizados por decreto, mediante parecer do médico do trabalho responsável pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO do Município, especialmente quando houver alteração de atribuições, de normas regulamentadoras ou do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR.

Art. 9º Os cargos criados após a publicação deste Decreto serão classificados em um dos grupos do Anexo I por ato do Secretário Municipal de Administração, mediante parecer do médico do trabalho, até a atualização do Anexo.

Art. 10º Os concursos públicos e processos seletivos com edital já publicado seguirão as regras do respectivo edital, aplicando-se este Decreto aos editais publicados após a sua vigência e, subsidiariamente, aos casos omissos.

Art. 11º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Xambrê, Estado do Paraná, em 22 de Outubro de 2026.

Decio Jardim
Prefeito Municipal

Cargo / Emprego	Regime	Grupo
Advogado	Estatutário	1
Agente de Combate às Endemias	Emprego público (CLT)	5
Agente de Saúde	Estatutário	3
Agente Fiscal	Estatutário	1
Ajudante de Máquina Pesada	Estatutário	8
Almoxarife	Estatutário	8
Auxiliar Administrativo (inclusive Programa do CRAS)	Estatutário	1
Auxiliar de Assistente Social	Estatutário	1
Auxiliar de Biblioteca	Estatutário	1
Auxiliar de Mecânico	Estatutário	6
Auxiliar de Secretaria Escolar	Estatutário	1
Auxiliar de Serviços Gerais	Estatutário	8
Borracheiro	Estatutário	6
Carpinteiro	Estatutário	8
Chefe de Gabinete	Cargo comissionado	1
Chefe do Pátio	Cargo comissionado	8
Cirurgião-Dentista (20 e 40 horas)	Estatutário	3
Contador	Estatutário	1
Contra Mestre	Estatutário	8
Coordenador da Merenda Escolar	Estatutário	1
Eletricista	Estatutário	9
Encanador	Estatutário	8
Enfermeiro	Estatutário	3
Engenheiro Agrônomo	Estatutário	10
Engenheiro Civil	Estatutário	1
Escriturário	Estatutário	1
Farmacêutico/Bioquímico	Estatutário	3
Fisioterapeuta	Estatutário	3
Funileiro Mecânico	Estatutário	6
Lavador e Engraxador	Estatutário	6
Mecânico	Estatutário	6
Médico (Clínico Geral 20h, 40h e PSF; Ginecologista; Pediatra)	Estatutário	3
Médico Veterinário	Estatutário	10
Meio Oficial	Estatutário	8
Mestre de Obras	Estatutário	8
Motorista	Estatutário	7
Nutricionista	Estatutário	1
Oficial Administrativo	Estatutário	1
Operador de Máquina Pesada	Estatutário	7
Pedreiro	Estatutário	8
Professor de Educação Infantil	Estatutário	2
Professor do Ensino Fundamental	Estatutário	2
Professor Pedagogo	Estatutário	2
Professor Supervisor Escolar	Estatutário	2
Psicólogo (inclusive Programa do CRAS)	Estatutário	1
Recepcionista	Estatutário	1
Técnico Agrícola	Estatutário	10
Técnico Agropecuário	Estatutário	10
Técnico em Enfermagem	Estatutário	3
Técnico em Higiene Dental	Estatutário	3
Técnico em Raio X	Estatutário	4
Telefonista	Estatutário	1
Trabalhador Braçal	Estatutário	8
Tratorista	Estatutário	7
Vigia	Estatutário	11
Viveirista	Estatutário	10

ANEXO II
EXAMES MÉDICOS ADMISSIONAIS POR GRUPO

Grupo	Exames obrigatórios	Exames condicionados
Grupo 1 – Atividades administrativas e intelectuais	• Avaliação clínica ocupacional (anamnese ocupacional e exame físico e mental)	• Nenhum. Exames complementares somente se houver achado clínico que os justifique, a critério fundamentado do médico examinador
Grupo 2 – Educação (magistério e supervisão escolar)	• Avaliação clínica ocupacional, com atenção ao aparelho fonador (vias aéreas superiores e voz)	• Avaliação otorrinolaringológica ou fonoaudiológica, se houver achado clínico de alteração vocal
Grupo 3 – Saúde (exposição potencial a agentes biológicos)	• Avaliação clínica ocupacional • Hemograma completo	• Apresentação da caderneta de vacinação (hepatite B, dT, tríplice viral, influenza), nos termos da NR-32 • Anti-HBs, para quem não comprovar esquema vacinal completo contra hepatite B
Grupo 4 – Radiações ionizantes	• Avaliação clínica ocupacional • Hemograma completo com contagem de plaquetas	• Outros exames a critério do médico do trabalho, conforme o programa de proteção radiológica do serviço
Grupo 5 – Agente de Combate às Endemias (emprego público – CLT)	• Avaliação clínica ocupacional • Hemograma completo	• Dosagem de colinesterase plasmática e eritrocitária, quando o produto utilizado for organofosforado ou carbamato • Avaliação clínica com ênfase em trabalho em altura (NR-35), quando a rotina incluir vistoria de telhados, caixas d'água e similares • Apresentação da caderneta de vacinação (tétano e, quando houver manejo de animais, raiva)
Grupo 6 – Oficina e manutenção de veículos	• Avaliação clínica ocupacional • Audiometria tonal e vocal por via aérea • Acuidade visual (Funileiro Mecânico e demais cargos que executem solda)	• Hemograma completo com contagem de plaquetas, se houver exposição habitual a combustíveis e solventes (benzeno), a critério do médico do trabalho
Grupo 7 – Condução de veículos e operação de máquinas	• Avaliação clínica ocupacional, com ênfase em visão, sistema neurológico e osteomuscular • Acuidade visual • Audiometria tonal e vocal por via aérea • Glicemia de jejum • Motorista: CNH categoria "D" válida e comprovante de exame toxicológico, nos termos do art. 148-A do Código de Trânsito Brasileiro	• Eletrocardiograma, a critério do médico do trabalho, conforme idade e risco cardiovascular
Grupo 8 – Obras, serviços gerais e atividades de esforço físico	• Avaliação clínica ocupacional, com ênfase osteomuscular (coluna e membros)	• Audiometria tonal e vocal, quando houver exposição a ruído igual ou superior ao nível de ação da NR-9 (uso de roçadeira, serra, betoneira, equipamentos pesados) • Avaliação clínica específica para trabalho em altura (NR-35) ou espaço confinado (NR-33), com glicemia de jejum e eletrocardiograma a critério do médico, quando a atividade envolver tais condições • Apresentação da caderneta de vacinação (tétano e hepatite B) para cargos com contato com lixo, esgoto e resíduos
Grupo 9 – Serviços com eletricidade	• Avaliação clínica ocupacional específica para trabalho com eletricidade (NR-10) e em altura (NR-35) • Eletrocardiograma • Glicemia de jejum • Acuidade visual	• Audiometria tonal e vocal, se houver exposição a ruído igual ou superior ao nível de ação da NR-9
Grupo 10 – Atividades agropecuárias e ambientais	• Avaliação clínica ocupacional • Hemograma completo	• Dosagem de colinesterase plasmática e eritrocitária, quando houver manuseio de agrotóxicos organofosforados ou carbamatos (NR-31) • Apresentação da caderneta de vacinação (tétano e, para cargos com manejo de animais, raiva)
Grupo 11 – Vigilância patrimonial	• Avaliação clínica ocupacional, com atenção a distúrbios do sono (jornadas noturnas) • Acuidade visual	• Nenhum

Em todos os grupos, a avaliação clínica ocupacional integra o exame admissional e é realizada pelo médico do trabalho, que poderá, em decisão fundamentada no ASO, dispensar exame previsto neste Anexo quando já realizado em prazo de validade e compatível com o risco do cargo.

Prefeitura Municipal Xambrê Administrando com a Comunidade